

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNESP – Campus de Marília**

**LUGARES PARA AMIZADE NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
Caminhos Educativos a partir da obra de Zygmunt Bauman**

Rafael Bianchi Silva

Marília | 2012

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNESP – Campus de Marília**

**LUGARES PARA AMIZADE NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
Caminhos Educativos a partir da obra de Zygmunt Bauman**

Rafael Bianchi Silva

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, para Exame de Defesa do Curso de Doutorado na Pós-Graduação em Educação, como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Dr. Alonso Bezerra de Carvalho

Marília | 2012

Silva, Rafael Bianchi.

S586L Lugares para amizade na sociedade contemporânea :
caminhos educativos a partir da obra de Zygmunt Bauman /
Rafael Bianchi Silva. – Marília, 2012.
194 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

Bibliografia: f. 186-194.

Orientador: Alonso Bezerra de Carvalho.

1. Amizade. 2. Bauman, Zygmunt, 1925-. 3. Sociedade
contemporânea. 4. Educação. 5. Escolas. I. Título.

CDD 370.153

Rafael Bianchi Silva

**LUGARES PARA AMIZADE NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
Caminhos Educativos a partir de Zygmunt Bauman**

Marília, 05 de dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. ALONSO BEZERRA DE CARVALHO (ORIENTADOR)
(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Assis)

PROF. DR. SINESIO FERRAZ BUENO
(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília)

PROF. DR. CARLOS DA FONSECA BRANDÃO
(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Assis)

PROFA. DRA. SONIA REGINA VARGAS MANSANO
(Universidade Estadual de Londrina)

PROF. DR. ALFREDO JOSÉ DA VEIGA-NETO
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

SUPLENTES:

PROFA. DRA. LEONI MARIA PADILHA HENNING
(Universidade Estadual de Londrina)

PROF. DR. PEDRO ANGELO PAGNI
(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília)

PROF. DR. ALEXANDRE BONETTI LIMA
(Universidade Estadual de Londrina)

*Seja na troca de ideias, na potencialidade
do encontro ou no silêncio dos atos
agradeço a todos que contribuíram, direta
ou indiretamente, para possibilitar a
realização dessa pesquisa.*

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que passaram pela minha vida nos últimos três anos, período referente à construção dessa tese de doutoramento. Deixo agradecimentos pontuais para algumas pessoas que foram especiais nesse processo.

À minha esposa Juliana,
que apoiou desde o início a realização desse doutorado. Agradeço profundamente por tudo. Foi com ela que descobri o sentido da amizade baseada no amor. Te amo muito!

Ao meu orientador, professor Alonso Bezerra de Carvalho,
por ter acreditado na possibilidade de realização dessa pesquisa e deu o voto de confiança renovado ao longo do processo.

À minha família,
espero ter atendido às expectativas que se materializaram no doutorado, síntese de um trajeto que iniciou-se a 12 anos quando entrei no curso de Psicologia.

Aos membros da Banca Examinadora da Tese,
Sonia Regina Vargas Mansano, Sinesio Ferraz Bueno e Carlos da Fonseca Brandão que vem acompanhando as discussões e Leoni Maria Padilha Henning (minha orientadora querida do mestrado), Pedro Angelo Pagni (que também me acompanha no trajeto de pesquisa desde a qualificação do mestrado), Alexandre Bonetti Lima e o professor Alfredo Veiga-Neto, com quem venho dialogando a distância desde o começo das aventuras no campo educacional.

A Genivaldo e Alceu,
que de forma desinteressado, abriram a porta de sua casa, oferecendo abrigo durante o tempo em que cursei as disciplinas do doutorado. Sem vocês, o caminho com certeza seria muito mais complicado do que foi. Muito obrigado pela companhia, compreensão e escuta. Não tenho palavras para agradecer. Vocês são muito especiais e nunca esquecerei o que fizeram por mim.

À Flávia Fernandes de Carvalhaes,
por ter me inserido no campo da Psicologia Social e dividido angústias durante este doutorado. Foi com sua interlocução e confiança que fui me colocando cada vez mais na prática psicológica, ampliando as possibilidades de intervenção e pesquisa. Muito obrigado!

Aos meus alunos do curso de Psicologia e Pedagogia,
os quais em diversos momentos ocuparam o lugar de interlocução das discussões realizadas na pesquisa. Fernando, Rafael, Valeria, Andre, Margarete, Layne, Rosiele, Greyce, Gabriela, Adagilza, Aline (no curso de Psicologia) e Juliana, Alyne, Rafael, Carol, Gabriela, Viviane (no curso de Pedagogia), entre tantos outros. Agradeço profundamente por terem me ensinado a ser um educador melhor.

*“[...] os seres humanos escrevem sua história, mas
não nas condições de sua escolha”.*

(Vida a Crédito).

*“A esperança é sempre esperança de ser realizado,
mas o que mantém a esperança viva e assim
mantém o ser aberto e em movimento é sua não
realização [...]”.*

(Vida em Fragmentos).

Zygmunt Bauman

RESUMO

O objetivo da pesquisa realizada foi investigar os possíveis lugares da amizade no contexto da sociedade contemporânea do diagnóstico realizado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman buscando mapear os impactos da questão no campo educacional. Partimos de uma afirmação do autor no livro “A Arte da Vida” acerca do papel da amizade, considerando-a como um lugar seguro na liquidez do mundo atual. A análise dessa afirmativa nos leva para a relação estabelecida pelo autor entre a “sociedade administrada”, movida pela égide da ordem e disciplina e a “sociedade líquido-moderna”, também chamada de “modernidade sem ilusões”, tempo histórico marcado pela incerteza que por sua vez gera a sensação de ambivalência. Nesse contexto, como forma de modo de vida, é construído um modelo societário movido pelo consumo, marcado pela lógica de custo-benefício que também atinge as relações humanas. Tal processo gera impactos na dimensão ético-política, que passa a ser caracterizada pelo individualismo, afastamento do campo público e dificuldade de construção de questões comuns a serem reconhecidas e enfrentadas no campo social. Observou-se que na obra de Bauman, as dificuldades de conviver com o outro se materializam no conceito de “estranho”, que por sua vez, marca o afastamento da Diferença. O diagnóstico realizado pelo autor também nos leva a um debate acerca das relações mediadas pela tecnologia e o desenvolvimento de comunidades virtuais que mostram e mantêm a fragilidade vincular de nosso momento atual. No que tange ao mapeamento do conceito de amizade, pontua-se a relação com os conceitos de Diferença e amor. Quanto ao primeiro, aponta para um debate acerca da alteridade e o segundo, para a política afetiva presente na sociedade contemporânea. No que diz respeito à educação, a amizade pode se tornar uma questão importante para a formação de professores – comumente voltada para a tecnicidade – e para a análise das relações existentes dentro da instituição escolar, de forma a potencializar nos encontros novas formas de enfrentamento das dificuldades que afligem tal contexto.

Palavras-Chave: Amizade; Zygmunt Bauman; Sociedade Contemporânea; Educação Escolar.

ABSTRACT

The purpose of this research was to investigate the possible places of friendship in the context of contemporary society's diagnosis made by Polish sociologist Zygmunt Bauman to map the impacts of the issue in the educational field. We start from the statement of the author in the end of book "The Art of Life" about the role of friendship, considering it as a safe place in the current world liquidity. The analysis of this statement leads us to the relationship between what the author called "administered society" - based by order and discipline - and "liquid modern society", also called "modernity without illusions," historical time marked by uncertainty which in turn produces a feeling of ambivalence. In this context, as a means of way of life, is built a corporate model based by consumer, marked by the logic of cost-benefit analysis that also affects human relationships. This process generates impacts on the ethical-political dimension, which is now characterized by individualism, removal from the public field and difficulty of building common issues to be recognized and addressed in the social field. It was observed in the work of Bauman that the difficulties of living with the other materialize the concept of "stranger", which in turn, marks the distance of Difference. The diagnosis made by the author leads us to discussion about the relationships mediated by technology and the development of virtual communities that show and keeps the fragility of bonds in our current moment. Regarding the mapping of the concept of friendship, there is a relation with the concepts difference and love. The first of them, discuss the otherness and second one, the affective politics in contemporary society. Concerning education, friendship can become an important issue for teacher training - generally focused on technicality - and for the analysis of relationships within school, in order to enhance the encounters, new ways to confront the difficulties that afflict this context.

Keywords: Friendship; Zygmunt Bauman; Contemporary Society; School Education.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i> _____	8
<i>Capítulo I:</i> Formação Humana na Sociedade Administrada _____	27
<i>Capítulo II:</i> O Indivíduo na Sociedade de Consumo _____	52
<i>Capítulo III:</i> Sobre Política, Diferença e Alteridade _____	83
<i>Capítulo IV:</i> Em Busca de um Lugar para a Amizade na Contemporaneidade _____	120
<i>Capítulo V:</i> Amizade, Encontros e Afetos _____	145
<i>Capítulo VI:</i> Conclusões Preliminares: A Educação entre Amizades e Diferenças _____	173
<i>Referências</i> _____	186

INTRODUÇÃO

Recentemente, como forma de organizar as ideias que seguem nesta tese de doutorado, ministrei um pequeno curso acerca da temática da amizade na sociedade contemporânea. Durante a discussão, pontuei de forma crítica os discursos acerca da amizade em nosso tempo, questionando inclusive se tal tipo de relação ainda é possível considerando o contexto atual e as formas vinculares que, de certa forma, são preconizadas. Um dos participantes que também era meu aluno de graduação no curso de Psicologia disse de forma bastante amarga e inquieta: “acreditei que éramos amigos”.

Mas o que é realmente esse sentimento ou laço? Seria possível conceber o seu aparecimento ou desenvolvimento no contexto de sala de aula? Haveria possibilidade de construí-lo na relação professor-aluno? Essas foram algumas das questões iniciais que movimentaram a proposta desta pesquisa.

O texto que segue, porém, se mostra como pertencente a um pesquisador que se encontra em um momento de transição. Ainda que meus trabalhos de pesquisa, de certa forma, transitem por diversos campos de conhecimento e atuação, os rumos da pesquisa que seguem se mostraram diferentes daqueles previamente pensados enquanto forma de investigar a problemática a ser analisada. Para entender tal processo, vale a pena retomar alguns apontamentos referentes ao caminho de construção das questões que movimentam esta tese.

Começamos pela “amizade”. Ela surge pela primeira vez em minhas pesquisas no capítulo IV da dissertação de mestrado intitulada “Autonomia e Formação Humana: Trajetos Educativos” (SILVA, 2008). Nela, foi realizada uma investigação acerca do projeto de desenvolvimento da autonomia, considerado como um paradoxo em frente à proposta de formação humana materializada nas relações pedagógicas escolares que transformam o sujeito em objeto da intervenção do professor.

Pontuei a necessidade de investigar a amizade como forma de mapear saídas para a fragmentação da experiência educativa nas instituições escolares, a partir da construção de novas formas de convivência possuindo no amor de um seus suportes. No contexto daquele trabalho, foi expresso:

Amigo não é apenas aquele com quem se conversa sobre qualquer assunto ou se enfrenta determinados desafios, como também a expressão de certa igualdade no lugar que um ocupa subjetivamente

para o outro. A amizade implica em troca exatamente porque os elementos do processo parecem estar abolidos da condição de “espera”. O vínculo de amizade é, portanto, um dos laços de amor no qual um aprende com o outro (SILVA, 2008, p.161-162).

A proposta inicial para o trabalho de doutoramento era investigar quais as possibilidades da amizade no contexto escolar, em especial, na relação professor-aluno. O próximo passo foi definir a partir de qual referencial realizar a pesquisa. Se ao longo da dissertação de mestrado houve um diálogo íntimo entre a Filosofia e a Psicologia da Educação, como poderá ser observado, na tese há um deslocamento da Filosofia para a Sociologia da Educação. Isso se deve, de certa forma, pela escolha da demarcação teórica de execução da pesquisa.

A obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman entrou em minha vida acadêmica de forma súbita. O primeiro contexto aconteceu ainda durante o mestrado quando realizava o levantamento bibliográfico para o capítulo III. Ao ler seu livro “Identidade” (2005a), ao mesmo tempo em que me intrigava o diagnóstico realizado pelo autor acerca do homem contemporâneo, lembrava-me de críticas duras endereçadas à sua obra. É nesse espaço de ambivalência que, tomado pela curiosidade, iniciei a minha jornada de leitura e análise.

Compreendida essa primeira demarcação, tomemos um segundo deslocamento: ampliar o debate para além da relação professor-aluno. Desde o início do doutorado, e cada vez mais, tenho me reaproximado da Psicologia enquanto campo de conhecimento e, principalmente, intervenção. As questões referentes exclusivamente à educação escolar foram sendo sistematicamente substituídas pelo debate em torno da instituição escolar, ampliando o foco de análise. Isso me faz retomar a concepção de escola enquanto instituição social e entender que ela tem seus limites e possibilidades demarcados por cada época e por cada tempo histórico.

Tendo como ponto de partida esses traços, a perspectiva de tal analítica levou à discussão da instituição escolar e sua relação com a formação humana, o que possibilita pensar as possibilidades da amizade e seu papel neste processo para além da sala de aula: a escola é apenas um microcosmo do mundo e suas contradições. Dessa forma, conforme aponta Veiga-Neto (2008, p.142), a escola é entendida não apenas “[...] como produzida pela sociedade em que ela se insere mas, também e ao mesmo tempo, de pensá-la como produtora dessa mesma sociedade [...]”.

Parto então do pressuposto de que cada momento histórico traz consigo elementos que apontam rumos possíveis para a atuação dos indivíduos dentro da rede social, entendida como “[...] são lugares de fluxo – de poder, de capital, de informação – processo que tem substancialmente deixado de estar sujeito a limitações espaciais ou temporais [...]” (BAUMAN, 2009a, p.59).

Toda cultura deve transmitir um certo repertório de modos de experiência de si, e todo novo membro de uma cultura deve aprender a ser pessoa em alguma das modalidades incluídas nesse repertório. [portanto] em qualquer caso, é como se a educação, além de construir e transmitir uma experiência *objetiva* do mundo exterior, construísse e transmitisse também a experiência que as pessoas têm de si mesmas e dos outros como sujeitos (BUJES, 2002, p.167, grifo do autor).

Formam-se duas perguntas: primeiro, para onde indica o modelo societário que construímos para nossas vidas e, segundo, quais os métodos adotados que direcionam o indivíduo a tal fim. Como bem afirma Gallo (2010, p.239, grifo meu), “cada modo de produção, cada sistema de dominação, para se perpetuar, busca ser, **além de modo de produção de bens materiais, modo de produção de subjetividade**”.

Isso leva à ideia de modo de subjetivação: formações singulares, fruto de um tempo processual e irreversível (nas palavras de ROLNIK, 1995). Sobre o conceito, Mansano (2009a, p.114) aponta que “[...] os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações, sendo que estas cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas e, cabe insistir, mutantes”.

O modelo societário ao qual estamos envolvidos e auxiliamos em sua manutenção implica transformações radicais no modo de organização social seja nas chamadas relações de objeto ou entre as relações entre sujeitos. Isso se deve a uma mudança na configuração no próprio sistema capitalista que além de ser um sistema de produção, passa a ser um sistema de vendas e de mercado (DELEUZE, 1995).

Uma característica importante para a compreensão do funcionamento social é o excesso, seja de objetos, tecnologias, informações, mensagens e imagens. O excesso oculta, ainda que momentaneamente, o que um olhar mais crítico e menos anestesiado pela concepção de vida que defende a ideia de abundância. Conforme afirmam Caniato e Nascimento (2010, p.28), “[...] o exagero produz a escassez: é

porque poucos têm demais que muitos sofrem com a falta; em outras palavras, é o mesmo processo a produzir o excesso que gera a privação”.

Conforme apontado acima, observa-se a construção de um modo de vida, hegemônico e pretensamente uniforme, disseminado como o melhor caminho possível e viável a todos. Nesse sentido, encontra-se uma nova variável à questão da privação: não apenas demarca a falta pelo excesso (observada na relação diretamente proporcional da aquisição de bens e sensação de que há sempre algo a mais que deve ser adquirido) como também amplia a distância entre aqueles que detêm um poder aquisitivo capaz de adquirir uma ampla gama de produtos e serviços e aqueles que parecem estar fora de tais possibilidades, condição própria derivada do modo de produção capitalista.

Bauman (2008a) discute que a relação vida e consumo com a seguinte premissa: somos, ao mesmo tempo, promotores das mercadorias que consumimos e a própria mercadoria a ser promovida. Isso se deve à estrutura de mercado que, para manter-se em funcionamento, necessita de um duplo dispositivo. Primeiro, é necessário que existam pessoas que comprem os produtos que são ofertados e, mais do que isso, o divulguem enquanto bem a ser alcançado. Segundo, para que tais produtos sejam concebidos, fabricados e distribuídos, é fundamental a existência de uma quantidade de pessoas que “[...] em busca de trabalho precisam ser adequadamente nutridas e saudáveis, acostumadas a um comportamento disciplinado e possuidoras das habilidades exigidas pelas rotinas de trabalho dos empregos que procuram” (p.15).

Para colocar em andamento tal caráter formativo são necessárias instituições que conferem ordem e disciplina e, dispositivos de controle disseminados de maneira difusa na sociedade, gerando mudanças na formação humana e o que entendemos sobre o que é ser sujeito no contexto histórico vigente. A família e a escola são a porta de entrada para esse modelo formativo e, para tanto, passam, em um primeiro momento a discipliná-lo a tal modo de vida. Porém, como consequência de tais procedimentos, encontramos a internalização da norma e o assujeitamento em relação aos códigos de conduta esperados ao indivíduo em formação.

Em decorrência disso, no contexto da sociedade de consumo, o controle passa a ser mais difuso e não centralizado; é interno e não mais exterior e materializado em agentes disciplinares específicos. Formam-se novas redes de controle não mais identificadas a um poder central, o que gera uma mudança da posição ao

indivíduo a essa nova condição. “[...] Vemos, assim, a construção de um modo de subjetivação em que o indivíduo, em larga medida, sai da condição de obediente e dócil para assumir a condição de “participante ativo e responsável” em uma rede ampla e complexa de controle [...]” (MANSANO, 2009b, p.46).

Assim, mais do que um controle exterior, a construção do que se é, passa a ficar sob controle do próprio sujeito que modula a proximidade ou não dos traços esperados. Esse processo, de certa maneira, formata uma modo de vida que precisa – quase imperativamente – ser próximo dos traços indicados pela sociedade em que este encontra-se inserido. A manutenção de tais características passa a ser continuamente analisada por cada um dos membros de nossa sociedade, formando uma rede de vigilância contínua, integrada e permanente.

Para exemplificar tal mudança no modo de subjetivação presente dentro de nossa lógica societária, Deleuze (1995, p.249-250) aponta a empresa de negócios moderna enquanto substituta da fábrica, pontuando que na lógica atual institui-se “[...] entre os indivíduos uma rivalidade interminável a um modo sano de competição com uma motivação excelente que contrapõe um indivíduo a outros e atravessa a cada um deles, dividindo-os interiormente [...]”.

Esse atravessamento interior mobiliza o indivíduo a atender às demandas institucionais, desejando-as ao mesmo tempo em que sofre as duras consequências de tal posicionamento. Se o processo de formação para o trabalho foi um dos imperativos da sociedade disciplinar moderna, o estabelecimento de uma sociedade movida não pela produção, mas pelo consumo, necessita de outro tipo de subjetividade. “É necessário ‘produzir’ todo o tempo, e ao alto custo, novos consumidores guiados pelo desejo. Em efeito, na produção de consumidores se consome uma parte intoleravelmente substancial dos custos totais de produção, distribuição e comercialização [...]” (BAUMAN, 2008b, p.226-227).

[...] estamos diante de um sujeito que não é mais necessariamente marcado pela disciplina, mas pelos signos, imagens e imperativos publicitários, por meio dos quais ele se inscreve no universo das mercadorias, acreditando ser possível “comprar” afeto, bem-estar, autoestima, respeitabilidade, enfim, atributos que em outros tempos históricos eram acessíveis por meios distintos, como os laços sociais, por exemplo (MANSANO, 2009b, p.76).

A sensação de que se perdeu o ponto de referência estável no qual os indivíduos seguiam ao longo de suas vidas previsíveis e racionalmente disciplinadas surge como ponto de fundamento para análise. A consequência direta de estar imerso nessa rede de controle e interdependência entre os agentes sociais é a sensação de fluidez. Como efeito subjetivo, Deleuze (1995, p.251) aponta que “[...] o homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, porém o homem do controle é ondulatório, permanece em órbita, suspenso por uma onda contínua”.

É possível observar, portanto, que cada época e contextos sociais constroem formas de vida que são disseminadas ao longo da rede social de forma a ser possível observar certos traços hegemônicos. Assim, compreendo que Bauman realiza um diagnóstico acerca do mundo contemporâneo que inquieta e faz pensar e questionar acerca das possibilidades de construção de vínculos que possam ir além da relação objeto-consumo.

O sociólogo polonês propõe que cada tempo histórico pauta o que chama de “agenda de opções”, ou seja, o espectro de alternativas que nos oferecem ao longo da vida. Dessa forma, “[...] toda eleição implica ‘eleger entre’, e raras vezes quem elege pode decidir o conjunto de opções disponíveis” (2009a, p.81). Porém, ainda há outro dispositivo de limitações chamados de “código de eleição”. Trata-se “[...] das regras que indicam ao indivíduo porque deve preferir uma opção em detrimento de outras e quando a sua escolha tem sido acertada ou não” (p.81). A materialização desse processo em nosso momento atual configura o que chamamos de “sociedade de consumo”.

O trabalho de pesquisa aqui descrito partiu da premissa de que o autor nos oferece um campo para a análise da produção de subjetividade a partir do contexto chamado por ele de “sociedade líquido-moderna” que possui no universo do consumo uma de suas expressões.

Bauman (2007) descreve esse contexto a partir de cinco pontos. O **primeiro** deles é a observação de que as organizações sociais não conseguem manter a condição de “rigidez”, ou seja, se dissolvem e se decompõem de forma rápida, muitas vezes, não havendo tempo suficiente para seu próprio estabelecimento dentro de sua nova modelagem. Dessa forma, o indivíduo tem a sensação de que seu projeto de vida deve ser tomado dentro de uma dimensão individual, necessitando de uma estratégia coesa, planejada e flexível ao longo de um espaço-tempo também variável.

Como derivação do primeiro ponto, encontramos o **segundo ponto**, ou seja, a separação entre um poder central e a dimensão política. Dessa forma,

[...] A ausência de controle político transforma os poderes recém-emancipados numa fonte de profunda e, em princípio, incontrolável incerteza, enquanto a falta de poder torna as instituições políticas existentes, assim como suas iniciativas e seus empreendimentos, cada vez menos relevantes para os problemas existenciais dos cidadãos dos Estados-nações e, por essa razão, atraem cada vez menos a atenção destes [...] (BAUMAN, 2007, p.8).

Terceiro ponto. Em decorrência da perda de referência de um projeto coletivo, os vínculos sociais passam a ser constituídos pela noção de “comunidade”. Este é um conceito importante dentro desta tese de doutoramento porque os laços humanos que se constituíam como rede de segurança se transformam, a partir dos desdobramentos da questão comunitária, em razão de medo e incerteza. “A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade” (BAUMAN, 2007, p.9).

Essa divisão é camuflada pela “comunidade”. Bauman (2003), em uma obra inteiramente dedicada ao tema, começa no prefácio discutindo que todos desejam um espaço sem conflitos, no qual possa se sentir em casa, sem riscos ou perigos. O grande problema é que existe uma diferença entre a comunidade real e aquela desejada.

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” — e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “à identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade [...] (BAUMAN, 2003, p.10).

A ânsia de buscar uma comunidade mostra, no diagnóstico realizado por Bauman, que os laços humanos não refletem a segurança de tempos antigos. Por isso, valeria a pena realizar sacrifícios pessoais em prol da sensação de leveza que os rumos comunitários podem fornecer. Por outro lado, a formação dos grupos comunitários também fornece as bases para a construção de “guetos”, ou seja, espaços

de segregação da diferença, retroalimentando o processo de fragilidade dos laços sociais.

Por esta razão, Bauman (2009b, p.100) aponta que a comunidade é “[...] a última relíquia das antigas **utopias da boa sociedade**; denota o que sobra dos sonhos de uma vida melhor compartilhada por vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio [...]” e para mantê-la, ainda que enquanto ideia, concepção ou fantasia, será necessário o desenvolvimento de uma série de dispositivos de segurança e vigilância 24 horas “[...] para manter os estranhos fora dos muros e para caçar os vira-casacas em seu próprio meio” (BAUMAN, 2003, p.22). Veremos nos próximos capítulos alguns desdobramentos desse painel na microfísica relacional entre os indivíduos do mundo líquido-moderno.

Quarto ponto. Se os laços e as referências passam a ser locais e difusos, vemos uma mudança significativa na própria noção de História que ganha uma dimensão de curto prazo e uma concepção fragmentária. Ao longo do século XX, as experiências de vida foram progressivamente perdendo o sentido social já que não garantem utilidade enquanto suporte à reflexão sobre os possíveis problemas futuros.

Como bem indica Bauman (2009b, p.119), “[...] a modernidade é o tempo em que o tempo tem história”. A lógica racionalizada defendeu a ideia de que esse tempo possuía uma lógica seqüencial e, portanto, dentro dos parâmetros da ciência moderna, movida pela relação causa-efeito. “Era a rotinização do tempo que mantinha o lugar como um todo compacto e sujeito a uma lógica homogênea [...]” (BAUMAN, 2009b, p.124).

Isso fez com que fosse formulada uma concepção de vida baseada por uma espécie de progresso continuado que levaria, por sua vez, ao desenvolvimento de uma sociedade mais “avançada” e, portanto, mais “perfeita”. Para tanto, era necessário a construção de determinadas estratégias que auxiliariam tal processo.

No contexto moderno, o “progresso” foi visto como possuindo uma íntima relação com o controle: seja de processos, seja de pessoas. Controlar a produção, controlar os movimentos, tornar o espaço previsível. Ao mesmo tempo, tal ideal trazia consigo a ideia de liberdade: quanto maior o saber acerca dos processos, maior o grau de manipulação o que geraria maior liberdade. Ser livre é ser capaz de ir e vir. Como indica Bauman (1999a), busca-se descobrir o que há do outro lado do mundo até então

restrito, o que gera a aproximação com outras comunidades, universos tão próximos e tão distantes, ao mesmo tempo em que são estranhos e potencialmente perigosos.

O problema é que a novidade entendida como motor para um pretensão progresso passa a ser vista como portadora de um valor em si mesmo. Não se trata apenas de locomover-se, como também, ir rápido. Assim, “progresso” não é apenas o fim, mas sim, o próprio processo de “progredir”, ou seja, ir em frente ainda que não se saiba muito bem para onde ir.

A sociedade movimentada pela ordem e previsibilidade depara-se com um problema a ser resolvido: no contexto da modernidade líquida, os sinais que indicavam a trilha parecem estar meio difusos. Por essa razão, “a marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária. Nenhum lugar é privilegiado, nenhum melhor do que outro, como também a partir de nenhum lugar o horizonte é mais próximo do que de qualquer outro” (BAUMAN, 1999b, p.18). A cada novo passo tem-se a sensação de que é necessário refazer o caminho de aprendizagem do processo.

A novidade vira o motor do progresso que passa a ser visto como portador de um valor em si mesmo. Não se trata apenas de locomover-se, como também, ir rápido. Vemos uma atualização da concepção de “tempo” no modelo taylorista, mas desta vez, ampliando a sua ação imperativa para toda a estrutura social.

Em nosso modelo societário, a velocidade do consumo dita a própria velocidade da vida. Afinal, como afirma Lasch (1990, p.22), “[...] as mercadorias são produzidas para o consumo imediato [...]. Elas se desgastam mesmo quando não são utilizadas, uma vez que foram projetadas para ser ultrapassadas por ‘novos e aperfeiçoados’ produtos, modas mutáveis e inovações tecnológicas”. Forma-se o que Bauman (2007, p.9) chama de **cultura do esquecimento**, na qual, abandonar “[...] informações defasadas e o rápido envelhecimento de hábitos pode ser mais importante para o próximo sucesso do que a memorização de lances do passado [...]”. O ritmo da velocidade é proporcional a intensidade do esquecimento, o que faz com que características como a lentidão, calma e leveza sejam entendidas como espécie de morte social (BAUMAN, 2008a).

Quinto e último ponto. O “progresso” torna-se sinônimo de dúvida e incerteza. Se as esferas do Estado, da História, dos laços sociais não podem garantir

rumo certo para a felicidade e bem-estar à vida social, cabe então aos próprios indivíduos se responsabilizarem em resolver os dilemas gerados por circunstâncias voláteis e constantemente instáveis em que são inseridos nas relações cotidianas.

O impacto que encontramos para a subjetividade é sensível. Bauman (1999a, p.40) faz um debate acerca da manipulação da incerteza a qual “é a essência e o desafio primário na luta pelo poder e influência dentro de toda totalidade estruturada — antes e acima de tudo na sua forma mais radical, a da moderna organização burocrática e particularmente da burocracia do Estado moderno”.

O nascimento da cidade moderna tem como função primeira o afastamento dos traços incertos a partir da manipulação dos agentes naturalmente condicionantes daquela realidade. Em outras palavras, passamos a desenvolver tecnologias para estruturar o caos, o imprevisto, fugindo do incerto e a qualquer sinal, que nos faça deparar com o medo. Mas como nos afastar, se parece ser próprio da realidade a inadequação às formalizações que a estruturam dentro de certa previsão e controle?

Um dos caminhos de resposta aponta ao imperativo de flutuação indicado anteriormente somado agora com a questão do medo. Como aponta Bauman (2009b, p.13) “[...] os sólidos são modelados apenas uma vez. Manter a forma dos fluídos requer muitíssima atenção, vigilância constante e um esforço perpétuo...e inclusive nesse caso o êxito não é, nem muito menos, previsível”.

Em síntese, como bem afirmar Bauman (2009c, p.13), citando Emerson, “[...] quando se patina sobre um fino gelo, a salvação é a velocidade [...]. Seguir em movimento, antes um privilégio e um ganho, se converte agora em obrigação. Manter a velocidade, antes uma aventura geradora de gozo, se converta em um dever extenuante [...]”. O limiar entre esses dois pontos parece ser também muito tênue.

Os efeitos desse contexto de vida podem ser vistos além da dinâmica do consumo de mercadorias. O que é, afinal de contas, o indivíduo nesse mundo de controle, fluidez e consumo? Mansano (2009b, p.47-48) explica que

À medida que a lógica institucional se espalha é a própria noção de indivíduo que sofre mudanças. Agora já não mais se exige dele uma identidade. Ao contrário, o indivíduo precisa comparecer de maneira

cada vez mais variada e flexível para dar conta de realizar diferentes tarefas e assumir diferentes papéis sociais ao mesmo tempo [...].

Estar em movimento somado com a lógica de consumo, imprime seus efeitos nas relações humanas. “[...] Seu traço central é a sensação e o sentimento de descartabilidade, abandono e falta de segurança, o que gera uma busca desesperada e imperativa de novas formas de relacionamentos” (SILVA, 2010, p.37). Ou seja, vejo que no contexto da sociedade contemporânea, a configuração do Outro em objeto de consumo e as relações de troca passam a ser mediadas pela relação custo-benefício.

Segundo Bauman (2009c, p.28), “[...] igual a outros produtos, a relação é para o consumo imediato (não requer preparação adicional nem prolongada) e para uso único, ‘sem prejuízos’. Primordial e fundamentalmente descartável”. Como afirma Caridade (1999, p.18-19),

[...] É nesse contexto de mistura, corpo e mercadoria, que a sexualidade é destituída de libido e veiculada na mídia não como proposta feliz, mas como marketing para seduzir o mercado, para vender qualquer bugiganga, para erotizar qualquer produto. Esvaziada a sexualidade de seu sentido relacional, o outro já não conta como sujeito, resta tornar-se objeto

A vida se transforma em um “[...] cálculo de probabilidades que deve ser realizado novamente a cada dia e faz com que o sujeito torne-se jogador da própria vida. Não pode descansar, permanecendo continuamente alerta” (SILVA, 2010, p.39).

Como um dos efeitos do empobrecimento das relações, Bauman (2008a) indica o desenvolvimento do que ele chama de “tirania do momento”, ou seja, no contexto de estado de emergência, aparece nos indivíduos a necessidade de consumo imediato. Nesse sentido, existe uma relação inversamente proporcional entre o que chamamos de “relações humanas” com a ideia de consumo: **quanto menor a proximidade e o nível de trocas entre os indivíduos, maior a necessidade de consumir novos e diferentes objetos**. Assim, “[...] na versão comercial, os laços se transformam em bens, ou seja, são transferidos a outra esfera, regida pelo mercado, e deixam de ser laços capazes de satisfazer essa união que somente se concebe e se mantém viva com mais união [...]” (BAUMAN, 2009c, p.98).

Porém, este tipo de relação (que se estabelece de fato como não-relação), retroalimenta a insegurança. Isso se deve a uma mudança na característica do princípio de “comunidade” que deixa de se referir a um sentido público para ganhar contornos de dimensão privada (ORTEGA, 2004). Bauman (2007, p.8-9) aponta que “[...] os laços inter-humanos, que antes teciam uma rede de segurança digna de amplo e contínuo investimento de tempo e esforço, e valiam o sacrifício de interesses imediatos [...] se tornam cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários [...]”.

O autor, então, propõe que uma das saídas para suportar essa condição de intensa ambivalência é a constituição dos chamados “laços densos”. Conforme explica, este tipo de vínculo funciona como um bote salva-vidas que nos possibilita velejar em um cenário turbulento de mudanças rápidas e sem aviso prévio (BAUMAN, 2009c).

Torna-se importante a existência de um engajamento em torno de relações diferenciadas voltadas para trocas simbólicas e abertura ao surgimento de efeitos potencialmente criativos. É nesse contexto que Bauman (2009d, p.170-171) aponta para os laços de amizade:

É precisamente porque estamos dispostos “a constituir amizades e companheirismos profundos”, e ansiamos por isso de modo mais vigoroso e intenso do que nunca, que nossos relacionamentos são cheios de som e fúria, repletos de ansiedade e estados de alerta perpétuo. Estamos *dispostos* a isso, já que os vínculos de amizade são [...] nossa única “escolta [social] em meio às águas turbulentas” do mundo líquido-moderno [...]. A mão amiga de um parceiro leal, confiável, “até que a morte nos separe”, a mão que se pode contar que será estendida prontamente e de boa vontade quando for necessário – o que as ilhas oferecem a naufragos potenciais ou oásis a pessoas perdidas no deserto – precisamos dessas mãos, e queremos tê-las – quanto mais delas em torno de nós, melhor...(grifo do autor).

A amizade se estabelece como um nível relacional no qual os sujeitos podem resistir às práticas de individuação, observadas na sociedade contemporânea, a partir da criação de novas formas de vida não traçadas previamente por um modelo prescritivo, racionalizado e, portanto, próprio de uma dinâmica disciplinar. Isso acontece, segundo Foucault (1981, p.2), ao fato de que na amizade, os sujeitos:

Estão um em frente ao outro sem armas, sem palavras convencionais, sem nada que os tranqüilize sobre o sentido do movimento que os leva um para o outro. Terão que inventar de A a Z uma relação ainda sem

forma que é a amizade: isto é, a soma de todas as coisas por meio das quais um e outro podem se dar prazer.

Ainda sobre a questão, Cardoso Jr e Naldinho (2009, p.53), apontam que através da amizade é possível construir um novo *ethos* que permite repensar o que somos, o que pensamos e o que fazemos.

Na amizade, através do elogio ao prazer, multiplicam-se os campos de possibilidade de relacionamentos e, conseqüentemente, de surgimento de novas subjetividades. **A amizade, por isso, é a expansão das relações, de qualquer relação, para além de suas supostas codificações.** Esse conceito de amizade não é muito difícil de realizar, porque o que mais há são relações que não se enquadram (grifo meu).

Ao tornar-se um modo de vida, a amizade surge como resistência e favorece o que chamamos comumente de “emancipação”, definida segundo Demo (2000, p.39) como um processo que implica na “[...] capacidade de confronto, quebra da ordem vigente considerada impositiva e injusta, consideração de alternativas [...]”

Estabelece-se uma fuga da estrutura social pautada pela transformação da vida humana em mercadoria. Não se trata, como apontam Deleuze e Guattari (2000) de reações às palavras de ordem, mas sim, de outro componente presente dentro das próprias relações sociais que são, em síntese, relações de poder.

Como indica Gallo (2010, p.241),

No tocante aos processos de subjetivação a linha de fuga está na possibilidade de singularização. Se a subjetivação é uma produção de subjetividades em série, de forma massiva, a produção desejante colocada no âmbito da produção e do mercado, **a singularização é uma resistência** a este processo, o investimento em um fluxo singular, em uma **produção desejante que escape ao território, abrindo novos fluxos** (grifo meu).

A proposta da pesquisa de doutorado, portanto, constituiu-se em atuar dentro do campo do possível e das múltiplas montagens relacionais potencialmente existentes no contexto sócio-político em que nos encontramos. Investigar os lugares possíveis para a amizade na vivência de sujeitos tomados pela conjuntura

contemporânea em face de uma atmosfera de empobrecimento vincular com efeitos tanto no campo ético quanto político.

Assim, ao longo do trabalho, procurei estabelecer uma busca de uma política de existência que tivesse por base a construção de uma arte da vida que incluísse o diferente dentro de uma nova esfera que estivesse além da dimensão do consumo, o que, por decorrência, potencializaria as relações dos sujeitos entre si, ou seja, entre eu e o outro. Esse processo implica, portanto, o contato e a vivência de trocas com o diferente, ou seja, com “outro”. Nas palavras de Mansano (2009a, p.111), este pode ser

[...] compreendido como o outro social, mas também como a natureza, os acontecimentos, as invenções, enfim, aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver. Tais efeitos difundem-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social [...].

Assim, como bem pontua Scholze (2007, p.65), aquilo que é entendido por “[...] si mesmo se constrói na relação com o outro [...]”, sendo uma “[...] experiência de sua alteridade na direção da intersubjetividade ou subjetivação coletiva [...]”. Tal processo, portanto, tem a potencialidade de alterar a rotina institucional de nosso contexto social, o que, por sua vez, gera a alteração da dinâmica da própria sociedade. Como afirma Bauman (2009d, p.72),

[...] A vida humana consiste num confronto entre as “condições externas” (percebidas como “realidade”, por definição um assunto sempre resistente, e muitas vezes desafiador, à vontade do agente) e designa seus autores/atores: seu propósito de superar a resistência, o desafio e/ou inércia, ativos ou passivos, da matéria e reconstruir a realidade de acordo com a visão de “boa vida” que escolheram [...].

A partir dos apontamentos realizados até o momento, considero que:

a) Somos atravessados por uma lógica institucional na qual estamos inseridos ao longo de nossa vida;

b) A formação humana – entendida como “educação” – materializada em tais espaços, favorece a disseminação, manutenção e internalização da sociedade de consumo e seus valores, marca de nosso tempo histórico;

c) A amizade pode se configurar como uma estratégia de singularização, propiciando, por um lado, novas formas de subjetivação pautadas na inclusão da Diferença e, por outro, na ruptura e construção de novas políticas institucionais na qual os sujeitos estão inseridos.

Desses pressupostos, colocam-se como questões norteadoras desta tese de doutorado:

1. Tomando como ponto de partida o diagnóstico realizado por Zygmunt Bauman, como se configuram os vínculos humanos na sociedade atual?

2. A partir disso, quais os possíveis lugares para a amizade no contexto da sociedade contemporânea?

3. Quais os possíveis efeitos da amizade na instituição escolar?

Em síntese, coloco como problema de pesquisa a ser desenvolvido, *investigar e analisar a partir do diagnóstico do presente realizado por Zygmunt Bauman, quais os lugares possíveis para a amizade na contemporaneidade, em especial, no espaço que chamamos de escola?*

Vejo aqui uma ligação com toda uma problemática que está intimamente relacionada com os processos de constituição de subjetividade realizados durante ao longo do processo formativo do sujeito (elementos que discuti nos capítulos II e III da dissertação de mestrado – ver SILVA, 2008). De um lado, têm-se a formação de um modelo a ser seguido, o que implica no enquadramento do sujeito, transformando-o em “indivíduo”; de outro, este mesmo processo, pode propiciar a constituição de uma existência singular pautada pelo exercício da Diferença.

O objetivo central desta tese de doutorado, portanto, é descrever como Bauman trabalha com tal dualidade, pensando os vínculos de amizade como possibilidade de construção de diferentes políticas de vida que ultrapassem a rotina da dimensão institucionalizada sustentada pela égide da ordem. Para traçar esses dois eixos, tomo a obra do autor como objeto de estudo, no sentido de problematizar os tipos de vínculos estabelecidos entre os indivíduos na sociedade contemporânea e pensar o papel da educação para manutenção ou mudança de tal configuração. Nessa direção, a pesquisa desenvolve um texto tendo como ponto de partida as reflexões realizadas por Bauman para pensar a partir dele e, com aqueles com quem ele dialoga, caminhos para a

configuração de laços de amizade na sociedade em que vivemos tendo na instituição escolar um lugar para tal processo.

Quanto à metodologia adotada, foi realizada uma leitura inicial de alguns livros considerados importantes na obra de Bauman para os objetivos desse trabalho, dentre eles, “Modernidade e Ambivalência” (1999b), “Amor Líquido” (2009c) e “A Arte da Vida” (2009d). A partir disso, foi possível observar que era possível traçar dois eixos de análise: o primeiro indica a leitura diagnóstica realizada por Bauman na sociedade contemporânea; o segundo, a análise dos vínculos nesse contexto, para realizar uma busca do sentido da amizade para o autor.

Quanto ao primeiro eixo, foi definido a divisão em três tópicos:

- a. Conceito de sociedade administrada (Capítulo I)
- b. Descrição da sociedade de consumo (Capítulo II)
- c. Análise da política relacional e o conceito de estranho (Capítulo III)

Tais elementos fornecem as bases para um diagnóstico amplo acerca da sociedade contemporânea tendo como do ponto de partida as análises realizadas pelo sociólogo polonês. Trata-se da construção de um diagnóstico do presente para a construção, por fim, de uma ontologia do presente, o que segundo Lopes (2011, p.175), consistiria “[...] em reconhecer o acontecimento sob o signo do qual nós mesmos aparecemos, nós mesmos somos, e, por outro, qual o acontecimento que ainda continua a nos atravessar, isto é, o qual nós repetimos em nossa atualidade [...]”. Isso significa, como explica Santos (2010, p.89), tomar “nossa atualidade a partir de um olhar histórico, que por sua vez remete ao ser e à sua origem”.

Aponta Artières (2004, p.22) remetendo a Foucault, que tal postura buscar possibilitar às pessoas um deslocamento do olhar para ter a percepção do que está para acontecer. Nesse sentido, as análises que seguem tem como premissa principal, mostrar uma visão do que entendo ser a atualidade e os fenômenos que dela fazem parte (em especial, no que diz respeito à formação humana).

Poderíamos dizer que a inquietação aqui investigada remete à problemática colocada por Mansano (2009a, p.114) ao perguntar “[...] quais modos de vida precisam ser abandonados e quais outros pedem passagem em nossos dias? Qual a

potência que temos para produzir outros modos de existir e colocá-los em circulação no social? [...]”, que se desdobram na questão levantada por Deleuze e Guatarri (2006, p.21): “[...] E quanto ao sujeito, como fazer para nos descolar dos pontos de subjetivação que nos fixam, que nos pregam numa realidade dominante? [...]”. Assim, neste trabalho, buscou-se de certa forma, algumas saídas traçadas por/a partir de Bauman para tal questionamento.

Portanto, em um primeiro momento, foram mapeadas as características da formação da sociedade líquido-moderna, seus desdobramentos (a sociedade de consumo) e, seus possíveis efeitos (a fragilização e liquidez dos vínculos humanos). É por esse território de formato irregular marcado por linhas de força e controle que iremos passar. Como afirma Mansano (2002, p.66), é “[...] passagem de pessoas, de valores, de afetos, de sentidos, de fluxos [...]”.

Nisso que se fundamenta o segundo eixo de análise. Sob o contexto descrito nos primeiros capítulos, buscamos na obra de Bauman, construir um caminho para aquilo que o autor chama de “amizade”. Para tanto, em um primeiro momento, foi necessário demarcar os tipos de relações de amizade no contexto atual, para em um segundo momento apontar seus possíveis lugares (Capítulos IV e V).

Dessa forma, não se trata de um trabalho que defende ou adota as ideias de Bauman e leitura apontada pelo autor acerca da educação, mas analisar nas discussões realizadas do autor, caminhos diferenciais ao contexto atual, buscando novas formas, novas rotas. É a partir da capacidade de envolver-se, afetar-se com o mundo e com os outros que acreditamos que sejam traçadas as possibilidades da amizade tomada dentro dos limites e possibilidades da leitura compreensiva e ambivalente da sociedade contemporânea.

O próprio autor faz alusão a essas possibilidades de análise em duas passagens. A primeira delas está no final do segundo capítulo do livro “*Amor Líquido*” (2009c, p.101) aonde afirma:

[...] Toda tentativa de estruturação abrangente deixa numerosos “cabos soltos” e implicações polêmicas, produzem **pontos cegos, zonas indefinidas e sem cartografia oficial**. Todas essas sobras de esforço ordenador constituem o domínio da espontaneidade humana, da experimentação e da autodeterminação [...] (grifo meu).

A segunda passagem está no início da carta 31 de seu livro “*44 Cartas do Mundo Líquido Moderno*”. Afirma que no estado de incerteza, mostra-se um anseio por uma força – confiável e segura - capaz de gerar a tranquilidade frente às causas da insegurança que atormenta dia e noite as pessoas comuns.

[...] O desejo é que, conhecendo essas causas, a força possa nos ensinar a combatê-las, reduzindo-lhes o poder e neutralizá-las de maneira eficaz [...].

Em suma, há um anseio intenso por uma força confiável e segura à qual se possa recorrer para investigar o invisível e confrontar diretamente o que é obscuro e se oculta de força traiçoeira – uma força capaz de chamar a si o difícil desafio e derrotar um adversário quase invencível [...] (BAUMAN, 2011a, p.150).

Em que consiste essa força? Parto da hipótese de que uma dessas forças pode ser a amizade. É nesse contexto que são apontadas possibilidades de construção de uma política da amizade, o que implica favorecer a “criação de sentidos, invenção de novas interpretações, sempre locais e fragmentárias, enfim invenção de mundos” (NEVES; JOSEPHSON, 2002, p.5), ou em outros termos, examinar os fluxos, as mutações de um mundo que imperativamente coloca a mudança e a flexibilidade como fim último da formação humana; que coloca em risco os vínculos em prol de uma ética voltada ao custo benefício. É nesse campo que buscaremos a linha dos afetos, que se fazem nos encontros com outros corpos dentro de um campo relacional no contexto social vivente (MORAES JUNIOR, 2011).

Quanto a originalidade da pesquisa, no que diz respeito do papel da amizade a partir de Zygmunt Bauman, não foram encontrados materiais específicos derivados de pesquisas *stricto sensu*. Tratando-se das relações de amizade na instituição escolar, citam-se os estudos de Tortella (1996) – que investiga o tema com crianças em idade pré-escolar - e Abrahim (2009) que, a partir de um diálogo com a Filosofia da Educação, investigou a questão da indisciplina, pontuando a amizade como alternativa e solução para os problemas levantados.

Ampliando o campo de investigação, ainda sobre a temática da amizade, Gomes, por sua vez, pesquisou a questão em dois momentos. Em sua dissertação de mestrado (2005), investigou o conceito em trabalhadores de cooperativas populares vinculadas à Universidade aonde foi realizada a pesquisa; e na tese de

doutorado (2010) mapeou os vínculos de amizade construídos e mantidos entre amigos mediados pela tecnologia virtual (*internet*).

Dentro de estudos que se aproximam da temática da amizade com a obra de Zygmunt Bauman, encontramos o trabalho de Lima (2010) no qual são realizados diálogos das discussões de Bauman com a Psicanálise para uma reflexão acerca dos laços em nosso contexto atual, ou ainda nos estudos realizados Carvalho (2009; 2010) que faz um debate acerca da amizade em sala de aula tendo em Bauman uma referência de suporte para a contextualização da ética pós-moderna. De forma mais ampla, autores como Bittencourt (2009) e Spinelli Junior (2006) discutem, em uma análise filosófica e sociológica, os dispositivos ético-políticos da sociedade de consumo e seus efeitos na subjetividade e na formação dos agrupamentos humanos (como exemplo, a comunidade).

Observam-se nos trabalhos acima citados uma alusão ao autor como exemplo ou auxílio à problematização de determinados contextos ou situações, mas não uma análise sistemática de suas propostas e/ou obra em relação à temática ou à metodologia aqui proposta.

Consideramos, como já apontado, que a investigação acerca do contexto social no qual nos encontramos é fundamental para a compreensão dos modos de construção subjetiva atuais. Por essa razão, a análise da temática da amizade na obra de Zygmunt Bauman pode nos fornecer elementos importantes para configuração de novas formas relacionais e a reflexão acerca da postura pedagógica adotada pelos integrantes da sociedade de nosso tempo.

Reiteramos, por fim, que não se trata, portanto, de estabelecer uma visão definitiva da problemática aqui colocada. Longe disso, conforme poderá ser visto, se trata de um trabalho descontínuo e em determinado momento fragmentado, características da própria experiência vivenciada no mundo atual e da obra do autor de referência. Isso não significa, porém, menor complexidade ou falta de preocupação metodológica. Trata-se da tentativa de construção de uma descrição viva, própria da condição de educador, posicionada entre momentos de certo pessimismo ou outras passagens de otimismo utópico (no sentido de um “não-lugar”, ou seja, enquanto **campo do possível**). É nesse processo que esta tese se constituiu e que a partir de agora se mostra.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE ADMINISTRADA

O objetivo deste primeiro capítulo é construir um panorama acerca da sociedade moderna, em especial, ao que diz respeito à formação da concepção de “indivíduo” e os impactos que tal ideia trouxe para os vínculos humanos (tema a ser discutido nos próximos capítulos).

Inicialmente, é necessário compreender nosso ponto de partida. Entendemos que o sujeito humano não é algo dado em si mesmo, mas sim, construído a partir das relações estabelecidas entre este e o mundo a sua volta. Dentro desse mundo, encontramos tanto objetos e agentes variados como e, principalmente, outros seres humanos. Assim sendo, é nessa complexa interação, que nos constituímos e nos reconhecemos como sujeitos.

Esse processo tem passado por mudanças. Ainda que existam elementos múltiplos que configuram esse processo, o ponto de nosso interesse está em compreender quais os elementos necessários para estabelecer a condição de “fluidez”. Tal ponto é polêmico porque remete a um debate acerca do que é permanente e o que se define pelo movimento. Por isso, faz a aposta de que mais do que uma mudança social, a qualificação de “fluído”, “líquido” ou “instável”, estabelece-se como uma condição subjetiva, de certa forma, mascarada pelos dogmas de fé (seja religiosos, científicos ou filosóficos) ou pela força das instituições.

Considero fundamental que para traçar os caminhos da amizade em Bauman, será necessária uma longa digressão para estabelecer as coordenadas que nos fornecerão o entendimento do campo simbólico-discursivo por onde será possível encontrar a complexidade de tal forma relacional. Iniciamos pela relação entre modernidade e administração.

No contexto indicado, o desenvolvimento de laços se torna secundário no modelo societário em que vivemos. A partir das reflexões realizadas por Bauman, observa-se que há uma relação ambivalente do indivíduo moderno quanto aos vínculos estabelecidos com outros. Esse é um dos efeitos da sociedade administrada. O autor (2008b, p.40-41) explica que

A modernidade nasceu sob o signo dessa ordem¹: da ordem vista como tarefa sujeita ao desejo racional e à supervisão constante e sobre todas as coisas, a uma administração exigente. A modernidade se empenhou tanto a própria tarefa de fazer do mundo algo administrável como administrá-lo tão zelosamente [...]. A modernidade se propôs a eliminação do acidental e do contingente [...].

Isso significa que

A visão tipicamente moderna do mundo é a de uma totalidade essencialmente ordenada; a presença de um padrão desigual de distribuição de probabilidades possibilita um tipo de explicação dos fatos que - se correta - é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de predição e (se os recursos exigidos estiverem disponíveis) de controle. Esse controle ("domínio da natureza", "planejamento" ou "desenho" de sociedade) é quase de imediato associado à ação de ordenamento, compreendida como a manipulação de probabilidades (tornando alguns eventos mais prováveis, outros menos prováveis). Sua efetividade depende da adequação do conhecimento da ordem "natural". Tal conhecimento adequado é, em princípio, alcançável (BAUMAN, 2010a, p.19).

Como delimitação de conceito, Bauman (2009b, p.16) define que “[...] administrar significa, de uma ou outra maneira, responsabilizar-se do bem estar geral do lugar, ainda que somente seja em nome da própria pessoa... [...]”. Para tanto, é necessário estar relacionado com o lugar, com o espaço, o que implica constituir uma história, uma relação com o território.

O desenvolvimento de um rol de conhecimentos próprios do campo da chamada “ciência administrativa” construiu modelos de organização para a regulação de um mundo entendido sobre a égide da ordem e do progresso. Segundo Bauman (1999b, p.222), ao longo dos últimos dois séculos, o homem construiu um modo de relação que parte da submissão aos modelos taylorista-fordista. O primeiro processo trata da simplificação de escolhas referentes às operações produtivas – de vida - aos quais os indivíduos são confrontados. Tal configuração funciona a partir de uma estrutura que manipula as possibilidades e determina as escolhas. Isso permite “[...] que as decisões

¹ Segundo o autor (2011a, p.202-203), “ordem” na sociedade moderna significa “[...] coisas certas nos lugares certos e em nenhum outro lugar [...]”. Vale a pena pontuar que para Bauman, a constituição da ordem estabelece uma forma de segurança subjetiva para a imprevisibilidade do que está adiante em um futuro não determinado. A grande mudança observada na sociedade líquido-moderna é a configuração de um tempo aonde o que está em primeiro plano não é a segurança de um mundo ordenado, mas sim, a ambivalência derivada tanto da multiplicidade de cálculos quanto da escolha de quais variáveis devem ser consideradas para a execução de tal operação. Para aprofundamento da questão, ver as páginas iniciais de “Modernidade e Ambivalência” (1999b).

que restam a serem tomadas por eles pessoalmente são guiadas por critérios de fatores únicos e portanto lhes permite um cálculo fácil, racional e tranquilizador”.

O processo de fordização, por outro lado, consiste em remover as habilidades do operador e investi-las diretamente no maquinário que ele opera. A ênfase, portanto, está na configuração tecnológica – contexto externo - que fundamenta a ação do indivíduo atuante. Vê-se, uma primazia dos instrumentos da ação em detrimento das próprias atividades que sendo tão simplificadas não requerem alto nível de formação e/ou capacidades operacionais por parte do sujeito humano.

Esse dois modelos geram como efeito uma sensação de controle, por um lado, e de liberdade, por outro: prevenção de riscos e escolha de métodos para a resolução de problemas. Do ponto de vista dos processos, torna-se fundamental o lugar dos chamados “ajustadores”, lugar ocupado comumente por especialistas supervisores², responsáveis pela manutenção da ordem e do sucesso do empreendimento (BAUMAN, 2010a). Para tanto, é necessária vigilância e disciplina; controle e exame de variáveis externas e internas para diminuição de custos e aumento, por sua vez, da produção. Bauman (2010c, p.51) indica que em resumo, “o ‘domínio’ consistia no direito de fixar regras invioláveis, de supervisionar sua aplicação, de garantir vigilância constante sobre os que eram, forçados a cumpri-las e de disciplinar os desviantes ou expulsá-los, se as tentativas de reabilitação falhassem”.

O mesmo autor afirma que a existência de agentes de vigilância não é própria da modernidade (como por exemplo, o poder pastoral, existente antes desse período). Segundo ele, “[...] desde o princípio e cada vez mais, a cultura tem consistido em diferenciar, ‘estruturar’ e ‘submeter a regras ou normas’ o que de outra forma seria uniforme, aleatório e volátil. Em outras palavras, a cultura se especializa na *administração das escolhas humanas*” (2011a, p.202, grifo do autor).

Esse impulso para dirigir as coisas do mundo, materializada na aspiração de administrar e governar (BAUMAN, 2009e), ganha na modernidade um

² Sobre essa questão, Bauman (1999b, p.209) afirma: “O especialista é uma pessoa capaz, simultaneamente, de interrogar o fundo de confiabilidade e conhecimento suprapessoal e de entender os pensamentos e anseios mais íntimos de uma outra pessoa. Como intérprete e mediador, o especialista abarca os mundos, de outro modo distantes, do objetivo e do subjetivo. Ele é a ponte sobre o abismo que existe entre as garantias de estar do lado certo (o que só pode ser social) e fazer as opções que alguém deseja (o que só pode ser pessoal). Na ambivalência dos seus talentos, ele ecoa, por assim dizer, a condição ambivalente do seu cliente”.

Em outra passagem, em tom crítico, indica que são as pessoas que “acomodam os fatos”, ou seja, “os aceitam tal como são e pensam a maneira menos arriscada de viver com eles”, o que implica em “[...] tornar o mundo transparente e legível para os poderes administrativos” (1999a, p.39).

novo panorama com o fortalecimento de um poder central chamado de “Estado”: poder regulador e a construção de instituições operando em seu nome se mostra como a marca de uma nova figuração, entendida como a elaboração de uma engenharia social que justifica, portanto, a generalização desse mesmo modelo para diversas instituições como a família, a escola, etc.

[...] a família-a profissão; o trabalho-as férias; a família-e depois a escola-e depois o exército-e depois a fábrica-e depois a aposentadoria. E a cada vez, de um segmento a outro, nos dizem: agora você já não é um bebê; e na escola, aqui você não é mais como em família; e no exército, lá já não é como na escola... Em suma, todas as espécies de segmentos bem determinados, em todas as espécies de direções, que nos recortam em todos os sentidos, pacotes de linhas segmentarizadas (DELEUZE, 1995, p.146).

Partindo da premissa de que cada época traz consigo as marcas que concebem o que é um sujeito, o que se espera dele e quais são os lugares possíveis para que cada um ocupe dentro da estrutura social vigente, a análise da conjuntura indicada acima nos leva a ideia de “indivíduo”. Segundo Mancebo (2004, p.38, grifo meu), “[...] o indivíduo é apenas um dos modos de subjetivação possíveis. Cada época, cada sociedade põe em funcionamento alguns desses modos, sendo a categoria “indivíduo” o **modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade** [...]”.

Conforme indica Bauman (2008c), os seres humanos na modernidade são “indivíduos por decreto”, detentores de uma liberdade para escolhas e responsáveis pelos riscos que assumam. Assim, o processo de individualização consiste em:

[...] transformar a “identidade” humana de algo “dado” em uma “tarefa”, e fazer responsáveis os atores da realização desta tarefa e as consequências (assim como os efeitos colaterais) de seu desempenho. Em outros termos, consiste em estabelecer uma autonomia *de jure* (tenha ou não tenha sido estabelecida também uma autonomia *de facto*) (2009b, p.37).

E por que é importante discutir o nascimento da noção de indivíduo para o debate da amizade? Porque é exatamente o surgimento de tal categoria que nos faz entender o modo de subjetivação vigente em nosso contexto e, conseqüentemente, as

formas de relações existentes dentro da rede social. A amizade em nosso tempo está intimamente ligada às possibilidades que tal processo potencializa.

[...] temos que afirmar que a singularidade histórica do indivíduo, sua personalidade, se origina de um determinado tipo de subjetivação. Ou seja, aquilo que o constitui como indivíduo, sua identidade, é algo histórico; ela/ele, identidade e indivíduo, são construídos a partir dum universo de valores e práticas que lhes permitem realizar-se de modo singular (RUIZ, 2004, p.65).

A partir disso, o sujeito humano é pensado como um ser que não é fechado em si mesmo, mas sim, uma produção que somente pode ser entendida dentro de variadas práticas e dispositivos em um dado contexto histórico-político-social. Em outras palavras,

[...] não se pode chegar a nenhum desses sujeitos em si, a não ser pelas relações e práticas que o constituem. Portanto, essas devem ser tomadas como ferramentas operadoras – quer de dominação, quer de libertação – moldando relações de poder cujo resultado final será uma dada forma de sujeito. Se for por operação dominadora, a modalidade que produz o sujeito será a do assujeitamento; se for libertadora, será a de subjetivação [...] (SOUZA, 2003, p.40).

O caminho de construção de tais operações libertadoras parte da análise das condições de assujeitamento. Por esse motivo, compreender o contexto sócio-histórico em que estamos inseridos torna-se ponto de partida para nossa pesquisa. Isso não significa, em contrapartida, adotar uma perspectiva na qual se compreende que o sujeito humano é determinado pelas condições sociais de forma unilateral. Entendemos que o poder não pode ser entendido como uma relação de domínio de um sobre o outro, mas sim,

[...] como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] (FOUCAULT, 1979, p.183).

Essas redes “[...] são lugares de fluxo – de poder, de capital, de informação – processo que tem substancialmente deixado de estar sujeito a limitações espaciais ou temporais [...]” (BAUMAN, 2009a, p.59). Assim, quebram-se as barreiras de intervenção espaciais e passamos a conceber a íntima relação entre o global e o local na vida cotidiana dos sujeitos. Nas palavras de Machado (1979, p.14):

[...] Não existe de um lado os que tem poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona com uma maquinaria, uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social [...] nada está isento de poder [...].

A análise da dinâmica e práticas de exercício do poder na modernidade passa necessariamente por um diagnóstico do presente que implica em um mapeamento dos dispositivos de subjetivação existentes, seus usos e efeitos. Analisar a rede implica, portanto, demarcar o espaço por onde se investiga as relações internas presentes nas relações tomadas em intenso movimento.

Nesse sentido, na busca de investigar um lugar para a amizade, atingimos o debate acerca do papel exercido pelo Outro ao longo nesta rede relacional. Ao longo da vida do sujeito, diversas são os personagens que atuam de forma diferencial em sua construção subjetiva. Estes, por sua vez, respondem a partir de perspectivas específicas, as quais indicam o caminho formativo indicado pelo contexto social aos membros de uma dada comunidade.

A direcionalidade indicada acima pode ser considerada como o conteúdo que se oferece à normatividade educativa que em nosso contexto atual ganha contornos na figura do “indivíduo”. O que é importante destacar neste momento é que a partir da observação da dinâmica educacional de uma comunidade é possível retirar o fundamento ético-político da formação humana a esta intrínseca.

[...] A mera sobrevivência física do ser humano recém-chegado a esse mundo vai depender fundamentalmente desse primeiro contexto que o acolhe amistosamente ou não. Do ser recém chegado serão demandados, explícita ou implicitamente, regras, modos de conduta e valores referentes à natureza desse contexto que o abriga. Assim, de

forma ampla ou restrita, **o ser humano é, desde sua origem, um ser que se encontra em relação** [...] (POLICARPO; RODRIGUES, 2010, p.97, grifo meu).

Nessa acepção, a formação humana está intimamente relacionada com os processos realizados por aquilo que chamamos de educação. É nesta relação que cada um de nós pode transcender os limites de seu tempo, encontrando caminhos para mudança, potenciando-a a partir de elementos que possibilitem a ascensão de diferentes formas relacionais. Esse é um ponto sensível já que demonstra radicalmente os efeitos duplamente sentidos da rede social detentora de controle disciplinar, por um lado, e construtora de sujeitos ativos que modificam tais condições, por outro.

Assim, cada momento histórico traz consigo elementos que apontam rumos possíveis para a atuação dos indivíduos dentro da rede social. Como já havia discutido anteriormente (SILVA, 2008), na sociedade moderna existe um ideal de liberdade que confronta a ideia de que somos determinados por condições externas a nossa dimensão individual-subjetiva. É nesse ponto que é fomentado um debate sobre o papel da escola para a constituição da autonomia do aluno, por exemplo.

Porém, como indica Bauman (2009a), as seleções individuais se encontram restringidas pelos dois conjuntos de limitações já apontados na seção introdutória: a agenda de opções e os códigos de eleição. Esse é um dos traços fundamentais da cultura moderna: ser uma fábrica de ordem, na qual, cada elemento tem uma missão a cumprir e qualquer tipo de choque seria derivado de uma falha no planejamento (BAUMAN, 1998). Ao restringir as opções e ao estabelecer códigos para tal processo, a sociedade constitui critérios de regulação e controle.

Tais elementos de determinação configuram o campo de opções que forma uma agenda de possibilidades. A sociedade disciplinar - tão bem descrita por Foucault - fornece o fundamento para a elaboração e execução de leis a partir da reorganização de um sistema judiciário-penal que atua de forma a mediar as relações entre os sujeitos a partir de determinados dispositivos válidos para todos. Como aponta Bauman (1999a, p.39, grifo meu), o ideário da modernização “[...] significava entre outras coisas, tornar **o mundo habitado receptivo à administração supracomunitária**, estatal; e essa tarefa requeria, como condição necessária, tornar o mundo transparente e legível para os poderes administrativos”.

Como consequência direta de tais procedimentos, encontramos a formação de uma sociedade voltada para o “controle social” entendida a atuação de dispositivos, nas mais diferentes esferas da rede social, responsáveis pelo tratamento e cura das possíveis “doenças sociais”. Tal poder, observado pela manutenção da vigilância contínua, modula a vida dos sujeitos de forma a inseri-los em tal disposição. Forma-se uma rede disciplinar que oferece suporte ao modelo vigente. Segundo Foucault (2001, p.85), “[...] toda essa rede de um poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui neste momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades”.

E como realizar tal tarefa? Na sociedade disciplinar, o indivíduo o tempo todo está inserido em uma instituição. Mas o que é uma instituição? Segundo Benelli (2003, p.101),

Uma instituição é uma prática social que se repete e se legitima enquanto se repete. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade. Sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos ao mesmo tempo constituídos no e constituintes do cotidiano institucional. O pensamento costuma reificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais.

Desde que nasce, o indivíduo percorre diversas instituições, cada uma delimitada por um espaço de ação específico no qual são exercidas leis e práticas a partir das quais é possibilitada uma análise pormenorizada da conduta. Como bem explica Mansano (2009b, p.34-35),

[...] Uma vez inserido e enquadrado nas instituições de acordo com a situação em que se encontrava em dado momento (estudante, doente, operário ou prisioneiro), o indivíduo passava a ser vigiado por um conjunto restrito de pessoas que se ocupavam prioritariamente da tarefa de discipliná-lo [...]³.

A organização das instituições disciplinares tinha por objetivo incluir cada indivíduo em domínios bem específicos de poder a fim de fixá-los em papéis sociais que, uma vez definidos e cristalizados, deveriam ser

³ Sobre esse ponto, Bauman (2011b, p.147) afirma que “reestabelecer a ordem [...] por meio da força de disciplina era uma ideia viável apenas se quem estivesse para ser disciplinado fosse colocado sob influência de uma ou várias instituições pan-ópticas”.

incorporados e desempenhados durante o tempo em que neles permanecesse, tendo como suporte o olhar de uma vigilância atenta e especializada.

A escola é uma dessas instituições disciplinares responsável pela adequação do sujeito dentro de um modelo vigente de vida societária. Nesse sentido, a educação escolar ganha destaque especial, já que desde muito cedo, dentro da escola, a criança é inserida em uma série de rotinas às quais passa a fazer parte, inicialmente como objeto de ação do adulto para posteriormente, deter o controle sobre a própria conduta, sendo esta adequada aos juízos e valores vigente pelo tecido social.

Conforme indica Bauman (1998, p.162-163),

A vida como aprendizado de regras e a feitura do dever de casa, o mundo como uma escola. Como mostrou Michel Foucault, contudo, somente por sua função designada, e não por sua organização, estrutura e valores presumidos, a escola (na sua forma moderna) diferiu da fábrica, prisão, quartel militar, asilo para pobres, instituição de correção, albergue ou hospital. Todas essas invenções modernas, a despeito de suas funções designadas, eram também (e talvez, acima de tudo), *fábricas de ordem*, instalações industriais produzindo situações em que a regra substitui o acaso e a norma ocupa o lugar da espontaneidade; situações em que alguns acontecimentos têm elevada probabilidade, enquanto outros são virtualmente impossíveis. Para exprimir resumidamente, eram fábricas de situações *previsíveis* e, por conseguinte, *controláveis* [...] (grifo do autor).

Tal estrutura institucional formada,

[...] tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. Um saber que tem agora por característica não mais determinar se alguma coisa se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não, etc. Esse novo saber não se organiza mais em torno das questões “isto foi feito? quem o fez?”; não se ordena em termos de presença ou ausência, de existência ou não existência. Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer (FOUCAULT, 2001, p.87).

Porém, considero que a escola não se constitui apenas como lugar de restrição, mas principalmente, como **produção de subjetividades** (conforme por ser

visto VEIGA, 2002; SARAIVA E VEIGA-NETO, 2009; GALLO, 2010). É dentro desse lugar que sujeito se conceberá enquanto “indivíduo” – ou Um – e formará uma imagem de si como dono e construtor da própria vida dentro dos valores de nosso contexto moderno.

Esse processo se dará através uma série de dispositivos pedagógicos que terminam por interferir nas possibilidades de atuação do sujeito. Uma delas é o currículo escolar. Segundo Veiga-Neto (2002, p.164), “o currículo engendrou – e de certo modo ainda engendra – rotinas e ritmos para a vida cotidiana de todos aqueles que, direta ou indiretamente, têm algo a ver com a escola”. Nesse sentido, ele fornece a base para uma intervenção na relação espaço-tempo dos sujeitos que fazem parte do contexto escolar.

Essas alterações podem ser concebidas a partir de diferentes pontos de vista. O que vemos em nosso modelo societário é um desdobramento do controle disciplinar para a própria vida, onde “[...] é impossível escapar, e assim, impedem efetivamente o acesso a qualquer forma de vida” (BAUMAN, 2007, p.53). Cada arquitetura escolar, por exemplo, demarca um tipo de concepção de homem e um fim último aos processos interiores ao espaço institucional.

Isso pode ser observado, a partir da educação infantil no qual encontramos a existência de uma série de rituais diários a qual se dá o nome de “rotina”. Segundo Zabalza (1998, p.52) ela desempenha um papel importante ao definir o contexto no qual as crianças se movimentam e agem em um determinado espaço.

[...] As rotinas atuam como as organizações estruturais das experiências cotidianas, pois esclarecem a estrutura e possibilitam o domínio do processo a ser seguido e, ainda, substituem a incerteza do futuro [...] por um esquema fácil de assumir. O cotidiano passa, então, a ser algo previsível [...].

Ao discutir como a rotina é operacionalizada na prática escolar, Barbosa (2006) afirma que ela pode ser descrita desde o trabalho realizado pelos técnicos até a elaboração de normas internas a serem seguidas por todos os membros que atuam no contexto escolar. A autora descreve que dentre os fatores condicionantes da maneira de organizar a rotina estão o modo de funcionamento da instituição, o

horário de entrada e saída das crianças, o horário de alimentação e o turno de trabalho. Somado a este ponto, afirma que

Ainda pode ser apontado como características das rotinas o fato de elas conterem a ideia de repetição, de algo que faz resistência ao novo e que recua frente à ideia de transformar. Outra característica é que as rotinas são criadas a partir de uma sequência de atos ou de um conjunto de procedimentos associados que não devem sair de sua ordem; portanto, as rotinas têm um caráter normatizador.

Dessa forma, podemos observar que a rotina pedagógica é um elemento estruturante da organização institucional e de normatização da subjetividade das crianças e dos adultos que frequentam os espaços coletivos de cuidados e educação (BARBOSA, 2006, p.45).

Como foi apontado, torna-se necessária a construção de discursos que fundamentem a importância da rotina dentro da instituição escolar, ao mesmo tempo, em que se demarca um lugar para a criança considerada como ser em desenvolvimento e imatura para o enfrentamento para a imprevisibilidade da vida. Por essa razão, frente a tal processo de individuação em curso, formula-se uma falsa ideia de regularidade que fornece as bases para a construção de ideias acerca do mundo em que este ser está inserido.

É possível observar esses microdispositivos de disciplinamento realizado pela escola ao *infans* a partir da descrição realizada por Barbosa e Horn (2001, p.70-71) ao apontarem de forma pormenorizada as possibilidades de organização do trabalho pedagógico na educação infantil:

- Chegada dos educadores e organização da sala e dos materiais, combinações sobre o trabalho.
- Recepção das crianças, contato com os familiares, verificação das agendas, brincadeiras livres das crianças nos diferentes espaços da sala.
- Café da manhã.
- Brincadeiras ao ar livre (no verão) brincadeiras na sala (em dias frios) (cuidar com as variações das estações do ano).
- Higiene e troca de fraldas.
- Repouso (opção de atividade para os que não dormem).
- Almoço/troca de fraldas (ou uso de privadas e penicos, sempre que possível).

- Registro ou troca de informações orais entre educadores na mudança de turno ou escala de almoço.
- Reorganização da sala e interação entre as crianças, à medida que acordam.
- Lanche
- Brincadeiras livres no pátio ou na sala de aula.
- Atividades coletivas ou opções individuais (organização de diferentes materiais para interação entre as crianças)
- Higiene e troca de fraldas e jantar.
- Reorganização da sala e brincadeiras de livre escolha.
- Saída.

Em síntese, como aponta Bujes (2002, p.165),

[...] o sujeito infantil, tal como o conhecemos hoje, vai resultar de atividades que envolvem a linguagem tais como: contar, listar, agrupar, chamar, dar ordens, cantar, contar, confessar, examinar, diagnosticar, fazer um relatório, planejar uma aula, montar um currículo, realizar uma pesquisa....

Os apontamentos acima, conforme indica Veiga (2002), fazem alusão ao objetivo último da escola, **a pedagogização da vida humana**, ou seja, fazer a passagem do projeto de humanidade à atuação enquanto indivíduo socializado. Isso pode ser visto na educação infantil (conforme indicado nos exemplos anteriormente citados) como também em qualquer prática relacionada às estratégias educacionais formais.

Em termos práticos, tal processo envolve o desenvolvimento de tecnologias direcionadas aos indivíduos por diferentes instituições sociais que direcionam a conduta humana tendo por foco uma concepção humana a ser disseminada e materializada em toda a sociedade. No que diz respeito à escola,

[...] Todas essas invenções modernas [...] colocavam os pupilos sob a mira do diretor ou supervisor, de quem se esperava que se punisse as más ações e recompensasse as boas; todas elas expunham os pupilos a pressões e estímulos cuidadosamente escolhidos, ao mesmo tempo que tentavam com empenho neutralizar as outras influências, não-planejadas e desintegradoras. Todas elas, portanto, cuidavam da coerência e coesão das condições, na esperança de que a unidade das

circunstâncias resultasse na uniformidade da conduta dos pupilos (BAUMAN, 1998, p.163).

Bauman em diversos momentos de sua obra (2009e; 2010c; 2011a) faz uma análise sobre a educação. Em uma dessas passagens, indica que a função do professor, no que diz respeito à disciplina, era respeitar um projeto que possuía um alvo muito bem demarcado, que determinava o percurso preciso a ser adotado ao longo do processo pedagógico em execução. Isso por ser visto, por exemplo, no plano de aula ou do currículo escolar (em um plano mais amplo).

Por essa razão, necessita-se da transformação da criança em aluno na qual o sujeito constrói uma nova referência sobre si como eu disciplinado seguidor de regras de conduta que demarcam a previsibilidade da vida humana ao mesmo tempo em que indicam a existência de um indivíduo. É o processo que Rose (1998, p.43) descreve como a formação subjetiva que não pode ser tomada como fruto de um mero controle externo:

[...] Esse sujeito cidadão não deve ser dominado no interesse do poder, mas deve ser educador e persuadido a entrar numa espécie de aliança entre objetivos e ambições pessoais e objetivos ou atividades institucionalmente ou socialmente valorizadas. Os cidadãos moldam suas vidas através das escolhas que fazem sobre a vida familiar, o trabalho, lazer, o estilo de vida, bem como sobre a personalidade e sua expressão [...].

Dentro de tal perspectiva, vemos que o processo de educação humana – que em suma, se materializa como um processo de socialização – é entendido como um horizonte restrito de ações consideradas como possíveis e viáveis ao vivente. Dessa forma, a concepção de mundo de um tempo acaba sendo atravessado pelos valores de sua época de forma radical, o que leva os indivíduos a tomarem como algo próprio e ideal a ser seguido.

No que diz respeito a sua função social, Bauman (2010a, p.101) afirma que

A educação foi antes uma reflexão posterior, uma resposta do tipo "gerenciamento da crise", uma tentativa desesperada de regulamentar o desregulamentado, de introduzir ordem numa realidade social que antes

já fora expropriada dos seus próprios dispositivos de auto-ordenamento [...].

Voltamos, então, a questão de qual é a direção indicada pelos caminhos de constituição humana em nossos tempos, ponto considerado fundamental para a formação dos educadores. Zancanaro (2010, p.103, grifo meu), descreve a rota que iremos percorrer: “é da relação entre liberdade e valores que caracterizamos a crise da sociedade contemporânea, como uma crise de escala ou na hierarquia de valores do homem. Na atual civilização do **consumo e do ter**, recebem primazia os **valores úteis e econômicos**”. Para que tal processo aconteça, um dos dispositivos necessários é a inserção da ideia de “liberdade”.

Até o momento, vimos que cada contexto sócio-histórico delimita um papel e/ou lugar para os viventes de seu tempo. Levantamos também, as estratégias de execução de tal modelo, que implica na construção de uma tecnologia para colocar esse projeto em andamento. Isso implica na internalização de certos valores, o que configura a formação de uma dada conduta a ser adotada pelo vivente. Vê-se, portanto, que as instituições ocupam o espaço de acompanhamento desse percurso.

O problema de nosso tempo é que há uma relação ambígua quanto a sensação de ser controlado. Por isso, mais do que construir um caminho a ser seguido por cada um, observamos a preocupação com a existência de uma sensação de sermos livres e de executarmos as tarefas da vida como sendo realizadas de acordo com a própria vontade.

Do ponto de vista moderno, “tendemos a chamar de liberdade a ausência de restrições e limites obstrutivos e insidiosos [...] o desaparecimento milagroso de normas e limites era uma visão sedutora quando a vida era vivida com um temor diário da transgressão [...]” (BAUMAN, 2008c, p.60).

É a partir dessa ideia que se devolve a concepção de “emancipação”. “Ser livre” é construir a capacidade a capacidade de autônomo, característica observada em diferentes perspectivas educacionais como objetivo pedagógico (confirme indicada por SILVA, 2008).

Porém, a ilusão de liberdade completa, “[...] só pode ser imaginada (embora não praticada) como **plena solidão: abstenção total de comunicação com outras pessoas**. Tal estado é insustentável mesmo em teoria [...]” (BAUMAN, 1989,

p.84, grifo meu). Não podemos negar que, em vista da impossibilidade de atingir tal ideal, tem-se construído tentativas para resolução dessa questão.

Se as regras estão intimamente relacionadas com a existência e convívio com outras pessoas, encontramos aqui o que impossibilita a condição de ser livre, talvez a principal saída seja deixá-los o mais distante possível. Assim, se o controle implica a existência de outros, então, uma das estratégias adotadas na sociedade atual para o aumento da liberdade é a defesa de diminuição das políticas de ajustamento e disciplina⁴, o que se pressupõe a abertura do indivíduo novas possibilidades de experienciar a liberdade.

Um exemplo disso por ser observado no que chamamos de “perda do poder parental” que não é apenas uma questão do ponto de vista jurídico, mas principalmente de posicionamento subjetivo. Ela é descrita como a sensação de incapacidade/dificuldade em educar seus filhos, o que em última instância, significa fornecer a eles parâmetros relacionais que favoreçam a vivência com o outro.

Em decorrência disso, temos visto o que é chamado de desaparecimento de infância pela supervalorização da ideia de autonomia e liberdade. Assim, é dado à criança o poder de decidir sobre a própria vida sem oferecer a ela referências para a realização de tal escolha. Como consequência, não se tem uma alteração significativa da estrutura de controle, mas sim, a inversão do direcionamento do vetor do poder da criança para o adulto.

Quanto ao contexto escolar, os elementos indicados acima geram elementos de interesse para o educador sob a égide de temas como a indisciplina escolar ou ainda como a execução de estratégias escolares como, por exemplo, as chamadas “escolas de pais”, nas quais são transmitidas estratégias dos especialistas à educação das crianças no ambiente familiar.

Retomando o debate acerca da liberdade, o discurso que aqui se coloca poderia ser expresso pela diretriz “deve-se dar sempre o direito do indivíduo escolher”, o que aponta para um aumento do controle de cada um em relação aos agentes relativos ao mundo que o cerca. Temos aqui dois problemas. O primeiro é que as instituições sociais “[...] costumam atuar como se houvesse um pressuposto de liberdade entre seus membros, mesmo que suas práticas não estejam de acordo com suas próprias

⁴ Sobre essa questão, é importante destacar que no mundo contemporâneo a perda de referências de controle quando levada para a dimensão mercadológica, gerará efeitos que tenderão a gerar impactos ao próprio sentido de vida comunitário-institucional, como por exemplo, no fortalecimento da vida para o consumo, que será discutida no capítulo II.

expectativas [...]” (BAUMAN E MAY, 2010, p.92), ou seja, há um mascaramento institucional do controle pelo discurso de “ser livre”.

O segundo ponto, é que “todo aumento de liberdade pode ser interpretado como uma redução da segurança [...]” (BAUMAN, 2009e, p.53). Forma-se uma sensação subjetiva de incerteza que leva ao ressurgimento do sentimento de medo. Bauman trata dessa temática em diversos momentos em sua obra. Em um desses momentos (1999a), indica que deriva da condição de ser responsável por si mesmo, gerando como desdobramento, uma forte sensação de impotência e um efeito paralisante ante a possibilidade do fracasso.

Ou seja, medo é “[...] o nome que damos a nossa incerteza; nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver ao nosso alcance” (BAUMAN, 2008c, p.8). Ele surge não apenas referente às coisas das quais não se tem certeza – e que exigem atenção imediata – como também das coisas que ainda não se sabe que não se tem certeza: “[...] a variedade de incerteza mais traiçoeira é aquela que nos assusta menos ou não nos assusta de todo, a incerteza da qual, perigosamente, ainda não temos certeza” (BAUMAN, 2011a, p.87).

Segundo o mesmo autor (2009a, p.23), no que diz respeito ao medo no contexto atual, “[...] a vida está supersaturada de apreensões obscuras e premonições sinistras, ainda mais aterradoras por sua inespecificidade, seus contornos difusos e suas raízes ocultas”. Encontra-se, então, como forma de enfrentamento, a sociedade administrada oferece a disciplina, a partir da qual se realizada uma busca onde “[...] a certeza e restaurada por forças externas ao indivíduo – a partir *de fora*” (BAUMAN, 2011b, p.147)

De forma radical, acerca das mudanças no contexto social e sua relação com o medo, afirma Charles (2004, p.28):

O que mudou principalmente, foi o ambiente social e a relação com o presente. A desagregação do mundo da tradição é vivida não mais sob o regime da emancipação, e sim o da tensão nervosa. É o medo o que importa e o que domina em face de um futuro incerto [...] Narciso é doravante corroído pela ansiedade: o receio se impõe ao gozo, e a angústia, à libertação.

Aqui pontuo um papel fundamental para a educação. Como afirma Passeti (2004, p.151),

Prevenir pela boa educação é a maneira ética de responsabilizar cada um pelo desassossego provocado com o prazer de assustar, ainda que para isso seja necessário aterrorizar difundindo o medo dos fantasmas, dos sons, dos monstros noturnos, dos esfarrapados, dos pobres que podem te assaltar, dos miseráveis, dos outros [...].

Bauman (2008c, p.36) coloca que “[...] a incerteza de hoje é uma poderosa força individualizante [...]”. Dessa forma, a vivência do medo é vista, de certa forma, como constitutiva do **indivíduo**. No contexto da sociedade contemporânea, cada um é incentivado a olhar para si mesmo, examinar os seus medos, analisar possibilidades de vencê-los e atuar em um mundo ambivalente que mostra a vulnerabilidade da existência. Sob esse prisma, a liberdade não é algo que se encontra dada enquanto premissa de vida, mas sim, a ser conquistada, dependendo da capacidade do indivíduo de aproveitar as possibilidades a ele dadas.

Assim, o ponto chave da discussão está na relação da liberdade com a individualidade, entendida como “[...] o produto final de uma transformação social disfarçada de descobrimento pessoal [...]” (BAUMAN, 2009e, p.32, grifo do autor). Ao olhar para dentro, se examinar e construir um saber de si mesmo está sendo realizada a preparação para atuar a partir de um querer direcionado ao próprio bem-estar (atrelado aos bens de consumo), de um lado e para o bem social, por outro.

Tem-se um direcionamento “para dentro”, para o campo do privado. Segundo Bauman (2011b, p.152) essa “privatização da vida” (característica também observada no diagnóstico da modernidade realizado por outros autores como Richard Sennett e Hannah Arendt) se trata de uma ideia importante porque se refere

[...] não apenas a derrubada da responsabilidade pelos espaços de poder societal concentrado e o abandono das questões de integração social e reprodução sistêmica ao jogo livre da iniciativa privada. Essa privatização vai mais fundo. Os processos são agora em grande parte *des-institucionalizados*, construídos do zero, a partir de esforços individuais, de faça-você-mesmo, da autoformação [...]. Toda sua enorme pressão tomba diante do indivíduo praticamente isolado, e precisa ser repetida ou neutralizada pela ação individual (grifo do autor).

Demonstrar a liberdade interna significa exteriorizar-se publicamente. Através desse processo, “[...] a liberdade da humanidade tem sido traduzida como a liberdade de cada um de seus membros componentes [...]” (BAUMAN, 2009a, p.77). Nesse panorama, a liberdade é medida através da potencialidade de atuação no mundo da vida. O problema é que encontramos na contemporaneidade uma forte tendência a diminuir o mundo da vida em um grande mercado de bens de consumo, retirando da interação homem-mundo a dimensão política inerente ao mesmo (o que parece ser um desdobramento da queda das ações interventivas institucionais).

Aponta Bauman (2009b, p.22), que a sensação de ser livre “[...] implica alcançar um equilíbrio entre os desejos, a imaginação e a capacidade de atuar [...]”. Esse equilíbrio é essencial, pois fora dele, o indivíduo viveria o mal-estar daqueles que não sabem utilizar a condição de ser livre na configuração do próprio viver. O que não entra no cálculo é que o equilíbrio é impossível já que estar em sociedade demanda abrir mão tanto de certos desejos, no que diz respeito a possibilidade de materializá-los. Adentramos aqui no problema na felicidade que está discutido no próximo capítulo.

O projeto de liberdade coletiva parece perdido em nossos tempos, sendo substituído por outro, sob uma perspectiva individualista. Temos um choque: de um lado, o indivíduo livre; de outro, a sociedade que coloca tal limitação. Vemos esse processo em toda a configuração societária que Bauman (2008b; 2009b) indicou como possuindo a característica de solidez, própria das sociedades institucionalmente organizadas: há sempre alguém que cerceia o direito de ser livre. Forma-se uma concepção de mundo dual e essencialmente, conflituosa⁵.

Porém, vivemos com os outros. Haveria formas, então de conciliar essa condição? Colocando em segundo plano a impossibilidade de resolução da questão, a sociedade contemporânea, oferece em termos discursivos, a saída para o problema na formulação da ideia de liberdade pluralista baseada em uma visão uniforme do eu, a partir da qual, a sociedade de consumidores “[...] define a escolha não como a liberdade de escolher uma linha de ação em vez de outra mas como liberdade de escolher todas as coisas simultaneamente [...]” (LASCH, 1990, p.29). Pode-se afirmar que a modernidade empreendeu um processo que consistiu

⁵ Essa concepção pode ser vista, por exemplo, tanto na teoria marxista referente a divisão entre burguesia e proletariado, como na teoria freudiana no embate entre inconsciente e recalque. É possível observar que tais teorias oferecem uma leitura dualista da realidade humana que parece ser seguida por Bauman a partir de uma lógica diagnóstica que confere ao mundo um funcionamento que oscila entre submissão a um modo de funcionamento societário e a liberdade, enquanto sentido da ação individual.

[...] no deslocamento da heteronomia humana individual e coletiva por uma autonomia individual e coletiva (uma autonomia da espécie humana no que diz respeito aos riscos e às contingências da natureza e da história, e uma autonomia das pessoas com respeito às pressões e restrições externas criadas pelo homem). Com esta autonomia de dupla vertente se previa (e se desejava) produzir e assegurar uma liberdade de autoafirmação com um duplo nível simultâneo e análogo: o do conjunto da espécie e o individual (BAUMAN, 2010d, p.163).

A novidade de nosso contexto atual é que maioria talvez acredite que esse processo não terá uma finalização possível e, se assim o for, talvez não seja de interesse dos indivíduos envolvidos participarem do mesmo. Se a questão é o indivíduo, deve-se tomar como problemático aquilo que cria empecilhos para a ação. No contexto em que vivemos, para “ser livre”, é necessário conceber um mundo sem barreiras, no qual,

[...] Qualquer trama densa de nexos sociais, e particularmente uma rede territorialmente enraizada, implica em um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em nome de uma maior e constante fluidez, que é a principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade [...] (BAUMAN, 2009b, p.19-20).

O autor (1999a, p.76-77) aponta que “uma das consequências mais fundamentais da nova liberdade global de movimento é que está cada vez mais difícil, talvez até mesmo impossível, reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva”. Isso nos mostra o direcionamento de um olhar para dentro que se fecha em si mesmo, ou seja, que demarca uma distância do outro.

Porém, em vista da crise institucional, encontramos certa dependência psicológica pela busca do controle de variáveis que ultrapassam o indivíduo. A liberdade, nesse plano, é próxima do ideal de onipotência, entendido como ser capaz de determinar o espaço a volta. Por essa razão, a ordem é necessidade fundamental. “Ter uma estratégia” indica a leitura de variáveis futuras que formulam a construção de planos de ação no presente.

A principal delas está relacionada com a ideia de “prevenção”. Por isso, na sociedade moderna, torna-se necessário conceber o futuro enquanto possibilidade, o que é materializado no que chamamos de “contrato”. Assim, “ser livre”

é possível desde que sejam seguidas as cláusulas contratuais. Tal política relacional oferece a suposta garantia de uma “estabilidade impossível”, fazendo com que cada um saiba exatamente o quanto se está abrindo mão da própria liberdade em cada relação estabelecida.

Quanto a essa questão, chega-se ao último ponto sobre o sentido de “ser livre” em nosso contexto atual, que pode ser vista na afirmação de que “[...] os custos de se arcar com as consequências não precisam agora ser contabilizados no cálculo da ‘eficácia’ do investimento [...]” (BAUMAN, 1999a, p.16). Tal assertiva pode se mostrar como paradoxal já que aponta a atuação deixando de lado as possíveis mazelas derivadas do ato. Trata-se aqui de uma atuação da afirmativa utilitarista “os fins justificam os meios”, que unida a objetivação do mundo (incluindo as pessoas) nos coloca uma plataforma problemática ao pensar o futuro próximo.

Concluo a partir das pontuações realizadas que em nosso contexto societário, o problema da formação humana – em especial, referente àquela realizada na escola - é entendido como uma questão de gerenciamento, não sendo realizadas análises de premissas ou finalidades, mas apenas do método a ser aplicado ao longo do processo (o que acaba por se configurar como estratégia de controle). É por essa razão, que vejo a preocupação do professor em “como ensinar” sem necessariamente se preocupar com o “por que”, “para que”, “para quem”.

Talvez as causas disso estejam na responsabilização subjetiva do educador que coloca a este como principal agente do sucesso ou fracasso do processo educativo formal, cabendo a ele buscar estratégias para a resolução direta das dificuldades por ele encontradas. Ainda que os problemas, riscos e contradições sejam ainda produzidos socialmente, o dever de lidar com eles tem passado pelo processo de individualização. Afinal de contas, a responsabilidade é de cada um, solitariamente.

O fato de homens e mulheres não terem ninguém para culpar por suas frustrações e problemas não significa, agora não mais do que no passado, que eles possam se proteger contra a frustração usando suas próprias utilidades domésticas, ou furtar-se dos problemas, como o barão de Munchausen, puxando-se pelas alças das botas (BAUMAN, 2008c, p.64).

Forma-se um panorama que, ainda que possa trazer possíveis benefícios em curto prazo, pode em um espaço de tempo mais longo gerar

consequências nefastas. Uma delas já pode ser vista: somos uma sociedade tipicamente fóbica, ou seja, vivemos sobre a tutela do medo já que, em tempos de mudanças, nada dura muito tempo para se tornar verdadeiramente familiar e configurar um lugar de segurança (BAUMAN, 2003).

Temos uma relação ambivalente com o futuro e acreditamos que um dia, ele trará soluções para as questões que ainda não somos capazes de resolver. O problema é que não é levado em conta que as ações realizadas hoje (o que implica também no não agir) geram impactos. O medo do escuro ultrapassou o limite da luz.

Isso se deve ao fato de que prezamos pela capacidade de flutuação e parece que não conseguimos mais abrir mão de tal condição. O que é necessário conceber é que

[...] Se a liberdade de escolha é concedida em teoria, mas inalcançável na prática, a dor da desesperança sem dúvida receberá uma camada de humilhação e infortúnio. A verificação diária da habilidade de lidar com os desafios da vida é, afinal, a estação de trabalho por excelência em que a autoconfiança dos indivíduos, e também sua autoestima, se fundem - ou derretem [...] (BAUMAN, 2010c, p.57-58).

Assim, configura-se um mapa no qual se torna necessária uma maior apreensão de si desde que atrelado a ampliação do que somos, o que inclui necessariamente a nossa impotência e vulnerabilidade. É tal condição que possibilitará o contato com o diferente e a formação de condições para o encontro com o outro observado nas relações de amizade.

A partir disso, a liberdade torna-se um dos suportes fundamentais para a expressão de tais mudanças. Entendo que o exercício da liberdade, como indica Bauman (2009b) não pode ser entendido como algo que se obtém contra a sociedade ou contra o indivíduo. O autor (2009a, p.15) aponta que “[...] toda liberdade individual somente pode ser produto do trabalho coletivo⁶ (somente pode ser conseguida e garantida coletivamente). Hoje nos deslocamos até a privatização dos meios de assegurar-garantir a liberdade individual [...]” gerando impactos para as relações

⁶ Em outra passagem, Bauman (2008b, p.77) discute a questão da seguinte forma: “[...] a autonomia da sociedade (a capacidade de trocar das coisas) e a autonomia de seus membros (a capacidade de eleição do que se deve trocar) são condições indispensáveis de uma a outra. Somente pode alcançá-las conjuntamente; e conjuntamente perdem intensidade e se apagam [...]”.

humanas: perda da qualidade dos laços, processo esse que vem sendo reiterado pela instituição escolar.

Conforme tenho pontuado ao longo desse capítulo, a apresentação de um contexto educativo-formativo permeado por práticas institucionais que possuem por base a ordem e o controle dos processos serviu de base para a construção de uma sociedade planejada. Porém, “[...] o desejo de ordenar ao mundo é custoso não só para nós mesmos como também para as pessoas e coisas que acreditamos causa de distúrbio na harmonia” (BAUMAN E MAY, 2010, p.63).

Assim, as mudanças observadas tentam minimizar, não sem efeitos colaterais, pela flexibilização das relações, a obsessão pela ordem. A grande questão que colocamos agora é como é possível construir um modelo educativo permeado pela descartabilidade que engloba o novo indivíduo, de forma a mantê-lo preso em uma falsa ideia de liberdade, felicidade e conhecimento de si. Será necessário conceber novas ferramentas que possibilitem a ele diferentes formas de ação que possam ultrapassar a reprodutibilidade da experiência própria, traço característico do mundo consumo.

A partir dos elementos indicados acima, entendo que o conceito de liberdade proposto pela sociedade contemporânea está intimamente relacionado com a ideia de não ter barreira para a execução de possíveis experimentações: “[...] dar passos corretos e equivocados, liberdade de acertar e falhar, liberdade de inventar, provar e contrastar variedades continuamente novas de experiências prazerosas e gratificantes [...]” (BAUMAN, 2010a, p.167).

Assim, ao mesmo tempo em que nos encontramos imersos em linhas que demarcam formas de conduta, caracterizadas pela reprodução da vida, conceber a possibilidade da liberdade implica em vislumbrar alguns lugares nos quais é possível ser de outra forma do que comumente ou cotidianamente se é, reinserindo no jogo da vida, novas formas de atuação. Ser livre nesse prisma não é uma condição ou algo que remeta a essência humana, mas sim, um exercício, permeado por restrições e discursos aos quais não é possível permanecer alheio.

A educação representa o conceito de uma sociedade administrada (BAUMAN, 2010a). Nesse panorama, o projeto educacional moderno possui como estratégia racional, ser capaz de prescrever fins pretensamente benéficos do ponto de vista individual. O que veremos a seguir é que tal projeto será colocado em questão na contemporaneidade por um modelo societário cada vez mais imediatista.

Isso trará mudanças importantes no que diz respeito à formação docente. No contexto da sociedade administrada, a ciência fornecia as bases para a educação sólida a ser executada na escola e por essa razão, a atuação do educador expressava a linearidade própria ao ordenamento, sequenciação e racionalização do trabalho pedagógico, havendo uma distância relativamente segura entre conhecimento e conhecedor e entre educador e educando.

Cada vez mais, não basta ao educador possuir apenas esse tipo de conhecimento. Parece que algo permanece em falta. Há a necessidade de envolvimento, abertura ao outro para poder conhecê-lo em sua particularidade e necessidades. Ao mesmo tempo em que encontramos a abertura a uma esfera relacional, a educação, enquanto projeto de coletividade, passa a ser pensada em termos cada vez mais individuais, remetendo ao mundo interno do aluno.

Isso que pode ser visto, por exemplo, na multiplicação de materiais de especialistas (na concepção moderna do termo) referente às interferências emocionais dos alunos na aprendizagem ou ainda na inserção de discursos psicopedagógicos a partir da preocupação com as dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem, que a partir de uma pretensa origem psiconeurológica, interfere na ação do educador em sala de aula. Observa-se que, tais discursos apontam para um mundo que está “dentro do aluno”, que precisa ser explorado, conhecido e manipulado.

O movimento apontado vem ao encontro ao processo de transformação sistemática da educação em mercadoria, não apenas enquanto financiamento, mas principalmente pela inserção de tal lógica a própria dinâmica pedagógica. Enquanto produto a ser consumido, os conhecimentos escolares precisam remeter a possíveis soluções às inconstâncias da vida. Se a escola não responder a tal processo, pode tornar-se obsoleta. É esse processo que veremos no próximo capítulo.

Vimos nesse capítulo os fundamentos da sociedade administrada, entendida como modo fundamental de funcionamento dos tempos sólidos, equivalentes à modernidade clássica. No contexto descrito, é elaborada e executada a construção de um indivíduo livre e capaz de guiar sua própria vida. Tal elemento ganhará novos contornos na sociedade líquido-moderna. Afirma Bauman (2009b, p.43):

A individualização chegou para ficar; toda elaboração sobre os meios de fazer frente ao impacto sobre o modo como levamos nossas vidas deve partir da aceitação desse fato. A individualização concede a um número sempre crescente de homens e mulheres uma liberdade de

experimentação sem precedentes - mas [...] também carrega a tarefa sem precedentes de enfrentar as consequências. O abismo que se abre entre o direito a autoafirmação e a capacidade de controlar os mecanismos sociais que a fazem viável ou inviável parece ser a principal contradição da modernidade fluida – uma brecha que por tentativa e erro, reflexão crítica e abertura a experimentação, precisamos aprender a manejar coletivamente.

Essa questão, por sua vez, remete a transformação da liberdade em assertiva individual (e, portanto, de dimensão privada), direcionada para o consumo, que exclui o outro. Esse ponto leva a reconfiguração do sentido político de nosso tempo ao colocar no mesmo patamar consumo e cidadania:

O consumidor é inimigo do cidadão [...]. As liberdades dos cidadãos não são propriedades adquiridas para sempre; não se trata de pertences que se encontram seguros enquanto estão guardadas em caixas fortes privadas. Estão colocadas e arraigadas no substrato sociopolítico e este tem que ser fertilizado diariamente; se não recebem os cuidados devidos dia após dia (em forma de ações informadas a cargo de um público entendido e comprometido), acabam secando e desintegrando-se (BAUMAN, 2009e, p.167).

É a partir das questões apontadas acima que desdobraremos os próximos capítulos para compreender os caminhos possíveis da amizade e sua relação com a dimensão escolar. Vimos até o momento que a sociedade moderna se configurou pela égide da racionalização e disciplina, o que teve como uma de suas consequências a construção do ideário de liberdade utilizado como suporte ao individualismo.

É por esse contexto que Bauman (2009e) afirma que uma das características fundamentais do homem moderno é a sua necessidade de escolher. O *homo eligens* sofre da angústia de saber que aquilo que em um momento pode ser considerado bom, em outro, pode ser reclassificado como um veneno. “Não parece haver nenhuma ilha estável e segura entre tanto mar” (p.158).

Importante notar que tal elemento deriva do próprio funcionamento da sociedade administrada que culmina no que Bauman chamará em sua obra de “ambivalência”:

A deformação da vigilância e do treinamento socialmente administrados para o automonitoramento e o autotreinamento cancela a distinção entre sujeito e objeto, entre ator e objeto da ação; anula mesmo a distinção entre fazer e sofrer, entre ação e seus produtos. O que antes costumava ser uma contradição torna-se uma aporia: o confuso estado de uma ambivalência ao estilo areia movediça que nunca será resolvido, uma vez que cada tentativa de sair só resulta em afundar cada vez mais na lama (2011b, p.162)

Neste ponto, é possível observar claramente a primeira coordenada referente a busca do sentido da amizade a partir da obra de Bauman. Apontei na “Introdução” que o autor aponta a amizade como o lugar para sobrevivência à configuração do mundo líquido-moderno.

O que demonstramos aqui é o fato de que a liberdade de escolha não garante nossa liberdade de efetivamente atuar sobre essas escolhas nem assegura a liberdade de atingir os resultados desejados. Mais que isso, demonstramos que o exercício de nossa liberdade pode ser um limite à liberdade alheia. Para sermos capazes de agir livremente, precisamos ter mais do que *livre-arbítrio* (BAUMAN E MAY, 2010, p.36, grifo dos autores).

O que foi desenvolvido ao longo desse capítulo foi o mapeamento de uma “primeira história” (nos termos do autor) que oferece as bases de compreensão diagnóstica do contexto em que vivemos e que ganha novos contornos com o desenvolvimento da sociedade de consumo.

CAPÍTULO II

O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Até o momento, vimos que a construção do que chamamos de “indivíduo” na modernidade passa pelo atravessamento de uma série de dispositivos de poder presentes em diferentes instituições sociais (como por exemplo, a escola) que forjam possibilidades de atuação de cada projeto de sujeito – ou subjetividade - dentro da sociedade em que vivemos. Dentre esses dispositivos, têm-se não apenas a construção de instituições disciplinares, como também, a valorização da liberdade, como fim último das ações individuais.

A próxima coordenada que nos permitirá aproximar do lugar da amizade na sociedade contemporânea é compreender a relação entre o indivíduo, o contexto chamado de “líquido” e aquilo que nomeamos de “sociedade de consumo”. Esta última parece ser o desdobramento da direção que temos dado aos procedimentos de controle.

Esse capítulo investiga a possibilidade de conceber a questão do consumo como um fim último que justifica e mantém a construção de mecanismos de disciplinamento interno no contexto atual. A resposta nos aponta a relação entre a formação de uma sociedade de controle e a lógica de consumo.

Nos dias de hoje, é possível observar que uma resposta recorrente para essa questão pode ser encontrada no crescente apelo ao consumo. É como **se a posse de bens e mercadorias ajudasse a dizer algo sobre o sujeito**, ligando-o a uma referência identitária circunscrevendo os espaços que ele pode ou não frequentar, bem como definindo seu status perante os outros.

A busca de uma verdade sobre si mesmo, que seria supostamente alcançada pela aquisição das mercadorias ou pelo acesso aos serviços, envolve uma tarefa exaustiva e infinita, visto que as ofertas são frequentemente renovadas em um mercado dinâmico que, a cada momento, promete algo novo [...] (MANSANO, 2009b, p.73, grifo meu).

Ou, como indica Bauman (2010b, p.29), “[...] a fonte primária de acumulação capitalista se transferia da indústria para o mercado de consumo” ou, de

outra forma, “[...] de uma sociedade vista como um produto coletivo de trabalho compartilhado para uma sociedade percebida como um contêiner de mercadorias a se ganhar [...]” (2010d, p.79), voltada, portanto, para preocupações consumistas que tendem a exigir a construção de estratégias de sobrevivência que visem atingir tais fins.

No contexto indicado, observo que a dinâmica da vida é baseada em relações (inclusive as de cunho interpessoal), que são colocadas no mesmo patamar dos objetos de consumo. Por essa razão, como afirma Veronese (2008, p.6), “[...] um certo tipo de consumo é ensinado e aprendido como forma cultural [...]”, servindo de base para a produção de subjetividade no contexto da sociedade capitalista. Assim, estabelece-se um crivo de entendimento de si marcado pela mobilidade, efemeridade, controle de riscos e afastamento de qualquer tipo de malestar¹.

Nessa direção, Bauman (2010a, p.75-76) indica que o advento da sociedade de consumidores gerou efeitos importantes para outras dimensões da vida humana:

[...] o dismantelamento cada vez mais evidente do sistema de regulação normativa e, através desde, a liberação de porções cada vez mais extensas da conduta humana das cadeias de modelação, a supervisão e a vigilância policial coercitiva, e a regulação de um número crescente de funções anteriormente socializadas no terreno da política da vida individual. Em um cenário desregulado e privatizado, centrado nos interesses e preocupações consumistas, a responsabilidade imediata pelas escolhas (pela ação que segue a eleição e pelas consequências de tais ações) se faz recair em cheio sobre os ombros dos atores individuais [...]

Como resultado disso, temos a constituição de um panorama no qual

As relações de poder “novas e melhoradas” seguem o padrão do mercado dos bens de consumo que põe a sedução e o atrativo no lugar que antes ocupava a regulação normativa, e que substitui o ditado de ordens por relações públicas, e a vigilância e a patrulhagem pela criação de necessidades [...] (BAUMAN, 2008b, p.49).

¹ Quanto a essa questão, afirma Bauman (2010c, p.84) que se trata de “[...] uma cultura que promove uma estratégia de vida concentrada na base da busca da sensação de prazer e na aptidão física, compreendida como a capacidade de absorver essas sensações e desfrutá-las de forma plena”.

Esse é o caminho que começo a fazer a partir de agora: a compreensão do consumo enquanto modo de vida que confere um olhar sobre aquilo que Bauman chamou de “modernidade sem ilusões” (PALLARES-BURKE, 2004). Como ponto de partida, é importante destacar que não podemos identificar “consumo” com “consumismo”. Na carta 17 sobre o mundo líquido (2011a, p.83), Bauman indica que consumir é algo próprio da vida, é uma necessidade. Porém, o consumismo vai muito além do consumo já que rebaixa todos os outros aspectos da vida para um nível secundário, promovendo “[...] a reutilização da necessidade biológica como capital comercial [...]”.

O questionamento de lugares fixos a serem ocupados ao longo da vida, aliada à alta promoção de um discurso que articula o bem estar com o fornecimento de uma ampla variedade de produtos disponíveis ao consumo, fornece as bases para a compreensão do funcionamento societário de nosso tempo. Como um dos resultados dessa equação, tem-se a intensa sensação de perda de referência que, por sua vez, aponta para uma espécie de falta de sentido à existência.

O mundo em constante mudança não permite a aderência de longo prazo a projetos que impliquem a perda de controle dos níveis de satisfação². Isso gera uma sensação de vazio provocado pela existência. Por essa razão, Bauman (2010d, p.193) afirma que a principal mensagem dos mercadores consumidores “[...] é a indignidade de todo e qualquer desconforto e inconveniente[...]”.

Assim, com a necessidade de resolução de problemas com a mesma rapidez das transformações que tendem a ocorrer, temos a configuração de um mundo que oferece tantas opções quanto for possível a cada um comprar pequenas pílulas que fornecem a remediação da angústia de estar vivo em tal contexto. A lógica de mercado passa, então, a ocupar a centralidade relacional. Lipovetsky (1989, p.19) explica que

Com a profusão luxuriante dos seus produtos, imagens e serviços, com o hedonismo que induz, com o seu clima eufórico de tentação e proximidade, a sociedade de consumo revela até à evidência a amplitude da estratégia da sedução. Esta não se reduz, no entanto, ao espetáculo da acumulação; mais exatamente, identifica-se com a ultra-simplificação das opções que a abundância torna possíveis, com a latitude dos indivíduos mergulhados num universo transparente, aberto,

² Bauman (2008b, p.98) afirma que: “Não parece haver mercado para os projetos de uma ‘boa sociedade’ a longo prazo. A oferta é muito reduzida, e a demanda projetada não é maior [...]”.

oferecendo um número cada vez maior de escolhas e combinações por medida, permitindo uma circulação e uma seleção livres.

Aqui se encontram as estratégias utilizadas pelo mercado que fornecem suporte a sedução em relação aos bens de consumo, os quais trazem consigo a promessa de vivenciar as sensações de liberdade, felicidade, leveza e afastamento das incertezas do mundo em contínua mudança. Em suma, “[...] o consumo passa a ser entendido como um entramado, um tecido relacional, não só de práticas discursivas, mas de agenciamentos coletivos [...]” (BALESTRIN; STREY; ARGEMI, 2008, p.127).

Sobre essa questão, Bauman (1989, p.100), pontua:

O que torna o mercado de consumo uma forma de controle que os controlados abraçam voluntária e entusiasticamente, não é apenas o fulgor e a beleza que ele oferece em troca da obediência. O seu principal atrativo é, talvez, o facto de oferecer liberdade a pessoas que noutras áreas de sua vida apenas encontram coações, muitas vezes sentidas como opressões. O que torna a liberdade oferecida pelo mercado ainda mais sedutora é o fato de aparecer sem as nódoas que manchavam a maioria das suas outras formas: o mesmo mercado que oferece liberdade oferece também certeza [...].

Paralelamente a esse processo, observa-se nas cidades a perda do espaço público e a privatização dos espaços de convivência – por exemplo, na crescente taxa de construção e ampliação de *shoppings centers* – é um dos traços fundamentais dessa nova política relacional.

[...] os tradicionais espaços públicos são cada vez mais suplantados por espaços de **produção privada** (embora muitas vezes com subsídios públicos), de propriedade e administração privadas, para reunião pública, isto é, **espaços de consumo**. [O] acesso é facultado pela capacidade de pagar. Aí reina a exclusividade, garantindo os altos níveis de controle necessários para impedir que a irregularidade, a imprevisibilidade e a ineficiência interfiram com o fluxo ordenado do comércio (BAUMAN, 1999a, p.27, grifo meu).

No próximo capítulo, será aprofundada a questão da relação entre o espaço público e os vínculos entre os sujeitos de forma mais pontual, temática considerada fundamental pois desemboca na sensação de estranhamento intimamente ligada com a dificuldade de convivência com o outro. Neste momento, é importante

investigar quais as variáveis presentes na relação entre a sociedade de consumo, a constituição desse “ser sujeito” e as estratégias utilizadas ao longo do processo.

A partir de mudanças da constituição humana enquanto sujeito histórico, Bauman (2008b) refaz o caminho a partir da relação “necessidade” e “desejo”. Indica primeiramente, que o homem consumia pela sua sobrevivência e uma vez garantido esse fim, não fazia sentido seguir consumindo. É dentro desta ótica que o excesso de consumo era considerado como falta ética e, portanto, devia ser evitado.

Isso se altera completamente no que é chamado de “sociedade de consumo”. Segundo o autor,

O traço distintivo da sociedade de consumo e de sua cultura consumista não é, no entanto, o consumo como tal; nem sequer o elevado e cada vez mais crescente volume de consumo. O que diferencia aos membros da sociedade de consumo de seus antepassados é a emancipação do consumo da antiga instrumentalidade que marcava seus limites: o desaparecimento das “normas” e a nova plasticidade das “necessidades” que liberam o consumo das travas funcionais e o exoneram da necessidade de justificar-se em outros termos que sua capacidade de reportar prazer. Na sociedade de consumo, **o consumo é o seu próprio fim** [...] (2008b, p.225, grifo meu).

Tal transformação propõe uma nova leitura do que é a “necessidade” e as formas de atuar sobre esta condição. Conforme aponta Bittencourt (2010), forma-se uma ética que não está articulada com a virtude, defendida, por exemplo, pela cultura clássica, mas toma outra direção: afastamento das questões grupais e exame das condições individuais que condicionam o volume de aquisição de produtos renováveis de consumo rápido, promessas de felicidade.

Neste sentido, a sociedade de controle tem como valores máximos de mercadoria o prestígio, a informação, o conhecimento e como dispersão máxima a força de trabalho. É o reino do espetáculo, da produção de imagens efêmeras, para o público em geral, através da valorização de imagens estáveis cercadas de autoridade e poder. Manipula-se o gosto e as opiniões através da construção e veiculação instantânea de sistemas de signos e imagens (NEVES, 1997, p.4).

A mudança indicada acima está intimamente articulada com o foco encontrado na formação humana. Vimos que o disciplinamento construtor da individualidade humana estava articulado com a construção de uma vida previsível e estruturada a partir técnicas institucionais de tutela. Esse modelo foi utilizado para a construção de corpos úteis e dóceis, componentes essenciais das sociedades modernas e, principalmente, do próprio sistema capitalista (ARAÚJO, 2001).

Encontro aqui um primeiro ponto de encontro entre as práticas disciplinares e a sociedade de consumo: uma concepção de “indivíduo ideal”, tomada como **marcador social fundamental** que confere a cada um, o rol de possibilidades possíveis em relação a própria vida. Nesse sentido, o sucesso ou fracasso do caminho a ser empreendido é do próprio indivíduo, não cabendo referência à dimensão social ou uma análise mais pontual da realidade histórica em que se encontra inserido. Este processo termina por demarcar um empobrecimento da experiência e a separação entre um projeto individual e a coletividade como um todo.

É dentro desse projeto de ser humano que pode-se fazer uma relação do desenvolvimento das técnicas de exame na sociedade disciplinar com o olhar voltado para o mundo interiorizado incentivado pelo mundo contemporâneo, que configura um processo de controle da ação muito mais eficiente uma vez que tomadas de decisão, julgamento e autorregulação tornam-se do próprio indivíduo. Segundo Bauman (2009b), a racionalização da técnica - própria da sociedade administrada - levada ao seu extremo, se por um lado elimina a possibilidade de subjetividade na esfera pública, por outro, delimita um lugar específico para tal dimensão.

[...] O olhar do outro deve ser interiorizado e constituir um olhar sobre si, deve abrir todo um outro campo de visibilidade que se situa agora no interior do próprio indivíduo (pensamentos, desejos, paixões) e que deve ser ‘observado’, nos vários sentidos da palavra, por ele mesmo. É nesta medida que a tecnologia disciplinar é uma tecnologia do corpo que visa, e mesmo produz, a alma moderna. É também neste sentido que esta alma pode aprisionar o corpo, pois a docilidade deste último não é apenas um efeito de coerções externas mas sobretudo de cuidados que se exercem de si para consigo (PIMENTEL E BRUNO, 2006, p.43).

Como bem indica Bauman (2009b, p.58), “a preocupação com a forma como o *mundo* é administrado deu lugar à preocupação com a *auto-administração* [...]”.

Ou ainda como explica Charles (2004, p.20), “[...] os mecanismos de controle não sumiram; eles só se adaptaram, tornando-se menos reguladores, abandonando a imposição em favor da comunicação”. Esse processo constrói uma concepção de indivíduo, entendido “[...] como agentes que devem apoiar as forças que não controlam de modo a obter um controle satisfatório de si mesmos” (1999b, p.220)

Tal rede de controle oferece saídas possíveis ao sujeito dentro de um campo determinado demarcado por linhas que possui como uma de suas marcas a rigidez. Ao pensar essa questão a partir do contexto escolar, Paraiso (2009) faz uma análise sobre a relação desejo-currículo. Aponta que na escola, o desejo é tomado muito do sentido específico de querer aprender, perdendo de vista que ele se trata de outra coisa. Segundo a autora,

O desejo é deixar-nos arrastar pelo próprio movimento da vida. Mas para nos deixar levar pelo movimento da vida, precisamos encontrar “algo que nos convenha”, fazer conexões e construir agenciamento. Afinal, não se deseja um objeto ou uma pessoa. Se assim o fosse o desejo seria falta [...]. Então, como o desejo é potência, e não falta, desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto [...] (p.279).

O desenvolvimento do campo psicopedagógico funciona enquanto uma forma de agenciamento que atua em termos de sua finalidade, intimamente relacionado com um modelo racional que tem, por exemplo, no modelo escolar hegemônico vigente, a necessidade de ordenação da experiência em termos de planejamento e currículo escolar³. Presume-se que é possível ver por onde se passa o desejo, como ele vai sendo formatado e, portanto, criado, sendo passível de observação e controle, administrado por um entrecruzamento de saberes diversos que retroalimentam a estrutura de poder.

Porém, a dinâmica da vida demonstra-se complexa. Dentro do contexto indicado, a formação subjetiva não pode ser entendida apenas enquanto produto de um processo passivo, mas sim a partir de sua dinâmica constituinte. Deleuze (1994) aponta que se trata de um agenciamento do desejo que comportam diferentes dispositivos de

³ A etimologia do termo “currículo” nos fornece a ideia de percurso ou trajeto a ser alcançado. Tudo é a priori, pré-determinado. Conforme indica Veiga-Neto (2002, p.171), “O currículo é pensado e funciona como uma estrutura classificatório-disciplinar; por isso ele é um estruturante. E, por ter uma estrutura disciplinar, ele funciona como um estruturante disciplinador [...]”. Talvez seja um motivo de insatisfação na sala de aula, a partir das indicações de que a vida, sentida em termos de movimento, resiste ao percurso ser pré-estabelecido que aniquila a sua complexidade.

poder, sendo um deles uma economia discursiva que faz parte de uma estratégia de inserção do indivíduo à sua lógica.

A captura do desejo passa pela sedução à imagem: se o desejo está para além do objeto, na sociedade de consumo, o que está à venda é mais do que uma coisa, mas sim, uma totalidade que comporta uma forma de viver, a esperança de um dia melhor ou simplesmente, a possibilidade de uma satisfação instantânea e fugidia. Conforme indica Mansano (2009b, p.75), “[...] uma vez inserido nesse circuito de produção e consumo, o sujeito tende a ocupar sua existência com atividades que reproduzam a lógica do capital: o acúmulo de bens e a acesso a certas comodidades”.

A sociedade contemporânea, portanto, toma o consumo mais do que simplesmente obtenção de bens ou objetos, mas principalmente, conforme afirma Pelbert (2002, p.34), modos de vida através

[...] fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. Chame-se como se quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia imaterial, sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade [...].

Esse agenciamento do desejo somente é possível na (re)inserção do sujeito a rede institucional em suas diferentes variantes. Por essa razão, o campo empresarial citado acima oferece parâmetros de conduta que não podem ser entendidos apenas como norma, mas sim, como ação, desejo.

Tal modelo de vida será disseminado, agenciado e desejado. Como desdobramento dessa lógica, ao longo do percurso, conforme temos pontuado nesse capítulo, nos transformamos de forma voluntária (o que não significa dizer passiva ou sem resistência, já que afinal, desejar é construir⁴) também em objeto de consumo que deve atender a critérios determinados pelo mercado. Podemos ver esse processo, por exemplo, nos requisitos de seleção para uma vaga de emprego. Como síntese, é possível destacar algumas perguntas às quais o candidato deve ao fim responder: 1. Quais são as

⁴ Nessa perspectiva, o desejo é tomado em sua dimensão construtiva, entendido enquanto “[...] atividade de produção, uma experimentação incessante, uma montagem experimental [...]” (ZOURABICHVILI, 2004, p.36). Assim, configura-se como um importante elemento para a compreensão do lugar da amizade na sociedade contemporânea que será entendida nesse trabalho dentro de uma política de afetos (conforme discutido nos capítulos 4 e 5).

características centrais observadas em si mesmo? 2. Estas fornecem condições de adequação ao que é esperado para a empresa? 3. Seu perfil está de acordo com os valores considerados essenciais à dinâmica institucional?

Cada indivíduo inicia um caminho no qual busca assumir critérios, muitas vezes, nem tão claros, acerca de como atuar em um contexto que parece não estar mais em suas mãos. Bauman (2011a, p.120) afirma:

A receita do sucesso é “seja você mesmo”, e não “seja igual ao resto”. É a diferença e não a mesmice que vende melhor. Não é mais suficiente possuir conhecimentos e habilidades ‘próprios do cargo’ e já demonstrados por outros que executaram o mesmo trabalho antes [...]. É preciso sugerir ideias incomuns, ‘diferente das outras’, projetos excepcionais que ninguém mais sugeriu [...].

Chega-se, então, aos traços que se fundam um dos principais elementos do novo espírito do capitalismo⁵:

[...] A preferência, entre os empregadores por empregados “flutuantes”, descomprometidos, flexíveis, “generalistas e, em última instância, descartáveis (do tipo “pau-para-toda-obra, em vez de especialistas e submetidos a um treinamento estritamente focalizado) foi o mais seminal de seus achados.

[...].

[...] Os empregadores desejam que seus futuros empregados nadem em vez de caminhar e pratiquem surf em vez de nadar. O empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores e que evite estabelecê-los agora [...] (BAUMAN, 2008a, p.17).

É dentro desse sistema que avançam propostas em torno do desenvolvimento de competências e habilidades. Tal processo diz respeito o encontro entre o conhecimento formal e a atuação do indivíduo em contextos diferenciados. Como discuti em artigo sobre a questão, esta concepção de formação humana defende que

5 Não podemos esquecer que segundo Bauman (2010c, p.27), “[...] o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência”.

[...] diferentemente de transformar o homem em valor de capital, o que temos observado é uma constante preocupação com a humanização do capital, ou seja, inserir no mundo do trabalho elementos que não eram levados em conta, como por exemplo, as características subjetivas do trabalhador (SILVA, 2010, p.110).

Tal discurso fornece bases para a adoção de práticas às quais o indivíduo possa aderir de forma autônoma ao ideário presente no mundo empresarial, sem esquecer, por outro lado, da própria condição de sujeito. Vemos assim, que a adoção do discurso da flexibilidade fornece boas ferramentas para que o indivíduo possa “aprender a surfar” frente às flutuações da época contemporânea.

Para aqueles que não conseguem se adequar a esta condição cabe a exclusão ao próprio sistema. Na configuração do “modelo de acumulação flexível”, não há lugar para todos e conseguir somar diferentes capacidades informacionais e atitudinais torna-se requisitos para atingir seu “lugar ao sol”. Ser “flexível” é ser potencialmente capaz de atuar em diferentes funções, tomar diferentes posturas e responder rapidamente aos mais intensos dilemas éticos que a profissão coloca a sua frente.

No que diz respeito ao caminho educativo-formativo, enquanto a sociedade disciplinar fornecia um caminho linear e sem grandes variações de percurso (da escola ao trabalho), a nova sociedade de controle – em sua relação íntima com o consumo – a formação permanente surge como estratégia de sobrevivência a condição de deformação contínua do sistema e da própria realidade (DELEUZE, 1995). O grande problema que aqui se coloca é que tal promessa é frágil já que o modelo de competências não está vinculado a atuação formal, colocando o caráter formativo em um patamar que indica para o impossível:

[...] A formação profissional hoje é algo que acompanha à risca essa dinâmica caracterizada pelo interminável. Com isso, a empresa tornou-se um prolongamento da escola e eferece – ou, em alguns casos, chega a exigir de seus funcionários – a continuidade dos estudos em nome da melhoria na qualidade do serviço, tornando a formação profissional algo permanente.

[...] As incertezas sobre a conquista e a manutenção da colocação profissional estimulam o sujeito a seguir em sua formação, ainda que uma análise mais cuidadosa mostre quanto pode ser ela inútil para a atividade que está sendo realizada naquele momento. Entretanto, o raciocínio dominante salienta que não se pode “ficar parado” ou “andar

para trás”, pois sempre haverá alguém mais qualificado “para tomar seu lugar” [...] (MANSANO, 2009b, p.85-86).

Assim, chega-se a um dos indicativos da crise das instituições de nosso contexto social, antes consideradas rígidas e sólidas fornecedoras de garantias mínimas aos indivíduos. A escola de agora, não fornece necessariamente as bases de entrada ou manutenção no mercado de trabalho e sendo este, o campo que oferece condições para obtenção de meios de consumo entendidos como sentido principal do mundo contemporâneo, as possibilidades oferecidas pelo campo histórico-social, tornam-se precárias e, conseqüentemente, sem justificativa para o envolvimento e/ou participação, o que se mostra, por exemplo, na preocupação com os índices de evasão escolar no Ensino Médio, momento intermediário para uma ampla camada da população entre o ensino formal e a entrada no mundo de trabalho.

Uma alternativa encontrada pela instituição escolar é aderir aos princípios do mercado também se transformando em objeto a ser consumido. Nesse contexto, a educação se torna também um bem de consumo, visto a partir de um duplo sentido: de um lado, como algo que detém um valor de mercado; e por decorrência, é passível de ser adquirido por qualquer sujeito que detenha poder de compra. Na união entre educação, trabalho e formação humana a partir da sociedade de consumo, observamos a promessa implícita de felicidade: você pode ser feliz, consumir mais, se tiver um bom trabalho e para isso, precisa ter educação, comprovada por certificação. Por essa razão, a educação no mundo líquido, se torna um produto com alto valor de consumo, tornando-se objeto de elevado valor de mercado e elemento importante para a dinâmica econômica da sociedade vigente.

Vejo que o termo “educação” detém aqui um caráter dúbio. Ao mesmo tempo em que não perde o caráter formativo, ela também adquire novos contornos, não mais do sentido restrito de adquirir conhecimentos intelectuais (conforme o modelo racionalista indicava), como também, sob outro prisma construir formas de conduta mais colaborativas e ensaios que potencializam desejo (PARAISO, 2009). Mas afinal, qual o modelo formativo proposto pela educação escolar de nosso tempo?

Bauman (2009d) aponta que em tempos sólidos a educação escolar era como um projétil balístico, ao qual cabia ao educador assegurar que este se mantivesse em uma trajetória adequada e previsível, sendo determinada antes mesmo de seu ponto

de partida qual seria o seu ponto de chegada. Tal pressuposto, como indicado até o momento, perde completamente o seu sentido. Não se sabe qual é o ponto de chegada já que ele aponta para algo ainda não construído. Assim, o autor afirma que no mundo líquido-moderno,

[...] para ser de alguma utilidade, a educação e a aprendizagem devem ser contínuos e, inclusive, estender-se por toda a vida. Não é concebível nenhuma outra forma de educação e/ou aprendizagem; é impensável que se possam “formar” pessoas ou personalidades de outro modo que não seja por meio de uma re-formação continuada e eternamente inacabada (2009d, p.157-158).

Encontro aqui o paradoxo do sentido do termo “educação” que por um lado é a manutenção de uma estrutura social simbólica historicamente construída e por outro, é o aniquilamento do perene, daquilo que permanece por longo tempo, do compromisso com o mundo. Se a própria educação escolar passa a adotar os valores da sociedade de consumo na qual é um bem com prazo de validade, o que tem ela a oferecer aos novos habitantes desse contexto que se encontra em sistema de corrosão?

A crise escolar se materializa no fato de que a escola atua a partir de pressupostos rígidos em tempos que não se formatam a tais critérios⁶. O problema é que não se trata da construção de novas teorias pedagógicas ou mudanças extremas em relação a dinâmica interna da instituição escolar, já que “[...] é o mundo de fora dos prédios escolares que se tornou muito diferente do tipo de ambiente para o qual as escolas clássicas [...] preparavam seus alunos” (BAUMAN, 2011a, p.118).

Esses elementos relativos ao papel da educação em nosso tempo, geram impactos que atingem as formas vinculares:

[...] a coesão social em qualquer escala é uma função do consenso, do conhecimento comum, e, sem constante atualização e interação, essa coesão depende crucialmente da estrita e primária educação — e memória — da cultura. **A flexibilidade social, ao contrário, depende do esquecimento** e da comunicação barata (BAUMAN, 1999, p.21-22, grifo meu).

⁶ O autor aponta que o modelo escolar de ensino e aprendizagem está pautado originalmente em duas questões: “[...] a primeira justificou a necessidade e os benefícios da transmissão do conhecimento dos professores para os alunos. A segunda incutiu nos professores a autoconfiança necessária para inserir na validade atemporal do modelo que desejavam ser seguido e imitado por seus alunos” (2011a, p.114).

Em outra passagem, o autor aponta os efeitos do consumo na capacidade humana de aprender, também modulada pela fluidez dos objetos de aprendizagem, entendidos como instantâneos e passageiros:

Num mundo assim, o aprendizado necessariamente vai à caça de objetos elusivos. Para piorar as coisas, os objetos começar a evaporar no instante em que são pegos; como as recompensas pela ação correta tendem a se mover para diferentes lugares todos os dias, os reforços tanto induzem ao erro quanto reconfortam: são armadilhas a evitar e temer, pois instilam hábitos e impulsos que com o tempo se mostrarão inúteis, quando não francamente artificiais (BAUMAN, 2011a, p.115).

Isso tem como consequência a formação de uma cultura do esquecimento:

A necessária redução do tempo é melhor alcançada se os consumidores não puderem prestar atenção ou concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto; isto é, se forem impacientes, impetuosos, indóceis e, acima de tudo, facilmente instigáveis e também se facilmente perderem o interesse. **A cultura da sociedade de consumo envolve sobretudo o esquecimento, não o aprendizado** [...] (1999a, p.89, grifo meu).

Tal ponto interfere na capacidade de aprendizagem, gerando consequências prejudiciais aos indivíduos. Bauman (2008b, p.93) aponta que

[...] A capacidade de aprender, memorizar e adotar como hábito um tipo de conduta que no passado demonstrou ser exitosa (ou dizer, que resultou gratificante) pode ser, no entanto, suicida se as relações entre os atos e suas consequências são aleatórias e efêmeras e passam por mudanças sem aviso prévio.

No que diz respeito à formação docente, diferentemente de tempos de estabilidade, ela possui a necessidade de ser continuada, sem limite em termos de tempo ou temáticas para o aperfeiçoamento, variando em direção de acordo com as questões específicas que venham a fazer parte do cotidiano escolar e/ou das políticas institucionais do momento histórico vivenciado.

Em entrevista a Alba Porcheddu (2009, p.680), Bauman indica a premissa desse processo: “[...] no ambiente líquido moderno, a educação e o aprendizado, não importa o uso que se faça deles, devem ser contínuos e permanentes [...]”. Se por um lado, ele favorece que o educador pense a respeito de sua prática, por outro, o fato de não possuir necessariamente um fim descrito para mesmo pode gerar uma ilusão acerca do próprio sentido formativo que remete a concepção do que é ser um educador. Assim, retoma-se, a partir do imperativo de manter-se continuamente em formação, a falta de sentido do mundo contemporâneo.

Como consequência direta desse modelo de formação docente, abrem-se as portas para a difusão de um discurso que relaciona certificação e formação continuada gerando uma aproximação da educação com o mercado de trabalho. Nesse mesmo âmbito, estabelece-se uma formação ligação entre tais cursos – normalmente de curta duração – com o nível de empregabilidade e a capacidade de melhor atuação no contexto de sala de aula, o que nem sempre se demonstra verdadeiro já que a maioria deles além de prescindir de momentos práticos – também de reflexão quanto de atuação – também terminam ocupando lugar de formação inicial devido ao *déficit* na formação do educador.

A Pedagogia transforma-se em produto que também deve ser consumido rapidamente. Na mesma entrevista acima citada (2009, p.663), Bauman aponta que “[...] o consumismo de hoje não visa ao acúmulo de coisas, mas à sua máxima utilização. Por qual motivo, então, ‘a bagagem de conhecimentos’ construída nos bancos da escola, na universidade, deveria ser excluída dessa lei universal?”.

Na adequação da educação ao mercado, tem-se a tentativa societária de manter viva, no que diz respeito às estratégias formativas humanas, a relação entre felicidade e consumo⁷. É possível construir de forma sintética a seguinte relação: 1. um ser humano feliz é aquele que consome objetos a serem adquiridos em qualquer centro de compras de sua preferência; 2. para tanto, é necessário estar inserido no mercado de trabalho baseado pela flexibilidade e pela capacidade de auto-gerenciar as oportunidades; 3. o que demanda uma formação humana que seja capaz de acompanhar as mudanças de nosso tempos; 4. essa formação, ainda que ocorra em diversas

⁷ Afirma Bauman (2007, p.62), “[...] todo caso de infelicidade socialmente determinada é, portanto, um desafio, um caso de abuso e um chamado às armas [...]”. Em outras palavras, as estratégias indicadas até o momento, colocam-se como forma de afastamento do malestar humano (entendido como a diferença entre a distância da realidade tal como é e aquilo que se julga que deveria ser - BAUMAN, 2010a), que retirado de uma dimensão existencial, ganha na sociedade de consumo a promessa de sua resolução.

instituições, ganhará contornos dentro da instituições escolar a partir da apropriação da escola de discursos relacionados às estratégias de mercado que retroalimentam a lógica do consumo.

Para a concretização desse processo, a escola deve ser esvaziada de práticas políticas que implicariam na vivência e análise da dimensão comunitária. Por essa razão, com o afastamento de questões relevantes ao indivíduo moderno, o campo político passa a ser tomado por valores de mercado, tendo como uma de suas expressões, o consumo. Mais do que isso, o próprio Estado se modifica enquanto instituição de interesse público e, reformulado em uma estrutura mínima enquanto interventor de questões relevantes socialmente e passa a tomar o lugar de regulador e patrocinador da sociedade de consumo. Ou ainda como aponta Bauman (2010b, p.31, grifo do autor), “a cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra: o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção [...] seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*”.

Ao inserir o indivíduo a responsabilidade sobre o gerenciamento de sua conduta, executa-se um modo de subjetivação no qual a dimensão interna ganha contornos diferenciais. É nesse espaço que vemos a confluência entre um sujeito desejante, um indivíduo consumista e certa promessa de felicidade a ser encontrada nos objetos oferecidos para o consumo.

Somado a este ponto e a premissa de que o sentido da felicidade em nosso tempo não está mais articulada a pontos rígidos e fixos, observa-se que a felicidade não é mais vista como uma busca coletiva, mas sim, como uma “[...] *tarefa privada* em todos os sentidos, ou seja, empreendida e realizada de maneira individual desde o princípio até o final” (BAUMAN, 2009e, p.175, grifo do autor).

Vou acompanhar essa questão de perto. Enquanto forma de mapeamento da questão, Bauman (2009d, p.9) afirma que

[...] Poderíamos até dizer que nossa era moderna começou verdadeiramente com a proclamação do direito humano universal à busca da felicidade, e da promessa de demonstrar sua superioridade em relação às formas de vida que ela substituiu tornando essa busca menos árdua e penosa, e ao mesmo tempo mais eficaz [...].

O mesmo autor (1998) desenvolve uma análise acerca das formas de atingir a felicidade. A primeira delas é através do laço com os objetos; a segunda, do vínculo com as pessoas. A partir desses elementos, encontraríamos tipos de laços que poderiam variar do domínio em relação ao objeto quanto a submissão ao mesmo. Em ambos aos casos, o sujeito desejante ficaria submerso no objeto de amor ao qual tomaria como fonte única exclusiva de satisfação. O fracasso de tal processo, próprio da dinâmica da vida e lhe confere caráter trágico, faz com que retornemos ao seu início e busquemos novos objetos na busca de satisfação.

No contexto sólido da modernidade, o foco central do processo formativo humano estava em estabelecer parâmetros para as vias de satisfação, retirando das mesmas as relações imediatas ou de curto prazo, consideradas como falsas, enganosas e degradantes. Havia, portanto, um investimento na história que estava por vir. A articulação desse processo era realizado pelas diferentes instituições sociais que, como vimos no capítulo I, possuem tecnologias para tal processo civilizatório, movido pelos ideais do trabalho e da solidariedade.

Com a queda das instituições disciplinares, o que foi observado no quadro da sociedade líquido-moderna, foi a reinvenção do método civilizatório tomando por base um caminho alternativo, não mais visto pelo peso de seguir um sacrifício obrigatório ou mesmo uma renúncia aos interesses individuais. O caminho da felicidade ganha novas possibilidades centrada nos indivíduos: “[...] a nova capacidade de autocontrole do indivíduo recentemente autônomo, devia ocupar-se da prática antes realizada pelos controles sociais, que já não estavam disponíveis”. (BAUMAN, 2010b, p.220).

É sobre tais bases que vejo a difusão da sociedade de consumo. A promessa de felicidade fundamental se dá pelo fato de que através da obtenção de determinados objetos, supostamente teríamos uma vida mais estável, mais tranquila, mais feliz. O autor (2010b, p. 242) afirma que “a sociedade de consumidores floresce quando logra a converter a insatisfação (e portanto, segundo seus próprios termos, a infelicidade) em permanente [...]” o que por sua vez, oferece um ciclo no qual “[...] satisfazer toda necessidade/desejo/carência de tal forma que resulte inevitável que leve a novas necessidade/desejos/carências. O que inicia-se como uma necessidade deve acabar como uma compulsão ou como uma adicção [...]” (p.243). Em síntese, “o que se

procura é o pouco esforço e um atalho para a satisfação do desejo⁸, e isso se espera encontrar nas prateleiras de lojas e nos catálogos comerciais” (BAUMAN, 2010d, p.194).

Esse movimento, tomado em sua forma compulsiva na sociedade de consumo, é determinado pela ambivalência: ao mesmo tempo em que é um dos fundamentos da própria lógica societária, demarca o fracasso do processo, a descartabilidade do objeto e a fluidez da própria satisfação. Afirma Bauman (2010b, p.238):

[...] Nossa sociedade de consumidores é, talvez, a única sociedade da história humana que promete a felicidade na vida terrenal, a felicidade aqui e agora, e em todos os “agora” sucessivos (uma felicidade contínua e sem demora), e é também a única sociedade que não justifica nenhuma classe de infelicidade, que se nega a tolerá-la e que se apresenta como abominação que exige castigo para seus culpáveis e uma compensação a suas vítimas [...]. A sociedade de consumidores depende mais do que nenhuma outra da felicidade de seus membros [...].

Em vista do reconhecimento do limite de tal processo, o mesmo autor pontua que

[...] se não podemos eliminar *todo* sofrimento, podemos eliminar *alguns* e aliviar *alguns outros* – é algo que vale a pena tentar, e continuar sempre tentando. E assim, nós tentamos o máximo que conseguimos, e nossas sucessivas tentativas consomem a maior parte de nossa energia e atenção, deixando pouco espaço para a reflexão pesada e para a preocupação de outras melhorias, desejáveis sob outros aspectos, permanecerão definitivamente fora das fronteiras, transformando todas as tentativas de alcançá-las no desperdício de um tempo precioso (2007, p.62, grifo do autor).

Sendo um processo individual, a felicidade transforma-se em uma tarefa imperativa e incessante. Sustentada pela crise do sentido institucional societário, a sensação de insatisfação une-se à promessa de felicidade na aquisição e utilização dos

⁸ Observa-se que Bauman nas análises realizadas utiliza o termo “desejo” como sinônimo de satisfação, o que é justificado pela sua aproximação com algumas teses da teoria psicanalítica (como por ser visto, por exemplo, em “*O Mal-Estar da Pós-Modernidade*” ou em “*Modernidade e Ambivalência*”). O sentido conferido ao termo, no que se refere aos objetivos traçados na tese, conforme pode ser observado ao longo da pesquisa, possui um sentido diferente, entendendo *o desejo enquanto potência e construção*.

produtos, formando um “sistema chave-fechadura”. Assim, ao mesmo tempo em que se realiza em uma dimensão subjetiva, mantém a lógica social vigente e a própria estrutura de mercado na relação oferta-consumo. O bem-estar dos indivíduos, ainda que de certa imediata e fluida, é a comprovação de que os pressupostos do mercado estão indicando o caminho correto a ser seguido.

É possível estabelecer a diferença entre o sentido da felicidade para os sujeitos da modernidade sólida e aqueles que vivem sob a égide da liquidez:

[...] para os protagonistas da primeira história, a busca da felicidade produzirá realmente indivíduos felizes se é uma *tarefa coletiva*, enquanto que para os da segunda, se trata de uma *tarefa privada* em todos os sentidos, quer dizer, empreendida e realizada de maneira individual desde o princípio até o fim (BAUMAN, 2009e, p.175, grifo do autor).

O problema é que sendo realizada de forma compulsiva e repetitiva aliado ao vínculo instável com os objetos, a busca de felicidade materializa-se muito mais enquanto insatisfação do que em bem-estar pretendido anteriormente. Indica Bauman (2010b, p.225) que “[...] em uma sociedade de consumidores, a busca de felicidade tende a reorientar-se desde o fabricar ao adquirir coisas até o desfazer-se delas [...]”.

Neste momento, chegamos a uma problemática importante. Vejo na sociedade de consumo, na relação entre satisfação e vínculo com os objetos, o primeiro é inversamente proporcional ao segundo, ou seja, quanto mais rápido o laço, mais potencializada e imediata a satisfação. Por essa razão, Bauman (2010c, p.42) aponta que “o consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável [...]”. Dessa forma, estar em movimento deixa de ser uma estratégia e ganha contornos imperativos⁹. Segundo Lipovetsky (2004, p.57),

[...] Por toda parte, a ênfase é na obrigação do movimento [...] quanto menos o futuro é previsível, mais ele precisa ser mutável, flexível, reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno [...]. A mitologia da ruptura social foi substituída pela cultura do mais rápido e do sempre mais: mais rentabilidade, mais desempenho, mais flexibilidade, mais inovação [...] processo que transforma a vida em algo sem propósito e sem sentido.

⁹ Bauman (2009e, p.176) afirma que na contemporaneidade, o único propósito de estar em movimento é permanecer em movimento, ou seja, “[...] é um fim em si mesmo que se perseguir a perpetuidade”.

Assim, vê-se que :

Um dos efeitos mais seminais de se igualar a felicidade à compra de mercadorias que se espera que geram felicidade é afastar a probabilidade de a busca da felicidade algum dia chegar ao fim. Essa busca nunca vai terminar – seu fim equivaleria ao fim da felicidade como tal. Não sendo possível atingir um estado seguro de felicidade, só a busca desse alvo teimosamente esquivo é que pode manter felizes (ainda que moderadamente) os corredores. Na pista que leva a felicidade, não existe a linha de chegada [...] enquanto se está na corrida, sem cair exausto nem receber um cartão vermelho, a esperança de uma vitória futura se mantém viva (BAUMAN, 2009d, p.17).

Portanto, essa busca marcada por tropeços e desencontros, precisa ser incentivada continuamente. Encontramos aqui um tópico importante para a manutenção da estratégia de consumo: a transformação dos objetos em símbolos. Consumimos não o objeto em si mesmo, mas sim, a ideia a ele articulada. Tal articulação com o campo simbólico se torna um dos traços fundamentais da miragem da terra prometida vislumbrada pela sociedade de consumo e poderá ser observada em diversos campos, incluindo a educação.

Afirma Lipovetsky (2000, p.9) que nesse contexto, “[...] o consumidor seduzido pela publicidade não é um enganado, mas um encantado [...]”, ou seja, os objetos a disposição geram uma miragem que estimula ao mesmo tempo em que camufla aquilo que fica de fora de seus domínios. Esse caráter paradoxal é a marca do que chamamos de sociedade pós-moderna, a qual, segundo o autor é sinônimo de sociedade de consumo. Sobre esse ponto, afirma Brandini (2007, p.156):

O indivíduo não consome a materialidade do produto (razão pela qual o aspecto funcional dos produtos de grandes marcas é menos importante que seu valor de representação), mas os significados que, por intermédio do produto, geram um conluio social em torno de valores compartilhados pela sociedade capitalista.

Sobre essa questão, cabe um debate sobre a formação do educador. Várias carreiras não formam necessariamente para ser educador. De forma geral, nessa profissão um valor menor em relação a outras possibilidades que a formação inicial profissional confere.

Porém, o campo de atuação para um biólogo ou físico pode ser bastante restrito, enquanto há demanda continuada para o trabalho de professores de ensino básico para essas áreas. Nesse aspecto a formação inicial, por mais *glamour* recebido, termina sendo colocado a uma espécie de “teste de realidade” que, neste caso, poderia ser colocado na imagem de uma sala de aula de uma escola situada em um bairro periférico da cidade, sem recursos pedagógicos diversificados disponíveis, com 40 adolescentes de 14 anos, provindos de situação de vulnerabilidade, para transmitir os princípios de mecânica newtoniana.

Bauman (2008b) explica que o processo de sedução promove no indivíduo impactos subjetivos que impedem que a realidade seja analisada de fora, a partir de um ponto cego ao qual cada um pudesse observar suas ações a partir de um panorama exterior. Não há mais essa possibilidade, “estar fora” é estar excluídos das trocas e das relações. Por essa razão, viver a miragem por mais instável que isso signifique é mais seguro do que permanecer alheio ao universo das trocas simbólicas.

E o que isso quer dizer? Significa dizer que a economia de consumos não está vinculada a objetos, mas sim, ao sentido construído para os mesmos, o lugar que ocupam em dado discurso em uma determinada classe. Em outras palavras, “[...] não há relação com as necessidades, o valor de uso, senão o valor de intercâmbio simbólico, de apresentação social, de competência e, no limite, de discriminantes de classe [...]” (BAUDRILLARD, 1991, p.4).

Esse processo é descrito por Bauman (2009c, p.73) ao apontar que aqueles que estão “do lado de fora” da obtenção de bens de consumo se tornam também alheios a uma política de sensações e experiências. Dessa forma, entende-se que “[...] esses são os excluídos da sociedade de consumidores, são os consumidores falidos, os inadequados e os incompetentes, os fracassados [...]”.

Formula-se aqui um parâmetro moral que é disseminado pela sociedade: é valioso aquilo que se estabelece enquanto detentor tanto de distinção de classe quanto, ao mesmo tempo, oferece suportes de delimitação das possibilidades de felicidade do indivíduo vivente.

Isso se deve ao fato de que, como apontado acima, ter acesso a determinados objetos é ter acesso à ampliação da experiência. É por essa razão, que dentro da sociedade ocidental capitalista, encontramos um discurso que entendido que quanto o maior a renda, maior a felicidade dos indivíduos.

Bauman (2009d) aponta que tal presunção não é tão simples de ser comprovada. O primeiro argumento observado é que o levantamento quantitativo do que chamamos de renda per capita mede a moeda bruta e não os benefícios que obter determinada renda pode produzir. Assim, os efeitos propriamente humanos ficam de fora da análise, como, por exemplo, a qualidade da saúde, as sensações de bem-estar pessoal, a solidez dos laços, a estética da vida ou ainda, as trocas culturais e os sentidos da própria educação. Por essa razão, é possível afirmar que os

Observadores indicam que cerca de metade dos bens cruciais para a felicidade humana não tem preço de mercado nem pode ser adquirida em lojas. Qualquer que seja a sua condição em matéria de dinheiro e crédito, você não vai encontrar num shopping o amor e a amizade, os prazeres da vida doméstica, a satisfação que vem cuidar dos entes queridos ou de ajudar um vizinho em dificuldade, a auto-estima proveniente do trabalho bem-feito, a satisfação do “instinto de artífice” comum a todos nós, o reconhecimento, a simpatia e o respeito dos colegas de trabalho e outras pessoas a quem nos associamos; você não encontrará lá proteção contra ameaças de desrespeito, desprezo, afronta e humilhação [...] (BAUMAN, 2009d, p.12)

Ainda que tal afirmação pareça óbvia, o problema é que toda a estrutura social parece estar articulada de forma a indicar exatamente o contrário, incluindo a própria dinâmica educacional. Se dentro do contexto em que vivemos uma relação entre felicidade e poder de consumo foi forjada, deve-se necessariamente, mostrar ao indivíduo um caminho para a construção de tal possibilidade.

Uma possível resposta está na noção de um indivíduo uno, portador de uma certeza sobre si. Pode-se cair na tentação de acreditar que o indivíduo é detentor de uma única identidade com a mesma solidez de momentos passados. Porém, o que encontramos na contemporaneidade é a existência de um amplo rol de possibilidades a partir de vivência múltipla e plural do indivíduo por diversos grupos e espaços. Bauman (2009a, p.34) afirma que, nesse contexto, “uma identidade que só pode existir como projeto não-realizado”.

Nesse sentido, na contemporaneidade, a visão que o indivíduo possui de si nasce da relação com o contexto de mudança que o impele a permanecer em intenso movimento. Conforme indica Passeti (2004, p.155), “[...] não há mais o Homem como identidade aglutinadora [...]”. Veremos a seguir, de que forma a ideia de

identidade forja, por um lado, um lugar de segurança do indivíduo da mesma forma em que, por um lado, coloca novas questões de enfrentamento e por outro, mostra-se como insuficiente para o enfrentamento das questões que nosso contexto social apresenta.

Inicialmente, parto da visão moderna de identidade, bem descrita por Lasch (1990, p.23) ao discutir tal problemática:

[...] Usa no discurso comum, identidade conserva ainda a sua primitiva conotação de uniformidade e continuidade [...]. A identidade tornou-se incerta e problemática, não porque as pessoas não ocupem mais posições sociais fixas – uma explicação baseada no senso comum que incorpora inadvertidamente a equação moderna entre identidade e papel social -, mas porque elas não mais habitam um mundo que exista independentemente delas.

Nessa perspectiva, a identidade é um processo de construção, intimamente relacionado com a sensação da segurança e afastamento das incertezas. Como aponta Hall (2004, p.11-12), “a identidade, então costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeito quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”. Nesse sentido, a identidade seria formada a partir de um jogo de imagem moduladas dentro de uma rede de trocas simbólicas do ser em relação com o mundo:

“[...] O que sou, faço e/ou sinto é sintetizado pelo eu e tudo aquilo que está fora dessa instância é visto como **sinal de diferença em relação ao reconhecido**. Considerando o vínculo estabelecido com o mundo, se torna impossível ficar alheio a tal dispersão de sentidos daquilo que não entra nessa lógica” (SILVA, 2008, p.111, grifo meu).

O processo de formação identitária se baseia, em nossa tradição societária, em uma lógica binária, na qual ou inclui-se ou exclui-se o traço em avaliação. Aquilo que não adere ao eu é sentido como angústia, nascente da experiência da diferença. Conforme indica Bauman (2005a, p.75), para fugir de tais sensações desprazerosas:

[...] Servirá qualquer coisa que possa afastar as dúvidas corrosivas e as questões irrespondíveis, postergar o momento do ajuste de contas e da verdade – e assim permitir que permaneçamos em movimento ainda

que nosso destino esteja, é o mínimo que se pode dizer, envolto na neblina (grifo meu).

Dois pontos merecem ser citados. Primeiro, conforme veremos no próximo capítulo, constrói-se um panorama, no qual se encontra um empobrecimento sistêmico dos vínculos pelo afastamento do que é visto como risco, como diferente, tomado como fonte de sensações de desprazer. Chega-se aqui a um dos fundamentos do que é chamado de **individualismo**. Acerca desse ponto, comenta Charles (2004, p.21-22):

A essência do individualismo é mesmo o paradoxo. Ante a desestruturação dos controles sociais, os indivíduos, em contexto pós-disciplinar, tem a opção de assumir ou não, de autocontrolar-se ou deixar-se levar [...].

Também é essencial entender que todo ganho em autonomia se faz à custa de nova dependência e que o hedonismo pós-moderno é bicéfalo, desestruturante e irresponsável [...].

Quanto ao segundo ponto, se através dos outros construo novas possibilidades de conceber a própria vida, como efeito, abre-se possibilidades para novas significações acerca do que do que se é, minimizando a experiência de unicidade do ser, próprio de uma visão naturalista de existência. Como uma consequência, a concepção que o indivíduo possui acerca de seu eu mostra-se fragilizada gerando um processo no qual a busca de si, torna-se um dos motores da vida contemporânea, ainda que tal empreitada esteja fadada ao fracasso. Conforme indica Ghiraldelli Jr (2007, p.41):

[...] o indivíduo não tem mais a identidade associada à consciência enquanto arcabouço de grandes ideários, e sim, ao corpo. Isto é, o indivíduo associa seu eu a apenas um ideário, bastante limitado, atrelado à noção de corpo [...] há uma profunda mudança em nossa noção de sujeito; talvez possamos até falar da morte do sujeito moderno, ou de uma grande alteração do que entendemos por subjetividade (GHIRALDELLI JR., 2007, p.41).

Segundo o autor, ao longo dos últimos séculos, passamos por uma crise da subjetividade. A consciência enquanto instância moduladora do acesso à verdade de

si e do mundo foi questionada e com ela toda uma tradição ocidental acerca do entendimento humano.

Essa distinção se desdobrava na separação entre dimensão pública e dimensão privada, entre o campo individual e a esfera social. Ao entrar em crise, a consciência enquanto dimensão una se dissipou gerando, por exemplo, a sensação de flutuação presente na sociedade contemporânea. Nesse contexto, vemos impactos para a constituição da identidade:

[...] a “identidade” só nos é revelada como **algo a ser inventado, e não descoberto**; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa constituir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta.

[...] a fragilidade e a **condição eternamente provisória da identidade** não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado; mas esse é um fato novo, muito recente. (BAUMAN, 2005a, p.21-22, grifo meu).

A afirmação acima nos mostra que o traço específico da identidade, ou seja, a característica unitária trata-se de algo forjado. Não existindo pontos sólidos de sustentação para o que se é, encontramos a busca de novos parâmetros, obedecendo a regra de transitoriedade no lugar da permanência (BAUMAN, 2009c).

Por esta análise, é possível observar que existe uma íntima relação entre aquilo que é chamado de identidade e a sensação de ambivalência: “[...] num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da *ambivalência*” (BAUMAN, 2005a, p.38). Isso se deve ao fato de que, em última instância, toda identidade se encontra em condição de surgimento a partir de uma contradição interna mais ou menos aguda que coloca o indivíduo em necessário processo de mudança, oferecendo a impressão de curto prazo quanto à confiança na vida e a forma como ela está configurada (BAUMAN, 2010b). Por essa razão, a identidade é eminentemente oscilante entre um dilema e uma tarefa a ser realizada por cada um em nosso tempo (BAUMAN, 2009e). Porém, ainda parece existir uma busca do indivíduo de definir-se enquanto ser singular, diferenciado dos demais.

Entendo que a singularidade somente pode ser construída a partir de relações e práticas que não possuem um caráter apenas individual, mas principalmente coletivo. Assim, o singular não comporta o eu pessoal único em si mesmo, mas sim um processo em contínuo de efetivação e acontecimento no mundo. Conforme afirma Peixoto Junior (2004, p.35), “[...] uma vida singular estaria apta a dispersar toda a individualidade ou tudo que a individualiza”.

Hall (2004) indica que com base nesses traços demarcados como sinais da diferença, formam-se grupos com demandas e características específicas que atuam na rede social de forma a defender significados, posturas e direitos próprios. Para sobreviver, portanto, cada indivíduo deve buscar a comunidade a qual mais se ajusta a partir dos critérios estabelecidos.

Essa busca de traços artificiais se deve

[...] a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides¹⁰ em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos (BAUMAN, 2003, p.21).

Ao observar a relação deste traço com a sensação de mal-estar, da incerteza somado com a dimensão do individualismo, é encontrado de um lado uma busca frenética por soluções que se mostram temporárias, paliativas acerca da pergunta “quem eu sou?” (BAUMAN, 2005a), e de outro, uma perda da referência entre o que é da dimensão pública e o que é interno, privado e subjetivo.

Aqui se chega a um perigoso discurso presente na sociedade de consumo: tomar o individual em primazia ao coletivo de forma a minimizar as práticas sociais em detrimento de uma pretensa liberdade individual subjetiva motivada por desejos direcionados às mercadorias, entendidas aqui como objetos ou pessoas.

¹⁰ O termo “identidade-cabide” é discutido por Bauman em diversos momentos de sua obra (2005a; 2009b; 2009c). Ele aponta para a necessidade de o indivíduo mudar sua forma de agir, pensar e sentir – ou seja, sua identidade – de acordo com o contexto imediato ao qual está inserido formando o que o autor chama de “comunidade guarda-roupas”, entendidas como aquelas que “[...] não exigem permissões de entrada ou saída [...] o que conta é a experiência momentânea de comunidade [...]” (BAUMAN, 2008a, p.143). Este tipo de vínculo é, por sua vez, diferente das comunidades baseadas no bem comum conforme pode ser visto no final do capítulo 5.

Bauman (2009c, p.73) aponta que “[...] a esfera do privado, que permanecia a margem por seu direito secreto, tem sido repentinamente redefinida como uma esfera com direito a publicidade [...]”. Vejo aqui o processo indicado por Debord (2008) como falsificação da vida social ou, em outras palavras, na centralização da imagem como fundamento das relações sociais. A fragilidade identitária, tomada agora como derivada da própria fragmentação das experiências do mundo, torna o indivíduo mais suscetível aos valores da sociedade de consumo:

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de "ir às compras" no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias de identidade. Com essa capacidade, somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece (BAUMAN, 2009a, p.90).

Conforme temos discutido, a ideia de felicidade está intimamente relacionada com a obtenção de objetos de consumo rápido, podendo ser estes tanto materiais quanto imateriais. Nesse sentido, os vínculos também devem estar pautados pela mesma fluidez encontrada no mercado, sendo a liquidez o maior de seus traços. Começamos neste ponto a articular uma das consequências da sociedade de consumo. As relações afetivas se tornam líquidas porque são rápidas; mas esse mesmo processo, líquida com aquilo que há de mais próprio em uma verdadeira relação que é sua capacidade de ser durável, potencializando a geração de experiências significativas para o sujeito.

A fragilidade indicada acima está relacionada com a necessidade de garantias que se coloca como alternativa a condição de instabilidade¹¹. Nesse sentido, aplica-se à vida uma lógica de custo-benefício no qual, quanto maior o investimento em elementos que não tragam essa garantia, maior o malestar dos indivíduos. Têm-se, assim, os fundamentos para a crise das relações humanas na contemporaneidade que em risco o sentido da convivência entre os diferentes.

¹¹ Bauman (2008a, p.133) afirma: “Garanta suas apostas – essa é a regra de ouro da racionalidade do consumidor. Nessas equações de vida há muitas variáveis e poucas constantes, e as primeiras mudam de valor com muita frequência e rapidez para que se possa acompanhar suas mudanças e muito menos prever suas voltas e reviravoltas futuras”

Devido ao dismantelamento da ideia de sujeito social-político, e o surgimento de outro discurso, no qual este é considerado dono de si e detentor de um saber acerca da própria existência (o que é pode ser visto como marca de um individualismo radical), torna-se fundamental disseminar a necessidade de atuação em grupo, traço próprio do viver comunitário.

Por essa razão, na educação, tem sido muito comum encontrarmos um discurso que justifica pela necessidade de trabalhar em sala de aula com o aluno a realização de trocas com os outros. Torna-se fundamental saber trabalhar em sistemas de cooperação, construir estratégias de atuação com o outro, saber ouvir e compartilhar ideias, aprender expressar sentimentos e, principalmente, tolerar as diferenças. Ao mesmo tempo, esse mesmo espaço educativo, movimentado por valores de mercado de trabalho busca desenvolver a capacidade de liderança, habilidade de “influenciar e guiar” pessoas, ser empreendedor, etc, como forma de potencializar o indivíduo em formação para sobreviver em um tempo demarcado por um futuro ainda não escrito e, portanto, imprevisível e incontrolável.

Tais práticas mostram-se contraditórias em relação ao seu fim. Em um modelo societário no qual o que vale é a capacidade de ter que se encontra em primeiro plano quanto às relações sociais, **em suma, um campo de competição, não há muito espaço para o desenvolvimento de sentimentos de estima, afeto ou amizade.** Assim, quando passamos a encontrar um discurso que coloca como objetivo “estar junto” e “saber conviver com o outro”, é exatamente porque os laços já se encontram, de certa forma, corrompidos, a ponto da necessidade da construção de racionalizações para mantê-los minimamente estáveis. Assim, são retomados por outros meios, os efeitos da ação da normatização presente na sociedade disciplinar.

A ampliação de estratégias de vigilância e suspeita em relação ao outro que passa a ser investigado, categorizado e, em última instância, forjado, é o desdobramento imperativo ao próprio poder de autovigilância. Esse processo atua retroalimentando o sistema: se vigio, sou vigiado e, portanto, preciso me policiar o tempo todo para ser aquilo que se exige que eu seja. Afirma Mansano (2009b, p.69):

Assim, vemos alastrar-se um grau de persecutoriedade tal que faz que, na sociedade de controle, em diversas ocasiões, o cidadão tenha dificuldade de reconhecer e elaborar fatos que simplesmente acontecem ao acaso [...]. O retraimento em relação ao desconhecido (avaliado como perigoso) toma dimensões tais que, para evitá-lo, são construídos

pequenos mundos isolados ou pequenas fortalezas cercadas de muralhas protegidas por agentes especializados e tecnologias avançadas [...].

Constrói-se uma cultura do medo na qual a ideia de profilaxia passa a ser o foco vigente. O indivíduo deve evitar qualquer tipo de evento que possa causar sofrimento e o fechamento ao outro próprio desse tempo nebuloso que caracteriza nossa época gera um contínuo investimento em si mesmo como forma de manutenção de uma pretendida saúde mental.

Este espaço é ocupado por diferentes campos que atuam de forma a oferecer ao indivíduo a ideia de bem-estar, saúde e entretenimento. As clínicas de estética, os *spas*, os agentes de turismo e os mais diferentes tipos de gerenciamento da saúde, movida pela ação de especialistas (nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, etc) estão à disposição do indivíduo para que ele cuide de si mesmo e, a partir disso, siga atuando nas diversas formas de consumo disponível.

[...] De qualquer maneira, todo esse trabalho encontra repercussão na esfera social à medida que é difundido como um mundo que pode ser conquistado de acordo com a disponibilidade financeira e o segmento de mercado que está em jogo. Mas, independentemente disso, o que fortalece essa adesão é a incitação de um desejo específico: o que de ver realizadas as promessas de felicidade, de inclusão e de aumento da autoestima (MANSANO, 2009b, p.84).

O que se configura ao final desse processo são sujeitos atravessados por uma estimulação que os coloca a olhar para si, de forma que avaliem a própria condição tanto em nível corpóreo quanto na dimensão subjetiva. Deve-se destacar que não se trata de um investimento com objetivo de retorno a longo prazo já que a lógica do consumo necessita de resultados imediatos. Ao mesmo tempo, vê-se a construção de lógica que inclui a administração de perdas e potencialização dos ganhos.

É dentro de tal prisma que se observa o nascimento do controle de riscos, no qual “[...] a própria vida fica reduzida a um mínimo de experimentação com o objetivo de ser conservada por mais tempo. Aqui se corre outro risco: o de que a vida, como variação, intensificação e devir, seja impossibilitada em nome da conservação [...]” (MANSANO, 2009b, p.109). Assim, “[...] a possibilidade de uma vida imbuída de

um pouco mais de certeza e segurança, ainda que seja a custa de um pouco menos de liberdade individual, tem se mostrado, agora, um maior atrativo e potencial de sedução” (BAUMAN, 2010b, p.170). Podemos ver, portanto que “[...] a cura moderna para a incerteza resumiu-se a encurtar o domínio da escolha [...]” (BAUMAN, 2011b, p.147).

A cultura de probabilidades, já presente sob a égide da ordem na sociedade moderna, ganha nova força na contemporaneidade, gerando a substituição da política de solidariedade própria de uma comunidade voltada ao bem comum. Bauman (2008c, p.45) afirma que “a manipulação das probabilidades, e assim, a conjuração da ordem a partir do caos, é o milagre realizado todos os dias em nossa cultura [...]”. A partir disso, o autor (2007) analisa que em um primeiro momento, a insegurança individual foi relativamente administrada pelo desenvolvimento de ações grupais – chamadas pelo autor de vínculos artificiais – unificadas por interesses e rotinas diárias (o que pode ser visto em associações e sindicatos, por exemplo). Em face da crise de tais instâncias, o mercado fornece possibilidades de enfrentamento da insegurança diária.

No que diz respeito à instituição escolar, encontramos a oportunização de acesso a uma nova gama de produtos vinculados à economia do risco¹² que varia entre o perigo em relação a entrada de estranhos (sanada por portões eletrônicos, cartões de acesso, câmeras de vigilância, etc) à contaminação por algum tipo de produto, bactéria ou vírus indesejado, relacionado ao medo da morte e o afastamento clínico-médico do contexto escolar (o que pode ser visto recentemente no uso de produtos químicos específicos como o álcool em gel ou vacinas aplicada a comunidade docente para o enfrentamento da gripe H1N1).

Bauman (2008d, p.18-19) ressalta:

Observemos, porém, que "calculabilidade" não significa previsibilidade; o que se calcula é apenas a *probabilidade* de que as coisas dêem errado e advenha o desastre. Os cálculos de probabilidade dizem alguma coisa confiável sobre a difusão dos efeitos de um grande número de ações similares, mas são quase inúteis como meios de previsão quando usados (de modo bastante ilegítimo) como guias para empreendimentos específicos. Mesmo que calculada com seriedade, a probabilidade não oferece a certeza de que os perigos serão ou não

¹² Sobre a questão, Bauman (2010d, p.111) afirma que “[...] a vulnerabilidade e a insegurança da existência, e a necessidade de perseguir os objetivos de vida em condições de incerteza aguda e irredimível, foram asseguradas desde o início pela exposição das atividades da vida aos caprichos das forças do mercado [...]”.

evitados *neste* caso particular, aqui e agora, ou *naquele* caso, em outro lugar e momento [...].

Frente às dificuldades institucionais de lidar com tamanha quantidade de variáveis, vê-se de um lado, a oferta de uma série de serviços terceirizados supervisionados por especialistas - da merenda aos exames médicos e periciais dos professores, passando por supervisões e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas – e de outro, a reconfiguração de uma burocracia institucional (baseada na responsabilidade individual dos agentes escolares) para indicar possíveis culpados caso algo não ocorra conforme planejado. Se Foucault (2001) havia pontuado o nascimento do inquérito como dispositivo de poder, tal processo se mostra desnecessário se já é colocado, a princípio, o culpado de um erro ainda não cometido.

Essas estratégias mostram, novamente, a quebra da confiança entre os sujeitos no contexto da sociedade contemporânea. Explica Bauman (2009f, p.5):

Quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados. A corrosão e a dissolução dos laços comunitários nos transformaram, sem pedir nossa aprovação, em indivíduos *de jure* (de direito); mas circunstâncias opressivas e persistentes dificultam que alcancemos o status implícito de indivíduos *de facto* (de fato) [...].

Essa razão somada a fuga do malestar, configura um tipo diferencial de relação com os objetos do mundo, no qual se inclui o próprio homem:

O consumismo dirigido para o mercado tem uma receita para enfrentar esse tipo de inconveniência: a troca de uma mercadoria defeituosa, ou apenas imperfeita e não plenamente satisfatória, por outra nova e aperfeiçoada [...]. A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem) (BAUMAN, 2008a, p.31).

Considerando a vivência contínua em estado de tensão e que toda sensação de alívio tende a ser passageira, observa-se que, “recorrer à ajuda de uma

sedutora indústria de bens de consumo pode ser, no entanto, uma forma de ‘comprar uma solução para a preocupação’ que acaba mais criando do que resolvendo problemas [...]” (BAUMAN, 2011a, p.52). Tal situação pode ser vista no processo descrito abaixo:

[...] assim que o desejo e a aquisição se tornam um, experimentamos “falta” significativa em nossas vidas. E preenchemos esse vazio com o desejo de adquirir algo [...] As necessidades não podem ser satisfeitas a menos que ganhem acesso aos bens em questão, seja obtendo permissão para usá-los, seja nos tornando seus proprietários – que sempre envolve outras pessoas e suas ações. Não obstante nossas motivações pertencerem ao domínio do interesse, nossos laços com essas pessoas são necessários, e mesmo que eles não sejam reconhecidos, nos tornamos mais dependentes das ações alheias e dos motivos que as orientam (BAUMAN E MAY, 2010, p.111).

Assim, como grande problema a ser enfrentado não é propriamente o contexto de fragilização dos laços, mas sim, a questão de que a subjetividade, capturada por tais discursos de mobilidade e liquidez, passa a desejar o modelo formativo da sociedade de consumo, no qual a velocidade de consumo dos objetos disponíveis é generalizada às relações humanas, gerando consequências para questões de ordem ética. Conforme indica Bauman (2010c, p.40-41),

No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) denuncia um futuro prenhe de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (ainda desconhecidas) assim que (inevitavelmente) elas se apresentarem.

Vimos neste capítulo que “[...] a maioria dos sofrimentos humanos tendem a desenvolver-se hoje a partir de um excesso de possibilidades, mais do que uma profusão de proibições, como ocorria no passado [...]” (BAUMAN, 2010b, p.78). O panorama aqui descrito nos coloca a refletir acerca de qual o sentido das estratégias utilizadas pelos diferentes agentes sociais para cuidar de si mesmos. Com isso, chegaremos mais perto da relação entre o consumo e as relações humanas, além das consequências políticas deste que possui no medo a diferença um de seus principais mediadores. É o que poderá ser visto a partir do capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

SOBRE POLÍTICA, DIFERENÇA E ALTERIDADE

Neste capítulo, o foco é o debate da questão da formação humana, a configuração ética e a problemática da alteridade que incide sobre a dinâmica pedagógico-institucional. Para tratar dessa questão precisaremos inicialmente desenvolver alguns pontos que nos remetem à questão da Diferença¹ que servirá de suporte para o debate acerca da política nos tempos líquidos.

Tal proposta inicia, de certa forma, um novo encaminhamento deste escrito que tem como seu objetivo principal, debater a temática da amizade. O caminho que foi realizado até o momento serviu para construir as bases referentes ao contexto social em que vivemos, o qual fornece a condição de constituição da subjetividade e posicionamento humano em relação ao mundo e ao outro.

É possível observar, a partir disso, as consequências de uma forma de pensamento, um discurso, que coloca o homem enquanto sujeito individual que dispensa o envolvimento em questões que incluem o Outro. Esse tópico traz elementos que ultrapassam a dimensão ética e, apontam para o debate da política.

No que diz respeito à questão política, Bauman faz um desdobramento em duas esferas. A primeira, parte do próprio conceito entendido como “[...] a crítica contínua da realidade [...]” (2008b, p.76) e, portanto, um mecanismo de trocas entre os homens. Na segunda, o autor indica que também se trata das formas que nos portamos no mundo em relação a nós mesmos e aos outros, construindo, portanto, “políticas da vida”², que se constituem-se de um marco individual: “[...] se trata de lutar por um ‘espaço’ da própria identidade individual, preservando a dos outros [...]” (BAUMAN, 2008b, p.210). Como marca de nosso tempo, encontramos a disseminação da ideia de que está colocada à responsabilidade do indivíduo a administração da vida:

¹ O termo é utilizado em letra maiúscula como forma de demarca-lo enquanto conceito fundamental para nossas análises referentes aos possíveis lugares para a amizade. Ele será melhor delimitado e definido nas páginas que seguem.

² Isso é possível ser visto, por exemplo, ao longo do livro “*A Arte da Vida*” (2009d, p.89) em dois exemplos citados por Bauman: o primeiro é a ideia de “projeto de vida” – a partir de Sartre -, entendida como a “escolha das escolhas”, que no nosso mundo ganha uma dimensão de traçado indefinido ao ponto de partida e mutável em seu processo; o segundo, a vida como obra de arte observada, por exemplo, na estética da existência discutida por Michel Foucault.

Os indivíduos estão cada vez mais abandonados a seus próprios recursos e a suas próprias perspicácias. Assim, espera-se que eles divisem soluções individuais para problemas socialmente produzidos, e que o façam de modo específico, usando suas próprias habilidades e recursos particulares [...] (BAUMAN, 2010d, p.59).

Assim, a vida passa a estar configurada, segundo Bauman (2010c, p.34), sob forma imperativa. Deve-se

abandonar os padrões rígidos, ser condescendente com a falta de critérios, satisfazer todos os gostos sem privilegiar nenhum deles, promover a inconsistência e a “flexibilidade” [...] e exaltar a instabilidade e a incoerência, está é, portanto, a estratégia justa (a única razoável?) hoje [...].

Aqui é o ponto de partida da questão a ser investigada. Por questão de organização dos debates que seguem, esse capítulo discute primeiramente, a questão da alteridade, o que implica em mapear as relações humanas no mundo contemporâneo (ou “líquido-moderno” nos termos de Bauman) seguindo a proposta metodológica dos capítulos anteriores. A partir daí, esperamos investigar as formas relacionais entre sujeitos. Como indica Bauman (2009b, p.174):

[...] Se os vínculos humanos, como o resto dos objetos de consumo, não necessitam ser construídos como esforços prolongados e sacrifícios ocasionais, senão que são algo cuja satisfação imediata, instantânea, cada um espera no momento da compra [...] então não faz sentido “jogar dinheiro bom em cima de dinheiro ruim” pretendendo salvar a relação, com cada vez mais gasto de energia e menos ainda sofrer com as inquietudes e incômodos que isso implica. Mesmo um pequeno problema pode causar a ruptura da parceria; desacordos triviais se tornam disputas amargas, pequenos atritos são tomados como sinais de incompatibilidade essencial e irreparável [...].

Bauman (2009c) faz uma longa análise sobre esse processo, indicando a ambivalência das relações amorosas em nosso tempo. Assim, observa-se que “[...] na versão comercial, os laços se transformam em bens, ou seja, são transferidos a outra esfera, regida pelo mercado, e deixam de ser laços capazes de satisfazer essa união que somente se concebe e se mantém viva com mais união [...]” (p.98).

Indico, portanto, da quebra de investimentos vinculares de longo prazo, em detrimento de relações cada vez mais fluídas, ou em outros termos, da revogação social de valores vinculados à ideia de duração para inserção da lógica da efemeridade (BAUMAN, 2008a). Mesmo aquelas que tendem, segundo o autor a um tempo mais prolongado (próprio dos termos da formação da sociedade), são mantidas em nível contratual, com perdas e ganhos descritos previamente. Dessa vez, antes de se expor ao Outro é melhor se precaver. Mas essa prevenção é em relação a que? Ou a quem?

Uma maneira de entrar em contato com essa questão é através da dinâmica relacional dos grupos humanos. Dentro do sistema vigente, o acesso a determinados objetos é sinal de diferenciação social. Na sociedade de consumo, a formação de comunidades tem esse fim de indicar a diferença entre as pessoas e pontuar o espaço que há entre os indivíduos em relação à possibilidade de acesso aos objetos à venda. Dessa forma, os objetos de consumo detêm a chave para o indivíduo mostrar quem é enquanto diferente, sendo que esta diferença é reconhecida e decodificada dentro de um dado campo social que ao mesmo tempo, inclui e exclui tais traços.

O paradoxo da delimitação de quem é o diferente passa por um sistema de classificação que primeiramente indica quem adere a este modelo de humanidade e a partir disso, decodificar qual o critério – desconhecido por nós - que este toma para definir-se em sua presença (BAUMAN, 1999b).

Vê-se, nesse processo, o surgimento da sensação de pertencimento que oferece um campo sedutor e, ao mesmo tempo, perigoso, de pretensa estabilidade e afastamento daqueles que não são reconhecidos como iguais e, portanto, merecedores de participarem do grupo³.

Mas o que significa ser “diferente”? Ou em última análise, o que é a “Diferença”? Tomamos como princípio a definição de Craia (2005, p.71):

[...] O que é inapreensível e irreprensível é essa diferença, a qual, no entanto, possibilita que todo o teatro da representação possa ser encenado. Na medida em que a diferença “vai diferindo”, ou seja, não possui uma identidade que a defina, nem um nome que lhe corresponda, ela é, por um lado, princípio nômade e não-fundacional daquilo que pode ser representado e, por outro, elemento livre que

³ Interessante notar que Bauman (2010a) define essa formação como um “enxame” caracterizado como um tipo de organização que não necessita carregar consigo as ferramentas de sobrevivência: “[...] se juntam, se dispersam e voltam a se reunir em ocasiões sucessivas, guiados cada vez mais por temas relevantes, diferentes e sempre em mudança e atraídos por objetivos ou brancos e em movimento [...]” (p.29). Por essa razão, afirma que não se tratam de equipe, sendo ações solitárias de seus membros mesmo que em grupo.

escapa a essa mesma representação, que, paradoxalmente, é permitida por ela – a diferença [...].

O mundo da Diferença não pode ser concebido somente a partir de uma dimensão puramente racional ou mesmo perceptiva. Ela atravessa o mundo sensível para atingir o campo do indizível. Ela é aquilo que propicia a apreensão do próprio do fenômeno em sua dimensão sensível. Atuar sobre a Diferença é realizar um processo de desconstrução do Outro a partir de si mesmo, ou seja, atuar tomando como ponto de partida o que Stein (2008) chama de “diferenciação imprevisível”, em uma abertura do sentido do outro, buscando abranger com maior complexidade os signos presentes na cultura. Ou como afirma Pierucci (1999, p.120), a diferença faz diferença, o que significa dizer que “[...] a diferença produz diferença, que ela provoca, no campo da representação, a emergência de novas diferenças. Ou seja, ela *produz*, social e sociologicamente, outras diferenças além dela, por causa dela, contra ela mesma [...]”.

Assim, a Diferença produz diferenças. Por isso, não há identidade entre “diferente” e “Diferença”. Enquanto o primeiro aponta para os traços identitários, englobando elementos psíquico-corpóreos, o segundo, está relacionado a certa dinâmica relacional a qual inevitavelmente indica a barreira intransponível de um ao outro, ou seja, em outras palavras, relaciona-se com aquilo que Bauman (2009d), a partir da leitura de Levinas, chama de “outredade⁴”, pontuando ou impedindo de planificação do Outro pela norma (BAUMAN, 2010b). Dessa forma,

A Face do Outro, quando entra/irrompe no meu campo de visão, me acena, abrindo a possibilidade de fugir do “isolamento da existência” – e assim, me conclama a ser, o que, diferentemente da mera “existência”, é inconcebível sem compartilhar [...]. “A partir do momento em que o Outro me olha, sou responsável por ele, sem ter assumido responsabilidades quanto a isso” [...] (2009d, p.159, grifo do autor)

Este processo somente acontece, “[...] se, e somente se, minha relação para com o Outro é programaticamente não simétrica; isto é, não dependente de uma *reciprocidade* passada, presente, antecipada ou esperada do Outro [...]” (BAUMAN,

⁴ Segue-se aqui a tradução literal do termo da obra traduzida em espanhol do livro “Mundo Consumo” de Zygmunt Bauman. Observa-se que em português faz-se relação com o termo “alteridade” remetendo à dimensão do Outro.

1997, p.59, grifo do autor). Esse processo nos aproxima da **discussão da alteridade**, discurso presente na contemporaneidade que aponta para o (re)conhecimento do outro, ou seja, pela sua Diferença em relação a si, o que somente pode ser tomado a partir das relações que vão sendo estabelecidas nos diferentes contextos sociais.

Enquanto conceito, “[...] a *alteridade* é a condição da própria constituição do eu psíquico e da identidade do sujeito, sendo o psiquismo um sistema transindividual” (VERONESI, 2008, p.3, grifo da autora). Porém, como aponta Jodelet (1998), um duplo processo de construção e exclusão separação por uma tênue linha sustentada por uma série de processos representacionais:

[...] O outro, como “não-eu”, “não-nós”, deve ser afastado ou tornar-se estranho pelas características apostas àquelas que exprimem o que é próprio da identidade. O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior, em termos de tipificação desvalorizante e estereotipado do diferente [...] (p.51, grifo do autor).

Nessa perspectiva de análise, o processo de subjetivação é considerado enquanto construção intersubjetiva na qual o conhecimento de si implica no conhecimento do Outro. Conforme afirma Jovchelovith (1998), a realização da alteridade em sociedades contemporâneas pode ser vista como problemática, o que nos faz pensar a maneira com que a dimensão intersubjetiva é constituída.

Pensando que somos sujeitos que vivem em dado momento histórico (como indicado neste trabalho ainda na “Introdução”), cabe indicar a pontuação de Bauman (2010b, p.65) ao afirmar que tal mundo “interfere na forma com a confrontação do eu sensível e pensante com o rosto do outro [...]”. Nesse contexto, encontra-se a formação de um campo de relações que em retroalimentação não propicie as relações de intimidade, ou em outras palavras, o desenvolvimento de uma proximidade que potencialize a troca entre os sujeitos, mas ao contrário, gera um olhar íntimo tomado como esfera individual⁵.

Por essa razão, as relações tornam-se mais distantes, ainda que próximas. Construimos não apenas uma burocracia institucional, como também,

⁵ Ortega (2004, p.146), influenciado por Richar Sennett e Hannah Arendt, chama esse processo de “tirania da intimidade” que consiste na transformação de “[...] *todas as categorias políticas em psicológicas*”, além de medir “[...] a autenticidade de uma relação social em virtude de sua capacidade de reproduzir as necessidades íntimas e psicológicas dos indivíduos envolvidos [...]”.

atravessamos a barreira das relações. Esse processo gera consequências para a dimensão ético-política.

Vejamos esse ponto mais de perto. A relação com a alteridade aponta para o que está ausente no mundo fundamentado pelo eu. Na contemporaneidade, a proximidade com o estranho comumente é vista como sinal de perigo. Isso se deve, como afirmam Bauman e May (2010, p.61), ao fato de que “eles” – os estranhos – “[...] pertencem a um ao outro e formam um só grupo, porque todos e cada um partilham a mesma característica: nenhum deles é “um de nós” [...]”.

Essa diferença é indicada por Bauman (1999b, p.70) ao apontar que o erro fundamental do estranho é ele ser uma “[...] pessoa infligida pela incurável doença da incongruência múltipla [...]” e por essa razão, é encarado como uma perda da modernidade⁶. O autor aponta em outro momento (2009c, p.23) que a descontinuidade gerada na vida pela presença do Outro gera impactos do sujeito vivente: “[...] a brecha é sentida como precipício [...]”.

Toda relação traz consigo uma dose de insegurança que implica o confronto com o novo, com o diferente. O estranho se mostra não apenas em sua passividade, mas principalmente pela sua ação. Bauman (2009c, p.141) afirma que “[...] o estranho é a variável desconhecida de todas as equações calculadas quando se pretende decidir o que fazer e como comportar-se [...]”. Em outra passagem, o autor pontua que:

[...] O estranho perturba a ressonância entre distância física e psíquica: ele está *fisicamente próximo* mas permanece *espiritualmente distante*. Ele traz para o círculo íntimo da proximidade o tipo de diferença e alteridade que são previstas e toleradas apenas a distância — onde podem ser desprezadas como irrelevantes ou repelidas como hostis. O estranho representa uma "síntese" incongruente e portanto ressentida "da proximidade e da distância" [...] (1999b, p.69, grifo do autor).

Observo que a política da existência se formula como um desafio a ser realizado que traz em si a necessidade de um novo posicionamento em relação à vida já que o Outro não se configura como um objeto inerte ao qual a política do controle de riscos fornece algum tipo de garantia. A presença do estranho “[...] dentro do campo de

⁶ Afirma Bauman (1997, p.184) que “a vida moderna significa viver com estranho, e viver com estranhos é em qualquer tempo vida precária, enervante e tentadora [...]”.

ação segue sendo inquietante, já que dificulta a predição dos efeitos de uma ação e suas alternativas de êxito ou fracasso” (BAUMAN, 2009c, p.141).

Bauman (2011a, p.191) aponta que isso se deve ao fato de o “estranho” se estabelecer como “[...] um ser bizarro cujas intenções e reações podem ser completamente diferentes do comportamento das pessoas normais (comuns, familiares)”, o que faz com que sua própria presença torne “[...] exorbitante a já intimidadora tarefa de prever os efeitos dos nossos atos e nossas chances de sucesso [...]”. Por isso,

[...] Converter ao outro em um alguém definido significa converter o indefinido ao futuro. Significa estar de acordo com a indefinição do futuro. Aceitar viver uma vida, desde a concepção até a morte, em um único lugar especificado ao humano: o vazio que se estende entre a finitude das suas ações e a infinitude de seus propósitos e consequências (BAUMAN, 2009c, p.38).

Por tal razão, conforme escreve o autor (2009a, p.186), viver com o Outro “[...] é verdadeira e plenamente, um inferno [...]”. Como conciliar tal disposição com a condição de medo a qual vivemos? Constituímos uma sociedade fundamentada em certo clima de tensão, movido pelo receio do perigo estar em todo e qualquer lugar. Como consequência, os indivíduos não sabem muito bem em quem se pode confiar. Nesse sentido, a presença do estranho acaba por se constituir como um ponto de suporte para a sociedade líquido-moderna e o modo de vida para ela construído (BRACHT; ALMEIDA, 2006).

Chego ao ponto nevrálgico desta análise que está relacionado com a resposta à pergunta “quem é o outro no contexto em que vivemos?”. Qual a relação que existe com a construção da Diferença? Segundo Costa (2008, p.491):

Ser isso ou aquilo ou ser diferente disso ou daquilo é algo que se estabelece simbólica e discursivamente em meio às relações de poder que permeiam as lutas pelo significado nas práticas sociais de grupos assimetricamente posicionados. É o poder de nomear, descrever, demarcar, classificar e hierarquizar que define a identidade e estigmatiza a diferença.

Esse ponto foi discutido de forma bastante pontual por Amaral (1998) ao debater o que chamou de “diferença significativa”. Tal conceito aponta para dois elementos em relação: primeiro, a Diferença é um traço que recebe, em si mesmo, distinções e/ou gradações que geram impactos na conduta dos sujeitos viventes, transformando esses traços em marcas que apontam para a própria diferença e; segundo, que há algo para além de tal elemento que funda o fato de que há, na interação entre os sujeitos, o fundamento da “Diferença”.

A pluralidade de possibilidades que podem ser enumeradas pelo contato com o Outro, são disfarçadas pela imagem. Em outras palavras, a imagem restringe o que o sujeito pode ser. Segundo Merleau-Ponty (2004, p.43):

[...] Os outros homens nunca são puro espírito para mim: só conheço através de seus olhares, de seus gestos, de suas palavras, em suma, através de seus corpos [...] não conseguiria dissociar alguém de sua silhueta, de seu estilo, de seu jeito de falar. Observando-o por um minuto, apreendo-o de imediato, bem melhor do que enumerando tudo o que sei sobre ele por experiência e por ouvir dizer. Os outros são para nós espíritos que habitam um corpo, e a aparência total desse corpo parece-nos conter todo um conjunto de possibilidades das quais o corpo é a presença propriamente dita [...]

Na passagem acima, percebe-se de que forma constrói-se uma visão do Outro a partir do que o autor chama por aparência. O indivíduo que se porta à frente do observador, mostra suas particularidades através da sua existência corporal. Ele é o que o olho vê e, considerando as limitações de tal órgão e as influências culturais impostas a ele, pode-se concluir que tal tem alta probabilidade de ser falha exatamente porque o Outro não adere ao modelo categorial ou imagético prévio ao seu contato. Por essa razão, acaba-se por buscar estratégias pelas quais se acredita esse engano poderá ser contornado. Tal processo mostrar-se-á frustrado.

É exatamente essa dinâmica que ocorre no processo do que chamamos de “moda” que serve enquanto sistema de manipulação como, ao mesmo tempo, possibilidade de uma espécie de distanciamento em relação ao parâmetro vigente. Nessa análise, o que é um desfile de moda a não ser a delimitação de uma pretensa normalidade e, ao mesmo tempo, a configuração de um campo para além do que é normalmente aceito hoje? Ela, portanto, expressa o paradoxo da imagem ao tomar o modelo como materialização da diferença validamente aceitável, construindo, portanto, a própria referência que a ser tomada.

A afirmação acima não indica, porém, que não existam parâmetros construídos para determinação do que é belo, por exemplo. A divulgação dos traços estético e estilisticamente diferenciados gera efeitos que são observados dentro da estrutura social de forma dispersa, não linear, mas acima de tudo norteador daquilo que se é (BAUMAN, 2008a). A corrida aos *shopping centers* em busca da última coleção inverno-verão parece não ser apenas uma busca enlouquecida por novos produtos, mas sim, a tentativa de encontro com aquilo que indica os traços identificatórios esperados do indivíduo em dado espaço-tempo que funciona como atualização da pergunta “quem sou eu?” em uma época chamada de “pós-moderna”. Afirma Bauman (2009b, p.90):

Dada a volatilidade e instabilidade intrínsecas de quase todas as nossas identidades, a capacidade de "ir às compras" no supermercado das identidades e o grau de liberdade - genuína ou supostamente - do consumidor para eleger uma identidade e de mantê-la tanto tempo quanto deseje se convertem no caminho real até a concretização das fantasias de identidade. Por ter essa capacidade, somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece.

Observa-se que a busca pelo sentido do ser, que historicamente, foi definida como intimamente relacionada com encontro ao Outro, na breve acima, ela está vinculada com a imagem que se passa ao outro ao qual no fim do percurso todos estão mais ou menos idênticos considerando que produção não deixou de ser em massa mesmo que a construção identitária que passa pela aderência a lógica de consumo tenha um crivo individual. Ser igual, na roupa, nos gestos, na grife, nos alimentos, na diversão, são tentativas de construção de uma rede de segurança que mascara a incerteza do mundo e da Diferença.

Porém, há situações às quais não é possível esconder tais elementos. Chegamos ao ponto de encontro entre dois processos que estão intimamente relacionados: de um lado, o trabalho subjetivo de simbolização da Diferença; de outro, a necessidade de, a partir do desenvolvimento econômico, a necessidade de “[...] invalidação, desmantelamento e eventual aniquilação de certos modos de vida e de subsistência humana [...]” (BAUMAN, 2009c, p.161).

Quanto a essa questão, Brachat e Almeida (2006) apontam que nas relações sociais nem toda diferença possui o mesmo valor, sendo alguns modos de vida considerados eticamente superiores a outros. Bauman (2008d) faz uma análise a respeito

dessa construção de critérios de diferença. Explica que mais do que a dominação e controle de um pelo outro, o que se vê é a inserção de um terceiro que oferece a justificação da norma.

Os seres se transformam em indivíduos passíveis de comparação, mensuração e julgamento a partir de padrões extrapessoais, de médias estatísticas ou de acordo com padrões normativos. Tal processo expressa uma ânsia por classificação que se configura pela ação de arbitragem que possibilita inclusão ou exclusão a partir do encaixe em classes previamente determinadas, marcas da cultura:

[...] A cultura é a atividade de fazer distinções, de classificar, segregar, marcar fronteiras - divide as pessoas em categorias unidas internamente pela similaridade e separadas externamente pela diferença; e de diferenciar os alcances de conduta atribuídos aos humanos alocados nas diferentes categorias [...] (BAUMAN, 2008c, p.46).

Para acompanhar esse processo, retomo o trabalho de Amaral indicado acima. Segundo a autora, temos três critérios socialmente construídos que funcionam como fundamento da diferenciação entre os sujeitos. O primeiro deles é chamado de estatístico-matemático e pode ser visto em situações bastante diversas. Uma delas já foi apontada acima e se refere à moda, entendida como esfera de uniformidade que espera ser encontrada em uma dada população a partir da nomeação de traços aleatoriamente construídos que devem ser seguidos por todos a partir de uma política da maioria.

Nesse sentido, o cálculo matemático serve de parâmetro de normalidade, o que pode ser visto dentro do contexto escolar nas atividades avaliativas, por exemplo. Ainda que exista um discurso corrente a partir do qual busca-se a inserção daqueles que se encontram nas extremidades da curva de Gauss (também chamada de “curva normal”), na instituição escolar, não há muitos espaços para os que fogem à média, sejam os chamados “superdotados”, sejam aqueles que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Ambos tendem a ser simbolicamente excluídos seja pelo excesso, seja pela falta. É possível ver a materialização de uma espécie de “sociedade da mediocridade”, que supervaloriza o “mediano”, ou seja, aquele que passa pela vida sem

ser percebido, sem causar impactos, sem gerar problemas. Esse é o bom aluno, o bom trabalhador, o bom cidadão⁷.

Em determinadas situações há uma impossibilidade física-corporal de atender a tais parâmetros. Esta é a base para o segundo critério, chamado de “anatômico-funcional”. Isso se deve ao fato de que ele aponta para a materialidade do corpo. Mas o que o corpo indica? A princípio, uma distância essencial entre eu e outro. E o que quer dizer “essencial”? No sentido aqui empregado, quero sublinhar o caráter intransponível do outro, ou seja, a impossibilidade de compreendê-lo em sua totalidade.

Vejamos mais de perto a questão. O que o critério indica é a presença de um indivíduo que se mostra presente nas relações sociais, porém, que parece não estar “completo”. Ele possui um corpo, mas que se mostra defeituoso, seja pela não funcionalidade (como no caso de uma pessoa surda – “tem os olhos, mas não vê” – ou de uma pessoa paraplégica – “tem as pernas, mas não anda” - por exemplo) seja pela sua falta (como em um indivíduo que não possui um braço ou uma perna).

Encontra-se aqui o ponto nefasto dos critérios de “diferença significativa”: constrói-se um parâmetro que define quem é mais humano em sua humanidade. Em outras palavras, parece que é um conceito de generalidade humana que não leva em conta a própria Diferença, mas coloca em primeiro plano uma síntese movida pela análise do singular em comparação a critérios pretensamente universais (CARDOSO JR., 2005). Ou seja, tem-se o afastamento da Diferença em sua substancialidade.

No que diz respeito à constituição subjetiva, encontramos um suporte considerado como real – seja socialmente construído, como nos dois primeiros critérios, ou, no corpo, no terceiro – para a demarcação da Diferença o que nos leva a formação histórica de um processo de exclusão realizada de maneira radical, o que se pretende combater, por exemplo, com as chamadas “políticas de inclusão”. Vejo neste ponto, o reconhecimento da necessidade de concepção dos traços de diferença que impedem o acesso, manutenção ou progressão do indivíduo na escola.

Emerge no contexto atual um discurso da defesa da diversidade a ser respeitada no contexto escolar, a partir da busca de uma perspectiva que supere a

⁷ Relacionando com o capítulo anterior, não podemos esquecer que no mundo atual, “[...] o significado do conceito de ‘cidadania’ caminha gradualmente para se ajustar a um modelo de consumidor zeloso [...]”. (BAUMAN, 2011a, p.84).

dimensão binária. Espera-se com isso fugir do Absoluto (seja metafísico ou científico), em prol de “diferenças”: pequenas, mas contínuas, que paradoxalmente, mostrem a descontinuidade do ser humano (DELEUZE, 1995) demonstrada na relação com o Outro.

Porém, um dos traços característicos da educação moderna diz respeito à concepção de um modelo que pudesse ser aplicado a todos, o que é materializado no plano de aula, nas propostas de avaliação ou mesmo no currículo - prévio aos próprios alunos - a ser seguido. A escola que potencialmente poderia ser um agente da Diferença – entendida enquanto intensidade (CRAIA, 2005) - e, portanto, potencialmente questionador de elementos homogeneizantes, subverte o processo, recaindo na reprodução de um modelo e, em última instância, na mesmice.

A construção social da Diferença ganha novos contornos no terceiro critério descrito pela autora como “tipo ideal”. Cada sociedade constrói uma tipificação que descreve uma classe de pessoas que servem de parâmetro de julgamento moral, físico, subjetivo, social para todos os outros. Em vista da dificuldade de julgarmos a nós mesmos, tais traços servem como forma de classificação do Outro. O grande problema desse processo é que mesmo buscando seguir os indicativos apontados por tais juízos, eles se tratam de uma ideia e, portanto, impossíveis de serem atingidos inclusive por aqueles que realizam tal julgamento. Assim, é indicado ao Outro um lugar impossível, o que termina por realçar seus erros, faltas ou pecados.

Ainda que de maneira bastante contextualizada, como forma de exemplificação, a autora indica que dentro de nosso contexto social, temos como tipo ideal, um sujeito “[...] jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo [...]” (AMARAL, 1998, p.14), o que mostra os crivos de normatização que influem em todos os campos, fornecendo assim, marcadores sociais para uma ampla gama de reconhecimento/afastamento da Diferença.

Uma análise sobre os processos de exclusão na sociedade atual, aponta para a questão da relação com o “estrangeiro”, entendido por Bauman (2009c) subproduto do progresso econômico que traça novos limites entre o humano e o inumano. O autor o define como aquele que está “[...] socialmente distante, embora fisicamente próximo” (1997, p.176).

O estrangeiro é, por definição, alguém cuja ação é guiada por intenções que, no máximo, se pode tentar adivinhar, mas que ninguém jamais conhecerá com certeza. O estrangeiro **é a variável desconhecida no cálculo das equações** quando chega a hora de tomar decisões sobre o que fazer. Assim, mesmo quando os estrangeiros não são abertamente agredidos e ofendidos, **sua presença em nosso campo de ação sempre causa desconforto** e transforma em árdua empresa a previsão dos efeitos de uma ação, suas probabilidades de sucesso ou insucesso (2009f, p.14, grifo meu).

Tais sensações geram um afastamento e desprezo que, por sua vez, levam ao desconhecimento que serve de retroalimentação para o processo. “Saber conviver” é quebrar a barreira em relação ao diferente e permitir-se a novas experiências fora do nível de segurança proposto pelo grupo. Essa não é uma tarefa simples, visto o grau de administração de condutas ao qual se encontram submetidas as relações humanas. A formação de grupos tende a construir um mundo simbólico particular o qual pode chegar, em determinado momento, a dificultar a comunicação dentro de um contexto que aparentemente mostrava-se como uma estrutura uniforme. O problema é que:

[...] Quanto mais tempo as pessoas passam na companhia de “suas iguais” – interagindo de modo superficial e casual para evitar o risco da incompreensão e a necessidade ainda mais onerosa e incômoda de traduzir diferentes universos de significado -, é mais provável que “desaprendam” a arte de negociar significados comuns e modos de convivência satisfatórios para todos. Já que se esqueceram das habilidades necessárias para conviver com a diferença, ou por negligência nunca as aprenderam, elas veem a perspectiva de enfrentar face a face os estrangeiros ou estranhos com crescente apreensão (BAUMAN, 2011a, p.192).

Fica, então, a sensação de que “[...] todos os indivíduos são deslocados e de forma permanente, existencial — onde quer que se encontrem no tempo e o que quer que façam. São *estranhos* em toda parte e, apesar dos seus esforços em contrário, em todos os lugares [...]” (BAUMAN, 1999b, p.211, grifo do autor).

Cabe então a pergunta: no que diz respeito à relação com o diferente, não seríamos estrangeiros para os outros, considerando os limites da própria inter-relação com este? Aqui encontramos a demarcação de uma Diferença. É necessário destacar quais são as estratégias utilizadas para afastar esse perigo.

A primeira delas é a construção de um discurso que identifica o grupo de diferentes como uma espécie de “resto” da comunidade, ou seja, a formação de um grupo que não atende aos critérios de significação possível em um contexto social específico, impedindo a possibilidade de enquadramento, justificando, então, sua exclusão do espaço de interrelações demarcado institucionalmente. Bauman (2005b, p.58) pontua de forma irônica que “[...] a produção de resíduos humanos tem todo um ar de assunto impessoal e puramente técnico” expresso pela questão “para aonde levar estes que não se adequam ao sistema vigente?”.

Parece claro que não se responde de forma meramente passiva as regras de um sistema social, conforme aponta Ruiz (2004, p.79), ao discutir os modos de sujeição, “[...] o indivíduo contemporâneo tem muitas resistências às formas disciplinares extremas ou forçadas [...]”. Isso gera uma condição de inadequação do sujeito ao contexto em que vive. Essa reflexão retoma a problemática de que em maior ou menor grau, todos são diferentes, estranhos, estrangeiros, ou em última análise, resíduos de determinadas comunidades. Assim, manter distância e evitar o estranhamento e a diferença, torna-se um problema.

Mas no que diz respeito a uma análise macrossocial, no contexto da sociedade capitalista, não há mais espaços vazios a serem ocupados por aqueles que não ocupam um lugar funcional delimitado. Nas grandes cidades, não há para onde enviar a grande massa populacional residual. Assim, elas se configuram em “[...] espaços em que os estranhos ficam e se movimentam em estreita proximidade uns dos outros” (BAUMAN, 2007, p.90)

Uma das formas de lidar com essa questão é a construção de lugares que propiciem algum tipo de distanciamento, garantindo alguma segurança. O desafio quanto aos estranhos, portanto, é isolá-los. Por essa razão, existe necessidade de instâncias mediadoras que venham a favorecer o bem estar social. Cito aqui a crítica realizada Bauman (2009f) ao indicar que se torna necessário, por exemplo, construir agências de segurança de forma a atuar na execução de ações para tal fim. Projetos de atendimento a comunidades carentes, desenvolvimento e urbanização de bairros afastados, formação de mão-de-obra qualificada e emprego em áreas próximas aos locais atendidos possuem aqui um caráter ambivalente: ao mesmo tempo que garantem certa qualidade de vida também mantém os diferentes afastados (BAUMAN, 2008c). Por outro lado, em vias de um possível fracasso desse processo centralizado, é

importante que todos cumpram o papel de vigilância para garantir a segurança da comunidade em que se vive (PASSETI, 2004).

A partir de tal perspectiva, vê-se a construção dos chamados “guetos comunitários”: mini-sociedades/comunidades formada para e por aqueles que, de um lado, estão à margem da sociedade de consumo, e de outro, os que dela fazem parte. Segundo explica Scholze (2007, p.66),

Determinados grupos se enclausuram e criam barreiras simbólicas impeditivas para os que não pertencem às suas comunidades, fazendo que muitos não se autorizem ou mesmo não ousem se manifestar, ou mantenham postura de recato, contenção ou ainda de manifestações às vezes incompreensíveis fora do grupo de origem.

De outra forma, tem-se o que Bauman (2007) chama de “exclusão interna”, ou seja, aqueles que são mantidos no sistema sob controle e potencialmente, passíveis de inclusão futura. Como exemplo desse processo, aponto para as populações atendidas por determinadas políticas sociais que desempenham um duplo papel de manutenção da ordem a partir da execução de estratégias/ações compensatórias.

Trata-se de uma questão antiga. Foucault já havia descrito diversos desses processos de afastamento daqueles que não aderem aos critérios socialmente construídos e a necessidade de formular uma tecnologia para mantê-los sob controle. Daí advém o nascimento da clínica, do hospital, das prisões⁸, ou mesmo, da escola (como pode ser visto na lógica asilar, que aponta que é melhor estar na escola do que na rua, local de riscos e perigos à população vulnerável) que oferecem lugares nos quais os indivíduos são construídos.

A instituição escolar, no contexto indicado, é constituída como um lugar ambivalente, com a pretensa capacidade de cercear a população em risco, degradada ou recuperá-la. Neste espaço, pretensamente universal vê-se a formação de

⁸ No que diz respeito à questão infracional, Bauman (1999a, p.120-124) faz uma análise interessante das mudanças históricas referente a organização do sistema prisional americano, sem porém, cumprir com aquilo que aponta como objetivo das políticas de Estado: trata-se de local de teste das técnicas de confinamento espacial do lixo do sistema globalizado, entendido aqui como uma massa populacional que gera riscos a determinados setores da sociedade, que necessita de distanciamento e punição em frente a ameaça vinda do outro. A saída é indicada pelo autor (2009a), ao pontuar que o grande problema é que não se adentra no questionamento da relação entre a política atual de criação de leis de proteção societária (comumente individual e privada) em detrimento do desenvolvimento do sentido público em relação a tais dispositivos, o que geraria um sentimento de pertença comunitária.

grupos com características julgadas como semelhantes que servem, na verdade, como indicativo apontar em que um é diferente do outro, o que pode levar ao nascimento de sentimento de hostilidade e violência, o que pode ser tomado como um sintoma de uma crise da alteridade no mundo atual.

Porém, há outro tipo de construção comunitária chamada por Bauman (2009f) de “gueto voluntário”. Dentro dessa perspectiva, os laços humanos caracterizados por indivíduos fragilizados fundamentam-se na formação de tribos urbanas moduladas por diferentes traços de obtenção de estéticas “próprias” a partir da utilização de roupas de determinadas marcas, acesso a músicas em determinados espaços, a bebidas de determinados gêneros o que implica, dentro desse contexto, em ser superior a outros que não possuem tal acesso.

A formação da sociedade de semelhantes é baseada, no contexto contemporâneo, nos encontros de ocasião, modulados pela afinidade de momento. Na selva de pedra das cidades urbana, a ênfase no agora aponta a direção na qual os indivíduos podem percorrer, indicando caminhos e companhias possíveis. Como indica Bauman (2009c, p.53-54), tais comunidades,

[...] supostamente se originam em torno de eventos, ídolos, pânicos ou modas: pontos focais mais diversos que compartilham o traço de uma expectativa de vida mais breve. Não mudam mais tempo que as emoções que as convertem em foco de atenção e impulsionam a união de interesses – fugazes, porém, não por isso menos intensos – que convergem aderindo-se a causa.

Vejo nesse ponto dois elementos que convergem: de um lado, a construção de uma espécie de “moda” tomada em seu traço mais radical; de outro, um tipo de vínculo que mesmo provisório, traz em si, o afastamento do diferente. Em outras palavras, constrói-se um novo sentido social acerca da normalidade pautado não mais por critérios científicos e religiosos (marca da modernidade clássica), mas sim, por um tipo de “opinião pública” potencialmente inclusiva, mas concretamente excludente.

A partir disso é possível discutir elementos importantes para a configuração do papel da amizade. Uma questão que poderá servir de guia diz respeito a posição tomada pelos indivíduos quanto a condição e/ou necessidade de se misturar com o outro no mundo atual.

A primeira possibilidade parece ser o desenvolvimento de certa “indiferença”, o que talvez se configure como uma quase “não-relação”. Diferentemente, do medo à diferença – o que veremos logo a seguir – o sentimento de indiferença é o desdém pelo que vem do outro que não é levado em consideração porque ele praticamente não existe.

Em contrapartida, um dos pilares para o fenômeno do anonimato pode ser descrito como a sensação da indiferença que o mundo e os outros possuem em relação aos indivíduos. Assim, as relações entre as pessoas necessitam de um intermediário, papel cumprido no processo de mediação realizado pelos objetos de consumo que, por sua vez, tornam-se meio e fim em si mesmo.

Como desdobramento, é gerado um fechamento subjetivo em relação ao que vem do outro. Assim, o que cada um vive é de sua alçada privada e não cabe qualquer tipo de comentário ou envolvimento com um outro. Tal posição pode ser observada em dizeres comumente presentes em conversas cotidianas, como por exemplo, “cada um faz da vida o que bem quer” ou ainda “cada um sabe o que é melhor para si mesmo”. Conforme explica Bauman e May (2010, p.71):

[...] Com o entusiástico alvoroço da vida urbana vem a indiferença humana *cool*, abastecida por muitas interações orientadas pela troca de produtos e serviços. O que se perde no processo é o caráter ético dos relacionamentos; vasta gama de interações humanas é desprovida de significação, e as consequências se tornam possíveis porque muito da conduta rotineira parece livre de avaliação e de julgamento por alguns padrões da moralidade.

Ainda quanto às posições tomadas frente ao outro, Bauman propõe dois conceitos que vêm a favorecer o debate acerca desse ponto. Neste capítulo, discutiremos o primeiro deles, chamado pelo autor de “mixofobia”, ou de forma direta, o medo ao diferente⁹. Segundo o autor, (2011a, p.191), ela “[...] manifesta-se no impulso de construir ilhas de similaridade e identidade em meio a um oceano de diversidade e diferença [...]”.

É uma das consequências da homogeneização dos espaços públicos dentro das grandes cidades, que de certa forma, tem dificultado a convivência entre as pessoas. Ainda que tal diagnóstico seja parcial, a análise realizada por Bauman indica

⁹ Bauman (2006) também utiliza o termo “heterofobia” para fazer a alusão a tal posicionamento.

que faltam espaços de trocas entre as pessoas que passam a atuar cada vez mais na dimensão privada que fortalece e enfatiza a diferença entre os sujeitos e com ela, as políticas de segregação, já que valorizam a dimensão interna em detrimento das trocas realizadas com os outros membros da comunidade humana. Adentramos na questão do “espaço público”. Bauman (2009e, p.104-105) define o conceito ao afirmar que:

[...] o espaço é “público” na medida em que homens e mulheres aos quais lhes permite a entrada têm probabilidade de entrar sem serem pré-selecionados [...]. A presença em um espaço público é, pois, anônima e, por conseguinte, é inevitável que quem está presentes nesse espaço tendam a ser estranhos entre si [...]. São nesses espaços públicos aonde a vida urbana e tudo aquilo que a diferencia de outras formas de união humana alcança sua máxima expressão, complementada com suas alegrias e penas, premonições e esperanças, mais características.

Nas sociedades contemporâneas, no que diz respeito à formação dos laços comunitários, houve uma mudança fundamental no sentido do termo. Para que eles existam, laços são necessários que sejam reconhecidos algo de “comum”, ou seja, pertencente a um número significativo de pessoas em dado contexto, favorecendo a identificação dos membros uns com os outros. Ao falar de um deslocamento para a instância privada, encontro o declínio desse reconhecimento e a valorização da ideia de liberdade enquanto autonomia e independência do Outro.

Este é o ponto. Não há sentido conviver com o outro e por essa razão, não há porque as cidades serem projetadas para atender a essa demanda. Existem espaços com muitas pessoas, mas que no fundo encontram-se como átomos sem ligação que se reconhecem muito mais pelas suas diferenças do que pelo que há de comum. Assim, “[...] a cidade oferece a possibilidade de permanecermos em um lugar público, mantendo intacta nossa privacidade” (BAUMAN E MAY, 2010, p.70).

O risco que enfrentamos é descrito por Bauman (2009c, p.145) ao pontuar que “[...] à medida que cresce a polivocalidade e a variedade cultural do entorno urbano na era da globalização [...] as tensões provocadas por uma indignante/confusa/irritante falta de familiaridade do ambiente seguramente seguirá estimulando impulsos segregacionistas”. Entra o medo à Diferença, favorecida a distância do outro, diminuindo a sensação de tolerância e fornecendo as bases para o aparecimento da angústia e possível necessidade de isolamento, gerando assim, um

processo de retroalimentação. Nesse sentido, a rotina se torna proteção às diferenças, voltando às questões iniciais do diagnóstico que estamos realizando.

Vale retomar a questão do medo. Subjetivamente, toda essa engenharia de manutenção da distância, mostra-se fracassada já que os encontros não deixam de acontecer. O estranho tende a retornar, fazer-se em sua presença, tornando-se relevante. Conforme aponta, “[...] lançar o outro para o fundo do cenário não o faz desaparecer. O fundo inegavelmente está lá [...]” (p.177). Ou em outros termos, “ele [o estranho] entrou no mundo da vida *sem ser convidado*, com isso lançando-me para o lado receptor da sua iniciativa, transformando-me no objeto da ação de que ele é o sujeito [...]” (1999b, p.68). E mais do que isso, reivindica o direito de ser objeto de responsabilidade e de ser, em última instância, tratado como amigo.

É necessário uma preparação para o golpe: “[...] a vida líquido-moderna é uma vida de suspeita permanente e vigilância incessante. Não há como saber de que lado do vínculo virá o golpe [...]” (BAUMAN, 2008d, p.66). Assim, o ato de vigiar “[...] torna-se necessidade constante em contextos nos quais as imagens são formadas por preconceito [...]” (BAUMAN E MAY, 2010, p.57). Temos aqui o nascimento de uma espécie de “paranóia mixofóbica”, que

[...] se autoalimenta e funciona como profecia autocumprida. Se é adotada a segregação como cura radical do perigo que representam os estranhos, a coabitação com estranhos se faz cada dia mais difícil. A homogeneização das vivências e a redução ao mínimo inevitável de toda troca e comunicação entre eles é uma receita segura para intensificar e aprofundar o impulso até a segregação e exclusão (BAUMAN, 2009d, p.149).

Viver com o outro gera muitas ansiedades. Por essa razão, não é possível afirmar que o medo nasce da mixofobia, sendo esta, um de seus desdobramentos. Bauman (1997) explica que a ansiedade nasce da dissolução da face do Outro nos “Muitos”, ou seja, nas pessoas, aqui entendidas em sua dimensão imagética. Aponta o autor que “[...] máscaras não são confiáveis como faces [...]” (p.133), escondem tanto quanto revelam. E aqui está a situação: deve-se confiar (até certo ponto) nas máscaras, goste ou não e deve-se viver com essa ansiedade. Quando se toma tal sensação como medo de confiar, é necessário proteger os “nossos” desses intensos perigos.

Encontro neste ponto a ameaça da perpetuação de tal elemento. Bauman (2009f, p.49) faz uma alusão à questão ao indicar que “[...] muitas pessoas resolveram transmitir esse ‘instinto de evitar’ às gerações futuras, colocando seus filhos em escolas segregadas, em que podem viver imunes a esse mundo horrendo, ao impacto assustador de outras crianças provenientes [...]” de famílias consideradas tipicamente como “erradas”.

Nessa perspectiva, as escolas construídas para atendimento da população “periférica” são vistas como lugares próprios de uma cultura inferior (e, portanto, não necessariamente valorizadas) e que deve permanecer alheia ao conhecimento daqueles que vivem no “centro”; ao mesmo tempo, em que a vida da região “central”, desconhece as experiências possíveis presente neste “outro mundo”. As crianças aprendem desde muito cedo qual é espaço geográfico que se pode – e deve – ocupar. Assim, estar e querer permanecer à distância são valores disseminados desde a infância, de forma que as crianças compreendam rapidamente a importância de reconhecer o risco e vejam como necessário manter-se separado do estranho.

Claro que há uma questão de perspectiva. Quando mantemos o outro afastado, do que exatamente nos afastamos, além deste corpo que se mantém distante? Em outras palavras, se cada agrupamento humano constrói um mundo próprio ao qual faz parte, o afastamento do Outro implica em uma não-experiência deste mundo de Diferença.

No diagnóstico realizado por Bauman ao longo de sua obra, a sociedade contemporânea não buscou o enfrentamento da Diferença, mas apontou para a postura individualista, materializada no que o autor chamou de “terapia de fuga”:

[...] Uma vez que esqueceram ou não se preocuparam em adquirir as habilidades necessárias para uma vida satisfatória em meio à diferença, não é de estranhar que os indivíduos que buscam e praticam a terapia de fuga encarem com horror cada vez maior a perspectiva de se confrontarem cara a cara com estranhos. Estes tendem parecer mais e mais assustadores à medida que se tornam cada vez mais exóticos, desconhecidos e incompreensíveis, e conforme, o diálogo e a interação que poderiam acabar assimilando sua “alteridade” ao mundo de alguém se desvanecem, ou sequer conseguem ter início. A tendência a um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, pode ser deflagrada pela mixofobia. Mas praticar a separação territorial é o colete salva-vidas e o abastecedor da mixofobia; e se torna gradualmente seu principal reforço (BAUMAN, 2007, p.94).

Tem-se como consequência tanto o delírio (movido pela exclusão de certos critérios de objetividade, conforme indica BAUMAN, 1999b) que mantém o estranhamento quanto o empobrecimento da vida a partir da restrição do vivido. É o que o autor chama de “mundos-de-vida separados” (2009f, p.16), não-comum ou sem-vínculos. Vê-se também que há uma íntima relação com a própria configuração do mundo atual no qual:

[...] Ocupados em ganhar mais dinheiro em função de coisas de que crêem para serem felizes, homens e mulheres têm menos tempo para a empatia mútua e para negociações intensas, por vezes tortuosas e dolorosas, mas longas e desgastantes. E ainda menos para resolver seus mútuos desentendimentos e discordâncias. Isso aciona outro círculo vicioso: quanto mais se obtêm êxito em “materializar” a relação amorosa [...], menores são as oportunidades para o entendimento mutuamente compassivo exigido pela notória ambigüidade poder/carinho do amor [...] (BAUMAN, 2008a, p. 153-154).

É exatamente estes apontamentos que a segunda posição indicada por Bauman parece combater. Nomeada “mixofilia”, será discutida mais atentamente no próximo capítulo¹⁰. Porém, adianto que há uma aproximação da ideia de “amizade” expressa em seu sufixo. Segundo o autor, tal processo pode ser visto em duas frentes diferentes de realização. Inicialmente, a construção de espaços públicos que convocam ao que chamamos comumente de “hospitaleiros” e que atraem os habitantes do campo urbano para compartilharem o viver de cada dia. Esse primeiro nível relacional pode ser entendido como superficial no ponto de que o problema é entendido em uma dimensão externa justificando, por exemplo, uma análise da arquitetura das cidades e os efeitos na subjetividade humana, como a realizada por Sennett (2003, p.289) ao pontuar que

O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações. A dificuldade dos estrangeiros manterem um diálogo entre si acentua a transitoriedade dos impulsos individuais de simpatia pela paisagem ao redor—centelhas de vida não merecem mais que um lampejo de atenção.

¹⁰ Como outra forma de tradução, no livro “*O Mal-Estar na Pós-Modernidade*” são utilizados os termos “miscifobia” e “miscifilia” ao invés dos que aqui são indicados. Ainda que exista diferença na grafia, o sentido ofertado aos mesmos se mantém.

O mesmo autor faz uma análise interessante acerca da construção das cidades e sua relação com a atuação dos profissionais especialistas. Indica que há uma relação entre o engenheiro e o diretor de televisão ao propor uma vida sem resistências, ou de outro modo, diminuir a necessidade do indivíduo ter que prestar atenção ao mundo à sua volta. Formula-se um distanciamento e uma concepção na qual “ordem” está relacionada com falta de contato.

[...] Ao planejar uma via pública, por exemplo, os urbanistas frequentemente direcionam o fluxo de tráfego de forma a isolar uma comunidade residencial de uma área comercial, ou dirigi-lo através de bairros de moradia, separando zonas pobres e ricas, ou etnicamente diversas.

[...]

A plenitude dos sentidos e a atividade do corpo foram de tal forma erodidas que a sociedade atual aparece como um fenômeno histórico sem precedentes. Os primeiros indícios dessa transformação são perceptíveis, segundo esses críticos, a partir das mudanças de caráter da população das cidades. A massa de corpos que antes aglomerava-se nos centros urbanos hoje está dispersa, reunindo-se em pólos comerciais, mais preocupada em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário [...] (2003, p.18-19).

Bauman (1999a) afirma que os tradicionais espaços públicos estão sendo cada vez mais suplantados por espaços de produção privada – tanto propriedade quanto administração – ao mesmo tempo em que tais espaços funcionam para a reunião pública (como nos espaços de consumo, por exemplo).

A cidade deixa de ser uma forma dos estranhos se conhecerem (BAUMAN, 2009b), se envolverem, construir história e, conseqüentemente, memória. O direcionamento ao eu, portanto, transforma o acontecimento de contato com o outro em algo sem passado e sem futuro. Por isso, ou há uma entrega incondicional ao espaço público, privatizando-o ou a proteção civilizatória intimista, na qual os estranhos se protegem entre si ao realizar o fechamento no mundo privado. Por essa razão, Bauman (2011a, p.43) afirma que “[...] a crise atual da privacidade está bastante ligada ao enfraquecimento, à desintegração e à decadência de todas as relações inter-humanas”. Ao atrelar estranhamento e distanciamento, construímos o que o autor chama de “desencontro”:

[...] A arte do desencontro é primeiro e antes de mais nada um conjunto de técnicas que servem para *desetificar* a relação com o Outro. Seu

efeito geral é uma negação do estranho como objeto moral e sujeito moral. Ou melhor, a exclusão de situações que possam dar ao estranho uma importância moral [...] (1999b, p.72, grifo do autor).

Tal processo é dificultado pela estrutura das próprias cidades que se transformam em espaços estranhos aos indivíduos demarcados muito mais pela sua capacidade de interdição e passagem do que pelas possibilidades de contato, reiterando a concepção de Sennett (2003), na qual a arquitetura se transforma como instrumento de uma política de desintegração da vida comunitária. Assim nos explica Bauman (2009c, p.144):

[...] As construções mais novas, com maior publicidade e mais amplamente imitadas são “espaços interditórios”, “destinados a interceptar, repelir ou filtrar seus potenciais usuários”. Explicitamente, o propósito dos “espaços interditórios” é dividir, segregar e excluir e não construir pontes, passagens acessíveis ou lugares de encontro, facilitar a comunicação e reunir as residentes da cidade (grifo do autor).

Porém, a questão ganha novos contornos quando os espaços não mais pensados em uma dimensão física, como também, na dimensão virtual. A análise do termo remete tanto para a esfera do simbólico quanto para a análise dos efeitos das novas tecnologias para a vida cotidiana. Começemos pelo segundo ponto.

Bauman (2009b) faz uma análise das redes sociais e sua relação com a formação de comunidades, (como é possível observar em diferentes sites como o Orkut e o Facebook, por exemplo). O acesso à informação, nesses espaços, está relacionado com a quantidade de relações estabelecidas por meio de tais redes. Assim, concebe-se o conhecimento com o fio de contatos que permitem a própria circulação das informações.

O problema indicado pelo autor, porém, é que esse tipo de relacionamento – que não cabe distinção entre pessoas e/ou coisas – obedece a mesma regra de fluidez própria do mundo contextual em que estamos. Bauman (2009c, p.13) indica que

[...] as relações virtuais (rebatizadas “conexões”) estabelecem um modelo que rege a todas as outras relações¹¹. Isso não faz feliz aos homens e as mulheres que sucumbem a essa pressão; ao menos não os faz mais felizes do que eram com as relações previrtuais. Algo se ganha, algo se perde.

Dessa forma, as redes de relacionamento possuem a mesma dubiedade própria de nosso tempo: ao mesmo tempo que aproxima, afasta. Para entender melhor essa afirmação é necessário retomar a questão da lógica de custo-benefício: quanto maior o custo de manutenção do vínculo, maior a expectativa da contrapartida vinda do outro. Como vimos anteriormente, não há como garantir tal retorno e, por essa razão, o cálculo de riscos passa a ser empregado também nas relações vinculares. É nesse contexto que surge o sentimento de solidão. Bauman (2011b, p 84) indica que há dois tipos de solidão: “[...] No primeiro caso, trata-se da solidão da indiferença e do não comprometimento [...]; no segundo, é a solidão dos imprevisíveis e ingovernáveis compromisso e interesse”. Os termos apontam para a incerteza e as sensações que a acompanham:

[...] a primeira coisa aprendida na companhia dos outros é que o único serviço que esta companhia pode prestar é aconselhar a como sobreviver em nossa própria solidão irreparável, e que a vida de cada um está repleta de riscos que precisam ser enfrentados e combatidos por si mesmo (BAUMAN, 2008c, p.66).

Esse processo é derivado da formação e manutenção de laços a partir de relações de trocas por interesses individuais, próprios à sociedade de consumo. Por essa razão,

Considerar uma relação como uma transação comercial não é, em nenhum aspecto, uma cura para a insônia. A inversão realizada na relação é que esta é sempre insegura e está condenada a seguir sendo ainda que um desejo outra coisa é uma dor de cabeça e não um remédio [...]. A solidão provoca insegurança, porém as relações não parecem provocar algo mais diferente [...] (BAUMAN, 2009c, p.31-32).

Vê-se aqui a entrada da tecnologia e a criação de um mundo que garante algum tipo de segurança, ainda que artificial. Deste ponto é possível definir

¹¹ Essa questão será novamente discutida no início do Capítulo IV.

quem é meu amigo: aquele que está do outro lado do computador, pronto – quando estiver online – para atender as minhas dificuldades, minhas amarguras, minhas angústias? Parece que a resposta é negativa.

Como forma de exemplificação, tomo a análise acerca dos relacionamentos chamados de “virtuais”. Bauman (2009b) chega a conclusão de que não se trata de relações genuínas já que estão limitadas pela possibilidade de desligamento parcial ou completo ao final de um *chat*. Ainda segundo o autor,

[...] a atual fragilidade e curta duração das comunidades parece ser sobretudo resultado da redução ou completo desaparecimento daquela defasagem: a comunicação intracomunitária não leva vantagem sobre o intercâmbio entre comunidades, uma vez que ambos são instantâneos (BAUMAN, 1999a, p.21) .

Observa-se que não existe a problematização própria das relações face a face e o sentido de proximidade fica prejudicado pela instabilidade do próprio sistema que favorece a troca. Aqui cabe de forma radical o sentido do termo “portas abertas”: manter distância sem que se tenham relações plenas que se configurem como detentoras de algum tipo de compromisso.

[...] o que fazem é dispersar a energia dos impulsos sociais e assim contribuem para a perpetuação de uma solidão que busca - desesperadamente, porém, de forma vã – alívio nas raras intermitentes realizações coletivas orquestradas e harmoniosas.

Longe de ser uma cura para o sofrimento provocado por um abismo não-transposto que se abre entre o destino do indivíduo *de jure* e o do indivíduo *de fato*, são, na realidade, sintomas e às vezes fatores causais da desordem social específica da condição de modernidade líquida (BAUMAN, 2009b, p.212, grifo do autor).

Como lidar então, a partir do contexto da sala de aula, com o cada vez maior número de sujeitos alheios ao que é proposto? A questão acima está intimamente relacionada com as reflexões que estamos costurando no panorama que vem sendo construído ao longo desta tese. É muito mais interessante resguardar-se no mundo ofertado pelos aparelhos de *mp3 player* ou mesmo pelos computadores portáteis que passam a invadir os espaços universitários (que é o campo no qual venho atuando) a partir da disseminação das redes *wi-fi* e *3G* que oferecem suporte a internet.

Assim, ao mesmo tempo, em que está disponibilizada uma ampla gama de ferramentas que poderiam ser adotadas como forma de aproximar as pessoas, na dimensão microscópica, encontra-se a fragilização das relações vinculares. Quanto a essa questão, ela pode estar intimamente relacionada com a dificuldade do educador em pensar e operar as novas tecnologias, o que estimula um universo vasto de ações possíveis no que diz respeito à formação inicial e continuada dos professores.

Essa temática ganha diferente problematização ao pensarmos, por exemplo, na formação de professores quanto à atuação e formação no que é chamado Ensino a Distância (Ead). Se, por um lado, pressupõe-se uma formação que propicie uma maior proximidade com tais ferramentas, por outro lado, ela é baseada no distanciamento entre os sujeitos envolvidos e em certa autonomia de estudo que prescinde da figura dos sujeitos mediadores colocados no processo em segundo plano (sejam os professores, a instituição escolar, como a relação entre os próprios alunos).

Assim, as redes - e a E@D - facilitam conexões de forma rápida e pragmática (pontos que podem ser importantes no mundo “líquido-moderno”), mas da mesma forma e numa intensidade muito maior, facilitam as desconexões, relativizando os significados dos corpos e de suas relações entre si, afetando subjetividades [...] (VARGAS, 2011, p.115).

Como consequência, se tem a construção de um modelo de formação cada vez mais privado, no qual o processo não tem como primazia o contato com o outro, com o diferente e, em última instância, com o desenvolvimento da alteridade, entendida não mais em uma dimensão interpessoal, mas pensada também em sua potencialidade cognoscitiva.

Ainda sobre esse ponto, destaca-se o perfil técnico da formação docente que, fortemente presente em outras modalidades formativas, ganha uma quase radicalidade quando falamos de ensino a distância. Se é a presença do Outro que oferece possibilidade de re-ver e desconstruir as concepções pré-conceituais do sujeito, temos uma nova questão ao pensarmos o outro como um ser “a distância”.

Nos formatos encontrados atualmente, transporta-se o modelo chamado de “tradicional” – centralizado no professor – para, paradoxalmente, ser aplicado a um contexto que depende quase que exclusivamente do caminho a ser realizado pelo aluno. Ainda referente às dificuldades, os momentos práticos – como os estágios –

fundamentais como lugares de experimentações e reflexões sobre a prática propriamente dita do educador, são relegados como deixados em segundo plano em relação aos conteúdos transmitidos seja via videoconferência, seja por sistemas de estudo *online*.

O maior problema é que as práticas de sala de aula implicam o contato com esse diferente. Assim, formam-se professores os quais é esperada a capacidade de construir relações com o Outro, sem necessariamente, que ao longo do processo inicial – pontuando-se aqui os cursos de licenciatura – tenham tido a oportunidade de enfrentamento das dificuldades que uma sala de aula oferece em seu dinamismo diário.

Além disso, encontra-se, nesse tipo de modalidade, pelo foco nos conteúdos didático-pedagógicos, a exclusão da reflexão dos debates éticos em prol da supervalorização quantitativa de informações mediada pelos meios tecnológicos, nos quais todos obrigatoriamente devem ser inseridos, independente do local aonde se encontram.

Essa parece ser uma consequência quase que natural ao levantarmos a mudança no sentido do que é o conhecimento. Como bem descreve Demo (2000), na chamada “sociedade da informação”, o que chamamos de conhecimento ganha rapidez, perdendo o seu traço de durabilidade, ao mesmo tempo em que diminui o esforço necessário para se adquirir algum tipo de dado/informação¹². Aponta Sennett (2006, p.50) que dentro dessa cultura, “o desenvolvimento linear é substituído por uma predisposição mental capaz de permitir a livre circulação”. Esse ponto traz efeitos para a concepção que temos do que é o viver em sociedade conforme aponta Bauman (1999a, p.21-22):

A coesão social em qualquer escala é uma função do consenso, do conhecimento comum, e, sem constante atualização e interação, essa coesão depende crucialmente da estrita e primária educação — e memória — da cultura. A flexibilidade social, ao contrário, depende do esquecimento e da comunicação barata [...].

Ao perder a ideia de continuidade das relações comuns, a educação contemporânea – entendida aqui em seu caráter formativo – coloca em questão o sentido das relações humanas e conseqüentemente de um dos fundamentais societários,

¹² Bauman (2010c) faz uma análise acerca desse contexto e aponta que há, na sociedade da informação, a dissolução do que é chamado de “critérios de ordenamento”. São eles: tópicos de pertinência, atribuição de importância, necessidades determinantes de utilidade e autoridades determinantes de valor. Isso faz com que “[...] todas as informações fluem com o mesmo peso específico [...]” (p.59).

o encontro de diferentes gerações. Tal elemento é bastante importante quando discutidos o papel da educação em nosso tempo. No capítulo anterior, foi pontuado que atualmente é necessário muito mais o esquecimento do que a compreensão e se unirmos esse ponto com a perda de temporalidade da informação, própria da sociedade do conhecimento, perdemos o próprio fundamento da educação escolar quando compreendida como transmissão de conteúdos.

Assim, parece que não é levada em conta uma ideia bastante simples, mas que se refere ao sentido do que é a educação: assumir a responsabilidade de receber os novos membros do gênero humano dando-lhes oportunidade de desenvolverem a condição de sujeitos, ao mesmo tempo em que buscamos garantir a continuidade do mundo. Afirma Almeida (2008, p.469):

[...] Nesse espaço construído, os seres humanos podem criar formas de convivência e interação que vão além da preocupação com a mera sobrevivência ou continuidade da espécie, embora as necessidades básicas não deixem de existir e precisem ser supridas antes de termos a possibilidade de participar no mundo.

Construir esse espaço de relações, portanto, nos cabe enquanto tarefa para a formação de um sentimento de co-responsabilidade em relação ao mundo. E isso é expresso na condição de ser livre, não quanto ao significado ofertado pela sociedade de consumo – como indicamos anteriormente – mas sim, enquanto agentes éticos que respondem a novas demandas de re-criação da própria existência no mundo.

Porém, se há uma crise de relações que se inicia no próprio questionamento institucional do sentido geracional chegamos a ponto de colocar em risco o próprio fundamento do que é uma comunidade, uma sociedade. Esse processo pode ser visto na pontuação realizada por Bauman (2009d, p.89) ao descrever o choque entre as diferentes gerações, não entendida como um “nós”, mas sim, um “nós” e um “eles” a partir de visões diversas do mundo não mais tomado pelo seu compartilhamento:

[...] A primeira temia que os recém-chegados ao mundo estivessem prontos para danificar e destruir o que eles, mais velhos, haviam preservado com amor e carinho; a segunda sentia um grande impulso para corrigir o que os veteranos tinham arruinado. Ambas estariam insatisfeitas com as condições do momento e culpariam os outros por seu estado lamentável [...]

Tal colocação aponta novamente, um fechamento ao outro que, se analisada a partir de ideia da descartabilidade chegamos a uma nova concepção de temporalidade. Bauman (2010b, p.132) discute esse ponto. Afirma que a aproximação com o passado propiciado pela memória oferece a possibilidade de formar um presente, gerando efeitos para as relações humanas e o sentido de si:

[...] a perda do passado leva inevitavelmente a perda do presente e do futuro. Se o que está em jogo é a preservação de um grupo (quer dizer, que continue sendo um valor o qual deve ser defendido e apreciado), o êxito ou o fracasso de tal empenho dependem do esforço que se dedique a manter viva essa memória.

Configura-se, então, um tempo em que os mortos não servem mais como suporte de conduta para os vivos. Chega-se a concepção de *no future* que justifica a cultura do esquecimento, movida pela fugacidade que leva a formulação do que é aprendizagem não está relacionada a um caminho formativo, mas sim, a dados descontínuos dispostos em um grande mercado informacional.

Mas esse elemento possui contornos mais sutis quando analisado sobre a ótica das construções sociais. É essa a crítica que Bauman (2009c) faz a respeito da dinâmica das grandes cidades: provocam o isolamento, a atomização dos indivíduos, e o conseqüente direcionamento para o campo privado. Seguimos, então, para os efeitos políticos desse processo.

Inicialmente é importante destacar que o mundo contemporâneo é marcado por uma concepção de política global, permeada por ações chamadas “neoliberais” que consistem em uma primazia do mercado e um afastamento do Estado de áreas de atuação estratégicas de interesse público. Segundo Bauman (2008c, p139), o que está ocorrendo é que

[...] a defesa do reino público que está se esvaindo, ou melhor, a renovação do espaço público que se esvazia com rapidez devido à deserção em ambos os lados: a saída do "cidadão interessado" e a fuga do poder real para um território que, pelo que as instituições democráticas sobreviventes são capazes de fazer, só pode ser descrito como espaço exterior.

Isso gera mudanças nesse espaço que traz cada vez menos em si mesmo temas públicos. “[...] Fracassa na hora de cumprir seu passado lugar de encontro e diálogo entre problemas privados e assuntos públicos” (BAUMAN, 2009b, p.46). Ou, de outra forma,

[...] O "público" é colonizado pelo "privado"¹³. O "interesse público" se limita à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exibição pública de assuntos privados e a confissões públicas de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). As "questões públicas" que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis (BAUMAN, 2009b, p.42).

É necessário, porém, dentro das premissas presentes no mundo contemporâneo, construir uma política que garanta a manutenção relativamente estável da relação com o outro, ou seja, a construções de questões que sejam comuns aos indivíduos favorecendo a elaboração de uma existência negociada própria do viver em comunidade, retomando o sentido clássico do termo, se refere a relação cidadão e cidade (*polis*), e o Um e o Múltiplo. Dessa forma, conforme afirma Torres (2007), a ação política está relacionada com o campo do “comum” ao mesmo tempo em que se refere à condição plural humana.

Porém, como viemos apontando, nosso tempo para lidar com a problemática da pluralidade, realizou o deslocamento das questões públicas para o campo privado. Ou de outra forma, os indivíduos passam a ser encorajados a planejar e executar solitariamente os instrumentos legislativos, executivos e jurídicos da política de vida.

Como consequência disso, tem-se um contexto que é chamado de “crise institucional”, justificado por um discurso que aponta a incapacidade das instituições sociais dizerem ou fazerem algo que aponte sentido para a vida cotidiana das pessoas. Por essa razão, Bauman (2009b, p.12) as chama, de “instituições zombis”: estão mortas, ainda que vivas. Como efeito, “[...] liberador de seu marco institucional

¹³ Segundo Arendt (2007, p.67-68), “[...] os homens ao tornarem-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sobre um aspecto e só lhe é permitido uma perspectiva”.

[...] os laços humanos se encontram tênues e ralos, fáceis de romper e, na maioria das vezes, efêmero” (BAUMAN, 2010b, p.32).

Com a escola não seria diferente. Tenho acompanhado de forma cada vez mais frequente discussões acerca do papel da escola e quais os elementos centrais por ela a ser trabalhado junto com a comunidade escolar. Qual é o nosso projeto para a educação escolar na época em que vivemos?¹⁴ Em termos institucionais, talvez esteja relacionado com a formação profissional, a partir de uma aproximação entre escola-mercado de trabalho (como no indicado no capítulo II), mas não se trata nem de longe de uma ideia clara ou mesmo que seja de concordância para a grande maioria dos educadores.

Encontro um novo ponto: por mais que busquemos o diálogo, em uma sociedade fluída, esse processo não leva ao consenso, sendo este fim, uma tarefa do impossível (BAUMAN, 2009c) inclusive pelos diferentes crivos instalados como princípio do conhecimento que está sendo colocado em jogo. Vivemos o que Bauman (2009a) chama de “decadência da arte do diálogo” que implica na dificuldade da negociação, resolução de problemas e engajamento mútuo.

Começo, então a atar os fios. Se não há um espaço nas cidades propício para trocas simbólicas, não parece estranho, que tal processo é deslocado para as redes virtuais, aonde os espaços não tem portões, cadeados ou mesmo limites (se tiver em mãos as ferramentas necessárias para a execução de tais projetos). É possível ser outra pessoa, em outra localidade, em outro tempo. A realidade virtual oferece a sedutora possibilidade de não-ser em um mundo no qual a busca do **ser-para**¹⁵ parece dificultada.

Por essa razão, mais do que um espaço de concreto e asfalto, é nas cidades que são criadas possibilidades de superação das ambivalências do viver com o outro, sendo palco para novas e intensas oportunidades de trocas entre os sujeitos:

[...] como as cidades são os lugares das ansiedades e angústias geradas pela incerteza e insegurança induzidas globalmente, então essas

¹⁴ Em minha dissertação de mestrado (SILVA, 2008), discuti que cada época tem o seu projeto de formação humana, materializado na escola, o que é descrito pelos documentos oficiais, as práticas pedagógicas, currículo, etc.

¹⁵ Tomamos aqui a ideia discutida por Bauman (1997, p.61) referente à relação com o Outro se estabelece não como um princípio de pluralidade do “eu”, mas sim como uma dimensão complexa na qual se ligam unidades que são, por princípios desiguais entre si, ontologicamente separados, porém, eticamente dependentes. Com esse termo, o autor faz alusão ao “[...] modo de ser que previne não só a solidão [...] mas também a indiferença [...]”.

mesmas cidades são um terreno de investigação aonde experimentar, provar e eventualmente aplicar os meios para aplacar e erradicar essa incerteza e essa insegurança. É precisamente nas cidades aonde os estranhos que se enfrentam uns com os outros em um espaço global [...] se encontram frente a frente enquanto seres humanos individuais, se olham cara a cara, falam, aprendem seus mútuos costumes, negociam as regras da vida em comum, cooperam, cedo ou tarde se acostumam a presença do outro e, cada vez com mais frequência, terminam desfrutando de sua mútua companhia [...] (BAUMAN, 2009c, p.153, grifo do autor).

O espaço público, portanto, é um cenário de atração e repulsão, de diferenças e negociações que permitem a construção da vida em cada momento.

São lugares aonde, a maneira de viver a vida pode ganhar formas mais satisfatórias do ponto de vista ético-político-comunitário. Existem, porém, dificuldades nesse processo.

[...] A tendência a retirar-se dos espaços públicos até as ilhas de uniformidade se converte, com o tempo, no maior obstáculo para a convivência com a diferença, porque faz que as aptidões para o diálogo e a negociação definham e se acabem perdendo [...] (BAUMAN, 2009e, p.105).

Abre-se, dessa forma, a possibilidade para a análise das implicações políticas de tal abordagem já que dentro do contexto líquido-moderno, o declínio da vida pública também é o declínio da ação política. Charles (2004, p. 43) contextualiza a questão da seguinte forma:

[...] É evidente que a sociedade hipermoderna, ao exacerbar o individualismo e dar cada vez menos importância aos discursos tradicionais, caracteriza-se pela indiferença para com o bem público; pela prioridade frequentemente conferida ao presente e não ao futuro; pela escalada de particularismos e dos interesses corporativistas; pela desagregação do sentido de dever ou de dívida para com a coletividade.

Retomar aqui a definição de Hannah Arendt (2007, p.62) de “esfera pública” enquanto mundo comum que nos reúne uns aos outros implicando na arte de conviver no mundo, o que a autora entende “[...] em ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum [...]”, que funcionaria como um intermediário no qual “[...] o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens”.

Como indica a mesma autora em outra obra (2002), é nesse intra-espço, potência de relação entre os diferentes sujeitos, que se configura a dimensão política. Ou como indica Duarte (2001, p.257), é o “espaço-entre que unifica e separa os homens”.

Longui (2009, p.4) explica que a esfera pública garante a condição de ser visto e ouvido por outros e possibilita a condição objetiva da vida, potencializando a realização de algo que vai além do presente. Quando, porém, este processo se vê impedido, ou seja, o sujeito não é visto e/ou ouvido, é como se não existisse. A autora afirma que:

[...] é nesta esfera que podemos ver e sermos vistos, delimitando um campo de elementos comuns a todos e, constituindo a partir deste, nossas referências sobre o real, aspecto este apontado a seguir, quando a autora demonstra que a realidade é aquilo que ascende a esta esfera, pois é, por um lado, atestado por todos e por outro lado, é o âmbito em que definimos o nosso lugar em relação aos outros e ao todo. Assim, se constituem as referências sociais, seus valores e normatizações, suas referências materiais e simbólicas e, logo, o imaginário social.

Bauman (2009a) aponta que esse mundo comum era materializado, por exemplo, na *Ágora* grega que não era um espaço público ou privado, mas sim, as duas coisas ao mesmo tempo: local aonde podia “[...] nascer e tomar forma ideias tais como ‘o bem público’, a ‘sociedade justa’ ou os ‘valores comuns’”. O problema é, no entanto, hoje existem poucos antigos espaços público-privados e nem há tampouco novos que possam ser substituídos” (p.11).

O que fundamenta a concepção política de nossos tempos é expresso por Aronowitz (1992, p.165) ao afirmar que se trata de uma “[...] imagem análoga a um paralelismo de forças em disputa, como uma *polis* democrática num “mercado”, onde a distribuição de poder ocorre sem obedecer a nenhuma lei definida [...]”. Estamos novamente de frente com a inexistência de referências universalmente válidas.

Chego à questão central: se temos dificuldade de conviver com o diferente e não há um poder central institucionalizado que organiza os pontos comuns a esfera comunitária, o que poderia garantir o fomento da condição humana no que diz respeito ao sua formação enquanto **gênero humano**? Ou em outras palavras, como desenvolver a capacidade de reconhecimento do Outro em suas diferenças para a configuração da humanidade enquanto dimensão comum? Ou de outra forma, nas palavras de Bauman (2010b, p.47): “é possível que o espaço público volte a ser um

lugar de implicação duradoura, mais que de encontros ocasionais e fulgazes? Um espaço de diálogo, debate, confrontação e acordo?”.

O próprio autor responde: sim e não. A resposta é negativa, se tomarmos o espaço público a partir da consideração de que ele deve estar envolvido de instâncias representativas relacionadas a estrutura do Estado. Para que a resposta seja positiva é necessária a construção de uma esfera global, a partir da compreensão de que “[...] compartilhamos o planeta, dependemos uns dos outros para nosso presente e nosso futuro [...]” (BAUMAN, 2010b, p.48).

O que acontece hoje? Ao contrário do apontado acima, sob a perda de um regime de comunidade e em face à crise da ordem instituída, o que há de comum entre as pessoas é o medo (BAUMAN, 2009a), a perda de saber da posição em que se encontram, de morrer a cada esquina, de sofrer em frente a cada relacionamento. Como indica Ruiz (2004, p.91), o medo “[...] opera como tecnologia de controle de muitas motivações [...]”. Por isso, torna-se necessária a vigilância do outro e de si mesmo, deixando em segundo plano as sensações do mundo que potencializam o sentido da vida. Dentro das quatro paredes de sua casa, as pessoas se refugiam do mundo comum (ARENDDT, 2007) e passam também a sofrer um intenso “congelamento” daquilo que podem afetá-las. Afirma Bauman (2007, p.97):

[...] Os medos contemporâneos mais assustadores são os que nascem da incerteza existencial. Suas raízes se fincam muito além das condições da vida urbana, e o que quer que se faça dentro da cidade e na escala do espaço urbano e dos recursos administrados pela cidade para cortar essas raízes ficará aquém do que seria necessário para esse empreendimento.

Vejo um processo de retroalimentação que fornece o fundamento de continuidade da vida ainda que sob efeito analgésico. É a chamada “sociedade depressiva”, nas palavras de Roudinesco (2000) que é caracterizada pela dependência farmacológica para a boa vida (no sentido do afastamento do mal-estar) e a perda da capacidade de questionamento acerca do bem viver. Sob outro ponto, Tucherman e Clair (2009) indicam que se trata da somatização da subjetividade¹⁶ que expressa nova

¹⁶ Sobre essa questão, Bauman (2010b, p.79) afirma criticamente que “na sociedade individualizada, porém, as queixas e as explicações para a dor perdem o foco no grupo e se deslocam para o indivíduo. Mas, em vez de apontar para a injustiça e o malfuncionamento do todo social, e de buscar remédio na

esfera de controle no qual o eu cuida do corpo para a manutenção da condição de exercício e obediência, controlados, caso necessário, por uma nova geração de medicamentos.

Na escola, o processo indicado acima pode ser observado: a) na patologização docente (no que diz respeito ao discurso presente nas novas modalidades de doenças somáticas às quais se tem apontado incidência nessa população, como a Síndrome de Burnout, por exemplo); b) no diagnóstico de distúrbios (como a hiperatividade) ou dificuldades de aprendizagem (como a dislexia) presentes nos alunos considerados como não adequados à estrutura escolar e; c) mesmo na demanda crescente de situações consideradas médicas ou psicológicas a serem encaminhadas pela equipe pedagógica para os serviços especializados. De forma irônica, afirma Bauman (2009d, p.59), “[...] a vida pessoal tornou-se parecida com a guerra e tão cheia de estresse quanto o próprio mercado”.

O grande problema é que o refúgio subjetivo não terá nunca, segundo Longui (2009) o mesmo efeito da capacidade e possibilidade de intervenção no campo público.

O que ficou alegremente (e loucamente) esquecido [...] é que a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens. As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensina, a viver [...] (BAUMAN, 2010c, p.24).

A partir desse contexto é que Ortega (2004) defende a construção de uma política fundamentada por uma ética da amizade que buscaria encorajar as pessoas a terem uma vontade de agir e recuperar a coragem para pensar, sentir e amar de maneira diferente das formas como tem sido feitas atualmente. Para tanto, afirma que é necessário a construção de um “espaço de amizade” que consiste de um

[...] espaço entre indivíduos, do mundo compartilhado – espaço de liberdade e do risco -, das ruas, das praças, dos passeios, dos teatros, dos cafés, e não o espaço de nossos condomínios fechados e nossos shopping-centers, meras próteses que prolongam a segurança do lar [...] (ORTEGA, 2004, p.155-156).

reforma da sociedade, os sofrimentos individuais tendem a ser percebidos como ofensa pessoal, uma agressão à dignidade pessoal e à autoestima [...]”.

A pontuação acima indica para questões importantes que não podem sair de nosso campo de visão. Uma delas é a dependência do Outro para o desenvolvimento humano. Retomamos aqui qual o tipo de tratamento temos dado à questão da Diferença e como é possível nos relacionarmos com os outros a partir dela. Conforme indica Longui (2009, p.5), “[...] só com a confirmação do Outro, de sua própria existência, que o homem pode vislumbrar sua materialidade e seu lugar no mundo (individual e coletivo)”. Segundo Bauman (1999b, p.68),

[...] A diferença é algo com que se pode viver na medida em que se acredita que o mundo diferente é, como o nosso, um "mundo com uma chave", um mundo ordenado como o nosso, apenas mais um mundo ordenado habitado por amigos *ou* inimigos, sem híbridos para distorcer o quadro e confundir a ação e com regras e divisões que podemos ainda desconhecer mas que podemos aprender se necessário.

Outro ponto diz respeito à construção de um espaço propício para a amizade – como dispositivo que favorece o contato com o diferente -, que nos remete a reconfiguração do que é o espaço escolar e sua potencialidade para a construção desse tipo de vínculo. Para tanto é necessário conceber o espaço escolar “[...] como um conjunto unificado de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais, e, de outro, a vida que os preenche e que os transforma” (EWALD, GOLÇALVES E BRAVO, 2008, p.767). Assim, ele estaria configurado enquanto lugar de materialização de subjetividade, entendida como sociabilidade e constituída por ações recíprocas de trocas marcadas por relações e práticas às quais a Diferença se mostra.

Assim, a concepção desse lugar de Diferença traz como consequência a pergunta de como “encher o espaço de vida”, entendendo aqui **a vida como o laço que une as pessoas**. Portanto, indico que a amizade não pode ser entendida neste trabalho fora da relação sujeito-mundo e, pensando no contexto da educação escolar, compreendê-la alheia dos sujeitos envolvidos, do espaço da escola e das estratégias escolares que possam favorecer o estabelecimento de tal relação. Isso significa, em outras palavras, que não é apenas o espaço e a presença de indivíduos realizando ações diversas que garante a existência da amizade. Por esta razão, é necessário analisar sua

configuração e apontar quais são os tipos de relações entre os sujeitos que potencializa a transformação desse lugar como espaço de trocas simbólicas entre os envolvidos.

Bauman (2009c, p.166) afirma que uma das questões mais decisivas na educação de nosso tempo é a reconstrução do espaço público “[...] (*cada vez mais deserto na atualidade*) no qual homens e mulheres podem participar em uma translação contínua entre indivíduo e coletivo, entre os interesses, os direitos e os deveres de índole privada e os de índole pública” (grifo do autor).

Ao mesmo tempo, enquanto fizermos isso, pontuamos que “[...] a busca de uma vida alternativa em comum deve partir da análise de alternativas às políticas da vida” (BAUMAN, 2009b, p.58). Isso implica em “[...] pensar, tentar e testar um *modus vivendi* para tornar palatável a convivência e facilitar a vida. O modo como resolvemos essa necessidade é uma questão de escolha [...]” (BAUMAN, 2011a, p.191). As possibilidades desse processo serão discutidas nos próximos capítulos.

CAPITULO IV

EM BUSCA DE UM LUGAR PARA A AMIZADE NA CONTEMPORANEIDADE

Vimos no início deste trabalho que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman traça a amizade como um lugar de segurança, uma ilha em meio à condição de fluidez, em um mundo potencializador e gerador de angústias e medos. Tal processo deriva de uma condição na qual há uma equivalência entre vida e consumo, modificando uma série de elementos que configuram a existência do homem chamado na sociedade atual.

Conforme apontado no capítulo anterior, a comunidade contemporânea em um ambiente movido pelo movimento, descontinuidade e ambivalência gera a construção de critérios de separação entre aqueles que aderem ou não à norma construída, formando estratos sociais que criam uma distância entre os indivíduos. A partir disso, foi traçada como é a relação estabelecida com aqueles que são considerados “diferentes”. Foi possível pontuar que há uma imposição de valor moral que confere formas de conduta em relação a este que se mostra na posição de diferente.

O próximo elemento nos confere uma nova coordenada que pode ser expressa pela questão: “o que é necessário para conhecer o Outro?”. O objetivo desse capítulo é realizar uma busca acerca de um lugar possível para a amizade na sociedade contemporânea a partir dos indicativos pontuados por Bauman de forma a tomá-los como ponto de partida para um debate. A resposta a questão indicada acima nos levará à dimensão dos afetos.

Discuti no Capítulo III que há duas posições possíveis em relação à Diferença, o que Bauman chamou de “mixofobia” que diz respeito ao medo à Diferença, que pode ter, por sua vez, diversas formas de se expressar: da violência (física e simbólica) ao afastamento e indiferença.

Se tomarmos como perspectiva a aproximação ao Outro, no mundo contemporâneo, temos novos formatos de vínculos que, por um lado, parecem vencer essa barreira, mas por diferente viés, nos mostram novas facetas da fragilidade vincular à qual estamos inseridos.

Em diversas passagens em sua obra, Bauman faz uma análise acerca da disposição humana a partir da modernidade de transformação do homem em objeto de consumo. A necessária rapidez de acesso, obtenção e utilização de bens, levada à dimensão das relações humanas, não leva obrigatoriamente ao medo (como vimos anteriormente), como também a certa sensação de anestesia em relação ao outro. Isso está baseado na premissa de que

[...] nós, seres humanos, somos menos pessoas ou personalidades cujas qualidades não repetíveis estão contidas em nossa singularidade ou peculiaridade, mas uma coleção desordenada de atributos vendáveis ou difíceis de vender (BAUMAN, 2011a, p.34).

Sendo números e preços, os indivíduos são movidos por uma relação de custo-benefício. Não se pode falar, portanto, de uma verdadeira “relação” entre os sujeitos já que esta é mediada por valores de mercado que não levam em conta, necessariamente, os laços entre os homens em sua pluralidade, mas sim, a unicidade direcional que não leva em conta a existência complexa do outro.

Nesse contexto, o que se entende comumente por “amizade” está permeado por uma série de atravessamentos que dizem respeito a valores de descartabilidade, quantificação e alta dose de hedonismo. Uma das formas em que tal fragilização dos vínculos pode ser observada é nas relações virtuais. Retomamos um dos elementos pontuados no capítulo anterior de forma a aprofundá-lo.

Inicialmente cabe destacar que a construção da moralidade, para Bauman, implica na proximidade da relação com o Outro, o que fica prejudicado quando são investigadas as trocas simbólicas quando realizadas na realidade virtual. O autor explica que:

Ao estar inextricavelmente vinculada a proximidade humana, parece que a moralidade se ajusta à lei da perspectiva ótica. Perto do olho, parece grande e densa. Ao aumentar a distância, a responsabilidade pelo outro se vai consumindo e as dimensões morais do objeto se borram até que chegam ao ponto de fuga em que desaparecem das vistas (2006, p.224).

Em outras palavras, a construção da Diferença implica em visualização, contato e trocas. Quanto mais distante estiver o outro, maior a dificuldade

de estabelecimento de vínculo até o momento em que as possibilidades de trocas tornam praticamente impossíveis. Dessa forma, nos tempos atuais, através do desenvolvimento de novas tecnologias, construímos formas de diminuir a distância entre as pessoas, facilitando o acesso e contato de uns com os outros. As redes virtuais são um exemplo disso.

O principal traço de mudança é descrito por Bauman (1999a, p.22-23) ao pontuar que:

As visões tradicionais de ação muitas vezes recorrem a metáforas orgânicas para suas alusões: o conflito era cara a cara, o combate corpo a corpo; a justiça era olho por olho, dente por dente; a discussão encarnçada, a solidariedade ombro a ombro, a comunidade face a face, a amizade de braço dado e a mudança passo a passo.

Essa situação mudou enormemente com o avanço dos meios que permitiram afastar os conflitos, solidariedades, combates, debates e a administração da justiça para além do alcance do olho ou do braço humanos.

Para exemplificar os efeitos do processo indicado acima, o autor (2011a) aponta que o mundo líquido-moderno possui uma dupla forma de relacionar-se com a realidade que pode ser descrita a partir do par “*online-offline*”. O primeiro termo indica a condição de “estar dentro da rede” e por consequência, ser capaz, na mesma velocidade, de sair dela. Como vimos no capítulo III, esse é um dos grandes ganhos das relações virtuais - que favorecem ligar-se e desligar-se ao outro sem riscos – já que, segundo o autor:

Como as habilidades necessárias para conversar e buscar entendimento estão diminuindo, o que costumava ser confrontado de maneira direta e encarado se transforma cada vez mais num pretexto para romper a comunicação, fugir e queimar pontes atrás de si. Ocupados em ganhar mais dinheiro em função de coisas de que crêem precisar para serem felizes, homens e mulheres têm menos tempo para a empatia mútua e para negociações intensas, por vezes tortuosas e dolorosas, mas sempre longas e desgastantes. E menos ainda para resolver seus mútuos desentendimento e discordâncias [...] (BAUMAN, 2008a, p.153).

Estar “*online*” permite o gerenciamento das relações de forma a propiciar um aumento de ganhos em menor tempo, colocando em segundo plano os

possíveis desprazeres inerentes aos contatos caracterizadas pela maior intensidade e proximidade e que por sua vez, implicam envolvimento com maior período de tempo. Conforme indica Bauman (2010c, p.67), “[...] relações virtuais são equipadas com a tecla ‘delete’ e com ‘antispam’, mecanismos que protegem das consequências incômodas (e sobretudo dispendiosas em termos de tempo) das interações mais profundas”. Assim,

Fazer contato com o olhar, reconhecendo a proximidade física de outro ser humano, parece perda de tempo: sinaliza a necessidade de gastar uma parcela do tempo precioso, mas horripelantemente escasso em mergulhos profundos (coisas que a exploração de profundidades certamente exigiria); uma decisão que poderia interromper o surfe por tantas outras superfícies não menos – e talvez muito mais – convidativas (BAUMAN, 2011a, p.23).

Isso leva à constituição de um indivíduo concebido em um mundo próprio, quase que fechado em si mesmo, alheio à ambivalência presente nas relações com outros seres humanos (o que pode ser observado em expressões como “não vale a pena estar com o outro”). Esta posição narcísica funciona como propulsão ao fechamento que retroalimenta as fragilidades relacionais.

No mundo on-line, as complicadas traduções, negociações e compromissos podem, no entanto, ser evitados, pela graça salvadora da tecla "delete". A necessidade de se estabelecer um diálogo, refletir sobre os motivos um do outro, de analisar e revisar criticamente suas próprias razões, e de buscar um *modus vivendi*, poderá ser suspensa e adiada - talvez indefinidamente (BAUMAN, 2010d, p.216).

Por essa razão, as estratégias possibilitadas pelo mundo *online*, segundo Bauman, se tornam tão sedutoras e facilmente derrotam os desafios encontrados no mundo *offline*:

Para um jovem, o principal atrativo do mundo virtual é a ausência de contradições e objetivos que rondam a vida off-line. O mundo *on-line*, por outro lado, cria uma multiplicação infinita de possibilidades de contatos plausíveis e factíveis. Ele faz isso reduzindo a duração desses contatos e, por conseguinte, enfraquecendo os laços, muitas vezes

impondo o tempo – em flagrante oposição à sua contrapartida off-line, que, como é sabido, se apóia no esforço continuado de fortalecer os vínculos, limitando severamente o número de contato à medida que eles se ampliam e se aprofundam [...] (BAUMAN, 2011a, p.23).

A realidade virtual parece ter resolvido uma das principais questões da sociedade moderna. Observa-se que ao longo do último século foi construída uma engenharia que buscou a criação de “[...] um espaço público onde não devia haver nenhuma proximidade moral [...]” (BAUMAN, 1997, p.98). No mundo digital, a grande maioria dos relacionamentos o nível de envolvimento, troca e conseqüentemente questionamentos derivados da proximidade se tornam exceção ou mesmo minimizados. Seria possível, portanto, a partir dos elementos trazidos até o momento dizer que estas relações se configuram como amizade?

Neste ponto damos um passo de aproximação ao sentido da amizade construído pelo sociólogo polonês. Em entrevista recente (2011c), Bauman indica que há uma polissemia do termo o que fica claro ao realizar uma breve descrição do que é chamado de “amizade virtual” e os impactos das redes virtuais para tal tipo de vínculo. Comenta que

Um viciado do Facebook, me segredou, não me segredou, de fato, mas se gabou para mim de que havia feito 500 amigos em um dia. Minha resposta foi que tenho 86 anos, mas não tenho 500 amigos. Eu não consegui isso. Então, provavelmente, quando ele diz “amigo” e eu digo “amigo”, não estamos querendo dizer a mesma coisa. São coisas diferentes.

Vejo que aquilo que é chamado de “amigo” pelo usuário do site de relacionamentos não é necessariamente o mesmo que Bauman trata como sendo o vínculo de amizade. Em outras palavras, pode-se afirmar que **há uma especificidade acerca do que é amizade.**

O autor aponta (2010c) que houve uma série de conceitos que foram transferidos para o mundo *online* que se referem a relações interpessoais e laços sociais. Entre eles, temos “contatos”, “encontros”, “reuniões”, “comunicação”, “comunidade” e “amizade”. Porém, todos ganham a marca da instantaneidade e a possibilidade de serem apagados, reescritos e refeitos.

Como pontuei anteriormente, as relações de trocas entre os sujeitos constroem um mundo comum, constituindo narrativas que permeiam a vida dos sujeitos. Enquanto diagnóstico, o mundo *online* é um **universo sem história**, ou seja, sem elementos que antecedem ao sujeito e tem o seu formato baseado na capacidade de criação de uma perspectiva presente, sem futuro. Isso é completamente diferente da visão clássica de “comunidade” que envolve cada novo indivíduo em processos institucionais que trazem em sua trama valores e conceitos, ou seja, história. Assim, a partir dos elementos apontados, observa-se que no mundo contemporâneo, há a união desses dois elementos – relacionamento e fluidez - de forma que se confundam.

Por essa razão, tal forma de vinculação é tão sedutora: “[...] o tipo de amigo do *Facebook*, como eu chamo, está exatamente aí: que é tão fácil se desconectar. É fácil conectar e fazer amigos. Mas o maior atrativo é se desconectar. Imagino que o que você tem não são amigos, *online* [...]” (BAUMAN, 2011c). Em outras palavras, a especificidade deste tipo de relação está em que “[...] a proximidade virtual pode ser interrompida, literal e metaforicamente de uma vez, apenas pressionando um botão” (BAUMAN, 2009c, p.88).

O autor pontua em outro momento (2011a, p.144) que a característica principal desse tipo de vínculo, “[...] não é tanto *estar em contato*, mas ter a certeza permanente de que podemos *entrar em contato*¹ depressa sempre que necessário ou sempre que se deseje [...]” (grifo do autor). Assim, as relações virtuais estão de acordo com o traço episódico da sociedade contemporânea. Segundo Bauman (1997, p.125), significa:

[...] o que quer que hoje aconteça não amarra o futuro, que nada de sólido está sedimentado, que o estar-juntos dos parceiros não se “acumula” com o tempo, exaurindo-se, ao invés, inteiramente nas intimidades de momentos presentes sucessivos. Ser episódico significa, em outras palavras, não ter nenhuma consequência, pelo menos nenhuma consequência duradoura (isto é, consequência que dure mais tempo que o “obter satisfação”).

¹ Em outra passagem, Bauman (2009c, p.84-85) afirma que “[...] Sempre há mais conexões possíveis, e portanto, não é demasiado importante quanto delas tenham resultado frágeis ou instáveis. Tampouco importa data de vencimento. Cada conexão pode ser de vida curta, porém seu excesso é indestrutível [...]”.

É possível afirmar que Bauman relaciona a amizade com os vínculos de afeto que ultrapassam a dimensão imediatista das redes de relacionamento virtuais. Também não podemos esquecer que os traços aqui discutidos também podem ser encontrados na vida *offline*, por exemplo, no mundo dos negócios, na chamada de *networking* (ou rede de contatos).

Em outras palavras, nessas duas formas de laços, há um tipo de vinculação que é mantida em *standy by*, pronta a ser acessada a qualquer momento, se necessária ao mesmo tempo em que se pode deixar escapar de forma a mantê-la em alerta para o próximo contato. Tem-se aqui mais uma vez, o traço narcísico da sociedade contemporânea: a utilização do outro em nome de satisfações ou problemáticas individuais.

Ainda quanto às redes virtuais, encontramos outros elementos a serem problematizados. O que Bauman indica é que o indivíduo, imerso nesse tipo de relação, não percebe, na maior parte do tempo, as outras possibilidades que existem quanto ao investimento de afeto, o que poderia ser definido como uma forma de empobrecimento da experiência. O autor pontua que “ligações estabelecidas com a ajuda da internet tendem a ser mais fracas e mais superficiais do que as laboriosamente construídas na vida real, "off-line". Por isso, elas são menos (se não nada) satisfatórias e menos cobiçadas” (2010d, p.212).

A partir desse apontamento, segundo a perspectiva do autor, as relações virtuais não poderiam ser fechadas em si mesmas, sendo fundamental que os vínculos construídos e mantidos com o Outro na dimensão *online*, pela sua condição de fragilidade, precisam ser colocados à prova o laço no mundo *offline*.

Com o panorama construído até o momento, parece construímos um estilo de vida que coloca em jogo a própria lógica societária dentro do modelo que conhecemos. Por essa razão, Bauman sugere que nossa sociedade está em estado de sítio: vigiada, controlada e anestesiada, porém, ainda necessariamente viva². Houve uma perda do sentido político dos laços e a potencialidade dos mesmos na construção e enfrentamento de questões aos indivíduos que vivem em contextos comunitários compartilhados. Segundo o autor:

² Essa mesma análise é referenciada no cinema em filmes como “Denise está Chamando” (1995), “Wall-E” (2008), “Substitutos” (2009), “A Rede Social” (2010) e “Confiar” (2011).

[...] a “sociedade” é a maneira sucinta que temos de chamar a gente com a qual nos reunimos em nossos lugares de trabalho, as pessoas com que convivemos sob o mesmo teto, os vizinhos que cruzamos pelas ruas e as estratégias e os meios que cremos que resultarão adequados e efetivos para nos relacionarmos com eles [...] (2008b, p.236).

Esse contexto faz com que cada um viva de um modo muito particular um dilema: por um lado, precisamos dos outros como o ar que respiramos, ao mesmo tempo, vive-se o medo de relacionamentos mais profundos que possam imobilizar as escolhas e o mundo que é percebido em permanente movimento.

A internalização dessa condição de poder viver a vida fora dos riscos do “mundo real” em direção ao mundo de relações que ultrapassam o corpo a corpo constrói uma nova política de afetos que nos leva a problematizar a importância dos laços densos enquanto posicionamento político de resistência frente à homogeneização da virtualidade do mundo líquido-moderno.

Mas o que é entendido por “laços” neste contexto de análise?

[...] Os laços são uma mistura de bênção e maldição. Bênção porque é realmente muito prazeroso, muito satisfatório ter outro parceiro em quem confiar ou fazer algo por ele ou ela. É um tipo de experiência indisponível para a amizade no Facebook. [...] Por outro lado, há a maldição, pois quando você entra no laço você espera ficar lá para sempre. Você jura, você faz um juramento: até que a morte nos separe. E o que isso significa? Significa que você empenha o seu futuro. Talvez, amanhã ou no mês que vêm haja outras oportunidades. Agora você não consegue prevêê-las e você não será capaz de pegar essas oportunidades porque está preso a antigos compromissos, a antigas obrigações. Por isso, é uma situação ambivalente e, conseqüentemente, é um fenômeno curioso, uma pessoa solitária numa multidão de solitários. **Estamos todos em uma solidão e numa multidão ao mesmo tempo**³ (BAUMAN, 2011c, grifo meu).

O autor faz referência à ambivalência presente na relação com o Outro para mostrar os efeitos no indivíduo contemporâneo e, portanto, necessariamente, implica em algum grau de insatisfação e malestar. Por outro lado, reconhece-se que mesmo estando em um mundo que preza o movimento, as trocas rápidas e a

³ Ainda sobre essa questão, Bauman (2008c, p.257) afirma: “[...] Hoje, os indivíduos solitários entram na Àgora apenas para encontrar a companhia de outros indivíduos solitários. E voltam para casa com a confiança renovada em sua solidão”.

potencialidade de renovação dos vínculos e conexões, não é possível estar alheio às marcas da história, ou seja, os valores de vínculos pretensamente estáveis e duradouros (o que aponta para a existência de um poder moral – e, portanto, obrigatório - de estar com o outro, sendo os laços mantidos por outras esferas que não ligadas a satisfação que as relações trazem em si mesma).

Assim, a proposição relativa à formação e manutenção de laços densos não pode ser entendida em termos de obrigação, o que levaria à sensação de algo penoso a ser realizado pelo indivíduo, elemento frequentemente encontrado nas relações institucionais modernas. Também não pode ser simplesmente compreendido como “estar com o outro”.

O autor também aponta que vemos grupos de pessoas que se encontram e realizam ações comuns, o que não significa, porém, que estas relações sejam marcadas por relações de amizade, por exemplo. Assim, a multidão de solitários não se mostra apenas no sentido de estar sozinho fisicamente, mas principalmente, sentir-se só com outros.

Na contemporaneidade, estar com outros não significa necessariamente compartilhar um mundo simbólico permeando questões comuns a partir das trocar com diferentes. Este traço pode ser observado na dinâmica das comunidades atuais. O ato de ir às compras é o modelo para a constituição de grupos de pessoas envolvidas em um ato comum. Assim, o vínculo não se encontra entre as pessoas, mas sim, com o objeto a ser adquirido.

Ao mesmo tempo, vê-se certo alívio à sensação de solidão. Porém, não significa necessariamente que tal sentimento seja solapado pela inclusão de outros na vida do indivíduo, mas sim, sua miragem enquanto sombra que permanece na penumbra da rotina cotidiana. É exatamente isso que encontramos nas comunidades contemporâneas.

Segundo Bauman, “o impulso em direção a uma ‘comunidade de similaridade’⁴ é um sinal de recuo não só da alteridade externa como também de um compromisso com a interação interna, cheia de vida, mas turbulenta, engajada, embora sem dúvida enfadonha” (2011a, p.191).

Perde-se a solidão e se ganha a monotonia que não está articulada necessariamente com a repetição do mesmo, como também pelo próprio processo de

⁴ Esse conceito é o ponto de partida para o “comunitarismo” que será discutido no final do capítulo V.

obrigação de mudar. Portanto, quando falo, a partir de Bauman, de uma comunidade de elementos similares, essa mudança implica a conjunção de movimentos a uma mesma direção. Encontra-se um paradoxo: de um lado, a percepção de que as mudanças são individuais e não coletivas; e de outro, a necessidade de uma mudança coletiva para manter a sensação de que este coletivo funcione como um só indivíduo. Essa é uma das armadilhas da vida em grupo: qual a distância entre o um e o outro capaz de manter o que é próprio de cada um ao mesmo tempo em que se é capaz de construir narrativas coletivas?

Observa-se que há uma íntima relação desse ponto com a ânsia de desenvolvimento de relações que venham garantir algum tipo de estabilidade. Nesse sentido, indica-se um possível lugar para a amizade: como forma de enfrentamento. Viver com os outros, como já dissemos, é uma forma de confrontar os perigos da descontinuidade do mundo contemporâneo. O autor faz uma breve pontuação histórica das mudanças das relações de amizade ao longo do tempo:

[...] a amizade significava apresentar-se a um combate cotovelo a cotovelo, estar disposto a sacrificar o próprio bem estar, a própria vida de ser necessário em virtude de uma causa que somente pode defender-se *em comum* porque *é comum*. A vida era frágil e estava atormentada de perigos; a amizade poderia fazê-la um pouco mais sólida e um pouco mais segura. As ameaças que afetavam aos amigos podiam ser evitadas, os perigos poderiam diminuir a seus efeitos se todos unissem as mãos e resistissem à adversidade conjuntamente. Agora, no entanto, não é provável que a união dos amigos consiga mitigar ou dissipar nenhum perigo ou ameaça. Se trata, sensivelmente, de *outro tipo de perigo ou ameaça*, como se fossem pensados para golpear a cada uma de suas vítimas separadamente, a seu tempo, e para que sofram sozinhas [...] (BAUMAN, 2009a, p.62-63, grifo do autor).

Observa-se pela passagem acima que mesmo não sendo a amizade uma categoria definida por Bauman enquanto conceito, ela pode ser entendida a partir de sua dimensão histórica, encontrando a partir desse ponto a sua delimitação e especificidade. A amizade é tomada na análise realizada pelo autor em sua característica funcional, ou seja, pela capacidade de ser uma ferramenta utilizada pelos sujeitos para viver melhor suas vidas. Ao mesmo tempo, assim como as relações sociais se encontram fragilizadas, a amizade também é vista a partir desse mesmo prisma.

Mas fica a pergunta: haveria algo para além disso? Para o diagnóstico que vem sendo traçado, Bauman faz uma série de indicações a respeito do papel dos

vínculos humanos para o enfrentamento da condição social que vem sendo descrita. É possível notar que, a partir do autor, a amizade ocupa um lugar de oposição a um mundo que parece ir contra a manutenção e complexificação dos laços.

Disso advém a idéia de **mixofilia**. Se a mixofobia está relacionada com o afastamento da Diferença (conforme discutido no capítulo 3), a mixofilia indica o oposto: **uma relação de amizade à Diferença**, proximidade e enfrentamento em relação às políticas da vida que minam o entrelaçamento ao Outro. Como explica Arruda (2008, p. 474), tal posição é marcada pela “[...] forte atração pela diferença, um desejo de misturar-se com o diverso porque ele é interessante ou fascinante [...]”. Em outras palavras, **amizade envolve uma aproximação que implica em misturar-se** com aquele que se mostra diferente a partir de sua condição de exterioridade.

Segundo Bauman (2009f), isso é despertado de certa forma pelas cidades e centros urbanos que trazem em si uma variedade de possibilidades de encontros que ultrapassam a vivência cotidiana comum, o que acaba por tirar cada vivente de um suposto equilíbrio subjetivo (que, em suma, nunca existiu). Assim, “[...] essa nova conjuntura que atravessa as metrópoles empresta-lhes uma configuração de laboratório ideal para se perceber a experiência urbana ancorada na convivência com a diferença [...]” (SOUZA, 2010, p.339).

Por tal razão, para o desenvolvimento de uma postura mixofílica, é necessário que os espaços públicos sejam provocadores, “[...] convocantes, hospitaleiros e abertos, para que todas as categorias de residentes urbanos se sintam atraídos e os compartilhem com boa vontade a cada dia” (BAUMAN, 2009c, p.150).

Não se pode negar, portanto, que ambas as posições – mixofilia e mixofobia - fazem parte da vida contemporânea de forma a não ser possível tomá-las em uma dimensão polarizada, diametralmente oposta. Dessa forma, observa-se que as ambas possuem as características de serem propulsoras, propagadoras e tonificantes, ou seja, funcionam como catalizadoras de ações seja no sentido da abertura ou fechamento ao diferente. Por essa razão, deve-se entender que *“a mixofobia e a mixofilia coexistem em toda cidade⁵, mas também dentro de cada um de seus moradores*. Reconhecidamente, é uma coexistência incômoda, cheia de barulho e fúria [...]” (BAUMAN, 2007, p.95, grifo do autor).

⁵ Em outra passagem do mesmo texto, o autor indica: “[...] A cidade estimula a **mixofilia** da mesma forma que inculca e alimenta a mixofobia. Intrínseca e inseparavelmente, a vida na cidade é um negócio *ambivalente*” (p.95, grifo do autor)

Identifico tal problemática em Bauman (2008e), ao retomar uma questão anteriormente levantada, referente ao limite entre o que é individual e quais os traços que nos definem enquanto gênero humano. Segundo o autor, tal ponto está vinculado a um duplo jogo que põe passado e futuro em disputa no momento presente. O que há de comum entre o que está posto e aquilo que tem por vir, é o fato de que somos uma única humanidade vivendo de múltiplas formas no tempo presente. Afirma que “[...] não há dois seres humanos idênticos em todo o planeta. Porém, geralmente, a maioria destas diferenças não importa. Não nos impede de interatuar [...]” (p.16).

Essa interação, porém, traz consigo, no limiar da eliminação da Diferença, a configuração de uma falsa ideia de igualdade que somente é mantida a partir da construção de uma linha demarcatória do que pode ou não ser aceito dentro dos limites de um grupo que vive e realiza determinadas trocas simbólicas.

Vencer tal barreira é deparar-se com a Diferença. Bauman em diversos momentos de sua obra (1997; 2006; 2011b) faz uma análise de um traço importante para a compreensão do fenômeno da amizade: a ideia de igualdade entre os homens como dispositivo para a alteridade. A partir disso, é possível questionar se esse processo aponta para as relações de amizade. Para tanto, o autor faz um caminho de desconstrução da concepção de que a amizade seria compreendida pela igualdade de posição frente a este que se mostra diferente.

Observa-se que tal premissa levaria a afirmação que se somos todos iguais e, se não há diferença entre os homens, considerando que somos todos de uma mesma espécie – a humana –, então devemos nos encarar enquanto sujeitos que possuem os mesmos direitos uns em relação aos outros. A sociedade moderna descobriu os meios para configurar as relações de forma a propiciar estratégias de convívio estáveis. Para tanto, tornou-se necessário, para mediar as relações, determinar qual é o direito que um possui em relação ao outro. Tal pressuposto gerou, ao longo de nossa história, fundamentos universalistas, que por sua vez, levaram a normatização moral a ser seguida por todas em forma de lei passível de punição, caso esta fosse infligida.

Nessa perspectiva, as relações humanas são mediadas por uma lei, entendida por Bauman (1997) como um terceiro elemento entre os dois sujeitos em interação. Conforme o autor explica, há necessidade de convencionar referências possíveis para assim possibilitar as trocas. A entrada deste terceiro se deve porque:

[...] Os dois “outros” residem em diferentes mundos – dois planetas cada um com sua própria órbita que não cruza com a órbita do outro “outro” – e nenhum sobreviveria à troca de órbitas. Os dois “outros” não conversam entre si; se um fala, o outro não ouve; e se o outro ouve, não entenderá o que ouve [...] (p.131).

Assim, a construção de uma lei que possibilite os crivos e tons para o encontro de uns com os outros, diferentes entre si, torna-se fundamental, sendo uma das tarefas a serem realizadas pelas mais diferentes instituições sociais. Conforme apontado no capítulo I, a escola realiza o processo civilizatório – inserção da lei – estimulando, por exemplo, comportamentos de não violência, ou ainda, potencializar a companhia de um com o outro em atividades cotidianas do contexto escolar, além de ser solidário, compartilhar objetos e, principalmente, de códigos lingüísticos ao longo das atividades realizadas no contexto escolar. Desde muito cedo, constrói-se junto ao humano em formação uma ideia do que é ser amigo do outro, transmitindo parâmetros de conduta que de forma progressiva vão sendo interiorizados pelo sujeito.

Pode-se dizer que para além de códigos de conduta, a escola enquanto instituição realiza a operação de descentralização do eu em relação a si mesmo. A parametrização realizada pela escola inclui, de um lado, a transmissão de um saber articulado a formas de comportar-se e, por outro, por uma síntese que iguala os sujeitos na obediência aos regimentos institucionais a qual todos estão submetidos.

Em outras palavras, tem-se a ascensão das regras morais. Conforme aponta Souza e Dutra (2011), a modernidade possui como uma de suas características a definição de certo e errado e de forma relativas ao dever-ser. No que diz respeito à amizade, chega-se a duas proposições que servem de justificativa para essa forma relacional: primeira, **somos amigos porque somos humanos**, baseada no respeito a ser construído na ação para com o outro, e, segunda, **somos amigos porque somos iguais**, o que é transmitido pelas normas instituídas. Isso gera, conforme indica Scholze (2007), um discurso no qual desaparecem as diferenças, as singularidades, configurando-se como uma nova forma de incursão à lógica homogeneizante da sociedade de consumo.

Chego aqui na crítica realizada por Bauman (1997) às consequências de tal universalismo. A construção desses pressupostos a ser seguidos por todos, leva como desdobramento a equivalência da Lei com a Moral, esvaziando a dimensão ética que implica na sensação ambivalente de estar com o outro. Em outras palavras, aderir à Lei implica para o autor, em última instância, em um fechamento à dinâmica própria de

estar com o outro - campo de negociações e desenvolvimento de um sujeito ético - recaindo a relação, à autoridade de juízos previamente existentes a ela.

Assim, como principal consequência desse processo, chega-se à perda da dimensão individual em detrimento de uma lei, o que, por sua vez “[...] depreciam a singularidade, a proximidade privilegiada, as prioridades indiscutíveis, e as responsabilidades incondicionais: todas as pedras angulares de uma relação ética” (BAUMAN, 2010b, p.71).

Por outro lado, na contemporaneidade, na liquidez das relações humanas, tem-se a queda da dimensão moral, o que vai ao encontro com a perda de certezas, característica marcante deste momento histórico. A partir do princípio de liberdade, expresso no capítulo I, se o indivíduo é livre para construir sua própria vida, também deve ser livre para construir as leis que os regem. Como desdobramento disso, em nosso contexto societário, “[...] encontra-se apenas uma coleção de homens e mulheres agindo com propósitos cruzados, carregados de controvérsias internas e notoriamente privados dos meios de arbitrar entre proposições éticas conflitantes [...]” (BAUMAN, 1997, p.55).

Ainda em tom crítico, Bauman (2009c) indica que nenhuma pretensa perfeição pode ser imposta por lei, nem mesmo que tal atitude seja realizada por mera pregação ou convencimento. Por essa razão, seria necessário para podermos viver juntos, em outro paradigma que não seja o individualismo da sociedade de consumo, recompor a dimensão ética. Como bem aponta

[...] O comportamento moral somente é concebível em um contexto de coexistência, no “estar com outro”, ou seja, no contexto social; neste sentido, sua aparição não se deve a presença de organismos supra individuais de adestramento e imposição, ou seja, a um contexto societário (BAUMAN, 2006, p.209-210).

Ficamos então com a pergunta: como então manter relações com o outro se a autoridade legitimada não confere mais a segurança? Pensando no contexto escolar, como é possível construir uma relação pedagógica pautada pela amizade entre professor-aluno, a partir de uma nova configuração que fuja da relação com a Lei, entendida como instância instituída, ou seja, que tome a relação indicada como obrigatória?

O caminho da busca de resposta para essas questões nos leva para a construção de uma ética não mais descontextualizada em termos de tempo, espaço e cultura, mas principalmente na construção de uma política de afetos que abarque a dimensão do Outro. É nesse sentido que Aquino (2011, p.41) afirma que não é possível uma ética construída com normas precisas e calculáveis. Por isso, o autor ao analisar a obra de Bauman, aponta que

[...] A Moral, para o referido autor, não pode ser demonstrada tampouco logicamente deduzida. A mencionada categoria é **contingente, ambivalente, inotível**. É a única autoridade capaz de orientar os seres humanos para a compreensão de si, pois flui na **incerteza do desejo** [...] (grifo meu).

No cenário indicado acima, a moralidade implica em proximidade. É no processo de estar junto com o Outro que é escrita a lista de possibilidades, limites e obrigações. Por isso, Aquino (2011) assinala que a ética pós-moderna discutida por Zygmunt Bauman possui como seus pilares a responsabilidade e a alteridade.

Para a discussão dessa questão, indico como ponto de partida para a compreensão do conceito de amizade em Bauman, as discussões realizadas ao longo do capítulo II da obra “*Vida em Fragmentos*” (2011b), no qual, o autor faz uma longa análise acerca dos tipos de integração que podem ser observados na sociedade atual que devem ser entendido como formas de coexistência.

É necessário reiterar que estes não podem ser considerados como estanques ou categorias, mas sim, formas de ser e estar que remetem a posicionamentos em relação aos contextos em que os sujeitos estão inseridos. Ou seja, cada um deles pode ser observado dentro da instituição escolar e cabe pensar a forma com que se mostram nesse contexto.

Os dois primeiros tipos remetem à sociedade de consumo e à lógica do estranhamento já discutida no capítulo anterior da Tese. A primeira delas é chamada de “integração móvel”, aonde se vê corpos em movimento com intenções individuais e com o desconhecimento de ações comuns. É o que o autor chama “atuação de corpos periféricos”, sem encontros uns com os outros.

Um segundo nível é chamado de “integração estacionária”, na qual a presença ou não do outro não gera afetação no sujeito. Ainda que existam encontros,

estes são gélidos, sem animação. Assim, são entendidos como uma espécie de ajuntamento de estranhos

[...] que sabem que em breve irão embora, cada um seguindo seu caminho, para não mais se encontrarem de novo – mas que antes que isso aconteça, são obrigados a compartilhar esse espaço aqui e agora, não “por causa de” nada particular [...]. Nenhum dos estranhos entre estranhos precisa realmente da presença de qualquer outro [...] (BAUMAN, 2011b, p.68).

Como consequência dessa segunda configuração vincular, tem-se a construção de espaços que aparentemente são de trocas, porém, ainda que estejam com alta incidência de ocupação física, na verdade se encontram vazios de sentido, o que faz com que surja uma sensação de solidão. De certa forma, é o que encontramos nas relações virtuais indicadas no início do capítulo.

A terceira forma de integração pode ser facilmente observada em situações planejadas e articuladas para um fim específico. É chamada de “moderada”, porque é regida por um traçado prévio que estrutura as relações de forma que sejam “[...] breves, a fim de que [os indivíduos] não sejam obrigados a ingressar em outros encontros que precisam ser mantidos num registro diferentes [...]” (BAUMAN, 2011b, p.69), não tirando a concentração para a execução da tarefa estabelecida. Tal tipo de relação, segundo o autor, é vista principalmente, nas relações de trabalho.

O que é interessante, neste caso, é que mesmo que determinada em seu formato e possibilidade, tal tipo de integração também traz uma dimensão que foge ao caráter demarcado previamente. Ainda que se trate de um agrupamento humano com uma vinculação frágil, é possível ver a existência, ainda que muitas vezes de forma não intencional, do surgimento da solidariedade, sentimento tão importante para as relações de amizade - própria das atividades e tarefas comuns.

Isso se deve ao fato de que há ações compartilhadas. Nesse sentido, é possível compreender que as atividades que implicam o contato com o Outro trazem em potência a ampliação do grau de complexidade vincular principalmente ao fato de que tais encontros implicam na relação com o diferente. Por essa razão, Bauman (2011b, p.70) indica que

[...] a continuidade que a integração do tipo local de trabalho mal pode dispensar tende também a transformar a matriz projetada somente para encontros estruturados numa matriz para solidariedades crescentes de forma não intencional, espontânea e “rizomática”.

Nessa mesma linha de raciocínio, tem-se um quarto tipo de integração que o autor chama de “manifesta” que pode ser observada, por exemplo, nas relações de agrupamentos humanos em locais específicos demarcadas por uma razão exterior ao encontro em si.

É o que pode ser observado, por exemplo, em um protesto, onde se encontra um grupo de pessoas que pode ou não ter vínculos entre si, mas que, necessitam, para estar neste momento juntas, de uma causa anterior ao momento presente. Tal descrição se aproxima da ideia de massa, “[...] uma massa uniforme – na qual qualquer coisa idiossincrática e particular pode se dissolver (se bem, que, e confortavelmente, por um momento apenas) ou ser estrangulada para se recolher ao silêncio [...]” (BAUMAN, 2011b, p.71).

Ou seja, há a ascensão do idêntico em detrimento da Diferença, ou seja, é uma forma de integração que tende a solapar o desenvolvimento de ações singulares. Nesse sentido, retoma-se a dureza da dimensão instituída, porém agora em virtude de microrrelações que colocam em segundo plano a Diferença.

Conforme indico anteriormente, no contexto atual observa-se que ser singular tem um peso. Ser autônomo e livre, desarticulado de uma indústria de consumo, gera angústia devido à perda de um eixo de segurança. Por essa razão, tal tipo de expressão vincular, de certa forma, alivia essa carga. O problema é que ao realizar esse empreendimento, como contrapartida, constrói-se um traço de reconhecimento de grupo que não necessariamente indica características dos indivíduos que do grupo fazem parte. Assim, configura-se um espaço vazio de encontros. Isso se deve porque

Os laços comuns aparecem mais em indivíduos isolados que conduzem sua vida inteira, do nascimento à morte, em companhia das mesmas pessoas e que nunca se arriscam em outros lugares nem são visitadas por membros de outros grupos. Nessas condições, elas podem não ter oportunidades de refletir sobre seus próprios meios e maneiras, nem necessidade de explicá-los e justificá-los (BAUMAN E MAY, 2010, p, 76, grifo meu).

Chega-se a um tipo de integração que na verdade, é um desdobramento da anterior. Bauman descreve que imerso em um campo de singularidades e diferenças, pode-se recair tanto na ação em massa quanto na adoção de um grupo enquanto suporte identitário. Esse tipo de postulado é a base para a construção das políticas de identidade observadas nos dias atuais, o que já foi indicado no capítulo II.

Assim, tais encontros são o que poderíamos chamar de “mais do mesmo”: um grupo de pessoas com traços relativamente estáveis que mantém a relação em um nível de segurança relativamente aceitável. Essa é a expressão própria do que chamamos de “comunidade de similaridade”: a construção de um “nós” que protege, que defende dos percalços que provem de fora, do Outro (BAUMAN, 2007; 2009b). Por essa razão essa integração, oferece as sensações que remetem à tranquilidade e à estabilidade, porém, como todos os elementos paliativos, o máximo que faz é prometer “[...] um refúgio frente a alguns dos efeitos mais imediatos e temidos de ditos riscos” (BAUMAN, 2010b, p.101). Essa sensação é descrita pelo autor ao afirmar que:

“Sentir-se em casa” e “pertencimento” significam encontros abundantes e não problemáticos, encontros invariavelmente satisfatórios, com as benesses de estar com o outro isentas do perigo de ter extraído o “com”, ou de o aconchego transformar-se em opressão [...] (BAUMAN, 2011b, p.72).

Essa forma de vinculação diz muito das trocas realizadas entre as classes de trabalhadores. Enquanto fenômeno que permeia a dimensão escolar, é muito comum encontrarmos grupos de professores que discutem em diferentes momentos e contexto da vida as dificuldades encontradas no contexto escolar. Em virtude da aproximação das problemáticas enfrentadas, tais encontros não tendem necessariamente à busca de resolução para os problemas, mas sim, a reiteração dos mesmos e a construção de um discurso que enfatiza a impossibilidade de enfrentamento. Assim, não se configuram como locais de verdadeiros encontros, mas sim, apenas como estratégia de manutenção de certa saúde na formulação de espaços de fala que não se configuram nem como pontos de escuta e muito menos, de possíveis trocas.

Deparamos com um novo engano em termos da dinâmica da amizade. Seria este grupo descrito acima, um possível lugar para a amizade? No que diz respeito ao elemento comum que une, poderíamos dizer que “sim”, mas ao analisarmos os tipos

de enfrentamento, a resposta poderia ser negativa, em vista que se trata de relações, conforme indica Loponte (2009, p.923), condescendentes, que reafirmam o mesmo. Podemos dizer, portanto que “a amizade, como forma de subjetivação coletiva, não é, no entanto, o simples espaço de fusão com o outro ou de puro consenso, ou ainda uma relação compensatória de afeto [...]”. Assim, a necessidade de estar junto e debater problemas comuns, não podem ser confundidos com os laços de amizade, conforme buscamos debater ao longo dessa pesquisa.

A aproximação de um lugar para o desenvolvimento de relações de amizade inicia-se com o que Bauman chama de “metaintegração” que pode ser definida como um **cenário para encontros**. Ainda que não se trate de uma ação entre amigos pode-se, a partir dela, proporcionar trocas que forneçam condições para a amizade. “[...] A metaintegração é sobretudo um território de infinitas experiências, de tentativas e erro – mas de um erro que não se antecipe a tentativas adicionais, de tentativas que não esperem ser infalíveis” (BAUMAN, 2011b, p.73). Conceitualmente, “[...] o ‘encontrar’ coloca uma distância entre o Outro enquanto ele-pode-estar-por-si-mesmo e o Outro pelo-qual-eu-sou – a distância que não existia antes [...]” (BAUMAN, 1997, p.106).

É por essa razão que o autor chama esse tipo de integração de “matricial”, pois ao facilitar encontros, fornece as bases para outras formas de relação na qual está incluída a amizade. Assim, o simples fato de estar nesse mesmo espaço com diferentes propicia a quebra de uma distância que não foi definida ou demarcada por ações externas ao mesmo (como observado em outros tipos vinculares). Portanto, a configuração destes vínculos pode ser comparada com a ação de um artista⁶: os fios se encontram para formar novos e inesperados tecidos que permeiam a rede social.

A metaintegração é desenhada como um cenário para encontros; facilitar encontros é a medida de um bom design. Nela, o esperar foi extraído do querer; o mero fato de estar aqui dá conta dos primeiros obstáculos e quebra o primeiro gelo. Nela, ao contrário do que acontece em outros lugares, pode-se estar razoavelmente certo de que a oferta de integração não será rejeitada sem reflexão; de que as artimanhas de jogo serão respondidas; de que o desdém em relação aos avanços é algo que as convenções do lugar não permitiriam (BAUMAN, 2011b, p.73).

⁶ Encontro aqui um segundo elemento de aproximação do sentido da amizade a partir de Bauman: a característica de “criação” que aponta para a construção de uma arte da vida a ser realizada pelos sujeitos viventes na sociedade contemporânea. Esse ponto será melhor descrito adiante.

Vejo que é possível realizar tal correlação, visto que a sala de aula é um lugar próprio para encontros. Segundo Mansano (2011, p.66-67), a análise dos encontros, permite compreender a produção do sujeito a partir da ideia de:

[...] o combate entre forças componentes por meio das quais são ensaiadas conexões, rupturas e bloqueios. A ação das forças torna-se condição para passagem de uma composição a outra, uma vez que, em cada encontro suficientemente potente, as formas perceptíveis que compõem os estratos organizatórios do eu sofrem cortes e rupturas. O que temos, então, são encontros de multiplicidades, nos quais participam tanto as formas que atuam no homem como as forças que circulam no fora [...].

Tem-se ao fim que essa perspectiva ao ser empregada no contexto de sala de aula faz com que tal lugar seja entendido enquanto **espaço potencial para a amizade**. Seria essa a sua possibilidade em relação a este tipo vincular? Quais as estratégias que poderiam ser empregadas de forma a desenvolver tal tipo de vínculo?

É aí, nesse plano “microsocial” de encontros face a face, que diferentes tradições, crenças, motivações e estilos de vida [...] se confrontam à pequena distância e à queima-roupa⁷; elas compartilham o dia a dia e inevitavelmente dialogam entre si, numa conversa pacífica e benevolente, ou tormentosa e antagônica, mas que leva sempre à familiarização, e não ao estranhamento, contribuindo então para o respeito, a solidariedade e o entendimento mútuo (BAUMAN, 2011a, p.205).

Encontro alguns entraves que podem ser listados. O primeiro deles é que a sala de aula, ainda que potencialmente seja um tipo de integração matricial, na verdade, em seu cotidiano, se trata de encontros planejados e direcionados a um fim. Nesse sentido, a ação do professor não é regulada em termos de imprevistos, mas sim, de sequenciação e manutenção daquilo que está previamente posto.

Todo o funcionamento escolar está articulado com essa premissa, desde a sua arquitetura até às microrrelações que reiteram a cristalização hierárquica observada na sociedade como um todo. Esse ponto remete à dimensão relacional entre

⁷ Bauman (2006, p.215-232) discute a relação entre proximidade e responsabilidade moral. Aponta que a proximidade do Outro é a condição inicial da responsabilidade. Aponta que “[...] A responsabilidade cai silenciada quando se ocorre a erosão da proximidade [...]” (p.215, grifo do autor).

os envolvidos, o que nos leva a novos questionamentos: se a configuração de novas possibilidades relacionais está articulada a uma rede articulada, o que pode ser feito em termos de sala de aula para gerar impactos em outros pontos desta conexão? Seria apenas uma questão de posicionamento do professor em frente ao aluno? Qual o nível de análise necessário para o educador, em termos de contexto social, que poderia levar a mudanças que ultrapassem as paredes da sala de aula?

Por outro lado, também existem momentos de rupturas que favorecem experiências a alunos e professores, o que consideramos como elemento importante para a aprendizagem. Conforme afirma Cardoso Jr (2006, p.40), “[...] o momento da aula é aquele que injeta no aluno vacúolos de silêncio, de não resposta. É nessa lacuna da aparente passividade que os verdadeiros problemas se afirmam [...]”. São essas situações simples e cotidianas que, de certa forma, caracterizam-se por pequenos fragmentos singulares, as quais podem potencializar ações criativas.

Investir em tais momentos indica outro lugar para a amizade nas reflexões realizadas. A partir dessas análises, a amizade poderia se configurar um novo modo de viver as relações pedagógicas em sala de aula seja na relação aluno-professor ou na relação aluno-aluno. Nesse sentido, não há prescrições ou cânones para a amizade.

Considerando os elementos aqui traçados até o momento, em síntese, poderíamos pontuar três posições que não podem ser entendidas como rígidas, mas que são observadas quanto à questão da Diferença: medo e afastamento (mixofobia); indiferença e fragilidade vincular e, a aproximação e relacionamento assimétrico com o outro (mixofilia). Quando nos propomos a realizar uma análise de um dado campo social, se vê as três posições em um mesmo espaço de forma a não ser possível enquadrar de maneira estanque os processos que ocorrem no contexto em questão.

No campo social, as instituições tendem a favorecer a burocratização relacional. A vida previsível mostra-se como possível “inimiga” das relações humanas. Assim como o campo de atuação social, as relações se tornam apáticas. Porém, o movimento inverso também possui seus riscos. Estar em movimento e não deter referências para atuar em nos diferentes espaços sociais pode ser um poderoso gerador de angústias. Esse é o contexto atual no qual encontramos o educador.

A necessidade de manter-se em movimento, da mesma forma que constrói um modo de vida que tende a colocar um grande peso sobre os indivíduos, também pode potencializar o desenvolvimento estratégias que conferem a unicidade de

cada um na relação que se é (re)iniciada, dividindo com o Outro, as dificuldades enfrentadas ao longo da vida.

Ainda que não seja possível fazer uma relação causal, tais relações podem estar intimamente vinculadas àquilo que chamamos de “amizade” que, por sua vez, parece ser o elo entre o que é tomado enquanto sinal de igualdade e marca da Diferença. O amigo tem algo ao qual é possível se identificar; ao mesmo tempo em que permite reconhecer o que é diferente de si no Outro, ou seja, o Outro do Outro, trazendo o novo em meios à mesmice instituída presente nas relações vinculares próprias da sociedade líquido-moderna.

Nessa direção, se trata de reconhecer a capacidade de atuar dentro de uma rede de poder. Tal empoderamento,

[...] exige a construção e reconstrução dos vínculos inter-humanos, assim como a vontade a capacidade de implicar-se com as demais pessoas em um esforço contínuo por converter a convivência humana em um entorno hospitaleiro e acolhedor, propício para a cooperação mutuamente enriquecedora entre homens e/ou mulheres que lutam para adquirir autoestima, por desenvolver seu potencial e por fazer uso adequado de suas capacidade [...] (BAUMAN, 2009e, p.166).

Observo em Bauman que a amizade possui contornos trágicos já que se encontra, de um lado, como lugar de segurança e, por outro, fonte de instabilidade. Nessa perspectiva, uma relação de amizade, portanto, é capaz de oferecer, enquanto condição de existência, esse duplo movimento. Por essa razão, pode-se dizer que **a amizade está na contracorrente do universalismo⁸, da multidão, da massa**, termos que apontam, segundo Bauman e May (2010, p.121) para o silenciamento, porque “a multidão pode desaparecer tão rapidamente quanto se forma [...]”. Ou seja, **permanência e densidade** são condições próprias do laço de amizade porque potencializam o encontro com o Outro em sua condição de Diferença:

A Face é a alteridade do Outro, e a moralidade e a responsabilidade pela alteridade. A multidão é a asfixia da alteridade, a abolição da diferença, a extinção da alteridade do Outro. A responsabilidade moral nutre-se da diferença. A multidão vive de semelhança. A multidão elimina e empurra para o lado a sociedade com classificações, *status* e

⁸ Sobre essa questão, Utz (2008) afirma que a amizade é chave para reconciliar o universal e o singular de forma a fornecer as bases para a construção de uma ética.

papéis. Mas ela também põe preço, por algum tempo para a moralidade [...] (BAUMAN, 1997, p.150-151).

Mas haveria outros pontos que fundamentam a amizade? Sobre essa questão, Bauman, no início do capítulo II do livro *“Modernidade e Ambivalência”* nos fornece uma referência. Ele inicia dizendo aquilo que chamamos de estranho não adere à dicotomia entre amizade e inimizade, se trata de outra coisa. Isso porque as duas primeiras implicam em algum tipo de expressão vincular ou como expressa, são formas de socialização que indicam as possibilidades de estar com o outro:

Ser amigo e ser inimigo são as duas modalidades nas quais o Outro pode ser reconhecido como outro sujeito⁹, construído como "um sujeito como o eu", admitido no mundo em que o eu vive, ser considerado, tornar-se e permanecer relevante. Se não fosse pela oposição entre amigo e inimigo, nada disso seria possível. Sem a possibilidade de romper o laço da responsabilidade, nenhuma responsabilidade iria se impor como um dever (BAUMAN, 1999b, p.64).

Ou seja, a Diferença se expressa como forma de construção de uma dimensão moral. A partir disso, Bauman propõe um panorama do que é ser amigo. O primeiro ponto faz alusão ao próprio nascimento da Filosofia: ser amigo implica em uma relação com a verdade, com a beleza e com o bem. Em outros termos, com o conhecimento, com a dimensão estética e com a ética.

O segundo ponto é que a amizade não implica expectativa, ou seja, há algo de desinteressado que propicia condições de avanços e encontros com aquele que se mostra em aparente oposição entre sujeito e objeto que se mostra enganosa no próprio jogo relacional entre os diferentes.

E neste momento, encontro o terceiro elemento: a estranheza. Inicia-se, assim, uma discussão sobre a alteridade. Segundo o autor, há um equívoco em supor que a posição de igualdade garante a significação da Diferença. Pelo contrário, as relações humanas são primordialmente assimétricas, não no sentido de domínio de um

⁹ Em outra passagem, Bauman (1999b, p.71) afirma: “[...] a amizade não é a única forma de sociação; a inimizade desempenha também essa função. Com efeito, a amizade e a inimizade constituem, juntas, a moldura dentro da qual torna-se possível e se dá a sociação”.

sobre outro, mas sim, no que diz respeito aos horizontes de vida e análise possibilitadas por cada indivíduo presente na relação.

No choque entre o que é aparentemente oposto, surge aquilo que foge à lógica binomial, que resiste, que força o novo e indica a construção de uma atitude que ultrapassa a dicotomia entre amizade e inimizade. Isso nos leva à necessidade de elaboração de um parâmetro ético:

Os amigos são criados pela pragmática da cooperação. São moldados pela responsabilidade e o dever moral. Os amigos são aqueles por cujo bem-estar eu sou responsável antes que ajam em reciprocidade e independente disso; só com essa condição pode-se efetuar a cooperação, ostensivamente um laço contratual bidirecional. **A responsabilidade deve ser antes uma dádiva para eventualmente se tornar uma troca** (BAUMAN, 1999b, p. 63, grifo meu).

O que isso quer dizer? Se tomarmos numa dimensão de análise da existência, a vivência do Outro é tomada como maldição, que tira o indivíduo de sua tranquilidade, que traz o pânico e o medo, conforme discutimos no capítulo III. Para além de tal posicionamento, Bauman em diversos momentos de sua obra (1997a; 2008e; 2009c; 2010b), discute a construção de uma conduta que aproxima o Outro de sua condição de Diferença.

Aqui chego à ideia de “dádiva”, que se trata da tentativa de torção da concepção sartreana expressa pelo aforisma “o inferno são os outros”. Para compreender tal concepção, é necessário realizar um breve percurso em torno do termo, discutido por Bauman e May (2010) ao longo do capítulo V do livro “*Aprendendo a Pensar com a Sociologia*”.

Inicialmente os autores fazem uma discussão acerca da aparente preocupação que um gerente de banco tem com aquele que busca um empréstimo. Parecendo ser desinteressada, a conduta de tal profissional aponta para a benevolência com a oferta de bens ou serviços independentes da pessoa que o recebe, havendo somente a necessidade de possuírem uma condição diferenciada que poderia ser descrita pela afirmação “tenho uma necessidade”. A mesma lógica é observada também nas ações de caridade. Em ambas,

o ato de dar estabelece uma relação desigual sempre que o agente considera que o receptor não tem nada a oferecer, desprovido que é – segundo os parâmetros do agente, é claro – de condições mínimas de troca. Neste aspecto, doar implica uma relação paradoxal em que se estabelecem dois tipos de vínculo – uma relação de solidariedade, [...] e, simultaneamente, uma relação de superioridade que consolide uma história de dependência [...] (SANTOS E HOFF, 2009, p.29).

Nesse sentido, a relação detém um caráter impessoal, maquiada pelo tom de preocupação e amparo necessária à conduta. Dessa forma, o ato de dar e receber termina por confluir em uma relação hierárquica que confere lugares diferenciados em uma determinada dinâmica social. É o que pode ser visto, por exemplo, no que é chamado de “educação bancária” (em termos freirianos) na qual o aluno é tomado em sua condição de inferioridade simbólica e se torna depositário da doação de conhecimento realizada pelo professor.

Em contrapartida, poderíamos buscar o campo inverso, observando, por exemplo, as relações familiares, onde existe uma relação pessoal que movimenta a conduta ética. A “família” é um tipo de vínculo de ultrapassa a consanguinidade, sendo um modo de troca entre as pessoas. A sua característica central está relacionada com a construção de um campo de trocas delimitado pela especificidade de membros autorizados à participação de tais processos. Neste caso, não há relação direta entre a conduta dos integrantes e aquilo que é proporcionado enquanto consequência social fora da família. **Estar em família significa estar protegido dos estranhos**, entendidos como aqueles que devem ser julgados pela conduta diferenciada que possuem em relação a “nós”, iguais pela linhagem familiar.

Em ambos os casos, não é possível falar de amizade. Isso se deve porque a demarcação da Diferença é colocada em segundo plano em virtude da impessoalidade ou intimidade. Falar de amizade é conceber uma dimensão de trocas entre os sujeitos envolvidos que são marcados pela sua condição de Diferença.

Assim, a compreensão da amizade parte da confluência entre a Diferença, os afetos a ela relacionados e a conduta humana que destes dois pontos anteriores deriva. Por essa razão, as provocações realizadas por Bauman, nos levam a discussão de outro elemento presente na obra do autor que consideramos fornecer elementos pontos importantes para a análise dos vínculos: a **questão do amor**, foco de discussão do próximo capítulo.

CAPÍTULO V

AMIZADE, ENCONTROS E AFETOS

Neste capítulo, seguirei traçando as vias de construção para amizade tendo como ponto de partida algumas ideias do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Conforme tenho discutido, o ponto central da condição de “ser amigo” é a necessidade de adentrar em um campo relacional o que, conforme discutiremos ao longo deste capítulo, implica em ser afetado pelo Outro.

Conforme indica Ult (2008), o amor é peça fundamental para a amizade. O autor afirma que ele é constituído a partir de alguns elementos. O primeiro deles é necessário conceber um outro, sendo ele algo para nós; segundo, queremos este outro para nós; terceiro, reconhece-se que neste outro há um eu que lhe confere unicidade, existindo enquanto modo de vida e consciência e, quarto, tem-se a existência de um querer direcionado ao outro. Por isso, o autor afirma que é “[...] pelo desejo que os amigos tem um pelo outro e pela benevolência a amizade torna-se uma relação vivida, existencial, que cresce no tempo, estabelece estruturas internas, modifica-se no tempo, etc [...]” (p.158).

Há, portanto, algo que transforma o coleguismo em amizade e que parece estar intimamente relacionado com o tipo de relacionamento estabelecido com o diferente marcado por laços de amor. Não o amor romântico ou erótico, mas sim, algo mais elementar: o amor que vincula e serve de fundamento para o laço, diminuindo distâncias, favorecendo trocas, implicando conhecimento e, principalmente, o reconhecimento do Outro.

Dessa forma, nas relações impessoais, a capacidade de emocionar-se, envolver-se, afetar-se, é deixada em segundo plano em relação à expectativa das ações por parte dos envolvidos. Por essa razão, torna-se necessário apelar para as regras sociais como elemento mediador que garante algum tipo de confiabilidade relacional. “Entretanto, está implícito nessa *confiança*¹ que o outro participante da interação observará as mesmas regras” (BAUMAN E MAY, 2010, p.134, grifo dos autores).

¹ Segundo aponta Bauman (1997, p.133), o termo “confiança” significa “[...] o modo-de-viver-com-ansiedade [...]” e não o modo de viver sem ansiedade. Em outros termos, a confiança implica conviver com a incerteza do Outro.

Tal processo é observado, por exemplo, na ética profissional, na qual um indivíduo se submete ao outro a partir da compreensão de que este detém certo conhecimento acerca dos processos em curso, justificando assim, a esperança de receber, em troca da posição de confiar, o cuidado que as situações problemas requerem.

O mesmo poderia ser levantado quanto à relação professor-aluno, principalmente se tomarmos como ponto de análise a questão da maestria, entendida aqui como sendo o processo no qual o educador é elevado ao modelo de conduta e saber que, como fim pedagógico na instituição escolar, deve ser seguido pelos alunos.

Tais discursos, que tratam da questão da confiança em relação ao Outro, são eleitos enquanto modelos e, portanto, ocupam lugar privilegiado na dinâmica das relações. O problema é que através deles, a sociedade de consumo adere às relações de confiança, construindo uma esfera pautada pela impessoalidade ou ainda, construindo um discurso no qual as relações de compra e venda são transformadas em uma espécie de “relações familiares”.

Mesmo nessa forma vincular, Bauman (2009b) observa que há um discurso recorrente que busca garantir a intensidade do vínculo pelo seu tempo de duração. Na modernidade, as famílias tendiam a se formar a partir de uma instituição relativamente segura e estável – o casamento – e mantida por toda a vida, mesmo que não houvesse um sentimento ou sentido de manutenção de tal união. Porém, o que se encontrava era pouco amor e uma série de formulações de regras que tornavam o convívio razoavelmente estáveis e, na maioria das vezes, apenas suportáveis.

Um exemplo disso está na premissa de coabitação como sinal de proximidade e afeto. Mais do que isso, havia a difusão da ideia de que a família era um lugar, “naturalmente seguro”, o que forneceria aos vínculos uma estabilidade de longa duração. Porém, o autor observa que tais relações familiares, assim como as demais formas vinculares, são “[...] repletas de som e fúria, pontuada por violentas irrupções de hostilidade e marcada por uma guerra de trincheiras menos dramática, porém mais persistente [...]” (BAUMAN, 2009b, p.125).

Vejo que há na dinâmica das relações familiares algo que persiste em termos de conflito, muito mais pelo tempo do que pela intensidade. No contexto atual, por sua vez, a sensação de que nem mesmo esse espaço fornece garantias individuais e coletivas, insere no jogo vincular a necessidade de revisar os impactos do que chamamos de convivência.

Aqui nos deparamos com a questão do amor. Bauman (2008c) faz uma longa análise acerca da relação entre tal sentimento e a faculdade da razão. Indica que o amor trata-se de um valor enquanto a razão está intimamente relacionada com a capacidade de uso, ou seja, ser instrumental². Na modernidade, a razão teria uma finalidade útil. Por esse motivo, as duas dimensões tendem a servir como trilhos que possuem caminhos divergentes.

O que você deseja, você quer usar; "consumir", despir de alteridade, tornar sua possessão ou ingerir - fazê-lo parte de seu corpo, uma extensão de você mesmo. Usar é aniquilar o outro para o bem da própria pessoa. Amar, ao contrário, significa valorizar o outro por sua alteridade, desejar reforçá-la nele, proteger essa alteridade, fazê-la florescer e prosperar, estar pronto para sacrificar o próprio conforto, inclusive a própria existência mortal, se isso for necessário para satisfazer essa intenção. O "uso" significa um ganho para a própria pessoa; o "valor" pressagia sua autonegação. Usar é tirar, valorizar é dar (BAUMAN, 2008c, p.208).

Em nosso tempo, as duas dimensões são unidas de forma a aniquilar a capacidade de amar. Assim, são disseminados e incentivados discursos e ações nos quais pensar racionalmente implica em avaliar ganhos e perdas. Na perspectiva indicada por Bauman, o amor é um sentimento que aponta para o impossível a ser realizado em sua totalidade e, portanto, não é passível de tal processo avaliativo. Enquanto a razão corta e limita o mundo do agora, o amor tece as possibilidades do futuro. Nesse sentido, o amor possui uma característica eminentemente construtiva, mostrando-se enquanto potencia e afetação ao mundo e ao Outro.

É por isso que Bauman (2008c, p.209), afirma que “[...] o amor está constantemente à frente de qualquer visão, mesmo a mais instantânea; o amor pode ser contado apenas como história [...]”, ao mesmo tempo, em que o futuro é percebido como ausente e, por essa razão, cheio de mistérios e perigos.

O amor significa consentimento para um mistério do outro, que tem a ver com o mistério do futuro: para alguma coisa "que nunca é, num mundo em que tudo é", alguma coisa "que não pode estar lá quando

² Quanto a este ponto, observa-se que Bauman faz referência às análises realizadas na Teoria Crítica a respeito da relação entre razão e esclarecimento. Para aprofundamento ver Bauman (1998; 2009e; 2011b) e as possíveis relações entre as ideias do autor e Adorno em Bracht e Almeida (2006).

tudo está". O futuro está sempre em outro lugar, e assim também o Outro do amor (BAUMAN, 2008c, p.212).

A forma de relação proporcionada pelos laços amorosos traz consigo uma dinâmica que ultrapassa o momento presente para construir algo que une o comum – coletivo – e o único – individual – naquilo que denominamos historicidade. Logo, podemos dizer que o amor é um dos responsáveis pela transformação do tempo em criação e capacidade humana (BAUMAN, 2009b) que, de certa forma, vai contra a hipervelocidade de nosso tempo.

Isso acontece porque a gestão de riscos empregada na contemporaneidade gera a assepsia das relações de afeto e coloca o amor em segundo plano em relação à dimensão racional. Por essa razão, a díade razão-amor, aponta também para direções diferentes em torno da postura em relação ao Outro.

A razão, na melhor das hipóteses em termos éticos, concorda magnanimamente em ser tolerante com o Outro. O amor não se rebaixaria a uma mera tolerância; quer solidariedade em troca - e isso pode significar autonegação e auto-abnegação, o tipo de atitude que a razão teria dificuldades para justificar (BAUMAN, 2008c, p.211).

Vejo que o autor constrói tal descrição em termos da própria lógica moderna que separa a razão da emoção, que divide e esquadrinha o indivíduo de forma a dividi-lo de si mesmo e do Outro. Observa-se, então, que naquilo que diz respeito à amizade, torna-se fundamental compreender que se ela depende de uma política que leve em conta o amor enquanto dispositivo fundamental para que ela aconteça.

Mas o que é o amor? Bauman (2008c, p.212) pontua que “antes de ser um *ens cogitans* (ser pensante) ou um *ens volens* (ser que deseja), o homem é um *ens amans* (ser que ama) [...]” (grifo do autor). Essa afirmação nos coloca em frente não mais a polaridade da racionalidade – própria da sociedade administrada – ou sua radicalidade que se transforma em irracionalidade – na sociedade de consumo. O ser que ama é aquele que se abre ao Outro, que o descobre enquanto sujeito que possui uma história e, por essa razão, realiza trocas com ele, construindo novas formas de ser.

Em outra passagem o autor indica que

[...] o amor não encontra seu sentido na ânsia das coisas já feitas, completas e terminadas, senão **no impulso a participar da construção** dessas coisas. O amor está muito perto da transcendência; é tão somente outro nome do impulso criativo e, portanto, está **carregado de riscos**, já que toda criação ignora sempre qual será o seu produto final. [...] Amar significa abrir a porta a esse destino, a mais sublime das condições humanas na qual o medo se funde com o gozo numa liga indissolúvel, cujos elementos já não podem separar-se. Abrir-se a esse destino significa, em última instância, dar liberdade ao ser: essa **liberdade que está encarnada no Outro**, o companheiro no amor [...] (2009c, p.21, grifo meu).

Retomo aqui discussão sobre a alteridade. O primeiro ponto a ser destacado é que a dinâmica do amor não permite impessoalidade. O Outro se destaca da multidão e ganha uma boca, um olho, uma face (BAUMAN, 2009c), ou seja, uma delimitação que impele por definição, compreensão e sentido. Também por essa razão, as relações amorosas são históricas: elas são **confluências de biografias**, nas quais “[...] cada companheiro se empenhará em ver sentido no mundo do outro. Entretanto, as duas realizadas não serão idênticas” (BAUMAN E MAY, 2010, p.139).

De outra forma, será através do amor, a construção de possibilidade de narrativas comuns de forma a unir as pessoas em torno de uma mesma problemática e implicando-as em projetos coletivos (SCHOLZE, 2007). Vê-se, portanto, que não se trata apenas de uma discussão individual, mas acima de tudo política, voltada para novas formas de relações que ultrapassem o imediatismo das vinculações atuais.

Um dos principais problemas enfrentados para a construção de relações amorosas, como temos destacado, diz respeito à questão da confiança, ponto central quando falamos de um laço com o diferente. Há uma relação proporcional entre ela e a capacidade de construção de vínculos: quanto maior a confiança, maior a potência de realizar trocas com o Outro, e, conseqüentemente, construir laços que perdurem.

Bauman e May (2010, p.135) diagnosticam um traço importante nos indivíduos que indica exatamente para a ambivalência presente nos vínculos: “notamos em inúmeras ocasiões que, quanto mais dependemos de pessoas das quais não temos senão um vago e rasteiro conhecimento, e quanto mais superficiais e fugazes são nossos encontros, mais forte é a tendência a expandir a esfera das relações pessoais [...]”.

É pago um preço, muitas vezes caro, pela necessidade de estar com o Outro, o que pode, por sua vez, levar à cristalização de posturas e condutas que são sentidas pelo indivíduo como algo penoso e doloroso. Quanto mais denso o vínculo,

maior a dor em caso de perda; quanto maior o nível relacional, maior a responsabilidade que se têm, enquanto agente que coloca em movimento as trocas com o Outro.

Por essa razão, Bauman (2010b, p.71) aponta que ao reconhecer o Outro enquanto Diferença, ao mesmo tempo, o toma como ser livre. Tal lógica reciprocamente concebida também oferece ao indivíduo a sensação de liberdade. Porém, “[...] ao tempo em que a liberdade se tem instalado e convertido em algo cotidiano, uma nova forma de horror, o horror da responsabilidade [...]”.

Nesse sentido, o autor propõe a seguinte discussão. Nosso modelo societário – ou modo de vida - parece estar em um momento crucial. De um lado, temos um trabalho de descentralização, realizado nas relações sociais, de forma a diminuir nos indivíduos possíveis efeitos nocivos de suas tendências egoístas; de outro lado, a sociedade acabou por caracterizar-se, ao longo de nossa história recente, em uma sociedade autorreferenciada, com uma drástica queda de responsabilidades até o outro a partir de sua presença, processo esse que gera impactos para toda união humana.

Esse é o paradoxo do vínculo para Bauman, tendo no amor seu paradigma: ele se encontra à borda da derrota. Em outras palavras, relacionar-se com o Outro implica posições e situações ambivalentes a serem enfrentadas, que por sua vez, indicam a necessidade de negociação que impede o aniquilamento do Outro – entendido enquanto sujeito e objeto do amor - ao longo da relação estabelecida. Afirma o autor que “[...] os resultados dessa luta são imprevisíveis e a luta mesma tem seu preço. Exige sacrifícios diários. Não passa um dia sem um confronto ou enfrentamento [...]” (BAUMAN, 2009c, p.43).

Quando duas pessoas se encontram pela primeira vez, ambas trazem biografias não compartilhadas com o outro. Duas biografias produziram, muito provavelmente, dois conjuntos bastante distintos de experiências e expectativas³. Havido o encontro, elas têm que ser renegociadas – pelo menos em algumas dimensões em que os dois conjuntos sejam mutuamente contraditórios. É improvável que ambos os parceiros considerem um ao outro reais e aceitáveis sem necessidade de correção e compromisso. Os dois (ou pelo menos um) terão de ceder em algum aspecto pelo bem de uma relação duradoura⁴ [...] Se há negociações, se ambas as partes se permitem ver pelos olhos da outra, as recompensas são grandes. No entanto, o caminho para o final feliz é

³ Ampliando essa questão para uma discussão das diferenças em torno dos grupos sociais, em outro momento, Bauman (2009d, p.88) afirma que “[...] as experiências essenciais para um grupo têm poucos ou nenhum referente nas experiências do outro, enquanto temas enquanto temas de importância-chave para um deles simplesmente ‘não se aplicam’ ao outro”.

⁴ Em outra passagem da mesma obra, os autores escrevem: “[...] Sem empenho contínuo e duradouro, o sucesso não é possível. É preciso autossacrifício de ambas as partes [...]” (p.143).

espinhoso, e muita paciência e compreensão são necessárias para que se cumpra incólume o trajeto [...] (BAUMAN E MAY, 2010, p.139).

Observa-se na passagem acima, que há nas análises de Bauman, contradições que aparecem ao longo da proposta investigativa realizada pelo autor. O amor é um enfrentamento marcado pela sensação de ambivalência. Tal caminho caracterizado por certo tom pessimista, mostra, ao mesmo tempo uma postura otimista, quase idealista das consequências possíveis provenientes das relações amorosas.

Porém, entendo que a riqueza das análises de Bauman encontra-se muito mais no caráter provocativo do que na sua capacidade de prescrição. Por isso, é importante destacar que a característica do amor que aqui nos interessa é sua potencialidade de construção criativa de novas formas de compreender a si mesmo a partir da relação com o Outro. Esse traço nos permite a aproximação com a relação da amizade como arte de viver, o que implica no processo de invenção.

Mas o que significa “inventar”? Segundo Balestrin, Strey e Argemi (2008, p.125), o termo na conotação indicada acima é referente à criação do novo e, sendo “[...] a potência comum, ou seja, deixa de ser vista como passiva ao capital e passa a ser vista como potência da vida da multidão, no seu misto de inteligência, afetação, desejos [...]”. Conforme indica Mariasch (2005, p.175), “[...] o processo de subjetivação supõe a capacidade do indivíduo de, não apenas mudar a si mesmo, mas também a sociedade em que vive, graças à sua capacidade de imaginação, invenção e criatividade”.

Chega-se à dimensão estética. Bauman (2011b, p.98) afirma que “o outro é uma arte inquieta e imprevisível, como o próprio futuro, é um mistério [...]”. Dessa forma, tomando a dimensão da amizade, poderíamos dizer que envolve **uma arte**, entendida como construção de estratégias para viver melhor a vida. Ou seja, a vida é algo ainda não escrita no futuro, ainda que existam tentativas de enquadrá-la em um campo restrito de possibilidades presentes. Por essa razão, o autor afirma que a arte, o outro e o futuro são três termos que tentam agarrar o mistério no campo das possibilidades, ou seja, daquilo que é não existente, mas que se encontra presente em termos de potência (BAUMAN, 2011b). A partir das análises realizadas por Bauman, a amizade é uma delas e que para vivê-la intensamente é necessária a disposição para tal processo.

Seguindo a tendência indicada pelo sociólogo polonês, poderíamos dizer que a constituição de tal modo de vida implica em certo equilíbrio entre duas tendências ou movimentos. O autor (2009d) indica que tal relação fornecerá a chave para a construção do bem viver. De um lado, tem-se a força “centrípeta”; de outro, a força “centrífuga”. Uma é oposta a outra: enquanto a primeira diz respeito ao movimento do centro para fora, a segunda faz alusão ao dirigir-se para o centro. Identificando o centro como o sujeito que deseja a felicidade, termina por fim apontando que se trata de algo que está relacionado com cada um de nós, enquanto movimento de vida. Afirma:

Apresentando de maneira simples, como num resumo, as alternativas que todos nós confrontamos: minha busca de felicidade pode se concentrar na preocupação com meu próprio bem-estar ou na preocupação com o bem-estar de outros [...].

As duas alternativas não são necessariamente contraditórias. Podem operar simultaneamente, com pouco ou nenhum choque ou conflito [...]. Preocupar-se com o bem-estar de um Outro, “ser bom” para um Outro, também reforça o sentimento de “estar bem” e assim, presumivelmente, a felicidade do sujeito da preocupação. Nesse caso, a oposição entre egoísmo e altruísmo se dilui e desaparece [...] (BAUMAN, 2009d, p.123-124).

Nesse sentido, abrem-se as portas para um processo de “conciliação” que não possui em sua configuração a marca da estabilidade. Encontra-se a dimensão estética – ou a beleza – da arte de ser ético: capacidade de reconstrução das relações de forma a não implicar necessariamente em quebra vincular, mas sim, em reconstruí-las em novas roupagens e formatos⁵.

Isso somente poderia acontecer a partir de uma formação que levasse em conta tal desafio proposto por tal “desconstrução construtiva” (BAUMAN, 2009d), ou seja, pessoas capazes de intervir em um mundo ambivalente, reconhecendo e

⁵ Observo também quanto a esta questão que Bauman atua a partir de uma proposta metodológica que parece estar movimento. Em determinados momentos da obra, como podem ser vistos nas citações deste capítulo, Bauman utiliza-se de termos próprios de uma leitura dialética do mundo marcada pela oposição de termos, como na análise entre amor e razão ou entre amigo e inimigo. Em entrevista a Pallares-Burke (2004) afirma, porém, que sua aproximação, por exemplo, às ideias marxistas estão intimamente relacionadas a concepção ético-político expressa pela afirmação “[...] a sociedade deve se justificar pelos padrões éticos, e não o contrário [...]” (p.314, grifo meu).

Porém, em outros momentos de sua obra, em especial nos capítulos 3 e 4 do livro “A Arte da Vida” (2009d), no capítulo 5 do livro “Mundo Consumo” (2010b) ou no capítulo 6 da obra “Ética Pós-Moderna” aproximando-se do caráter trágico da existência. Essa discussão também pode ser vista no artigo de Bazzanella (2008).

problematizando tal condição, o que possibilita contemplar mudanças que venham a construir novas possibilidades vinculares que incluam o Outro.

Só poderiam assumir sua responsabilidade as pessoas que tivessem dominado a difícil arte de agir sob condições de ambivalência e incerteza, nascidas da diferença e variedade. As pessoas moralmente maduras são aqueles seres humanos que cresceram a ponto “de precisar do desconhecido, de se sentirem incompletos sem uma certa anarquia em suas vidas”, que aprenderam a “amar a 'alteridade'” (BAUMAN, 1999a, p.53).

Quais os impactos esperados desse processo? Talvez o ponto principal seja o estabelecimento de uma moralidade que fosse para além da dimensão privada. Cabe aqui uma breve digressão. Como vimos, Bauman (1997) critica os princípios ético-normativos observados como uma das características da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que aponta que tal processo levou à relativização dos princípios éticos, o que por sua vez, tem gerado uma sociedade à margem da norma.

Observa-se que a leitura ética proposta pelo autor está intimamente relacionada com um entendimento deontológico (conforme aponta AQUINO, 2011). Por sua vez, ao defender a moralidade como algo que está em contínua construção, Bauman mostra que o que chamamos de normas sociais são processos que passam por uma necessária negociação, e que não obedecendo a cânones específicos, potencializa o desenvolvimento do eu moral, conferindo que a moralidade não é algo “fácil”, nem naturalmente alcançada. Veremos a adiante que tal processo não pode ocorrer solitariamente.

Por essa razão, a análise dos vínculos humanos torna-se um tema caro para Bauman, que nos leva a refletir sobre o que é efetivamente dividir e compartilhar o mundo com o outro. Aqui adentramos em um campo complexo que o autor discute a partir da posição de presença frente ao encontro.

A partir dos apontamentos de Bauman, é possível afirmar que **ser amigo está intimamente relacionado com o sentimento de amor**. Conforme aponta Scarlatelli (2004, p.126), “ao explicitarmos que o amor se dirige a outra pessoa, queremos também dizer com isso que o amor é um gesto profundo de afirmação do outro. O amor afirma a outra pessoa. Só o amor é capaz de afirmar a distintividade do outro”.

Porém, este processo não pode ser minimizado em estar próximo ou estar com o outro. Bauman (2011b) pontua que colocar as pessoas lado a lado é um passo importante, mas apenas potencializar encontros - ou seja, inserir elementos no campo de ação que se torna compartilhado -, não garantem as trocas: estes podem ser inconsequentes ou com efeitos de duração limitada.

Aqui temos dois momentos nos quais o indivíduo flutua da indiferença ao Outro a concebê-lo enquanto objeto de sua atenção. Isso nos leva a buscar definir o que o sociólogo entende por “estar-com” o outro:

[...] Estar-com é uma reunião de seres incompletos, de *selves* deficientes. Em tais reuniões, ressaltar é tão crucial quanto esconder, o engajamento deve ser complementado pelo desengajamento, e a mobilização de alguns recursos deve ser pareada com a retirada de outros. A intermitência entre revelação e segredo é, para falar a verdade, a principal técnica de construção do tipo de encontro chamado estar-com [...] (BAUMAN, 2011b, p.76).

O que pode ser observado na descrição acima é a tentativa de formulação de uma “distância segura” entre os envolvidos (ainda que isso seja eminentemente impossível). Nesse sentido, ainda que sejam relações afetivas em sentido amplo, é necessário avançar para se configurar em relações de amor ou amizade, conforme temos defendido.

Neste ponto começa a se mostrar a influência de Bauman por Levinas. Em diversos momentos de sua obra (1997; 2008c; 2009d; 2010b; 2011b), o autor realiza uma análise influenciada pelas ideias do filósofo francês acerca do que chama “**ser-para**”, **entendido nos limites dessa tese como fundamento para a amizade**. Enquanto definição trata-se no processo em que “[...] o eu nasce no ato mesmo de reconhecimento de seu ser para o outro e, em isso, a revelação da insuficiência de um mero *Mitsein*⁶” (BAUMAN, 2010b, p.65, grifo do autor). Essa definição remete à ideia de que “[...] sou porque sou para os outros. Para todos os fins e propósitos práticos, **‘ser’ e ‘ser para os outros’ são sinônimos**” (BAUMAN, 2009d, p.159. grifo meu).

Importante destacar nesse momento que o “ser” entendido por Bauman não pode ser destacado da própria existência, ou seja, não se trata de uma entidade fora do campo do vivido, permeado por relações e trocas. Assim, o **ser-para se configura**

⁶ Alusão ao conceito de Heidegger que remete ao ser-com.

como uma relação de poder que confere sentido à responsabilidade com o Outro: “[...] sem poder não haveria nenhuma responsabilidade. Sem poder, preencher a responsabilidade com conteúdos seria inconcebível [...]” (BAUMAN, 2011b, p.93).

Há aqui uma dimensão importante de ser ressaltada. Ocorre a saída da dimensão do cuidado e simpatia para outra, descrita pela vontade para fazer o bem, para o autossacrifício pelo Outro, visto como frágil em sua constituição, vulnerável à minha ação. O ser-para implica a compreensão de uma relação mediada e limitada de Um pelo Outro e que pode ser expressa por um “[...] agir por causa do Outro” que por sua vez, nos leva à dinâmica da responsabilidade, ou como diz o autor, “responsável por minha responsabilidade” (BAUMAN, 1997, p.106).

[...] O nascimento da pessoa moral é o autocomando: é a minha responsabilidade, e responsabilidade apenas minhas. E isso significa que eu, e eu sozinho, sou responsável pela integridade e pelo bem-estar do(a) outro(a) [...].

Assumir a responsabilidade moral significa não considerar o outro mais como um espécime de uma espécie ou de uma categoria, mas como único, e, ao fazê-lo, elevar-se (tornando-se “escolhido”) ao estado digno da unidade (BAUMAN, 2011b, p.88).

Na passagem acima, o Outro é tomado na radical alteridade, indizibilidade, falta de orientação ou referências. O autor afirma (2010a, p.66) que “[...] a outredade do outro⁷ é equivalente a sua unicidade; cada rosto é único e exclusivo, e sua unicidade desafia a impessoalidade endêmica da norma”. Em outras palavras, marcado pela distância da categorização prevista e da impossibilidade de ser objeto passivo e neutro para análise.

Chegamos a uma concepção de vida escrita pelo “compromisso” que se diferencia da “convenção”. Ou seja, não se trata apenas de uma postura gentil, civilizada, racional, familiar, mas sim, uma abertura a uma lógica que ultrapassa essa instrumentalidade dos bons costumes, para atingir sentimentos e afetos que são base para o amor.

⁷ O que vejo na contemporaneidade é uma perda gradual desse processo que pode ser entendido como um dos traços que confere o caráter trágico da existência humana no contexto contemporâneo. Ele pode ser descrito em dois movimentos. O primeiro deles é indicado por Bazzanella (2007) como sendo contingencial e remete a condição de ambivalência; o segundo é descrito por Bauman (1997) ao discutir as mudanças nas relações com o Outro na contemporaneidade, marca do processo de construção da impessoalidade: “quando o Outro dissolve-se nos Muitos, a primeira coisa a dissolver-se é a Face. O(s) Outro(s) agora é(são) sem face [...]” (p.133).

No que diz respeito à ação docente, se trata de um debate que traz elementos importantes para a análise. Parto da seguinte questão: educar seria a ação própria da profissão de educador, convencionada enquanto meta e/ou objetivo formativo? Se a resposta for positiva, tomar o trabalho docente dentro dessa perspectiva esvaziaria a ação ético-política, o que nos levaria a minimizar o lugar do afeto e da amizade na dinâmica da sala de aula.

A partir das reflexões que aqui são realizadas, observa-se que a ação docente envolve um posicionamento ético que demanda a construção de laços que ultrapassam a repetição de conteúdos previamente programados para alunos previamente descritos enquanto objetos aos quais a aprendizagem deve ocorrer. Assim, as relações de afeto se tornam uma condição para a construção de conhecimento de forma que a relação humana se transforme no fundamento para a relação com os elementos do mundo a serem conhecidos.

Por essa razão, é possível apontar que **a amizade é um tipo de relação que pode proporcionar a ruptura de formatos**, “[...] arrombando *qualquer forma socialmente traçada*, deixando cair qualquer vestimenta socialmente tecida, colocando-a diante do outro como um rosto, não uma máscara, e, nesse processo, com sua própria face desnudada” (BAUMAN, 2011b, p.87, grifo do autor).

Ao estar fora do campo da formatação, da categoria prévia ao encontro, essa forma vincular se dispõe a abrir as portas aos afetos, em especial o amor, elemento trazido por Bauman, enquanto paradigma de compreensão dos laços humanos. Nesse sentido, chega-se a uma forma de enfrentamento a homogeneidade social que tem em uma de suas bases de funcionamento a apatia, intimamente relacionada com a perda da capacidade de amar o Outro presente na sociedade de consumo.

Enquanto projeto futuro, Bauman nos mostra sua preocupação com a defesa do amor enquanto elemento fundamental para conceber a moralidade na sociedade contemporânea. Aquino (2011, p.44) discute essa visão ao pontuar que “ser moral” implica a legitimação dos afetos, da responsabilidade e da capacidade de transitar com certa serenidade no “[...] pantanoso caminho das escolhas as quais revelam – com maior ou menor grau – o nosso ir e vir entre a pluralidade de infinitos as quais se manifestam nas relações humanas momentâneas e finitas [...]”. Ainda afirma que não se trata de ser bom ou mau, mas sim, “[...] lidar com as consequências produzidas pelas nossas ações diante – e junto com o – Outro [...]”.

A partir disso, é possível reconstruir a ética fora dos cânones descritos por especialistas da ordem. Por essa razão, Bauman (2008c, p.212) aponta que “[...] a ética é feita à semelhança do amor [...]” e, portanto, traz em si as características do mesmo. Tal desdobramento pode ser visto como a passagem do estar-com para o ser-para, da convenção ao compromisso, na qual ocorre a queda das máscaras até o Outro, que nada mais é do depararmos com a condição de incerteza.

Esse é o tipo de relação que Bauman e May (2010) chamam de “modelares” ou “puras”, cujo traço principal é a ambivalência que surge como forma de manutenção da personalidade em meios a um mundo impessoal, o que demanda, por sua vez, de uma posição responsável em relação ao amor:

[...] O traço deixado pela história do amor condensa-se e amplia-se com o tempo e fica cada vez mais difícil apagá-los. Meus deveres morais para com o parceiro no amor multiplicam-se e crescem como consequência de meu amor. Eu sou responsável pelos efeitos de meu amor [...] O meu amor tem consequências, e eu as aceito junto com as responsabilidades novas e crescentes que decorrem [...] (BAUMAN, 1997, p.124).

O autor observa - em seguida a passagem acima citada - que o contexto atual, no que tange a intimidade, busca exatamente quebrar esse encadeamento de consequências colocado em movimento na relação com o Outro. Por essa razão, a construção de vínculos de amizade pode se configurar como forma de enfrentamento a tal processo.

Ser responsável pelo Outro se justifica por diferentes razões. Indica Bauman (2011b, p.87) que se trata de uma conduta baseada no “[...] quadro da simpatia, da disposição para servir, para fazer o bem, para o autossacrifício pelo outro [...]”, em frente ao “[...] auxílio que a vulnerabilidade e a fraqueza do outro, reveladas pela nudez da face emitem sem depender da fala [...]” (p.88). Sobre esse segundo ponto, sob influência de Levinas, o autor afirma o autor:

[...] vivia repetindo que o Outro nos obriga a nos preocuparmos com sua fraqueza, não por seu poder; em outras palavras, por sua falta de destreza e/ou de disposição para nos dar ordens e nos compelir a realizar o que foi ordenado. Não somos compelidos a assumir uma

postura ética por um poder superior. Em última instância, cabe a nós, e somente a nós, submeter-nos ao desafio da Face do Outro e resolver como dar conteúdo ao choque de nossa responsabilidade em relação ao Outro [...] (BAUMAN, 2009d, p.139).

Isso implica um exercício de alteridade, de colocar-se no lugar daquele que é diferente. Ainda que exista a marca do impossível nesta proposta do autor, é exatamente tal postura que une a compaixão e a ação a ponto dele afirmar que “[...] seguir as demandas éticas significa ser guiado unicamente pelo bem do Outro” (2009d, p.138). Vejo em síntese uma direcionalidade para as relações morais que tem como premissa a diferença de posição entre os sujeitos – indicada anteriormente – que potencializa, como resultado, uma ação solidária ao Outro.

Isso se deve ao fato de que ocorre a descentralização do indivíduo em relação ao Outro, conforme explica Ortega (1999, p.140), ao afirmar que “[...] a relação ética surgida do encontro do outro na sua alteridade absoluta destroça a soberania do eu. Ela atuará como um projeto-de-subjetivante. O encontro do outro põe o egoísmo do eu em questão e engana a intencionalidade do sujeito”.

Assim, conforme aponta Bauman (2009a, p.23), “[...] em algum momento, a amizade e a solidariedade, que eram antes os principais materiais de construção comunitária, se tornam frágeis, em ruínas ou muito débeis”. Para o autor (2009c), a defesa desses dois traços humanos significa uma nova posição em frente a sociedade de consumo, já que a perda desses valores são marcos importantes observados nesse contexto.

Para aprofundar esse ponto, o próximo passo é debater a possibilidade de construir horizontes comuns. Já foi pontuado que há uma íntima relação entre a amizade e o amor, que pode ser entendida conforme indicado por Bauman (1997), como *philia*. O autor faz uma análise de que este conceito aponta para a impossibilidade de amar sem o reconhecimento da necessidade verdadeira do outro enquanto fundamento da relação social por si mesma, mantida pela convicção de que tal laço proporciona satisfação o bastante para manter cada indivíduo vinculado um ao outro. O autor afirma que “[...] sou responsável por manter viva essa dependência mútua⁸. Essa é a única

⁸ Bauman (2009c, p.120-121) discute a questão da seguinte forma: “[...] Investir sentimentos profundos na relação e jurar fidelidade implicar correr um enorme risco: converte-se em alguém *dependente* de seu parceiro [...] é a base da responsabilidade moral até o Outro [...]” (grifo do autor).

realidade fundada por meu ‘alongamento até o outro’ de forma emocional. O resto é silêncio” (2011a, p.92).

Como consequência desse processo, há a intensificação dos laços que constroem história. É possível observar que aqui há uma dinâmica afetiva que inclui o outro em sua dimensão biográfica (conforme temos indicado), o que confere o tom moral das relações humanas.

Ao aproximar-se da atmosfera emocional que inclui o outro, o ser-para constrói possibilidades de encontros de horizontes afetivos. Por isso, o engajamento afetivo é tomado como anterior ao engajamento moral. Em outras palavras, segundo Bauman (2011a), **as emoções fazem a passagem do estar-com para o ser-para**. O autor então descreve a importância da vivência afetiva:

[...] Em primeiro lugar, a emoção marca a saída do estado de indiferença experimentado no meio de outros coisificados. Em segundo lugar, a emoção arranca o/a outro(o) do mundo da finitude e da certeza estereotipada e o/a lança no universo da subdeterminação, do questionamento e da inconclusividade. Em em terceiro lugar, a emoção desembaraça o outro do mundo da convenção, da rotina e da monotonia normativamente engendrada; e lhe permite se propagar num mundo em que nenhuma regra universal se aplica, enquanto aquelas que se aplicam são abertas e gritantemente não universais, específicas, concebidas e conformadas na autoconcepção do face a face protegida da influência pelo muro do sentimento (BAUMAN, 2011a, p.90).

Reconhecer tal processo de afetação é fundamental, portanto, para as trocas de perspectivas que propiciam o diálogo, entendido por Bauman (2009c) como um processo no qual se abre mão da própria verdade, abrindo-se ao outro. Isso leva a construção de um tipo de vínculo no qual nenhum dos interlocutores possui a certeza de que sua assertiva é verdadeira. Fica estabelecida a possibilidade de que na fala do outro encontrar-se elementos que fazem parte da vida do ouvinte de forma a ser possível **aprender** com esta experiência.

É nesse processo, entendido pela busca de significação e interpretação - que implica, por sua vez, em certa perda da centralidade de si mesmo enquanto portador da verdade - que o outro se torna compreensível, processo esse que possibilita “[...] fazer-se entender – e assim facilitar um intercâmbio entre as formas de vida – e abrir-se à comunicação de mundos de significado que permaneceriam fechados” (BAUMAN,

2010a, p.198). É pelo diálogo e interação que é possível “[...] assimilar a outredade ao mundo próprio” (BAUMAN, 2010b, p.103).

Por essa razão, o autor faz uma ressalva de que em situações de desigualdade e distinção – que são marcas da relação vertical das diferentes culturas entre si – “[...] promovem a divisão, a separação e acabam na interrupção do diálogo” (2003, p.72), enquanto que a posição de igualdade termina por levar a formas ou veículos de integração.

A abertura ao Outro, portanto, insere a possibilidade de ampliação das significações acerca do mundo, quebrando com a distância de estranhamento discutida anteriormente. Observa-se a materialização da mixofilia, confluindo para a construção do que Bauman chamou de “duo moral”:

Nesse “duo moral”, tanto eu como o outro chegamos despojados de nossas vestiduras, de nossos acessórios, de nossos status e distinções sociais, e de nossas identidades, posições ou papéis socialmente fabricados ou impostos. Não somos ricos nem pobres, altivos ou nem humildes, poderosos nem privados de poder, “merecedores” ou não de nada. Nenhum destes qualificativos é aplicável (e ainda menos relevante) para os membros do duo moral [...] (2010a, p.67).

Esse encontro moral que se dá entre dois, que implica a dimensão do amor e da amizade, é a base para a ampliação do conhecimento de si e do outro, devido à construção conjunta não apenas de elementos pessoal, históricos e biográficos, como também, de perspectivas, conferindo ao encontro algo que inclui a construção do conhecimento.

Assim, **ser amigo não é gratuito: implica o preço de ser responsável pelo Outro**, no sentido de garantir a sua humanidade, sua condição de sujeito na relação estabelecida. Ser solidário ao Outro implica, de um lado em experienciar a multiplicidade do mundo e, por outro, dividir as descobertas com este, que de seu lado também realizou suas explorações. É nessa junção que surgirá o que chamamos de conhecimento humano, que será sempre apenas uma dentre as muitas interpretações possíveis acerca da realidade existe.

Por isso, Bauman (2003, p.122) afirma:

Uma interpretação implica na solidariedade dos exploradores: enquanto nós todos, isolada ou coletivamente, embarcamos na busca da melhor forma de humanidade, pois todos desejaríamos eventualmente valer-nos dela, cada um de nós explora um caminho diferente e traz de suas expedições descobertas um tanto diferentes. Nenhuma das descobertas pode ser declarada a priori como sem valor, e nenhum esforço honesto de achar a melhor forma para a humanidade comum pode ser descartada de antemão como equivocada e não merecedora de atenção. Ao contrário: a diversidade das descobertas aumenta a chance de que poucas das muitas possibilidades humanas passem despercebidas e deixem de ser tentadas. Cada descoberta pode beneficiar todos os exploradores, qualquer que tenha sido o caminho tomado. Isso não quer dizer que todas as descobertas tenham o mesmo valor; mas seu verdadeiro valor só poderá ser estabelecido através de um longo diálogo, em que todas as vozes poderão ser ouvidas e comparações bem intencionadas e de boa fé poderão ser feitas.

Inspirado por Hans-Georg Gadamer, o autor (2009c, p.150) propõe pensarmos que esse processo descrito acima se trata de uma “fusão de horizontes”, ou seja,

[...] horizontes estabelecidos e expandidos no transcurso da acumulação de experiência vital. A “fusão” requerida pela mútua compreensão somente pode ser resultado da *experiência compartilhada*, e a experiência compartilhada é inconcebível se não existem espaços compartilhados (grifo do autor).

Tal processo de fusão implica no deslocamento da centralidade de si e/ou do Outro para a formação de um processo de integração que eleve os envolvidos a um campo mais amplo de compreensão das relações as quais fazem parte. Conforme indica Gacki (2006, p.20-21), a partir do encontro com o Outro é possível haver algo que ainda não se tinha razão: “[...] no encontro com o outro superamos a estreiteza de nosso saber das coisas. Abre-se um novo horizonte para o desconhecido [...]”.

Assim, se torna um ponto importante ao pensarmos na temática da amizade, a construção de lugares potenciais a trocas e encontros, pois estes podem ampliar a capacidade dos envolvidos na leitura e intervenção no mundo onde vivem. Segundo Bauman (2009c, p.136),

[...] a experiência humana se forma e matura, se administra a vida compartilhada e seu sentido se concebe, se absorve e se negocia em lugares. E é em lugares e desde lugares aonde se gestam os desejos e os

impulsos humanos, aonde se espera satisfazê-los, aonde se corre os riscos de experimentar frustrações e aonde quase sempre terminam frustrados.

São lugares de experiência que implicam no desenvolvimento do sentimento de pertença dos indivíduos a tal espaço⁹, marcado pela diferença e não pela homogeneidade. Por essa razão, se tomarmos a escola ou a sala de aula enquanto espaços nos quais tais fusões acontecem eles devem mais do que lugares previamente estabelecidos, precisam se configurar como “entre-lugar”, “[...] espaços de fronteira, de contatos interculturais, cujas características resultam do cruzamento de referências, contestações políticas e construção de novas estratégias de sobrevivência” (MARTINS, 2011, p.6).

Lugares sem donos ou marcas hegemônicas; sem traços de uns, mas passível de ser um lugar com marcas de todos. Tais lugares, como indica Foucault (1967/1986, p.3), “[...] se encadeiam uns com nos outros, mas, entretanto, contradizem todos os outros [...]”. São em suma, **espaços de diferença**. Não posso me distanciar do diferente porque ele faz parte do meu espaço que também é dele. Falamos, portanto, de partilha. Retomamos, de outro ponto a postura solidária ao outro.

Eu e o Outro devemos nos despojar/ser despojados de todos os nossos ornamentos sociais, perder o status, as distinções sociais, as desvantagens, posições e papéis; precisamos uma vez mais não ser nem ricos nem pobres, nem arrogantes nem humildes, nem poderosos nem desautorizados. Precisamos ser reduzidos à mera essencialidade de nossa comum humanidade [...] (BAUMAN, 2008c, p.225-226)

Subjetivamente, o fato de não ser apenas um lugar próprio e individual, fornece a sensação continuada de que se está “fora de lugar”. Tal ponto fornece as condições para novas leituras acerca do mesmo, construir perguntar que ainda não

⁹ Sobre o conceito de espaço, Foucault (1967/1986, p.3) afirma que: “O espaço no qual vivemos, que nos leva para fora de nós mesmos, no qual a erosão das nossas vidas, do nosso tempo e da nossa história se processa num contínuo, o espaço que nos mói, é também, em si próprio, um espaço heterogêneo. Por outras palavras, não vivemos numa espécie de vácuo, no qual se colocam indivíduos e coisas, num vácuo que pode ser preenchido por vários tons de luz. Vivemos, sim, numa série de relações que delineiam sítios decididamente irreduzíveis uns aos outros e que não se podem sobre-impôr”.

foram realizar e ter a potencialidade de exercer autonomia e liberdade a partir de uma perspectiva ética.

[...] No meu ponto de vista (e por experiência), estar “fora de lugar”, ao menos em parte do nosso ser, não concordar completamente, manifestar divergência e dissensão, é o único meio de resguardarmos nossa autonomia e liberdade. Estar “dentro” mas parcialmente “fora” é também um meio de preservar o frescor, a inocência e a abençoada ingenuidade de visão. Quem está assim situado tende a fazer perguntas que não ocorreriam àqueles estabelecidos mais solidamente; tende a notar o estranho no familiar, o anormal no óbvio [...] (PALLARES-BURKE, 2004, p.313).

Nesse encontro de diferentes, há, portanto, espaço para o imprevisto visto que também é um espaço do Outro. Assim, não é possível prever antecipadamente o que sucederá nesse espaço de vidas. Como bem explica Bauman (2011b, p.93), “não há roteiro previamente escrito, e os atores concebem a trama à medida que atuam, cada um sendo o seu próprio diretor [...]”. É nessa zona de encontros, permeada de interesses, afetos e trocas que são estabelecidas possibilidades de conhecer outras possibilidades de vida para além do eixo presente.

Como desdobramento, tem-se a construção de novas formas de vida que ultrapassam o isolamento de um em relação ao outro. Assim, construíamos uma concepção de desenvolvimento moral que inclui o Outro enquanto elemento fundamental. Como indica Orellana (2008), a transformação de si está articulada como consequência desse encontro com o outro.

Percebo a possibilidade para a ampliação de territórios entre os viventes, ou seja, uma subjetividade desenraizada e desterritorializada que foge da ambiguidade entre o local e o global; que explode a divisão clássica entre sujeito e objeto, que aproxima estranhos até então distantes.

Esses locais ou territórios de encontros, cheios de movimentos que fomentam as quebras e rupturas daquilo que está cristalizado e aparentemente inerte e asséptico, nos mostram de que forma a amizade pode se configurar enquanto potência. Seja em termos de ação conjunta em atos comunitários ou encontros cognitivos de construção de conhecimentos, implicam necessariamente a **presença de dois**¹⁰. Isso se

¹⁰ Sobre esse ponto afirmam Deleuze e Guattari (2006, p.37): “jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos [...]”.

deve porque, conforme aponta Bauman em entrevista a Maria Lucia Pallares-Burke (2004, p.309), “[...] a experiência individual é normalmente muito estreita para que o indivíduo seja capaz de ver os mecanismos internos da vida [...]”.

Esses espaços, conforme indica Martins (2011, p.6), são fronteiras intersubjetivas e interinstitucionais, nas quais as “[...] possibilidades de ressonância redimensionam o estranhamento entre mundos, podendo quiçá fundar micro-realidades”.

Tomando a escola enquanto *locus* de construção desse tipo de contexto, será necessário acima de tudo a sua concepção enquanto espaço de diversidade e pluralidade, ultrapassando a dimensão de racionalidade instrumental que a domina, abrindo as portas para um campo de sensações afetivas que permeia as relações humanas e que, do ponto de vista escolar, parece novo em termos de implicações possíveis.

Compreendo que o “entendimento” - ou seja, as regras de conversação e interação - é construído a partir dos próprios laços e não anteriores a eles. Assim, inverte-se o sentido clássico do termo “comunidade” que passa a ser configurado como um resultado e não como premissa. Não mais valerá a mesmice, a distância ou a distinção.

O autor aponta (2003) que se buscará o entendimento comum pela argumentação e persuasão, mas mesmo essa realização se mostrará ineficaz em vista da das multiformas de viver. Por essa razão, considerando que a escola também é uma comunidade, para atingir um novo equilíbrio (caracterizado por sua instabilidade), tem como premissa ser um espaço de trocas que a princípio possui como fundamento os pressupostos de não domínio de um sobre o outro, mas sim, um campo potencial dialógico sob o qual cada um poderá exercer a sua condição de unicidade.

Aqui relaciono a fusão de horizontes - esses diferentes universos paralelos que nunca serão Um ainda que versem sobre o mesmo - com a capacidade artística de flutuar pelo incerto. Pontua Bauman (2009b, p.218):

E preciso viver, visitar, conhecer intimamente mais de um desses universos para descobrir a invenção humana por trás da estrutura impositiva e aparentemente irreduzível de qualquer desses universos, e para descobrir quanto esforço cultural humano é necessário para adivinhar a idéia da natureza com suas leis e necessidades;

tudo isso é preciso para se reunir, ao final, a audácia e a determinação para juntar-se, conscientemente, a esse esforço cultural, ciente de seus riscos e armadilhas, mas também do ilimitado de seus horizontes. Criar (e também descobrir) significa sempre quebrar uma regra [...].

Fomenta-se, dessa forma uma concepção ética que tem como pressuposto, o cuidado. De certa forma, se trata de um desdobramento do problema da responsabilidade do Outro já indicado anteriormente. Porém tal problemática pode ganhar diferentes contornos ao tomarmos a dimensão educativa.

Enquanto sociedade humana, o que é possível desdobrar a partir das discussões realizadas por Bauman é uma preocupação quanto a reconstruir na geração presente os elementos da história da humanidade, reproduzindo o existente para criar novos traçados para o futuro. Considerando tal ponto, Rohden (2009, p.37) afirma que “educar enquanto cuidar, curar, não consiste em querer consertar a vida dos filhos para si, mas para que eles aprendam a ser eles mesmos, que eles respondam por suas declarações e ações, visto que suas vidas lhes pertencem”.

Na afirmação acima, aponta-se para um nível diferente de responsabilidade que provém do Outro que se destaca como a necessidade de olhar para si mesmo de forma a tornar-se dono da própria existência. Poderíamos recorrer no risco de retomar uma postura solipsista, porém, não se trata disso. Ao tomar uma posição que confere ao Outro lugar importante na própria formação, o processo de direcionamento para si, ganha um novo contorno que emerge do campo do Outro.

O que quero dizer com isso? Se retomar as reflexões que aqui construímos, observo que defendi uma premissa de que a amizade gera impactos para a formação humana, tanto no sentido epistêmico como também na questão ética. Ao mesmo tempo, também existem consequências do ponto de vista político, já que através da amizade é possível construir novas formas de vida que contrastam à dimensão homogeneizante do mundo consumo.

Ao considerar tal elemento político, quais as consequências desse novo formato territorial que parte do cuidado? Desse cuidado do Outro, formam-se as bases para um novo sentido comunitário diferente daquele observado por Bauman ao longo do último século. É nesse viés que ele discute o sentido do “comunitarismo” em contraposição ao que chama de, o modo de vida *communitas*.

O primeiro está intimamente relacionado com a formação de guetos e grupos a partir de traços estigmatizantes que diferenciam a parte do todo (BAUMAN,

2005b). É a ascensão do mundo das tribos ou das “comunidades de similares” que funcionam como uma espécie de apólice de seguros contra diferentes. Como aponta Bauman (2010b, p.101), se trata “[...] de um sinal de retirada, não somente com respeito a outredade *exterior*, senão também com respeito ao compromisso com a interação *interior* [...]” (grifo do autor).

Um dos desdobramentos desse processo são as chamadas “políticas multiculturais”, que segundo o autor (2009a, p.208), acaba por construir uma ideia de “[...] mundos culturais relativamente fechados que vivem lado a lado [...]” ou ainda que o fato de estar em uma cultura é algo dado como natural e que a vida no mundo híbrido, ainda que inevitável, poderia ser evitada como forma de se viver¹¹.

O problema a tal forma de vida é que, por um lado, temos a defesa do diferente e, por outro, a formulação de uma distância segura ao mesmo. Assim, conforme indica Bauman (1998, p.103), temos um discurso no qual:

[...] a tolerância da diferença bem pode ser aliada à categoria de recusa da solidariedade; o discurso monológico, em vez de dar lugar a um discurso dialógico, cindir-se-á em uma série de solilóquios, com os falantes não mais insistindo em ser ouvidos, mas se recusando também a escutar.

Importante destacar que Bauman se afasta da defesa de uma posição de tolerância em relação ao diferente. É necessário ir além disso. Conforme explica Bracht e Almeida (2006), o esvaziamento do espaço público gerou, ao invés do desenvolvimento da arte do diálogo e interesses compartilhados, a busca incessante por identidades similares, o que afasta vivência com a Diferença, gerando fragmentação ao invés da união comunitária.

Sobre essa questão, Ghiraldelli Jr (2007) pontua que não são apenas traços tomados a partir de elementos biologicamente determinados, como também em modificações do corpo (como nas cirurgias plásticas ou nas tatuagens) ou na adoção de utensílios (como os piercings), ou ainda na utilização de determinados tipos de roupas, cabelos ou quaisquer outras possibilidades de utilização do corpo como suporte de divulgação de uma ideia ou marca. Assim, temos nos traços de identificação, suportes para formação de grupos, como no caso das chamadas “tribos urbanas”. O autor afirma:

¹¹ A mesma crítica é realizada por Hall (2004) na sua investigação sobre as políticas de identidade na contemporaneidade.

[...] No Ocidente, cada vez mais nossa identidade tem passado a fazer referência ao corpo – como “tipos”. Tipos visíveis que trazem a ética e a moral para o interior da estética. Cada vez mais temos nos descrito por meio de qualificações que só podem ser aplicados ao corpo. Somos “brancos”, “negros”, “doentes”, “sadios”, “gordos”, “magros”, “belos”, “feios”, “altos”, “baixos” [...] e assim por diante. [...] O tipo aparece, em muitas situações, não para substituir a palavra, mas para ocupar o espaço vazio, uma vez que a palavra, que remetia à necessidade de esforço intelectual, foi abandonada e nada deixou no lugar (GHIRALDELLI JR., 2008, p.45).

Por outro lado, a concepção de *communitas* nos leva para outras configurações político-solietárias. Importante destacar que essa ideia é desenvolvida por Bauman em diversas passagens no livro “*Amor Líquido*”. Primeiramente, é interessante notar que ela está relacionada com a pluralidade inerente aos lugares de trocas por onde as pessoas circular e permanecem diariamente e não necessariamente a classes de traços identitários. Nesses espaços a vida é construída. O problema é que o estranhamento gera o afastamento entre as pessoas, conforme temos apontado.

As cidades, por si mesmas, já trazem potencialmente a formação de lugares de encontros. A *communitas* é o resultado desse processo de coexistência entre os diferentes que atuam, a partir de questões comuns. Chega-se, portanto, a uma renovação do sentido político que provém das relações humanas. Assim, nas análises de Bauman, a *comunitas* forma um espaço no qual as pessoas

[...] se enfrentam frente a frente enquanto seres humanos individuais, se veem cara a cara, falam, aprendem seus costumes, negociam as regras da vida comum, cooperam, tarde ou cedo se acostumam a presença do outro e, cada vez com mais frequência, terminam desfrutando de sua mútua companhia [...] (BAUMAN, 2009c, p.153).

A ideia da *comunitas* está relacionada com a postura de Bauman em indicar uma oposição ao contexto societário atual, construindo as bases de uma sociedade alternativa àquela que é existente. Em certo sentido, um modo de vida anárquico que teria nas próprias relações humanas o fundamento de sua existência, considerando as exigências de um poder maior - sejam divinos, estatais ou mercadológicos – como elementos secundários.

No capítulo III, foi pontuada a crise da *ágora* e do espaço público na sociedade contemporânea. Nesse novo modo de concepção da sociedade, Bauman (2008c, p.251) indica que o sentimento democrático possui papel central. Enquanto conceito, o autor pontua que a democracia consiste na “[...] prática de translação contínua entre o público e o privado, de reforjar problemas privados em questões públicas [...]”.

Assim, na *communitas*, tem-se a retomada das trocas nos espaços comuns para a elaboração de estratégias de enfrentamento de problemáticas locais. Encontra-se a formação de uma política participativa, em detrimento do direcionamento de tais questões para o campo do privado observado a partir da modernidade.

A questão a ser enfrentada é que não há respostas prontas de como construir tais espaços e muito menos quais as formas mais apropriadas para a resolução dos problemas a serem encontrados pelos grupos sociais. Por essa razão, Bauman (2009c, p.101-102) aponta que a *communitas* habita na terra da incerteza, o que significa que

A sobrevivência e o bem estar da *communitas* [...] dependem da imaginação humana, de sua inventiva e coragem para *romper* a rotina e aventurar-se por caminhos *inexplorados*. Em outras palavras, depende da habilidade humana para viver em risco e aceitar responsabilmente suas consequências. Nestas habilidades descansa a “economia moral” – cuidado e ajuda mútuos, viver *para* o outro, tecer a trama do compromisso humano, ajustar e corrigir os laços inter-humanos, transformar os direitos em obrigações, compartilhar a responsabilidade do destino e o bem-estar de todos [...] (grifo do autor).

Vejo, portanto, que a reformulação do projeto comunitário traçado por Bauman se mostra como estratégia de resistência ao mundo do consumo. Isso fica claro ao explorarmos a importância dada ao autor a “economia moral”. Segundo ele, a prosperidade da sociedade de consumo está intimamente relacionada com a tendência à transformação de todos os elementos em objeto de consumo, o que é avessa a moral observada na *communitas*.

Dentro dessa perspectiva, seria necessário retomar o sentido da vivência em pequenos grupos, das trocas realizadas entre os vizinhos, dos encontros informais e prazerosos, ou das reuniões sem fins utilitários. O que era facilmente encontrado nas ruas de tempos antigos nas grandes cidades parece ficar como traço na

memória. Vencer a tendência de transformação dos bairros urbanos em centros de compras significa construir laços que possam sobreviver e, principalmente, se fortalecer, mantendo os encontros e trocas vivos.

Poderia citar como consequência dois pontos. O primeiro é a retomada da habilidade de sociabilidade que vem sendo perdida na contemporaneidade. A crise do amor é um dos desdobramentos de tal situação. A amizade possuiria, na dinâmica da *comunitas*, a função de ponto de partida e chegada, constituindo-se como uma importante prática de formação humana.

Conforme explica Ortega (1999, p.158), “[...] a amizade representa, hoje em dia, uma possibilidade de utilizar o espaço aberto pela perda de vínculos orgânicos, de experimentar a multiplicidade de formas de vida possíveis [...]”. Essa prática ao mesmo tempo em que confere ao indivíduo autonomia está intimamente relacionada com as transformações e mudanças sociais de seu tempo.

Por essa razão, não se pode entender essa relação consigo mesmo de forma a um direcionamento unicamente “para dentro”, mas sim, compreender que aquilo que se entendemos por “dentro” existe em relação com aquilo que é sentido enquanto “exterioridade”. Daí advém o papel do Outro que irrompe como fundamental na compreensão de si, da comunidade vivente e do mundo como um todo.

No contexto da *comunitas*, a amizade se afasta de uma formação de uma atitude dócil. Nesse sentido, estaria aproximada de uma postura anárquica. Retomamos Bauman (2009c) e a reflexão acerca do ideário anarquista, se de um lado, ele está ligado ao afastamento do poder do Estado, por outro, a postura anarquista parece conferir os elementos necessários para a construção de uma sociedade pautada pela amizade e pelo companheirismo.

Assim, a sociedade humana moderna foi configurada de forma a buscar através da “comunidade” o fim de seus problemas e conflitos, o que gerou a institucionalização radical da vida e a perda de seu encanto; por outro lado, encontramos certo caos que oferece o motor para manutenção do sopro vital na sociedade humana¹².

Amizade e anarquia são dois elementos comuns que poderiam potencializar ao ser humano, no dia a dia, condições de existir e criar novos modos de vidas no mundo contemporâneo. Dessa forma, o que nos une, poderia ser capaz de

¹² Sobre essa questão, afirma Bauman (2009c, p.101): “[...] A *communitas* é, para o bem ou para o mal, a face oposta de toda *societas*, e na ausência da *communitas* (ausência dificilmente imaginável), a *societas* de desintegraria. São as *societas*, com suas rotinas, e a *communitas*, com sua anarquia, que *juntas*, em cooperação reticente e conflitiva, marcam a diferença entre ordem e caos” (grifo do autor).

reconstruir o sentido do que é comum e, conseqüentemente, do que é considerado como sendo universal.

Sobre esse ponto, Bauman (1999b, p.249) afirma que “ser responsável pelo Outro” e “ser responsável por si mesmo” quer dizer a mesma coisa, pois na relação entre dois constrói-se a dimensão interna que é própria de ambos. Cuida-se de si e cuida-se do Outro, exatamente porque ao respeitar a diferença do Outro, respeita-se a estranheza de si. Em outras palavras, implica reconhecer-se também como um estranho, um diferente para o Outro, reconstruindo uma pretensa igualdade por vias que se diferem do universalismo moderno.

No capítulo anterior, discuti a crítica de Bauman acerca do universalismo ético, da busca por uma conduta referencial única para as diferentes culturas. É possível observar na discussão sobre a *comunitas* que há uma preocupação em construir um sentido em torno dos diferentes sujeitos de forma a aproximá-los para a construção de uma vida comum. Por essa razão, o autor indica enquanto posicionamento político que

[...] A universalidade não é inimiga da diferença [...]. A busca da universalidade não implica a desconstrução da polivalência cultural nem a pressão por lograr um consenso cultural. A universalidade implica, nada mais nada menos, que a capacidade comunicar-se dentro da espécie e de chegar a um mútuo entendimento, no sentido, repito, de “saber como seguir”, porém também, como seguir ante outros que podem seguir, e tem o direito de fazê-lo de maneira diferente (BAUMAN, 2009a, p.211).

A partir de agora, falo da construção de destinos comuns, ou seja, o reconhecimento de que há algo neste diferente que em contato com a diferença em mim, forma-se um campo de Diferença que, de certa forma, nos iguala pela diversidade. Aqui são abertas as portas para retomarmos o sentido da solidariedade em um aspecto mais amplo, que Bauman pontuará como sendo a própria humanidade.

O autor defende que a sociedade atual, em algum momento futuro, precisará realizar a passagem da tolerância à solidariedade. Porém, reconhece que não se trata de um processo simples de ser realizado já que “[...] o caminho que leva da tolerância à solidariedade, como qualquer outro, é um caminho indeterminado; é ele mesmo contingente [...]” (1999b, p.250), ou seja, ainda que se trate de um processo

árido é algo plausível enquanto potência a ser realizada (e/ou desenvolvida) no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, ser solidário reflete uma posição de respeito à Diferença de forma a transformá-la em algo importante e precioso. Trata-se, como bem indica Bracht e Almeida (2006, p.133) “[...] do começo da questão, não passando de um ponto de partida de um longo e talvez tortuoso processo político [...]”.

Uma das consequências desse processo é a reconstrução do lugar do especialista. A ética da amizade desconstrói esse lugar para a formação de outra lógica, que o autor pontua como possuidora de um sentimento de pertença (2010b), necessário para a construção de instituições coletivas que venham a representar as demandas e desejos próprios de determinada *communitas*.

Um dos exemplos ofertados é a mudança do papel do educador na sociedade moderna. Segundo o autor, a construção de valores solidários refaz a posição dos profissionais da educação, que passam de professores a orientadores. Bauman (2011a) afirma que a partir de uma ótica da sociedade moderna, os professores apontam um lugar que de forma determinista, acaba se constituindo como uma estrada de via única (o que pode ser vista, por exemplo, na concepção de escola enquanto redentora da humanidade); por outro lado, segundo o autor, os orientadores mostram possibilidades, incentivam a busca – por si e pelo mundo – reprovando preguiça e não a ignorância.

Este elemento está atrelado a uma mudança no estatuto de conhecimento, voltado para um saber mais prático às configurações de tempo e espaço. Porém, o problema é que, conforme vimos, tem-se a sensação contínua de mudança, o que nos confere a necessidade de reformular tais ações, repensar seus efeitos e buscar junto ao Outro a melhor forma de execução das diferentes tarefas.

Assim, o “não-saber” é tomado como elemento fundamental para a vida e inclusive, parte constitutiva da sociedade de informações. Dessa forma, no contexto atual, se tornaria importante aprender a viver com o excesso de dados e conhecimentos. Bauman (2010c, p.60) afirma que “[...] nunca antes nos deparamos com situação semelhante. A arte de viver num mundo hipersaturado de informação ainda não foi apreendida. E o mesmo vale para a arte ainda mais difícil de preparar os homens para esse tipo de vida”. Retomo novamente a vida enquanto arte que passa a ser estimulada pelo educador no caminho de formação humana a ser realizado nos tempos líquidos.

Por fim, Bauman (2010b) aponta para um projeto no qual a solidariedade de destino deveria ser transformada em uma solidariedade de atos e sentimentos. Tal mudança equivale a compreensão de que somos parte desse grupo social que por sua vez, está intimamente ligada a questões que ultrapassam o momento presente. Nesse sentido, a educação, por mais que esteja cravada no presente, trata-se sempre do início da execução de um projeto futuro, que neste caso, está relacionado a uma concepção planetária, na qual os problemas locais são vistos em íntima relação com problemas globais. Dessa forma, poderemos colocar o modo de vida do qual fazemos parte – em suma, a sociedade de consumo - em questão.

Ao longo desse capítulo, busquei oferecer um caminho para a compreensão de que forma a amizade pode ser concebida enquanto pertencente a uma categoria que confere novos contornos às formas relacionais, tendo por base uma dinâmica de encontros fundamentados pelo amor, responsabilidade, diálogo e solidariedade. O próximo – último passo – será pensar a relação desses elementos com a dinâmica escolar.

CAPITULO VI: CONCLUSÕES PRELIMINARES: A EDUCAÇÃO ENTRE AMIZADES E DIFERENÇAS

Ao longo deste trabalho de pesquisa, busquei realizar uma reflexão acerca das possibilidades da amizade na sociedade contemporânea a partir das análises e diagnósticos realizados pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Neste último momento, à guisa de realizar uma conclusão, serão discutidos os limites de tais elementos para a educação escolar.

Para início, é importante retomar as questões colocadas na “Introdução” deste trabalho. A primeira delas pergunta qual é a configuração dos vínculos na sociedade contemporânea na leitura realizada por Bauman. As análises realizadas pelo autor nos mostram que há uma íntima relação entre o modo de vida proposto – relatado pelo autor pela ideia de sociedade de consumo – e a forma com que as pessoas se relacionam umas com as outras.

Dentre os pontos levantados, destacam-se:

- a. A relação custo-benefício tomada como parâmetro fundamental para o início e manutenção dos vínculos;
- b. Tentativa de afastamento e manutenção da distância em relação àqueles que são considerados “estranhos”;
- c. Incapacidade de construção sistemática de encontros;
- d. Elaboração de uma leitura conjunta das questões comuns que fazem parte da vida comunitária.
- e. Por fim, a passagem da dinâmica de vínculos para uma dimensão virtual.

É importante destacar que somado a isso, tem-se como base, a compreensão de que vive-se em um tempo marcado pela instabilidade e, portanto, as relações humanas não se configurariam enquanto exceção. Por essa razão, é possível observar na obra do autor, não apenas uma descrição do contexto contemporâneo, como também, indícios de preocupação quanto aos impactos que tal modo de vida pode gerar para as gerações futuras.

Ao retornarmos aos pressupostos desta pesquisa, ressalta-se que a consideração de atravessamento por uma lógica institucional, nos faz pensar acerca da fragilidade das diferentes instâncias sociais na vida cotidiana das pessoas. É nesse sentido que ao entrar em contato com as análises de Bauman acerca da educação escolar, vê-se, por um lado, a escola como um campo frágil, marcado por valores considerados fora das questões trazidas pelo tempo presente tanto no que se refere à preparação para a vida societária quanto para a capacitação utilitária para o mercado de trabalho. O autor, porém, não entra no debate de um terceiro eixo que parece ser fundamental para uma investigação da instituição escolar: máquina de governo de almas a partir de colocar em movimento tecnologias de subjetivação, seja pelo currículo, pela arquitetura escolar e/ou por práticas discursivas.

No que se refere aos elementos trazidos pelo autor, faz pensar que a formação humana proposta a ser realizada dentro dos espaços institucionais parecem se encontrar descontextualizadas à vida. Essa parece ser uma das razões pela qual Bauman, em determinados momentos de sua obra, indica a falência do modelo escolar em virtude de tal descompasso. Isso pode ser visto quanto à relação aprendizagem-conhecimento. Enquanto a escola preconiza a aquisição de informações (característica do modelo conteudista), o contexto atual, por outro lado, incentiva a descartabilidade e o esquecimento. Consideramos que é nesse jogo de forças que acontece a formação humana na sociedade contemporânea.

Volto-me agora ao segundo indicado anteriormente, o qual aponta para a relação entre a educação escolar e a sociedade de consumo. A crise institucional constituída em correlação com o caráter líquido da contemporaneidade leva à sensação de incerteza e ambivalência. Se as instituições sociais e seu funcionamento eram baseados na administração e ordenamento que favoreciam certa regularidade da vida social, a perda destes parâmetros não leva necessariamente ao contato com o vazio ou a falta de sentido.

É possível observar nas análises de Bauman que é nesse espaço que surgem as bases para a sociedade de consumo. É ela que fornece as condições para os indivíduos suportarem a vida rotinizada e cristalizada, marca do mundo moderno. O consumo nesse aspecto é uma espécie de analgésico que media a relação de cada um com o mundo que o cerca. Por essa razão, configura-se como um núcleo ao qual tudo se adere a partir de sua força centrípeta.

Dentro dessa perspectiva, não seria diferente com a educação escolar, que em todos os seus níveis e modalidades, passa a ser atravessada pelos valores da sociedade de consumo. Assim, é possível, por exemplo, “vender educação”, tomá-la enquanto produto a ser formatado e oferecido a um mercado sedento por novidades.

Claro que essa parece ser uma marca derivada do próprio sistema capitalista. Esse é um ponto importante que vale a pena destacar. Bauman não descarta, para a realização de seu diagnóstico, o caráter perverso do capitalismo. Suas análises, porém, parecem oferecer foco para novos aspectos a partir da mudança do eixo de análise não mais para os processos de produção de mercadorias, mas principalmente, para as estratégias de nosso modelo societário para o consumo daquilo que é produzido.

Pouco importa que tipo de educação esteja sendo proposto. O que interessa é se ela serve enquanto produto passível a ser comercializado a partir de determinados formatos. É dentro de tal contexto que surgem os “sistemas de ensino” tratados como sinal de avanço, empacotados como novidade, pronto a serem adquiridos e consumidos, de preferência a crédito (outro elemento presente nas análises de Bauman).

Parece claro que o movimento acima descrito não se trata de algo único, mas sim, composto por um jogo de forças que oferece a dinâmica do contexto escolar. Ao mesmo tempo em que se adere facilmente às promessas dos novos formatos de ensino, o que levaria em última instância a certa homogeneização de práticas, por outro lado, nosso tempo histórico vem disseminando um discurso de valorização das diferenças que têm na escola um lugar privilegiado.

Nosso tempo possibilita ser diferente. As múltiplas formas de ser encontram espaços para acontecerem e poderem flutuar no espaço de liquidez e fluidez traços considerados próprios do contexto atual. Em Bauman, observamos a preocupação de que ao valorizar a pluralidade, perde-se a capacidade de ser capaz de reconhecer os diferentes no que podem ser iguais, ou seja, em serem humanos e poderem discutir e brigar por um lugar com melhores condições de vida para todos. Elementos como confiança e solidariedade são colocados sob ação restrita e passam a ser considerados traços secundários na educação utilitarista de nosso tempo.

Aqui se coloca a ideia de comunitarismo, ponto criticado por Bauman. Por essa razão, cada comunidade passa a atuar em territórios reservados formando

pequenos guetos que não são necessariamente encontrados em espaços geográficos específicos, mas sim, em dispersão. Grupos com os mais diversos estilos e práticas são encontrados em pequenos espaços urbanos.

A escola contemporânea é o espaço no qual esses diversos grupos comunitários podem permanecer sem, porém, constituir ações integradas voltadas ao bem comum. A defesa de direitos específicos, para grupos específicos e pessoas com características também únicas acabam por reatualizar à escola a antiga relação entre o uno e o múltiplo.

A sala de aula é um dos lugares em que tal síntese acontece. Por ser historicamente constituída como espaço de controle, homogeneidade e ações padronizados (seja pelas vias do currículo ou pela ação dos agentes escolares) é comum ouvirmos as dificuldades do educador em cumprir com a rotina ou mesmo, em última instância, estabelecer vias de diálogo com os seus alunos. Nesse sentido, insere-se a questão da amizade que aparece como um conceito a ser construído dentro da obra de Bauman, tomada enquanto disparadora de questões acerca do que é entendido por educação nos “tempos líquidos”.

Passo agora a discutir alguns elementos da investigação realizada nessa pesquisa acerca do tema que nos leva a buscar responder à segunda questão proposta na “Introdução” deste trabalho: “quais os possíveis lugares para a amizade no contexto da sociedade contemporânea?”.

Importante destacar que não se encontra, a princípio, em Bauman, uma discussão específica sobre o que é chamado de “amizade”. Há muitos fragmentos que não levavam necessariamente à formação de um conceito claro e organizado, o que pode ser compreendido a partir da forma de escrita utilizada pelo autor. Deparei-me com indícios, pistas e, principalmente, névoa. Porém, um ponto a ser levantado é que, considera-se que a partir do diagnóstico realizado pelo autor, chegamos à afirmação de que **a liquidez do mundo contemporâneo gerou a liquefação da própria amizade**, seja no sentido da capacidade de afetar-se pelo Outro ou como desdobramento disso, na potencialidade de desenvolvimento de si e do mundo em que vivemos a partir das trocas realizadas entre os sujeitos.

A sociedade líquido-moderna é uma das consequências e desdobramentos da sociedade administrada e, portanto, pensar a amizade implica investigar o caminho de formação e fundamentos societários desses dois modelos de

sociedade. É possível afirmar que a sociedade atual não quebra os fundamentos da sociedade administrada, mas sim, os radicaliza. Por isso Bauman aponta que se trata de uma forma de modernidade sem ilusões. Assim, há paradoxalmente, uma espécie de continuidade a qual é sentida como ruptura, o que é chamado em sua obra de “ambivalência”.

Ao considerar que as relações humanas também são transformadas em objeto de consumo e passam a responder às mesmas regras perante as leis de mercado, baseadas na lógica de custo-benefício, Bauman oferece um espaço nebuloso e restrito para a concepção e prática da amizade. Como elemento paradigmático para visualizar esse processo, nos deparamos enquanto membros desse modelo societário com a vida paralela construída no mundo virtual. Tal dimensão *online* constrói um modo de vida que afasta os indivíduos do mundo sensível, colocando-o inserido em relações previsíveis, porém sem potência nos laços *off-line*.

É nesse espaço que surgem as relações virtuais que oferecem a impressão de que há segurança e riqueza vincular onde há predominantemente *bytes* e algoritmos. Estabelece-se a partir disso, uma concepção de amizade marcada pela superficialidade devido ao fato de que se pode entrar e sair dela em vista de qualquer sinal de perturbação. É nesse espaço, que no tempo atual, estabelece-se um tipo novo de amizade, caracterizada também pela liquidez, traço paradoxal para um tipo de relação que pressupõe algum tipo de estabilidade. Considerando que são exatamente os acontecimentos que irrompem que geram aprendizagem de novos modos de existência, tal contexto anestesia as possíveis relações humanas ao mundo e ao Outro, pervertendo o próprio sentido do que é ser amigo.

Para além do diagnóstico realizado, no trabalho de pesquisa, foi realizada uma busca de novos lugares possíveis para a amizade. Compreendo que o laço com o outro merece atenção e claramente necessita ser cultivado sem promessas de sucesso futuro. Para tanto, seria necessariamente elaborar quais poderiam ser essas possibilidades a partir das pistas indicadas por Bauman.

Aqui começava a nossa hipótese de pesquisa: é possível, tomando Zygmunt Bauman como ponto de partida, construir uma visão de educação que ultrapasse a dinâmica da sociedade de consumo e vislumbre possibilidades a partir da aproximação, confiança, solidariedade e trocas com o outro. Assim, proponho que a amizade implica relação com a Diferença e a presença do amor.

Começo pela primeira. O modo de vida atual está pautado não apenas na transformação do Outro em objeto – ponto importante para a sociedade capitalista de produção e consumo – mas também em formas mais sutis de afastamento da Diferença. Mas do que isso se trata? Vimos ao longo da pesquisa que essa é um tema importante para Bauman e retomado em diversos momentos da obra. Assim como a sociedade moderna construiu formas de ser a partir de um ideal de normalidade sustentado por uma série de discursos (como a ciência), a sociedade de consumo confere um espaço para ser diferente a partir de um projeto de inclusão de todos como agentes de consumo.

Vê-se a planificação da Diferença a partir da ideia de que somos iguais. É possível ser diferente desde que seja possível consumir. Ou seja, se não há uma inclusão social no sentido mais amplo em termos de instrumentos para produção, que exista uma igualdade nas formas de consumir. Considerando, porém, que o sistema capitalista traz consigo a marca da desigualdade, mesmo com o discurso apontado acima, os espaços e os objetos a serem consumidos são distribuídos de forma também desigual, o que reinsere a diferença social em termos de potencialidade de consumo.

No que diz respeito à educação, a questão da Diferença é tomada a partir da concepção de formação para tolerância. Para viver no mundo da pluralidade é necessário suportar outras formas de vida. Tolerar não significa, portanto, misturar-se, mas sim, permanecer à margem da Diferença para não necessariamente, enfrentá-la. Ser educado e civilizado significa ser capaz de estar junto com o outro, em um mesmo espaço, e manter-se fechado ao que o estranho lhe traz.

Por essa razão, construir relações de amizade, na contemporaneidade, é uma arte que é difícil de ser colocada em prática. A convivência com os outros, ainda que necessária, torna-se cada vez mais difícil. Os encontros passam a acontecer com menos frequência e em grupos cada vez mais restritos. Se o conhecimento de si passa necessariamente pelo conhecimento do Outro, então chegamos a um contexto no qual a vida passa a ser um fenômeno restrito, com experiências empobrecidas.

Um olhar atento à obra de Bauman nos indica dois movimentos quanto à questão da amizade: primeiro, por elementos soltos que fazem alusão ao “ser amigo” ou ao “sentimento de amizade”; segundo, uma análise das possibilidades alternativas de pensar as relações humanas no contexto líquido-moderno (o que é visto, por exemplo, no livro “Amor Líquido”).

Quanto ao primeiro ponto, entende-se que há na amizade algo relacionado com o bem-estar do Outro, cuidado e atenção, diferindo-se no inimigo que

se volta para a agressão e gera afetos indesejados nos momentos menos esperados. Nessa leitura, confere-se, portanto, uma polaridade entre dois extremos que se mostram dicotômicos.

Observa-se, porém, a partir do segundo ponto, que não há amizades ou inimizades no sentido puro. Isso pode ser visto, por exemplo, quando um amigo repreende outro por uma determinada situação. A amizade está para além de um “afeto positivo” ou “benevolente”. Por essa razão, a característica da amizade, em Bauman não é vista apenas enquanto sentimento ou afetividade, como também, enquanto posicionamento em frente ao Outro. Não se trata de igualdade, mas sempre Diferença e assimetria.

É exatamente a diferença de posicionamento que oferece a possibilidade de novas leituras acerca de um dado fenômeno. Conclui-se, portanto, que a amizade proporciona a inserção de algo novo no mesmo, naquilo que se repete, oferecendo sentido à Diferença. É somente nessa perspectiva que é possível aprender com o Outro, sair da posição de passividade e conceber uma relação na qual é possível ensinar, transmitir experiências, ampliando a capacidade de leitura e intervenção no mundo.

Também há nessa assimetria um sentido moral, elemento trazido por Bauman a partir de sua influência da obra de Levinas: ser amigo é ser responsável pelo Outro. Posso com meus atos interferir e, em última instância, destruir o Outro e seu mundo. Nesse sentido, o processo educativo não pode ser entendido enquanto possuidor de uma linearidade direcional do professor ao aluno, mas implica a presença de dois indivíduos que intervêm em um espaço construído para abarcar a potência da ação humana (como exemplo, a escola). Desse ponto e seus desdobramento, advém ao longo de nossa história, a construção de projetos formativos que apontam para a necessidade de fomentar o senso de solidariedade e cooperação.

Se pensarmos no contexto escolar, no que diz respeito a esses apontamentos, estando pautada sob a égide de um padrão, ainda que sejam realizadas tentativas de conceber a relação professor-aluno a partir da dialogicidade, tais estratégias terminam transformando algo dinâmico em modalidade pedagógica, objetivando o processo, deixando-o estático.

A partir desse prisma, a relação pedagógica escolar deixa em segundo plano as dimensões éticas e estéticas colocando sua atenção para a construção do conhecimento asséptico e destituído de realidade dos livros didáticos. Ainda que

tenhamos avançado enquanto educadores em termos de teorias pedagógicas que visem realizar um vínculo com o contexto de vida do aluno, ainda engatinhamos no trabalho sobre o impacto de tal influência nos seus valores, visão de mundo, em suma, dos modos de vidas possíveis.

Assim, a relação professor-aluno, ainda que traga a presença da Diferença, está baseada em padrões prévios às trocas e aos encontros. Mesmo que tal elemento seja algo inevitável, a cristalização do parâmetro – ou seja, a normatização – torna-se um elemento importante para a análise das relações pedagógicas. Um dos caminhos para a modificação disso está intimamente relacionado com a atualização da capacidade de envolver-se com o Outro, ou seja, de ser afetado. Mas essa parece ser uma tarefa a ser desenvolvida na micropolítica diária das relações escolares.

Por fim, a estética amorosa, segundo elemento elegido para a construção do conceito de amizade. A análise realiza por Bauman acerca do amor aponta para a afetividade enquanto elemento que deve estar presente no jogo de relações existente na sala de aula ou mesmo na instituição escolar como um todo. Em seu diagnóstico, o autor indica que estamos perdendo a capacidade de amar. Porém tal juízo de valor pressupõe que em algum tempo, já tivemos sucesso da apreensão do que significa habilidade. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o que é o amor para Bauman.

Foi possível observar que o sociólogo polonês ao realizar a análise desse elemento nos oferece, de um lado, uma descrição do presente - que aponta para as formas de amor contemporâneas (que seguem os preceitos da sociedade de consumo) - e, por outro, retoma uma visão dicotômica que coloca o amor enquanto contraposição da razão instrumentalizada.

Nesse sentido, Bauman recorre ao campo sensível para buscar uma força que possa conferir contraposição à administração de tempos e espaços próprios da sociedade moderna. Identifica no amor um elemento importante para essa análise, porém, não o faz sem acabar por cair em uma idealização do termo de forma a concebê-lo como fundamento da moral.

Dessa forma, o autor mostra que se há na sociedade líquido-moderna uma crise dos parâmetros ético-normativos, caberia a necessidade de construção de uma moral que pudesse fornecer condições mínimas às relações humanas de maneira que fosse possível retomar o sentido da vivência societária. É nesse ponto que Bauman coloca a questão do amor.

Assim, ao tomar o amor como um ponto de sustentação para a amizade, corre-se o risco de ao invés de ser um potencializar a (re)inserção da Diferença nas relações humanas, retomar preceitos metafísicos que, por sua vez, fundamentem premissas universais que colocariam em risco um dos fundamentos da própria moral (conforme indicado anteriormente no capítulo IV).

Nesse sentido, aponto uma contradição significativa presente nas ideias do próprio autor. Sobre este ponto, na entrevista a Pallares-Burke (2004), Bauman já havia dito que não se importa quanto à acusação de ser um moralista. Cabe indicar, no entanto, que o sentido dado ao autor à questão está relacionada a pensar a moral e os pressupostos de dever.

Quanto a esse ponto, concluímos que Bauman se materializa como um pensador em estado de contradição e, portanto, atravessado pela ambivalência que diagnostica no contexto atual. Ainda que busque saídas para os problemas de nosso momento histórico, não consegue se afastar das raízes e valores que fundamentam modernidade.

A presença de tais elementos na análise do contexto escolar não se trata de algo novo. A proclamada “crise da educação” se refere no fundo a algo já presente, porém, que era mascarado por uma ordem forjada e mantida sob os rigores de uma esfera de poder centralizado. Assim, o que sustentava o chamado “amor ao conhecimento” e o “respeito ao professor” era um poder institucional que, pela crise instaurada no mundo líquido-moderno, mostra com toda força os efeitos do controle repressivo (que não deixa, porém, de ser construtivo) e, por outro lado, nos coloca em frente das mais numerosas formas de resistência desenvolvidas por aqueles que vivem nesse contexto. É nesse espaço que podemos ter mais um lugar possível para a amizade.

As novas tecnologias possuem importante papel nesse processo, o que pode ser visto, por exemplo, no aluno enquanto agente pesquisador que traz informações constantes derivadas da navegação por ele realizada no mundo virtual. Porém, não podemos deixar de lembrar que essa mesma tecnologia também pode gerar indiferença. O que fazer em frente a um aluno que se isola com um aparelho de mp3, tornando-se indiferente à dinâmica da sala de aula, por exemplo?

Ao pensarmos a formação de professores, ela parece estar rígida ainda pela égide do “aluno-padrão”, objeto de ação do educador. Ainda que em alguns contextos tal tipo relacional possa ser visto com predominância (vide, por exemplo, a relação pedagógica presente na educação infantil), ao considerar nosso contexto

societário a partir de uma visão inclusiva, será cada vez mais presente a inserção do aluno enquanto sujeito presente na dinâmica escolar, seja pela participação ativa nas questões tratadas em sala de aula, nas formas de rebeldia às práticas institucionais ou simplesmente ao permanecer indiferente ao que acontece a este contexto.

Considerando os dois últimos exemplos como problemas a serem resolvidos pela ação do educador, ao longo do século XX, as possibilidades de resposta foram buscadas em termos de técnicas de ensino. A partir da pesquisa realizada sento que o caminho poderia ser outro. Enquanto na história da Pedagogia vê-se um movimento que poderia ser descrito no caminho que parte das técnicas de ensino passando pelo conteúdo para atingir as formas de integração (ou coabitação, utilizando os termos do autor), ao tomar o amor como fundamento da amizade parte-se deste para construir técnicas que trabalham elementos (“conteúdos”) que, por sua vez, possam propiciam o pensar sobre a vida.

Mas isso implicaria, por exemplo, na composição de outras formas de conceber o espaço da sala de aula ou mesmo a dinâmica escolar, o que implicaria na reinvenção escolar, recomposição dos espaços presente na escola, construindo uma nova geografia formativa. Parece que estamos muito longe nisso, já que o debate sobre a relação professor-aluno está intimamente relacionado às técnicas pedagógicas que remetem a novos padrões.

A sala de aula enquanto “não-lugar” também possui caráter ambivalente já que o termo, além daquele discutido no capítulo V, remete a espaços de não permanência que apontam para a fluidez e fragilidade vincular (o que é encontrado em diversos momentos da obra de Bauman, como por exemplo, em passagens de “Modernidade e Ambivalência” e “O Mal-Estar na Pós-Modernidade”). Por outro lado, acredito ser um espaço potencial, o que indica a possibilidade de todos os indivíduos da comunidade escolar como agentes de construção desse espaço comum, que se configuram como lugares de metaintegração (nos termos de Bauman). Considero que nesse espaço potencial que são experimentadas formas de ação. A escola, portanto, ao invés de lugar do saber, se torna um espaço do entre-saberes.

É no cruzamento de tais leituras, que se mostram discursos e relações presentes no mundo de possibilidades de cada um, pelas quais podemos ultrapassar no coletivo os pretensos limites da individualidade socialmente construídos. Em dois, é que são construídas as alternativas e potencialidades.

Isso implica no exercício da possibilidade de encontros, lugar da Diferença que pode ser entendida como o nó górdio a ser enfrentado no cotidiano das relações humanas. A aprendizagem da Diferença implica em ultrapassar o medo e o consequente distanciamento.

Adentramos na terceira questão colocada na “Introdução” que remete às consequências da amizade no contexto escolar. Buscou-se construir um mapa acerca dos valores presentes na sociedade contemporânea. Parece que a amizade, assim como a própria sociedade, está em estado de sítio sob observação e controle (conforme termo utilizado por Bauman). Nesse sentido, refletir sobre possíveis consequências trata-se de algo hipotético em vista da dificuldade de praticar a amizade no sentido que vem conferido ao longo do trabalho.

Como primeira consequência, acreditamos que através da construção de laços de amizade seja possível pensar em novas formas de gestão escolar, abrangendo não apenas a dimensão administrativa, como também o processo pedagógico em sala de aula, inserindo outros olhares, ampliando e potencializando a atuação do Outro nessa microrrede que chamamos “escola”.

Claro que, enquanto educadores, de certa maneira, diminuímos nosso campo de ação visto que na relação de amizade destitui-se a hierarquia para a ascensão da Diferença. Se de um lado, perde-se o poder instituído dentro da estrutura escolar, ganha-se na potencialidade de trocas e ações comuns. É nesse sentido que Bauman aponta para a posição de orientação: não se trata de professar uma verdade, mas sim, trabalhar junto com o Outro de forma a construir uma direção, de forma a estabelecer uma perspectiva que permite olhar para o que virá. Perde-se a condição de donos da verdade, mas se ganha enquanto companheiro de descobertas.

Quanto a esta segunda possível consequência, observa-se que ao longo do século XX, tem-se desenvolvido propostas pedagógicas que visam realizar uma descentralização do educador do lugar de puro saber. É nesse sentido que surgem discursos voltados à escola democrática e participativa.

Porém, encontramos problemas nesse processo. A escola estaria preparada para o controle social, entendido aqui como a intervenção da comunidade em sua missão, dinâmica, métodos e rotina? O que parece acontecer é uma espécie de luta de forças na qual a escola é propositora de ações que são transmitidas às famílias de forma que a participação desta fica restrita a ser “ajudante” no processo pedagógico.

Assim, o ensino da prática democrática acontece não apenas em palavras, mas principalmente em atos. Retoma-se a dimensão política, elemento constantemente presente na obra de Bauman. Nenhuma das análises diagnósticas realizadas pelo autor faz sentido se não foi possível pensar nos efeitos comunitários das formas de vida pretensamente individuais presentes no mundo cotidiano.

Terceiro ponto, a formação de professores. Já foi indicado em diversas passagens o caráter instrumental desse processo. Conforme apontado, a amizade é uma arte que pode ser exercitada enquanto forma de compreender a si na inclusão do Outro. Ou ainda de outro modo, a amizade é o exercício do amor, não enquanto utilidade, prazo ou custo-benefício, mas como vínculo, troca e abertura ao inesperado. Entendo, em síntese, que a amizade é o exercício de alteridade que nasce da relação com o Outro. Sem isso, não há educação.

A amizade, então, pode ser uma das vias de acesso e manutenção de tal processo. A partir disso, a pergunta: há na formação inicial de professores espaço para a discussão da problemática da amizade conforme discutida ao longo deste trabalho de pesquisa? Estariam as novas tecnologias de ensino favorecendo o debate acerca das relações humanas no contexto escolar? Nessa formação, quais os espaços potenciais para o debate da relação professor-aluno?

As três questões acima apontam para o desafio a ser enfrentado enquanto educador de educadores que tende cada vez maior em vista do crescente incentivo a modalidades que limitam a própria relação entre os participantes do processo formativo.

Considero, por fim, que a pesquisa realizada conseguiu cumprir seus objetivos propostos. Enquanto pesquisador, observo que as linhas aqui traçadas apontam uma direção que espero outros venham a se interessar a descobrir a partir da leitura desta tese. Talvez seja um desejo bastante limitado, mas que implica na entrada do Outro em um olhar que reconheço ser restrito e limitado acerca tanto do sentido e importância da amizade quanto das possibilidades de análise presentes na obra de Bauman.

Ao mesmo tempo, é importante pontuar que a pesquisa realizada abre portas a novos caminhos. Ao término, vejo que ela foi uma síntese na atuação em cursos de licenciatura desde o início de minha atuação como professor. Venho lentamente afastando-me dessa linha de trabalho e aproximando-me da Psicologia enquanto prática de intervenção.

Por essa razão, as análises aqui realizadas me aproximam de novos autores e outras problemáticas. Por isso, conforme indicado no início, tratou-se de um trabalho de um pesquisador em momento de mudança, em processo de aproximação com outros autores de referência. A análise dos caminhos para a viabilização de ações na indicada direção mostra-se um desafio investigativo que ultrapassa os limites desse trabalho.

Isso só vem reiterar que é no contato com o diferente que surgem as novas questões e propostas de pesquisa. Essa conclusão configura-se como um texto aberto, ainda que reconheça o fechamento de um ciclo. Torna-se, portanto, a oportunidade de novo começo pautado por novas oportunidades para a elaboração do conhecimento. Resta-nos então caminhar e construir o caminho...juntos.

REFERÊNCIAS:

ABRAHIM, Daniele Salvalagio. **A relação professor-aluno: uma história de amizade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Educação e liberdade em Hannah Arendt. **Educação e Pesquisa** (USP), v. 34, p. 465-479, 2008.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre Crocodilos e Avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In AQUINO, Julio Groppa (org.) **Diferenças e Preconceitos**. p.11-30. São Paulo: Summus, 1998.

AQUINO, Sergio Ricardo Fernandes. Ética e Moral no pensamento de Bauman. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 1, nº2, p. 35-47, 2011.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a Crítica do Sujeito**. Curitiba: Ed.daUFPR, 2001.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARONOWITZ, Stanley. Pós-modernismo e política. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de(org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 151-175.

ARTIÈRES, Phillippe. Dizer a Atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In GROS, Frédéric (org.) **Foucault: A Coragem da Verdade**. p.15-37.São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARRUDA, Patrícia Cabral. Cidades Líquidas. **Sociedade e Estado**. v. 23, n. 2, p. 469-476, maio/ago. Brasília, 2008.

BALESTRIN, Viviani Giusti; STREY, Marlene Neves; ARGEMI, Miquel Domènech. A emoção é consumo: Subjetivação e Agencimentos da Vida Capital. **Athenea Digital**. n.13. p.121-132, 2008.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza . A organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher; Carmem Maria Craidy. (Org.). **Educação Infantil: Pra que te quero?**. p. 67-79. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **A Liberdade**. Lisboa: Editorial Estampa. 1989.

_____. **Ética Pós-Moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

- _____. **O Mal-estar na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. **Globalização: As Consequências Humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.
- _____. **Modernidade e Ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005a.
- _____. **Vidas Desperdiçadas: La Modernidad e sus parias.** Buenos Aires: Paidós, 2005b.
- _____. **Modernidad y Holocausto.** Madrid: Ediciones Sequitur, 2006.
- _____. **Tempos Líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.
- _____. **La Sociedad Sitiada.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008b.
- _____. **A Sociedade Individualizada: Vidas Contadas e Histórias Vividas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008c.
- _____. **Medo Líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008d.
- _____. **Múltiples Culturas, Una Sola Humanidad.** Katz Editores, 2008e.
- _____. **En Busca de la Política.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009a.
- _____. **Modernidad Líquida.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: 2009b
- _____. **Amor Líquido: Acerca de la Fragilidad de los Vínculos Humanos.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009c.
- _____. **A Arte da Vida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009d.
- _____. **Vida Líquida.** Buenos Aires: Paidós, 2009e.
- _____. **Confiança e Medo na Cidade.** Versão Ebook. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009f.
- _____. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010a.
- _____. **Mundo Consumo: Ética del Individuos em La Aldea Global.** Buenos Aires:

Paidos, 2010b.

_____. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010c.

_____. **Vida a Crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010d.

_____. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011a.

_____. **Vida em Fragmentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011b.

_____. **Diálogos com Zygmunt Bauman**. Entrevista para a CPFL Cultura e o Seminário Fronteiras do Pensamento. 2011c. Disponível em <http://www.cpfcultura.com.br/2011/08/16/dialogos-com-zygmunt-bauman/>. Acessado em 21 de abril de 2012.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a Pensar Sociologicamente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BAZZANELLA, Sandro Luiz. Possibilidades da experiência trágica na modernidade sem ilusões. **Grifos** (Chapecó), v. 20/21, p. 109-122, 2007.

BENELLI, Silvio José. Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Pr, v. 8, n. 2, p. 3-19, 2003

BITTENCOURT, Renato Nunes. A fragilidade das relações humanas na pós-modernidade. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 100, p. 62-69, 2009.

_____. A estrutura simbólica da vida líquida em Zygmunt Bauman. **Argumentos: Revista de Filosofia (Online)**, v. 4, p. 75-85, 2010.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Quintão. **Emancipação e diferença na educação: uma leitura com Bauman**. Campinas: Autores Associados, 2006.

BRANDINI, Valéria. Por uma Etnografia das Práticas de Consumo. **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo), v. 4, n.9, p. 153-163, 2007.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI. **Pro-Posições (Unicamp)**, Campinas (SP), v. 13, p. 163-175, 2002.

CANIATO, Angela Maria Pires; NASCIMENTO, Merly Luanne Vargas. A subjetividade na sociedade de consumo: do sofrimento narcísico em tempos de excesso e privação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. v. 62, n. 2, p. 25-37. 2010.

CARDOSO JR, Helio Ribeiro. Para que serve uma subjetividade?: Foucault, tempo, corpo. **Psicologia. Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 18, n.3, p. 343-349, 2005.

_____. Pensar a Pedagogia com Deleuze e Guattari: amizade na perspectiva do aprender. **Educação e Realidade**, v. 31, p. 37-51, 2006.

CARDOSO JR, Helio Ribeiro; NALDINHO, Thiago Canonenco. A Amizade para Foucault: Resistências Criativas em Face ao Bio-Poder. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, p. 43-56, 2009.

CARIDADE, Amparo. A Construção Cultural da Sexualidade. In RIBEIRO, Marcos (org). **O Prazer e o Pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. Editora Gente: CORES – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999.

CARVALHO, Alonso Bezerra. A Sala de Aula como Espaço Ético: Alteridade e Amizade. In: **Anais do I Congresso Internacional de Filosofia da Educação**. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2009.

_____. Amizade na Educação: Da Ética do Sujeito a uma Ética Intersubjetiva. In: **Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul: formação, ética e políticas: qual pesquisa? qual educação?** Londrina/PR, 2010.

CHARLES, Sébastien. O Individualismo Paradoxal: Introdução ao Pensamento de Gilles Lipovetsky. In LIPOVETSKY, Gilles (org). **Os Tempos Hipermodernos**. p.11-48. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e pedagogia em tempos de proliferação da diferença. In: Eliane Peres; Clarice Traversini; Edla Eggert; Iara Bonin (Org.). **Trajетórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas**. v. 3, p. 490-503. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CRAIA, Eladio Constantino Pablo. Deleuze e a ontologia: o ser e a diferença.. In: Luis B. L. Orlandi. (Org.). **A Diferença**. p. 55-91. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

DELEUZE, Giles. **Conversaciones (1972–1990)**. Versão E-Book. Éditions de Minuit, Paris, 1995.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia – Vol.1**. Versão E-book. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

_____. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia – Vol.3**. Versão E-book. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.

DEMO, Pedro. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DUARTE, Andre. Hannah Arendt e a Modernidade: esquecimento e redescoberta da política. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 24, p. 249-272, 2001.

EWALD, Ariane Patrícia. GONÇALVES, Rafael Ramos ; BRAVO, Camila Fernandes . O espaço enquanto lugar da subjetividade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 8, p. 755-777, 2008.

FOUCAULT, Michel. **De Outros Espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Traduzido a partir do inglês (com base no texto publicado em *Diacritics*; 16-1, Primavera de 1986) por Pedro Moura. Disponível em http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf. Acessado em 21 de abril de 2012.

_____. Soberania e Disciplina. In **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

_____. **Da amizade como modo de vida**. [Entrevista a R. Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux]. *Gai Pied*, n.25, p.38-39, abr. 1981. (Trad.: Wanderson Flor do Nascimento). Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>. Acesso em: 28 fev. 2011.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Versão Ebook. Rio de Janeiro: PUC/Depto. Letras, 2001.

GACKI, Sergio Ricardo. Perspectivas do Diálogo em Gadamer. **Cadernos IHU** (UNISINOS), São Leopoldo, n. 16, p. 5-27, 2006.

GALLO, Silvio. Educação: entre a subjetivação e a singularidade. **Educação, Santa Maria**, v. 35, n. 1, p. 229-244, maio/ago. 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **O Corpo: Filosofia e Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

GOMES, Livia Godinho Nery. **Semânticas da Amizade e suas Implicações Políticas**. **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Implicações Políticas das Relações de Amizade Mediadas pela Internet**. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2010.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JODELET, Denise. A alteridade como processo e produto psicossocial. Em ARRUDA, Angela (Org.), **Representando a alteridade**. p. 47-67. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrando o outro: para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais. IN: ARRUDA, Ângela (org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LASCH, Christopher. **O Mínimo Eu: Sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LIMA, Raymundo de. Os sem-vínculos autênticos: breve ensaio sobre pessoas que não fedem nem cheiram. **Revista Espaço Acadêmico**, nº111. p.106-111, agosto, 2010.

LIPOVETSKY, Giles. **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio d'água, 1989.

_____. "Sedução, Publicidade e Pós-modernidade". **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 12, julho 2000.

_____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LONGUI, Carla Reis. A Devoração da Condição Humana e o Vazio da Esfera Pública. **Ghrebh- Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia**, v. 1, p. 1-12, 2009.

LOPES, Rodrigo Barbosa. **Imagens do Pensamento**: do antropológico ao acontecimento na educação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Filosofia, 2011.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Amizades: o doce sabor dos outros na docência. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v. 39, p. 919-938, 2009.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. IN FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MANCEBO, Deise. Indivíduo e Psicologia: Gênese e Desenvolvimento Atuais. In MANCEBO, D; JACÓ-VILELA, A.M. **Psicologia Social**: Abordagens Sócio-Históricas e Desafios Contemporâneos. p.35-48. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Vida e Profissão**: Cartografando Trajetórias. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. 127f. São Paulo: PUC-SP, 2002.

_____. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, p. 110-117, 2009a.

_____. **Sorria, Você Está Sendo Controlado**: Resistência e Poder na Sociedade de Controle. São Paulo: Summus Editorial, 2009b.

_____. Clínica e Potência: algumas considerações sobre a experiência dos encontros em Gilles Deleuze. **Mnemosine** (Rio de Janeiro), v. 7, p. 64-74, 2011.

MARIASCH, Telma Lilia. Solidariedade por Conveniência: Subjetividade e filosofia do desejo. **Lugar Comum**. Nº21-22. p.163-164, 2005.

MARTINS, Daniela Maria Barreto. A Tessitura Intersubjetiva dos *Entre-Lugares*: o que pode um grupo? **REALIS – Revista de Estudos Antiultraristas e Poscoloniais**, v. 1, n.1. 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORAES JUNIOR, Jose de Assis. Para uma análise cartográfica da subjetividade na escola a partir de Nietzsche, Deleuze e Guattari. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 6, p. 53-64, 2011.

NEVES, Claudia Abbês Baeta; JOSEPHSON, Sílvia Carvalho. A Crítica como Clínica In **Texturas da Psicologia - Subjetividade e Política no Contemporâneo**. 1º ed. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2002, p. 99-108. Disponível em <www.slab.uff.br/textos/texto83.pdf>. Acessado em 01/10/2011.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Levinas y Foucault: El Diálogo Ausente. **Revista Observaciones Filosóficas**. nº6, 2008. Disponível em <http://www.observacionesfilosoficas.net/levinasyfoucaulteldialogo.htm>. Acessado em 03 de junho de 2012.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999.

_____. Por uma ética e uma política da amizade. In: Danilo Santos de Miranda. (Org.). **Ética e Cultura**. p.145-156. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo social**. vol.16, n.1. p. 301-32, 2004.

PASSETI, Edson. Segurança, Confiança e Tolerância: Comandos na sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**. 18(1). p.151-160, 2004.

PIMENTEL, César Pessoa; BRUNO, Fernanda Glória. Corpo, sujeito e visibilidade: implicações das biotecnologias sobre a tópica da interioridade. **Interações** (Universidade São Marcos), São Paulo, v. 22, p.39-56, 2006.

PARAISO, Marlucy Alves. Currículo, desejo e experiência. **Educação e Realidade**, v.34, p. 277-293. Maio/ago.2009.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sujeição e singularidade nos processos de subjetivação. **Revista Agora**, Rio de Janeiro, v. VII, n.I, p. 23-38, 2004.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. **Lugar Comum** (UFRJ), nº17, p.33-43, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POLICARPO JUNIOR, José; RODRIGUES, Maria Lucicleide Falcão Melo. Princípios orientadores da formação humana: dimensão normativa da educação. **Paideia** (USP.Ribeirão Preto), v. 20, p. 95-103, 2010.

PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. **Cadernos de Pesquisa**. vol.39, n.137, p. 661-684. 2009.

ROHDEN, Luiz. Educação responsável: uma dialética entre conhecimento e cuidado de si. **Pleíade (Uniamérica)**, v. 03, p. 33-50, 2009.

ROLNIK, Suely. O mal-estar na diferença. **Boletim de Novidades**. São Paulo, v. 78, ano VIII, p. 49-58, 1995.

ROSE, Nikolas. Governando a Alma: a formação do eu privado. In SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. p. 30-45. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a Psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Os dispositivos de poder da sociedade de controle e seus modos de subjetivação. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 61-98, 2004.

SANTOS, Luciane Lucas dos; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem. **Revista FAMECOS**, v. 38, p. 28-36, 2009.

SANTOS, Maria Fernanda Cardoso. A Ontologia do Presente e as Artes da Existência em Foucault. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 3, p. 88-100, 2010.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação. **Educação e Realidade**, v. 34, p. 187-204, 2009.

SCARLATELLI, Cleide Cristina da Silva. A vida à luz do encontro dialógico. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 44, p. 121-126, 2004.

SCHOLZE, Lia. Narrativas de si e a estética da existência. **Em Aberto**, v. 77, p. 61-72, 2007.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Rafael Bianchi. **Autonomia e Formação Humana: Trajetos Educativos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, 2008.

_____. A Dificuldade de Conviver com o Outro: Uma Reflexão a partir da obra Amor Líquido de Zygmunt Bauman. **Revista Pontes**. nº20. p.36-48. 2010.

SOUZA, Pedro de. Resistir, a que será que se resiste. O sujeito feito fora de si. **Linguagem em Discurso**. Tubarão - SC, v. 03, n. especial, p. 52-68, 2003.

SOUZA, Gustavo. Da confiança ao medo: viver nas grandes cidades em tempos de globalização (resenha de Confiança e medo na cidade, Zygmunt Bauman). **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo. Impresso), v. 7, p. 337-342, 2010.

SOUZA, José Fernando Vidal de ; DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. Alteridade e ecocidadania: uma ética a partir do limite na interface entre Bauman e Lévinas. **Cadernos de Direito (UNIMEP)**, v. 11, p. 7-22, 2011.

SPINELLI JÚNIOR, Vamberto Fernandes. Bauman e a Impossibilidade da Comunidade. **CAOS. Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. nº 11, p. 1-13, 2006.

STEIN, Enildo. **Diferença e Metafísica**: Ensaios sobre a Desconstrução. Ijuí: Editorua Unijui, 2008.

TORRES, Ana Paula Repoles. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, v. 30, p. 235-246, 2007.

TORTELLA, Jussara Cristina Barbosa. **Amizade no Contexto Escolar**. Dissertação (Mestrado – Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas). 1996.

TUCHERMAN, Ieda, CLAIR, Ericson Saint. . Turbinando cérebros, construindo corpos: sobre mídia, biotecnologias e eficácia. **Interin** (Curitiba), v. 8, p. 1-10, 2009.

VEIGA, Cyntia Greive. A Escolarização como Projeto de Civilização. In **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Autores Associados, nº21, set/out/nov/dez, 2002.

UTZ, Konrad Christoph. Filosofia da Amizade: uma proposta. **Ethic@ (UFSC)**, v. 7, p. 151-164, 2008.

VARGAS, Claudio Pellini. Educação Líquida? O método EAD e o virtualismo no contexto educacional: um diálogo com Zygmunt Bauman. **Instrumento** (Juiz de Fora), v. 13, p. 113-120, 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 21, p. 90-103, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo . De geometrias, currículo e diferenças. **Educação e Sociedade**. Campinas (SP), v. n.79, p. 163-186, 2002.

_____. Crise da Modernidade e Inovações Curriculares: da disciplina para o controle. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. nº7. p.141-150. set/dez, 2008.

VERONESI, Marília Veríssimo. Sujeito, consumo e solidariedade: as ausências e presenças. **E-Compós** (Brasília), v. 11, p. 1-18, 2008.

ZABALZA, Miguel Antonio. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANCANARO, Louraço. Os fundamentos da responsabilidade: valores éticos e Educação. In: HENNING, Leoni Maria Padilha (Org.). **Pesquisa, ensino e extensão no campo filosófico educacional possibilidades presentes no contexto universitário**. p. 99-125. Londrina: EDUEL, 2010.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário Deleuze**. Tradução Andre Telles. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/voca.prn.pdf>. Acessado em 01 de setembro de 2012.